

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo Modesto Nascimento

**O patrimônio cultural na cidade de Marília:
entre a preservação e o “progresso”, 1985 - 2012**

DOCTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2014

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Rodrigo Modesto Nascimento

**O patrimônio cultural na cidade de Marília:
entre a preservação e o “progresso”, 1985 - 2012**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Doutor em História sob a orientação da Profa. Dra. Olga Brites.

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2014

Banca Examinadora

Autoriza-se a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

DEDICATÓRIA

Para Danieli, meu amor, minha esposa, minha
companheira, minha amiga, meu tudo!

Aos meus pais, Sérgio e Odette, com seu amor e carinho,
sempre mostraram o melhor caminho na vida!

À eterna amiga, Marlene Gasque (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Olga Brites, que acreditou nessa pesquisa e pela sua leitura crítica e competência, possibilitou avanços no texto, especialmente, na análise das fontes históricas.

À professora Célia Camargo, ex-orientadora e amiga, que me acompanhou desde o começo de minha carreira, pelas sugestões precisas quanto ao andamento das minhas pesquisas.

À professora Estefânia Knotz Canguçu Fraga, pelas suas indicações durante o exame de qualificação, contribuindo para a melhoria da tese.

Às professoras Maria do Rosário Cunha Peixoto e Yvone Dias Avelino, por terem aceitado compor a banca de defesa desta tese, lembrando-se da disponibilidade e “pronto atendimento” da professora Yvone.

À professora Maria Izilda Santos de Matos, pelos comentários e indicações.

À Ana Luiza Martins, Marly Rodrigues e Elisabete Mitiko, profissionais do campo do patrimônio, pela amizade e sugestões ao longo dos anos e, em especial para a Ana Luiza, pela participação na banca de defesa.

Ao meu amigo Maurício de Aquino, pelas discussões teóricas, leituras e sugestões ao longo dessa pesquisa, um interlocutor sempre presente.

Ao amigo Luis Ernesto Barnabé, pelas leituras e indicações.

Ao amigo Edson Holtz, pela amizade e a crítica construtiva ao texto final.

Aos professores da UNESP, campus de Assis, Áureo Busetto e Anna Maria Martinez Corrêa, lembrando-se da participação, sugestões e indicações de ambos durante a execução da pesquisa de mestrado.

À minha irmã Regiane e seu esposo Amauri.

À Wilza Aurora Matos Teixeira, pela sua amizade e competência, disponibilizou com prontidão, os acervos documentais.

À Regina Moura, Secretária da Comissão dos Registros Históricos, na época.

A dona Rosalina, pelas conversas descontraídas sobre o tema de pesquisa e pelo exemplo de vida dedicada a história de Marília.

Aos amigos que de uma forma ou de outra contribuíram com essa pesquisa: Raphael Sebrian, Vanessa Moro, João Fernando, Elza Cardoso, Alfredo Moreira, Janete Tanno, Rodrigo Pezzonia, Felipe Crispim, Márcio Carreri, Reynaldo Gasparini, Bruno Molero, Mateus Biancon e George Santiago.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento dessa pesquisa.

A todos, meu muito obrigado!

Pelo menos desde o final do século passado, ofuscados pela opulência ou inferiorizados diante de uma imagem reluzente daquilo que chamam “primeiro mundo”, as elites brasileiras têm buscado colocar o país no que consideram serem os trilhos do progresso, na mão única da história.
Maria Clementina Pereira Cunha (1992).

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar as concepções locais sobre o patrimônio edificado, localizado no espaço urbano de Marília, focando nos bens tombados pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico), e, nas práticas políticas e culturais do poder público municipal, no campo patrimonial, e, da imprensa, tendo a documentação produzida nessa cidade como fonte principal de estudo. Nesse sentido, o objeto de pesquisa está circunscrito aos debates e conflitos em torno da preservação do patrimônio cultural na cidade de Marília. A preocupação central da análise reside na seguinte problemática: a importância dos estudos sobre as concepções locais acerca do patrimônio cultural, analisando os agentes sociais e políticos envolvidos nesse campo, centrando atenção nas disputas entre o discurso do progresso e da preservação.

Palavras-chave: patrimônio edificado; “progresso”; Marília-SP.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the local perception of the built heritage, located in the urban space of Marília, focusing on goods listed by CONDEPHAAT (Defense Council of Historical, Artistic, Archaeological and Tourism), and the political and cultural practices municipal power, the equity field and the press, and the documentation produced in this city as the main source of study. In this sense, the research object is confined to debates and conflicts around the preservation of cultural heritage in the city of Marília. The central concern of the analysis is the following problem: the importance of studies on local conceptions about cultural heritage, analyzing the social and political actors involved in this field, focusing attention on disputes between the discourse of progress and preservation.

Keywords: built heritage; "progress; Marília-SP.

LISTA DE SIGLAS

ANPUH: Associação Nacional de História.

CMC: Conselho Municipal de Cultura.

CMCDPHAAM: Conselho Municipal de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Marília.

CMPPHAPCMM: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de Marília.

CMDEPHACT: Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (São José do Rio Preto).

COMPAC: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (Marília).

COMPHAC: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural (São José dos Campos).

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo.

CONDEPACC: Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas.

CONDEPASA: Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos.

CONDEPHAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (Franca).

CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico.

CONPRESP: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

CRECI: Conselho Regional dos Corretores Imobiliários.

DPHAN: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ERPLAN: Escritório Regional de Planejamento do Estado de São Paulo.

ETEC: Escola Técnica Estadual.

FAMEMA: Faculdade de Medicina de Marília.

FAPESP: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

FATEC: Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo.

FEPASA: Ferrovia Paulista SA.

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

IAB: Instituto dos Arquitetos do Brasil.

IAPAS: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INL: Instituto Nacional do Livro.

INCE: Instituto Nacional de Cinema Educativo.

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPTU: Imposto Predial Territorial Urbano.

IRFM: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

MAC: Marília Atlético Clube.

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil.

PIB: Produto Interno Bruto.

SANBRA: Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro.

SC: Secretaria de Estado da Cultura.

SCET: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

SENAC: Serviço Nacional do Comércio.

SENAI: Serviço Nacional da Indústria.

SEST: Serviço Social do Transporte.

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

STCR: Serviço Técnico de Conservação e Restauro.

TAM: Transporte Aéreo Marília.

TICCIH: Comitê Internacional de Preservação do Patrimônio Industrial.

TICCIH – Brasil: Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial.

UFPEL: Universidade Federal de Pelotas.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESP: Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas.

UNIMAR: Universidade de Marília.

UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

UNIVEM: Centro Universitário “Eurípedes Soares da Rocha”.

USP: Universidade de São Paulo.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01: Mapa de localização do município de Marília, no interior paulista, p. 24.

Figura 02: Fotografia da fábrica de biscoitos Marilan, em 1957. Imagem preservada e disponível ao público no *site* da Câmara Municipal, *link* da Comissão dos Registros Históricos. O fotógrafo registrou para a posteridade o início da atividade fabril relacionada à produção de alimentos, p. 50.

Figura 03: Marília, em fotografia panorâmica na década de 1940, Avenida Sampaio Vidal. O fotógrafo desejou retratar as transformações da urbe na época. Assim, observem-se as atividades urbanas da jovem cidade: automóveis, posto de combustíveis, postes de luz e os edifícios de alvenaria, de dois andares, representando o ideário do progresso, ressaltando, o lugar secundário ocupado pelos transeuntes e trabalhadores na cena. Essa imagem faz parte da coleção de fotografias da Comissão dos Registros Históricos e utilizada, provavelmente, para mostrar a principal avenida da cidade, aos interessados na história de Marília, p. 53.

Figura 04: Sobrado da Rua Dom Pedro, 87, na década de 1930. O fotógrafo, provavelmente, procurou mostrar o aspecto imponente da edificação de alvenaria, singular para a época, porque a maioria das residências era construída de madeira, como o imóvel ao lado. Essa imagem também pertencente à coleção de fotografias da Comissão dos Registros Históricos, usada para apresentar a primeira residência de alvenaria de Marília, enfatizando, somente a arquitetura da mesma, p. 61.

Figura 05: Fotografia que apresenta a área envoltória da edificação tombada. É possível perceber o quanto a construção do edifício ao lado do imóvel protegido pelo Estado, autorizado pela Prefeitura na época, prejudicou a área envoltória e fez com que o mesmo “sumisse” na paisagem urbana, porque até as cores de ambos são semelhantes, p. 64.

Figura 06: Fotografia sem data do imóvel da Rua Dom Pedro, n. 87. A intenção do fotógrafo supõe-se, era somente retratar o sobrado. Novamente, uma imagem em que não aparecem sujeitos. É importante salientar que essa fotografia faz parte dos estudos de tombamento do imóvel, enviada pelo solicitante ao órgão paulista de patrimônio, p. 70.

Figura 07: Vista geral do sobrado da Rua Dom Pedro, 87, em Marília, tombado em 2008, sendo um dos casos mais polêmicos envolvendo a preservação de bens culturais no Oeste Paulista, observada através de uma disputa acirrada entre o público e o privado que está em pauta desde 1986, p. 79.

Figura 08: Escola SENAC na época da sua inauguração, no final da década de 1950. Observa-se a ausência de sujeitos históricos nessa imagem, presumi-se

que o autor queria registrar somente o novo prédio dessa escola, em 1958, mas que já funcionava, desde 1951 em outro lugar. Essa fotografia faz parte da coleção da Comissão dos Registros Históricos que a preserva e disponibiliza ao público, devido ao valor histórico apregoado por essa entidade pública ao imóvel escolar, p. 90.

Figura 09: Mural da Escola SENAC de Marília. Fotografia constante do processo de tombamento, utilizada pelo CONDEPHAAT para embasar os estudos de proteção oficial, apresentando detalhes da arquitetura moderna do edifício escolar, p. 96.

Figura 10: Vista geral da Unik Club, antiga indústria Matarazzo, vê-se ao fundo, a chaminé. Nessa foto é possível observar de uma forma ampla e contundente a transformação no espaço fabril. Cabe assinalar o bom estado de conservação do patrimônio industrial, depois da reforma em junho de 2010, p. 102.

Figura 11: Instalação do primeiro poste de energia elétrica, um dos elementos presentes no imaginário do progresso, na cidade de Marília em 1930, Rua São Luiz. Note-se a quantidade de pessoas observando o que seria um importante evento para a época. Possivelmente a intenção do fotógrafo era registrar a materialização do progresso em Marília. Essa fotografia, parte da coleção da Comissão dos Registros Históricos, preservada para os interessados na história de Marília, na busca de elementos materiais da narrativa do progresso, p. 107.

Figura 12: Vista interna da casa das caldeiras da antiga fábrica Matarazzo em 2005. Era visível o estado de degradação do imóvel industrial tombado em 1992 pelo Estado, com sérios riscos de desabamento da estrutura física. Nesse período, andarilhos e dependentes de drogas conseguiam entrar na edificação com relativa facilidade, tornando o local, além de insalubre, perigoso na questão da segurança pública, por isso, o abandono de imóveis fabris presentes no espaço urbano devem ser discutidos como prioridade dos proprietários e do poder público na resolução desse polêmico tema, p. 116.

Figura 13: Fotografia mostrando o cotidiano na cidade de Marília, em 1946. Vê-se ao fundo a construção da chaminé da indústria Matarazzo. Essa imagem foi produzida para mostrar o comércio da cidade, não a chaminé, que aparece ao fundo, em segundo plano, preservada para uso da Comissão dos Registros Históricos, p. 119.

Figura 14: Indústria Matarazzo. Vista geral da casa das caldeiras e chaminé, antes da reforma, em 2005, mostrando o antigo uso do imóvel tombado, um estacionamento de veículos, sem nenhuma estrutura, em estado de ruínas e abandonado, p. 125.

Figura 15: Capa do Jornal Diário Marília Notícias no início da década de 1990, com a menção ao tombamento da Indústria Matarazzo. Na capa do jornal, a

chamada da reportagem, em primeiro plano, indica a exposição do debate sobre o patrimônio industrial de Marília, devido aos grandes interesses econômicos em jogo, p. 137.

Figura 16: Portal da indústria Matarazzo, em péssimas condições de conservação e, em estado de abandono, no ano de 2005. Fotografia tirada do estacionamento para veículos da casa de caldeiras, antigo uso do patrimônio industrial tombado, antes da reforma, de 2010, p. 145.

Figura 17: Vista frontal da casa noturna, Unik Club na Avenida Castro Alves, em dezembro de 2012. É importante observar que as características industriais foram mantidas pelos arquitetos responsáveis pela reforma. Mas quem frequenta o lugar, em sua maioria, jovens de Marília e região, em busca de entretenimento, possivelmente sabem que ali se encontrava uma antiga fábrica, especificamente a casa das caldeiras, mas não existe no seu interior, nenhuma menção no imóvel que a relacione a um patrimônio industrial, muito menos, à memória dos trabalhadores, p. 148.

Figura 18: Folder de comemoração de um ano da reforma da Casa noturna Unik Club, antiga indústria Matarazzo, dia 22 de junho de 2011, apresentando o show do cantor sertanejo Cristiano Araújo. Observamos que são produzidos muitos materiais como esse para a divulgação dos eventos, com intenção comercial, sem mencionar a antiga função da edificação, p. 152.

Figura 19: Vista, em primeiro plano, do moinho de farelo e do sobrado, partes demolidas da Indústria Matarazzo de Marília, em fotografia sem data. O fotógrafo, provavelmente, desejou retratar o progresso industrial da urbe, através da imagem dessa fábrica. Essa fotografia faz parte da coleção da Comissão dos Registros Históricos, p. 155.

Figura 20: Portal da indústria reformado, ao fundo, as instalações da Casa Sol. É importante comparar as transformações porque passou essa edificação industrial (Figura 16). A reforma do portal, realizada pelo proprietário dessa empresa, com intenção, além de conservar o patrimônio industrial, melhorar o acesso e a visibilidade do seu comércio, p. 160.

Figura 21: 1ª Comissão dos Registros Históricos de Marília, nomeada em 1984. Da esquerda para a direita, Vereador Armando Raineri como Presidente da Comissão e os membros Paulo Corrêa de Lara, Rubens Pedrosa, Anselmo Scarano, Roberto Caetano Cimino, Nelson Fernandes, Toshitomo Egashira e o Senhor Sebastião Carvalho Leme, designado coordenador e produtor de vídeo, p. 175.

Figura 22: Fotografia da 1ª Mostra de Produtos Industriais de Marília, realizada entre 25/11 e 30/12/1960, evidenciando a importância dessa atividade para a história da cidade. Possivelmente, a intenção do fotógrafo era retratar somente o *banner* do evento, com duas engrenagens, simbolizando o trabalho fabril, mas acabaram saindo três visitantes, não identificados. Essa imagem faz parte

da coleção da Comissão e como a maioria, está disponível para consulta no *site* da Câmara Municipal de Marília, p. 179.

Figura 23: Fotografia panorâmica, sem data, de uma das principais indústrias de Marília, a Antártica, hoje, desativada, dando lugar a duas instituições de ensino, a ETEC e a FATEC, dividindo o antigo espaço fabril. Para as novas atividades não foram necessárias muitas mudanças na estrutura física da edificação. O fotógrafo, com certeza, registrou essa imagem aérea a pedido do proprietário, p. 182.

Figura 24: Primeira rodoviária de Marília em fotografia de 1938, destruída para a construção da atual rodoviária. Como as estações ferroviárias, essas edificações estão inseridas no contexto de circulação da produção econômica local, sendo assim, um patrimônio industrial. Esse imóvel, valorizada pelos membros da Comissão dos Registros Históricos como a primeira do gênero no Brasil, portanto, um elemento do progresso da cidade. O fotógrafo, possivelmente, enfatizou essa narrativa, registrando, de longe, a movimentação de pessoas na entrada da edificação, p. 186.

Figura 25: Monumento em homenagem aos *pioneiros* de Marília. Observa-se na imagem: a valorização da família, do trabalhador disposto, com as mangas arregaçadas, segurando um machado, a mulher com a criança de colo, com trajes que não deixam aparecer nenhuma parte do corpo, com lenço na cabeça, e, junto do homem, está um filho, que segura às calças do pai, mostrando, para ele, a segurança. Sol presente, calor, vê isto através dos gestos do pai. Nessa imagem sintetiza-se o ideário dos pioneiros, que buscavam o eldorado, no interior paulista, espaço geográfico, considerado a partir dessa concepção de história, vazio, apresentado nos mapas do início do século passado como desconhecido, selvagem, a espera da chegada desses sujeitos históricos, trazendo consigo, o progresso, p. 191.

Figura 26: Monumento em homenagem ao senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal em frente ao prédio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, considerado o principal *pioneiro* de Marília. Ressalte-se a ênfase dada pelo escultor a mostrar a representação de Bento de Abreu de corpo inteiro, bem como o terno, mãos no bolso, olhos para frente, apresentando-o com um ar de sobriedade e de poder. Cabe assinalar que Bento de Abreu, grande agricultor e político durante a primeira metade do século XX, teve influência, também, em âmbito estadual, como deputado, p. 195.

Figura 27: Monumento do senhor Antônio Pereira da Silva e seu filho, José Pereira da Silva, o “Pereirinha”, fundadores de Marília, localizado do lado oposto ao monumento de Bento de Abreu Sampaio Vidal. Antônio Pereira da Silva, corretor de imóveis, representando o ideário de busca por terras e da especulação imobiliária em Marília, desde o início da implantação do município, em finais da década de 1920. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

Figura 28: Recepção ao príncipe japonês Mikasa, no aeroporto de Marília, em 1958. Podemos afirmar o quanto representa para Marília a imigração japonesa, através dessa imagem, uma mostra de poder e valorização desses imigrantes na história da cidade, pela quantidade de militares presentes e junto do príncipe, um oficial. O profissional que registrou essa imagem era contratado dos imigrantes japoneses ou da própria Prefeitura Municipal, com a finalidade de preservar, através da fotografia, essa visita histórica. Essa imagem, também, faz parte do acervo da Comissão, p. 200.

Figura 29: Homenagem à imigração japonesa em frente da Prefeitura e da Câmara Municipal de Marília. É importante ressaltar que esse monumento é o único referente a um grupo imigrante, excluindo da memória, os outros grupos, como os italianos e espanhóis, p. 202.

Figura 30: Fotografia retratando a demolição do Hotel São Bento, um dos principais imóveis da cidade de Marília, valorizado pelos grupos sociais ligados a setores culturais (membros da Comissão, arquitetos, professores, entre outros) como seu patrimônio para a construção de uma agência bancária. Um dos principais usos da imagem pela Comissão dos Registros históricos supõe-se, é apresentar os efeitos do progresso desenfreado, que destrói e mutila edificações consideradas como marcos simbólicos da urbe, p. 206.

Figura 31: Hotel São Bento, vista da entrada principal, um dos principais símbolos do progresso nas primeiras décadas de Marília, em uma imagem que não mostra nenhum sujeito. Presumi-se que essa fotografia é utilizada pela Comissão atualmente para lembrar para os consulentes, em sua maioria, analisando o Relatório de Atividades dessa entidade pública, grupos de alunos de escolas da Educação Básica, estudantes de cursos universitários de Marília e região, e interessados em dados históricos, em geral, a época áurea dessa importante edificação, de valor afetivo para Marília, nos primórdios de sua história, p. 207.

Figura 32: Recorte da Revista da Associação Paulista de Municípios, edição especial sobre Marília, meados da década de 1950, aparecendo à menção ao bandeirantismo como vetor principal da fundação e do desenvolvimento acelerado do município. É importante destacar a frase, com fortes tons de bravura e glória, de acordo com a concepção do autor do texto: *É o intrépido paulista, legendário bandeirante, atendendo aos reclamos do seu sangue, demanda aos horizontes longínquos*, p. 210.

Figura 33: Líder Hotel, em fotografia de 2012. Note o bom estado de conservação do bem cultural, considerado como um dos patrimônios de Marília, não tombado pelo Estado. É importante ressaltar que o prédio está sendo usado como hotel, sua antiga e atual função, mas o térreo, também, utilizado por várias empresas de comércio e de serviços. Essa imagem nos mostra que é possível preservar o legado arquitetônico da urbe, sem destruí-lo, p. 211.

Figura 34: Fotografia, sem data, da Igreja de São Bento. A intenção provável do autor era o de retratar o poder da Igreja Católica em uma nascente cidade no interior paulista. Considerado um imóvel de valor histórico pelos grupos ligados a setores culturais. É a Paróquia mais antiga de Marília, criada em 1929, ano de fundação do município. Essa imagem faz parte da coleção de fotografias da Comissão, possivelmente, com finalidade de registrar uma história vitoriosa, ligada ao poder religioso, p. 217.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 22.

CAPÍTULO I.

O PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE DE MARÍLIA, p. 48.

Um longo processo: o tombamento da casa da Rua Dom Pedro, 87, p. 51.

O debate local sobre o patrimônio cultural, p.58.

Interesses divergentes: entre o público e o privado, p. 65.

Valorização da arquitetura: a Escola SENAC, p. 81.

A Escola SENAC vista pelo poder municipal, p. 86.

A preservação do edifício escolar, p. 88.

CAPÍTULO II.

DO TOMBAMENTO AO DESTOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, p. 101.

O “progresso” e o desenvolvimento econômico, p. 105.

O tombamento dos remanescentes da indústria Matarazzo, p. 110.

A edificação fabril: entre o “progresso” e a preservação, p. 114.

As transformações no espaço industrial, p. 150.

A fábrica no discurso do poder local, p. 155.

Destombamento do patrimônio industrial: uma disputa entre poderes, p. 158.

CAPÍTULO III.

O MUNICÍPIO E O PATRIMÔNIO CULTURAL, p. 170.

O patrimônio cultural no interior paulista, 171.

A herança industrial: em busca do “progresso”, p. 178.

Monumentos: marcas das memórias no espaço urbano, p. 188.

A narrativa do “progresso”, p. 204.

Práticas do poder municipal no campo patrimonial, p. 211.

O patrimônio cultural no debate parlamentar, p. 215.

CONCLUSÃO, p. 228.

FONTES, p. 236.

SITES CONSULTADOS, 238.

REFERÊNCIAS, p. 239.

ANEXO I - Lei que criou a Comissão dos Registros Históricos, 1983, p. 247.

ANEXO II - Solicitação de tombamento da Indústria Matarazzo, 1987, p. 248.

ANEXO III - Planta da Indústria Matarazzo com a indicação de tombamento, 1991, p. 249.

INTRODUÇÃO

A cidade, então, esta que, na verdade, conta com pouco mais de vinte anos, reflete bem a pujança de suas terras e o valor de seus habitantes. Sim, não há notícia de outra que nas duas primeiras décadas de sua existência alcançasse um nível tão alto de progresso material, causando a maior surpresa, quiçá estupefação, (...).

Waldemar da Rocha Barros¹.

Miguel Argolo Ferrão, Prefeito Municipal de Marília por duas vezes, no excerto acima, que compõe o prefácio do livro de Waldemar Rocha de Barros, intitulado **Marília**, apresentou, a partir da sua compreensão, o crescimento econômico excepcional dessa cidade frente a outras da região Oeste Paulista, ressaltando uma concepção que influenciou a relação entre a mesma e o seu patrimônio cultural até o tempo presente, a narrativa do progresso.

A atual pesquisa em História tem duas origens, a primeira nos resultados obtidos a partir da realização da pesquisa de Iniciação Científica, concluída em 2002, intitulada **Poder público municipal e patrimônio histórico: fontes para a história de Palmital – SP, 1914 – 2001** e, a segunda, abrangendo também um tema pontual, do Mestrado em História, **Poder público e patrimônio cultural: estudo sobre a política estadual de preservação no Oeste Paulista (1969 – 1999)**, defendida em 20 de janeiro de 2006 no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, campus de Assis.

Durante o mestrado, estudamos as ações governamentais de preservação do patrimônio cultural paulista, a partir do seu órgão estadual, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico), órgão responsável pelo acervo de bens culturais no Estado de São Paulo. Como objeto de análise foi selecionado municípios da região oeste do Estado de onde partiram propostas de proteção e tombamento.

Pela análise de guichês² e processos de tombamento foi abordado o ideário que esteve presente nas discussões e decisões do Conselho, nas

¹ FERRÃO, Miguel Argolo. Prefácio. In: BARROS, Waldemar da Rocha. **Marília**. SP: Editora e Publicidade Roman Ltda, s.d, p. 02.

manifestações dos envolvidos, basicamente, dos proprietários dos imóveis e nas iniciativas das sociedades locais ao solicitar o tombamento, argumentando sobre seu valor.

Assim, pretendeu-se identificar e analisar os embates entre os diversos agentes do processo, com ênfase para os técnicos e conselheiros do órgão de preservação. Esse trabalho amplia e aprofunda esses dois estudos (iniciação científica e mestrado), centrando atenção na concepção local em torno da preservação do patrimônio.

O objetivo dessa pesquisa de doutorado é analisar as concepções locais sobre o patrimônio edificado, localizado no espaço urbano de Marília (Figura 01), focando nos bens tombados pelo órgão paulista de patrimônio, e, nas práticas políticas e culturais do poder público municipal, no campo patrimonial, e, da imprensa, tendo a documentação produzida nessa cidade como fonte principal de estudo.

Nesse sentido, o objeto de pesquisa dessa tese está circunscrito aos debates e conflitos em torno da preservação do patrimônio cultural na cidade de Marília. Sendo assim, o estudo sobre as diferentes concepções locais possibilitarão compreender os significados do legado arquitetônico que emergem da experiência social e política, permeados de ideários, valores, tanto sociais quanto institucionais, visões de mundo, nessa cidade.

Com isso, trata-se de abordar novos atores desse processo em outro espaço social e político em que se verifica o embate material e simbólico observado nos processos de tombamento do CONDEPHAAT, focando nas tensas relações entre esse órgão estadual, o poder público municipal e a imprensa, ou seja, nas fontes históricas locais.

É importante salientar que iremos analisar o legado arquitetônico de Marília, seguindo as lições de Antônio Augusto Arantes:

Os grupos humanos atribuem valor diferenciado as estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam territórios, ancoram visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da vida coletiva. Cultivam

² São documentos que, por algum motivo, não se transformaram em processos de tombamento, chamados de guichês, localizados no Arquivo do CONDEPHAAT.

atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, servem a fins práticos (...) e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação dos sentimentos de pertença³.

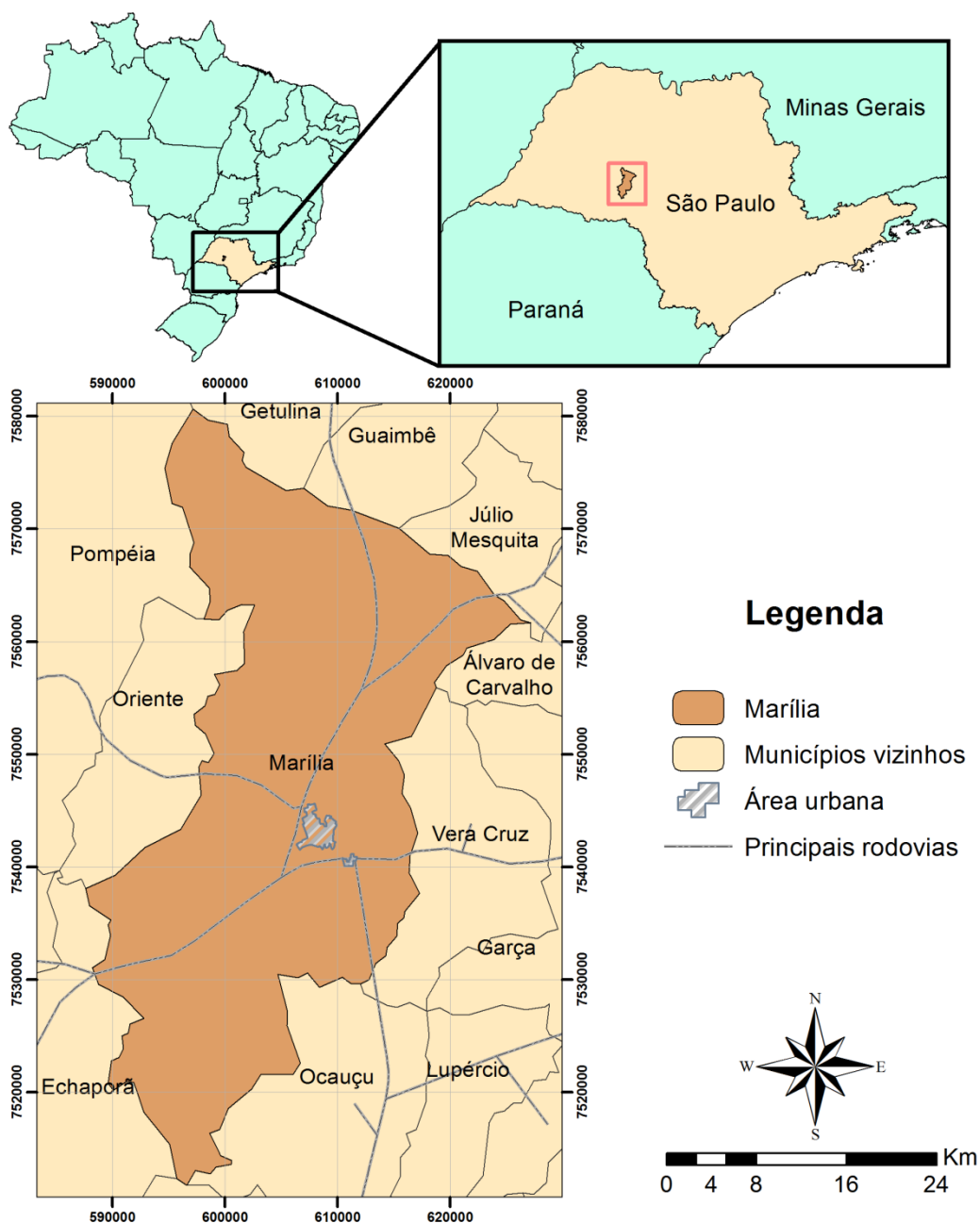


Figura 01: Mapa de localização do município de Marília, no interior paulista.
 Autora: Ana Maria Amaral.

³ ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, C.; PROENÇA LEITE, R. (Org.). **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 11.

O patrimônio edificado, entendido a partir da análise do excerto de Antônio Augusto Arantes, suscita diversos significados, valores, concepções, visões de mundo e sentimentos de pertença aos indivíduos, grupos sociais e políticos, apresentando-se como um dos vetores das memórias e das identidades sociais⁴ presentes e formuladas no espaço urbano, no tempo presente, particularmente em Marília, nosso local de estudo e análise.

Atualmente, nossa sociedade, valoriza-se em demasia o tempo presente, em detrimento do passado, portanto, caracterizado pela rapidez, pelo efêmero, pela fluidez, que se faz presente nas tecnologias de informação e de comunicação, parte do nosso cotidiano, uma especificidade da nossa sociedade capitalista e consumista do início do século XXI.

O passado é desqualificado enquanto forma de conhecimento e de experiência, e, com isso, reafirmamos a importância desta pesquisa, embasada no estudo sobre a disputa pelo passado edificado da cidade de Marília, no tempo presente, mas, ao mesmo tempo, percebemos um avanço no debate patrimonial. Regina Abreu e Mário Chagas observam que:

Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram com temas referentes à memória, patrimônio e museus. Paradoxalmente, os gestos de guardar, colecionar, organizar, lembrar ou invocar antigas tradições vêm convivendo com a era do descartável, da informação sempre nova, do culto ao ideal da juventude⁵.

O historiador francês François Hartog refletiu sobre a predominância do tempo presente na atualidade, através do conceito de *presentismo*, isto é, o presente acima de qualquer temporalidade, assim, impondo um presente contínuo e, onipresente. De acordo com as palavras do autor, analisando o campo patrimonial:

⁴ Sobre o conceito de identidade social, Michel Pollak discorreu: *Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou nação - o sentimento de unidade, de continuidade e coerência.* In: POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 207.

⁵ ABREU, R. & CHAGAS, M. Introdução. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. RJ: DP&A, 2003, p. 12-13.

(...), o que distingue o crescimento patrimonial contemporâneo dos precedentes é a rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter fortemente presentista, quando o presente tomou uma extensão inédita. O memorial é preferido ao monumento (...), o passado atrai mais que a História; a presença do passado, a evocação e a emoção predominam sobre a tomada de distância e a mediação; enfim, este patrimônio é ele mesmo trabalhado pela aceleração: é preciso fazer rápido antes que seja muito tarde, antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente⁶.

Patrimônio? O que pensa a maioria das pessoas quando são indagadas a respeito dessa importante categoria analítica? Segundo Maria Célia Paoli, o senso comum relaciona as casas e prédios antigos, muitas vezes, degradados, indústrias abandonadas, documentos amontoados em arquivos, sem tem utilidade funcional no presente, servindo apenas para a fruição nostálgica de um passado que já se foi. No entanto, o patrimônio, segundo Paoli:

(...) deveria evocar múltiplas imagens da cultura como de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade⁷.

Assim, buscam-se entender, na pesquisa, as diversas concepções de patrimônio presentes no tecido social de Marília a partir do estudo sobre a documentação produzida nos órgãos públicos municipais e na imprensa e, especialmente, o debate pela valorização, ou da recusa, do legado arquitetônico da cidade.

Com isso, nesta pesquisa iremos adotar a denominação de patrimônio cultural, a partir da análise sobre os bens edificados presentes no espaço urbano de Marília. Por quê? Entendemos essa denominação mais ampla e

⁶ HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, vol.22, n.36, 2006, p. 272.

⁷ PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, v. 1, p. 25.

plural em relação a outras, como histórico, artístico, arquitetônico, entre outras⁸.

Raymond Williams, em sua ampla análise sobre a cultura⁹, nos mostrou as diversas variações desse termo ao longo dos anos, ou seja, uma palavra polissêmica, indo desde o cultivo de plantas, a domesticação de animais, depois, conceito relacionado às artes, a leitura, ao erudito, e, com isso, identifica-se a dificuldade de sua definição, devido à abrangência do mesmo.

Por ser um conceito operativo, surge a necessidade da especificação: exemplos da cultura religiosa, cultura escolar, entre outros, e, em nosso caso, cultura estaria vinculada ao campo patrimonial, entendida a partir da experiência, de acordo com Edward P. Thompson, vista como as práticas, valores, conhecimentos, concepções e visões de mundo, dos diversos sujeitos históricos sobre o patrimônio edificado, localizado na cidade de Marília. Segundo Thompson:

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo (experiência) - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e, em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...)

¹⁰.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em artigo publicado em 1992, afirmou que a memória está atrelada à dinâmica social, em constante processo de construção e de reconstrução, e só a partir do tempo presente, realmente se efetiva: *A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se*

⁸ Célia Camargo, a respeito desse tema, diz: *Não é uma discussão fácil porque envolve diferentes entendimentos do que seja cultura, história, arte, estética, monumento, documento, testemunho, e outras tantas noções que são mais ou menos abrangentes, conforme cada conceito é compreendido*. In: CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural**. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980). Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 1999, p. 11.

⁹ WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. RJ: Zahar, 1979.

¹⁰ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. RJ: Zahar, 1981, p. 182.

*lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto*¹¹.

Não obstante, o estudo sobre as diferentes versões da memória social e do patrimônio, os conflitos de interesses e as disputas pelo espaço simbólico presente no tecido social, estará voltada para o local, como objeto de estudo e análise.

O debate em torno de Estado e da sociedade civil, segundo Norberto Bobbio, está assentado na contraposição entre uma esfera política e uma esfera não política. Sendo assim, o sociólogo, ao analisar a dicotomia entre o público e privado, afirmou que a relação sociedade civil e governo será tratada como desigual, porque um possui poder (Estado) e, o outro não (sociedade):

(...). A grande dicotomia público/ privado duplica-se primeiramente na distinção de dois tipos de relações sociais: entre iguais e entre desiguais. O Estado ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados (...).¹².

Assim, indagamos: quem são os sujeitos históricos dessa pesquisa, pertencentes à sociedade local, responsáveis e que participam das questões do patrimônio em Marília? Quem são os favoráveis e os contrários à preservação do patrimônio? O que fazem? Iremos caracterizar esses sujeitos através da análise e interpretação das fontes históricas locais, a saber: obras oficiais, jornais, revistas, legislação, propositura, atas e coleções de fotografias digitais.

São grupos sociais ligados a setores culturais, vinculados, em sua maioria, a órgãos do poder público municipal, a favor da proteção do patrimônio local, por exemplo, professores, arquitetos, bibliotecários, jornalistas, advogados, muitos deles, membros da Comissão dos Registros Históricos, da

¹¹MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)**. São Paulo, n.34, 1992, p.14.

¹² BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. RJ: Paz e Terra, 1987, p. 15.

Secretaria Municipal de Cultura entre outros, isto é, representantes da elite não econômica da cidade de Marília, estudada por Sérgio Miceli¹³.

É importante ressaltar que a maioria dos indivíduos de Marília não se dispõe a falar sobre o patrimônio da sua cidade, justificando não saber nada da história local e delegando essa função a indivíduos, grupos sociais e políticos, segundo eles, detentores do saber “científico”¹⁴.

Dessa forma, outro grupo social presente na documentação, mais homogêneo, contrários à proteção do patrimônio, são os proprietários dos imóveis tombados (Indústria Matarazzo e a Casa da Rua Dom Pedro, 87), os responsáveis pelos órgãos públicos e privados ligados a esses bens, exemplos dos dirigentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, atual INSS (Indústria Matarazzo).

Para finalizar, os representantes da Prefeitura Municipal de Marília, manifestando-se de forma dúbia, favorável ou contrária à preservação do patrimônio, dependendo dos interesses em jogo, questões que serão discutidas ao longo do texto.

Torna-se relevante destacar que será possível, também, o estudo de questões fundamentais sobre as relações entre o patrimônio de Marília e as políticas mais amplas (estadual e federal), verificando sua ressonância política e social e suas formas de reprodução.

O foco que norteia essa pesquisa parte das seguintes indagações: Quais são os significados atribuídos pela imprensa local e pelo poder municipal aos bens tombados pelo Estado? Quais são os limites e as fragilidades dos tombamentos realizados pelo CONDEPHAAT nos municípios do interior do Estado, particularmente em áreas não privilegiadas pelas políticas de preservação? Quais são os patrimônios presentes na cidade de Marília, não

¹³ MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. SP: Cia das Letras, 2001.

¹⁴ Sobre essa questão, Olga Brites discorreu: *Quem fala sobre patrimônio histórico? Há vozes bastante conhecidas: historiadores, arquitetos, arqueólogos, geógrafos, sociólogos, antropólogos, juristas...Falas geralmente respaldadas por um saber que se pretende “científico” e por um lugar de onde está “autorizado” a emitir julgamentos*. BRITES, O. Memória, preservação e tradições populares. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 17.

reconhecidos oficialmente pelo Estado? É em torno destas questões que será abordada essa pesquisa.

Contudo, afirmou Marc Bloch¹⁵: os problemas de pesquisa são formados a partir do presente do historiador. Essa questão não foi diferente na elaboração desta tese, uma vez que a experiência de residir em Palmital, São Paulo, município de formação recente, localizado no Oeste Paulista, com noventa e quatro anos de emancipação política, foi à responsável pelo interesse e o desafio de analisar o patrimônio cultural em locais de formação recente, desde a iniciação científica e por grande parte das indagações contidas na pesquisa.

Nesses locais de formação recente, isto é, com menos de cem anos de implantação de seus municípios, a história é vista associada ao passado remoto, e com isso, o novo é valorizado em detrimento do velho, ocorrendo uma destruição sistemática do patrimônio edificado, em nome do ideário da modernidade e, especialmente, um de seus elementos, o progresso.

Walter Benjamin, na Tese 13, realizou uma crítica ao conceito de progresso, visto como uma concepção linear e otimista da história, atrelado ao avanço do capitalismo, isto é, um ideário que surge com as classes dominantes, no século XIX:

A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia de progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha¹⁶.

Os debates locais em torno do patrimônio - além de revelar as visões dos seus diversos segmentos sociais, de apontar suas relações e conflitos - são por si mesmos, um grande espaço de construção, desconstrução e reconstrução das subjetividades e representações sociais. A execução de políticas preservacionistas, estudada, na maioria das vezes, em âmbito do poder público federal e estadual, com frequência mínima, na esfera municipal.

¹⁵ BLOCH, M. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. RJ: Ed. Jorge Zahar, 2001.

¹⁶ BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**. In: Obras Escolhidas. SP: Brasiliense, 1985, p. 230.

Célia Reis Camargo afirma que é necessário:

(...) promover a criação e o funcionamento adequado de conselhos municipais. Formados por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e do poder público municipal, resultarão na formulação de políticas públicas de caráter preservacionista capazes de identificar os valores locais (não homogêneos), seus conflitos, suas particularidades, redimensionando e relativizando o processo de desterritorialização; (...) ¹⁷.

Segundo essa autora, o que, de certo modo, reflete as práticas locais - quando existem - de reproduzir as fórmulas federais ou estaduais, aplicadas “de cima para baixo”, sem considerar suas próprias particularidades e necessidades, e com isso, ressalta-se a importância dessa pesquisa.

Na história da preservação do patrimônio no Brasil, particularmente, em âmbito federal, através da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o tombamento, basicamente, na Fase Heroica, circunscreveu-se às edificações do poder público (casas da câmara, cadeias, palácios, fortes, entre outros) e da Igreja Católica¹⁸.

Em Marília, entretanto, ocorreu o inverso, o tombamento incidiu sobre as edificações do setor privado, em meados da década de 1980, e, envolveu tensões e conflitos entre o órgão paulista de preservação, poder público municipal e os proprietários das edificações, ao não aceitarem a proteção oficial, em todos os casos estudados, sem nenhuma exceção.

O tombamento, instituído pelo Decreto Lei n. 25, de novembro de 1937, tradicional instrumento de preservação do patrimônio no Brasil, específico para os bens arquitetônicos é replicado pelos órgãos estaduais e municipais. O Registro é outro instrumento de proteção, mas, dos bens culturais de natureza imaterial¹⁹ ou intangível (Decreto Federal n. 3.551, de agosto de 2000).

¹⁷ CAMARGO, C. R. A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local x global. **Patrimônio e Memória** (UNESP. Online), v. 02, 2006, p. 56.

¹⁸ Ver essa questão em: RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, 1996.

¹⁹ Sobre o patrimônio imaterial, consultar os seguintes textos: PELEGRINI, S. C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História** (UNESP), v. 27, 2008; FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio

Hoje, a discussão sobre os instrumentos de preservação estão circunscritas, e ainda a início, está circunscrita as concepções do conceito de paisagem cultural²⁰, a partir da normatização da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Portaria IPHAN n. 127/2009). Não obstante, o inventário²¹, importante instrumento de preservação do patrimônio cultural, que possibilita a identificação e o conhecimento das diferentes tipologias patrimoniais no Brasil, não possui uma legislação específica.

Dessa forma, interessa-nos ressaltar que quando se aborda o patrimônio cultural no espaço urbano, em cada localidade o processo histórico se desenvolve de uma forma diferente, mesmo em cidades de uma mesma região, possuindo características históricas e culturais próximas, as concepções sobre o patrimônio cultural são diferentes e diversas entre si.

A preocupação central de nossa análise reside na seguinte problemática: a defesa da importância dos estudos sobre as concepções locais acerca do patrimônio cultural, analisando os agentes sociais e políticos envolvidos nesse campo, centrando atenção nas disputas entre o discurso do progresso e da preservação.

No entanto, por mais que os órgãos municipais reproduzem os padrões, estadual e federal, pretendemos demonstrar que ao analisar a documentação produzida na cidade de Marília possibilita ir além do ideário institucional, e, compreender as múltiplas concepções patrimoniais, a partir dos grupos sociais ligados a setores culturais, da imprensa, dos proprietários e

cultural. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 e ARANTES, A. A. Patrimônio imaterial e referências culturais. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 1, n.147, 2001.

²⁰ São poucos os textos e pesquisas acerca desse tema atual, dos quais selecionamos duas publicações recentes: MAGALHÃES, C. M. De jardim em jardim: itinerário histórico pelas paisagens culturais brasileiras. **Cultura Histórica & Patrimônio** (UNIFAL), v. 1, 2012 e CRISPIM, F. B. A paisagem cultural como novo instrumento de preservação, a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011.

²¹ Sobre o inventário, ler o artigo de: OLENDER, M. Uma medicina doce do patrimônio: O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural - limites e problematizações. **Arquitextos** (São Paulo), v. 124, 2010 e NOGUEIRA, A. G. R.; MARTINS, A.; CAVALCANTI, J. M.; SILVA, F. E. M. Benfica em três tempos: patrimônio, inventário e memória. In: Márcia Chuva, Antônio Gilberto Ramos Nogueira. (Org.) **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. RJ: Mauad X / Faperj, 2012.

responsáveis pelos bens protegidos oficialmente, no tempo presente, abordando o patrimônio edificado local.

Lúcia Lippi Oliveira observou as especificidades da sociedade atual que:

(...), por sua vez, torna-se cada vez mais complexa, com uma diversificação de atores, interesses e demandas dirigidas ao Estado. Por outro lado temos uma pluralidade de manifestações culturais atreladas a grupos sociais, a comunidades, a igrejas, ou seja, as manifestações da sociedade civil. (...). O tamanho e a dispersão das manifestações culturais expressam a complexidade e a diversidade do mundo atual²².

Cabe salientar que um indivíduo ou grupo, social ou político, fazendo parte da Comissão dos Registros Históricos, da Câmara Municipal ou do jornal Diário de Marília, por exemplo, pode apresentar e manifestar diversas percepções, em sua maioria divergente, sobre o que é importante preservar, por que e para quem, com isso, esse embate pela memória, história e patrimônio presente no tecido social da cidade de Marília é o que nos interessa estudar nessa pesquisa.

A maioria dos trabalhos acadêmicos na área do patrimônio cultural, em particular, de história, trata de políticas amplas que tendem aos modelos centralizados e ignora a esfera local como corpo autônomo, com valores próprios.

Assim, além de entender a ressonância e a dinâmica social sobre os bens tombados pelo CONDEPHAAT presentes no espaço urbano de Marília, iremos analisar um órgão local de preservação do patrimônio, vinculado ao poder municipal: a Comissão dos Registros Históricos.

Nesta pesquisa iremos estudar uma cidade que está fora do escopo das políticas tradicionais de preservação do patrimônio, seja em âmbito estadual ou federal: Marília, localizada no interior do Estado de São Paulo, região Oeste Paulista, entendida a partir dos órgãos municipais, de cultura e de

²² OLIVEIRA, L. L. Cidadania e cultura: do povo à sociedade civil. In: Lia Calabre. (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, v. 11, p. 256.

patrimônio, mas, enfatizando a análise local em torno dos estudos sobre esse tema recente da pesquisa em história.

Ao abordar esse legado em âmbito local, representa a possibilidade de analisar, de uma forma contundente, as diferentes concepções e os significados de preservação do patrimônio cultural pelos diversos segmentos sociais que aparecem na documentação produzida em Marília.

As tensões e os interesses divergentes expressos na preservação ou no esquecimento de determinada edificação irão aparecer explicitamente na análise das questões patrimoniais: a cidade é o lugar onde as pessoas, em sua maioria, no Estado de São Paulo, vivem em seu cotidiano, trabalham, estudam, praticam seu lazer, constroem laços de sociabilidades, sendo possível visualizar e analisar, com maior precisão, a dinâmica social e política da preservação do patrimônio.

As pesquisas de História nas universidades paulistas, no campo do patrimônio cultural, iniciaram-se em 1994 com a defesa de tese de doutorado de Marly Rodrigues na UNICAMP, isto é, vinte anos atrás, configurando-se como um campo de pesquisa recente.

Atualmente é uma área em expansão, com a produção de dissertações e teses em vários programas de pós-graduação no Brasil na área de história e a publicação de revistas científicas especializadas, como Museologia e Patrimônio (UNIRIO), Patrimônio e Memória (UNESP), Memória em Rede (UFPEL), Arqutextos, Revista do Centro de Preservação Cultural (USP), entre outras, vinculadas a universidades e centros de pesquisa.

Assim, nesse estudo iremos abordar um vetor específico da memória social, o patrimônio arquitetônico tombado, representado por três imóveis protegidos oficialmente, isolados uns dos outros: uma residência, uma escola profissionalizante e uma fábrica (hoje, uma casa noturna), e as perspectivas expressas pelos órgãos municipais, a Câmara Municipal, a Comissão dos Registros Históricos e a imprensa local.

Por que a escolha de Marília? Essa cidade localiza-se em uma região do Estado carente em recursos e aparelhos de cultura, necessitando de

pesquisas sobre o patrimônio e as políticas culturais²³, em seus diversos aspectos, especialmente, em âmbito local.

Durante a execução da pesquisa em nível de mestrado, esse município foi o que apresentou o maior número de bens tombados no Oeste Paulista, a saber: Escola SENAC, tombado no ano de 2005, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, tombada em 1992 e o imóvel residencial da Rua Dom Pedro, n. 87, também tombado, finalmente no ano de 2008 (esse imóvel ficou tombado, mas não homologado, pelo Secretário de Estado de Cultura por mais de vinte anos, ou seja, a edificação estava protegida, mas não oficialmente tombada).

Outro ponto, também, que Marília é o município mais conflituoso em torno do patrimônio cultural da região Oeste Paulista, despertando interesse no pesquisador em aprofundar e ampliar a pesquisa anterior, a partir da análise sobre a concepção local, focando nos documentos produzidos na cidade.

Marly Rodrigues afirma sobre a preservação em áreas ditas não tradicionais:

(...) aspectos da história recente, como a ocupação do extremo oeste do Estado, não estejam representados no patrimônio. Os bens tombados concentram-se no litoral e no eixo paralelo a este, o Vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo; outro eixo, perpendicular ao litoral em direção a Campinas, confirma a consagração das mais antigas áreas de colonização como limites para a localização da memória histórica paulista²⁴.

Marília, portanto, e a região Oeste Paulista estaria excluída da leitura patrimonial apresentada pelo órgão paulista de patrimônio, corroborando com a concepção do poder público e da sociedade local de que essa cidade, nova,

²³ De acordo com Lia Calabre, a política cultural pode ser entendida como: (...) *um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura*. Segundo essa autora, a política cultural iniciou-se no Brasil no primeiro governo de Getúlio Vargas, através da fundação de instituições como o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), sendo o maior exemplo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um histórico. In: Lia Calabre. (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 09.

²⁴ RODRIGUES, M. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987). SP: Editora da UNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000, p. 150.

não possui um legado importante para ser preservada para as futuras gerações.

Estudar o patrimônio é envolver-se em uma arena de múltiplos embates, conflitos, sobre o que se deve ou não ser preservado, para quem e os motivos dessas práticas, apresentando, portanto, como que determinada sociedade relaciona-se com seu próprio passado, a partir do tempo presente, através do patrimônio edificado, nos mostra o importante jogo das forças sociais e políticas.

O estudo do patrimônio apresenta os conflitos entre os diversos agentes envolvidos na preservação de bens culturais. A disputa pelo capital simbólico, os embates e os jogos de interesses entre o que preservar e para quem, ficam explícitos quando os valores, os ideários de diferentes indivíduos, grupos sociais e políticos, tentando marcar posição ou a exclusão deste agente, grupo ou instituição social apresentando suas concepções de história, memória e patrimônio, segundo a teoria dos campos de Pierre Bourdieu²⁵.

A esse respeito, Gilberto Velho discorre sobre o conflito de diferentes concepções presentes no tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, o primeiro bem cultural da etnia afro-brasileira reconhecido pelo Estado brasileiro, em meados da década de 1980, representando uma ruptura nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil:

A histórica sessão do Conselho realizou-se nos imponentes salões da Santa Casa da Misericórdia, em Salvador, com a presença de um público altamente mobilizado e emocionado. (...). A votação final foi muito disputada, com três votos a favor do tombamento, um pelo adiamento, duas abstenções e um voto contra, expressando o grau de dificuldade encontrado para implementar a medida. O tombamento foi comemorado com grande alegria e júbilo pela maioria do público presente, mas não podia ocultar as fortes diferenças de opinião e pontos de vista²⁶.

²⁵ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

²⁶ VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana** (Rio de Janeiro), v. 12, p.237-248, 2006, p. 239.

Marília, cidade de formação recente, é a localidade do Oeste Paulista onde ocorreram as disputas mais acirradas em torno da preservação do patrimônio cultural, representando uma oportunidade para desvelar as posições, os conflitos dos diversos agentes sociais e políticos envolvidos na construção da identidade e da memória local.

É importante salientar que a proposta desse trabalho é realizar uma nova abordagem sobre os agentes sociais e políticos em torno da preservação do patrimônio cultural do Oeste Paulista, entendido a partir da esfera local, e, portanto, compreender a imbricada e tensa relação entre preservação e o setor privado, especialmente.

Nesta pesquisa, além analisar a dinâmica social e política da preservação do patrimônio cultural na cidade de Marília, procura-se dimensionar as relações que a sociedade local e o poder público estabeleceram com o seu patrimônio.

Portanto, indagamos: quais são os aspectos comuns apresentados pelo poder público municipal e pela sociedade local e quais são suas particularidades, à luz de suas relações com seu patrimônio cultural? Uma das questões importantes é a que se relaciona à importância do município na formulação e execução de políticas preservacionistas, e, a participação dos municípios ainda é insignificante.

O estudo do patrimônio em Marília poderá desdobrar-se para além do universo acadêmico, estendendo esse conhecimento para o uso do poder público local na elaboração de políticas de patrimônio, especialmente, a Comissão dos Registros Históricos e o atual CMCDPHAAM (Conselho Municipal de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Marília).

Para o CONDEPHAAT poderá ser utilizado como um instrumento de planejamento e diagnóstico dos bens culturais de Marília, município do Oeste Paulista, e no mapeamento atualizado desses bens e no reconhecimento de patrimônios culturais que estão fora da esfera de atuação do órgão paulista de preservação.

Entretanto, pode-se afirmar que discussões importantes sobre o patrimônio cultural do Oeste Paulista não se restringem apenas aos guichês e processos de tombamento, como se pode observar nessa pesquisa, justificando esse trabalho, abordando os documentos locais como novo manancial de informações para o estudo da temática.

Desde 1994, ano da primeira tese sobre a temática do patrimônio defendida no Estado, no curso de história, de autoria de Marly Rodrigues, foram defendidas nos programas de pós-graduação nas universidades paulistas, públicas e privadas, salvo engano, doze teses de doutoramento que abordaram a temática patrimonial, com a publicação de seis livros²⁷.

Assim, na busca realizada nos *sites* das instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, podemos verificar uma variedade de objetos de pesquisa, desde o estudo acerca dos arquivos nas constituições brasileiras, aos museus e as relações com a memória e as concepções patrimoniais de Mário de Andrade.

É importante salientar que poucas pesquisas enfatizam o patrimônio cultural, especificamente, em cidades, a partir da análise do âmbito local, exceção às pesquisas de doutorado de Cristina Helou Gomide sobre a Cidade de Goiás, defendido em 2007, na PUC-SP e, de José Walter Nunes, na qual estudou Brasília, defendido na USP, em 2001 (o livro, publicado em 2005).

Dessa forma, a partir da análise das fontes históricas identificou-se a construção de uma narrativa histórica que perpassa todo o estudo sobre o patrimônio edificado em Marília, tornando-se hegemônica, presente tanto nos

²⁷ Foram encontradas doze teses de doutorado em História: **1) UNESP:** CAMARGO, Célia Reis. **À margem do patrimônio cultural.** Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980); PAULA, Zueleide Casagrande de. **A cidade e os jardins:** Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial, (1915-1986) e LEME, Edson José Holtz. **O teatro da memória:** O Museu Histórico de Londrina (1959 – 2000); **2) UNICAMP:** RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado.** A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987); BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista:** Affonso Taunay e a Memória Nacional; MENEGUELLO, Cristina. **Da ruína ao edifício:** neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana; DEZEN-KEMPTER, Eloísa. **O lugar do patrimônio industrial;** 2011; UHLE, Ana Rita. **Monumentos celebrativos:** aproximações entre história e arte (São Paulo, 1925-1960) e NATAL, Caion Meneguello. **Da casa de barro ao palácio de concreto:** a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951); **3) PUC-SP:** NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos.** Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário e GOMIDE, Cristina Helou. **Antiga Vila Boa de Goiás:** experiências e memórias na/da cidade patrimônio e, para finalizar, **4) USP:** NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília.**

tombamentos realizados pelo CONDEPHAAT, nas práticas políticas e culturais da Comissão dos Registros Históricos, Câmara Municipal e da imprensa local: a ideologia do progresso.

Por isso, foram pensados os seguintes capítulos: **CAPÍTULO I. O PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE DE MARÍLIA**; **CAPÍTULO II. DO TOMBAMENTO AO DESTOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**; e para finalizar, **CAPÍTULO III. O MUNICÍPIO E O PATRIMÔNIO CULTURAL**.

No primeiro capítulo iremos abordar o imóvel da Rua Dom Pedro, n. 87, bem cultural tombado em 2008, que demanda amplas discussões sobre o tema do tombamento e da preservação do patrimônio, ainda, nos dias atuais, e da Escola SENAC, tombada em 2005, considerada pelo órgão paulista de patrimônio como um símbolo da arquitetura moderna.

No segundo capítulo o objetivo é analisar a trajetória da indústria Matarazzo, importante patrimônio industrial localizado no interior paulista, desde o pedido de tombamento em 1988, o destombamento pelo Poder Judiciário, abordando-se a perspectiva local.

A finalidade do último capítulo é analisar a gestão da memória no interior paulista, a atuação da Comissão dos Registros Históricos da cidade de Marília, a partir da análise do discurso do progresso em relação às indústrias locais e ao papel do espaço urbano no campo da construção das memórias locais, através das ruas e monumentos; e a imprensa, na publicação de notícias sobre o patrimônio e a atuação da Câmara Municipal, posicionando-se, nesse debate.

A seguir, serão discutidos alguns textos metodológicos acerca das fontes na qual iremos enfatizar os maiores conjuntos documentais (imprensa, atas e as fotografias) analisados na pesquisa utilizadas no trabalho, com a finalidade de apresentar as mesmas e pontuar questões que podem ser tomadas como parâmetro na análise histórica realizada nesta pesquisa.

O recorte temporal se circunscreve entre 1985 e 2012: 1985, um ano antes da primeira solicitação de tombamento ao CONDEPHAAT, para observarmos a dinâmica social em torno da preservação do patrimônio, do imóvel da Rua Dom Pedro, e, 2012, ano da instituição do Conselho Municipal

de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Marília.

Ana Luiza Martins discorreu acerca das fontes para o patrimônio:

(...), a diversificação das fontes para a história do patrimônio cultural é uma construção permanente, que se renova a cada temática, objeto, (...), num exercício constante de descoberta das representações dinâmicas da história²⁸.

Sendo assim, além de analisar os conjuntos documentais que perpassaram todo o texto como a coleção de jornais locais, as atas da Comissão dos Registros Históricos e a coleção de fotografias, concordando com Ana Luiza Martins sobre a diversidade de fontes históricas a serem utilizadas na pesquisa em torno do patrimônio cultural.

Para Jacques Le Goff, o monumento é o registro do passado e o documento, uma escolha do pesquisador de História, portanto, as fontes históricas utilizadas nessa pesquisa deverão ser entendidas dentro da acepção desse autor²⁹.

O pesquisador, com isso, dependendo do seu tema selecionado, escolhe um documento, agrega-lhe valor de testemunho, e, conseqüentemente, deixa para trás outros conjuntos documentais, e, segundo Le Goff, isso depende da posição que esse estudioso encontra-se na sociedade da qual faz parte, na qual o documento traz consigo os conflitos e as relações de forças sociais.

No texto de Leandro Karnal e Flávia Galli Tatsch, os autores iniciam o questionamento sobre o documento histórico, afirmando que o documento é um *link* com o passado, assim, apresentam importantes questões para a pesquisa em História: a) A análise documental depende do recorte feito; b)

²⁸ MARTINS, A. L. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: LUCA, T. R. de & PINSKY, C. B. **O historiador e suas fontes**. SP: Contexto, 2009, p. 305.

²⁹ O documento é um produto social, segundo Jacques Le Goff, revelando tensões e conflitos da sociedade que o produziu. Nesse sentido, para esse autor: *O documento é, antes de qualquer coisa, uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado (...)*. LE GOFF, J. Documento - Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**, Volume Um. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p. 103.

Possibilidade de leituras variadas, dependendo de quem está lendo o documento, onde, o mesmo pode mostrar concepções variadas sobre um mesmo tema³⁰.

Nessa pesquisa analisaremos, como fonte histórica, a coleção de fotografias da Comissão dos Registros Históricos que retratam imagens antigas e atuais de edificações, tombadas ou não, e, as fotografias tiradas pelo próprio pesquisador.

A fotografia, segundo Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho, faz parte de muitos setores da nossa vida social atual, desde os álbuns de família, redes sociais, turismo, livros escolares, até as mídias impressa e digital. Com isso, a maioria dos arquivos possui acervos fotográficos, os quais apresentam vantagens para o historiador, como a disponibilidade de fontes, mas traz também desvantagens, porque é recente a valorização dessa fonte na pesquisa histórica, seus acervos requerem cuidados básicos³¹.

Na análise da fotografia, as autoras apresentaram exemplos de abordagem sobre essa fonte, como o estudo sobre o Arquivo Militão Augusto de Azevedo, localizado no Museu Paulista, abordando os padrões de retrato e suas funções na sociedade paulistana do século XIX.

Em uma análise quantitativa, foi abordado o enquadramento (corpo inteiro, busto, etc.), a gestualidade (em pé, sentando, etc.), o elemento cenográfico (objetos de decoração, poltrona, etc.), a idade e o gênero. As autoras verificaram a predominância do homem, mas encontraram poucas imagens que relacionam ao trabalho manual, mesmo numa sociedade pobre:

(...) produzir um retrato usando terno, colete e calça como partes de um mesmo conjunto, além de complementares como cartola, guarda-chuva, bengala e óculos significava distanciar-se dos segmentos sociais desprestigiados e construir uma imagem (real ou ficcional) de respeito e dignidade, que era

³⁰KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. SP: Contexto, 2009.

³¹ LIMA, S. F. de & CARVALHO, V. C. de. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B. & LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. SP: Contexto, 2009.

sinônimo de homens cuja profissão e situação financeira permitiam a adoção da indumentária urbana europeia³².

De acordo com Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho, um dos usos da fotografia circunscreveu-se, na segunda metade do século XIX, na Europa, especialmente, em Londres, Paris e Glasgow, ao registro visual da arquitetura, destruída, na maioria das vezes, pelas intervenções urbanas que passaram essas cidades e guardada em álbuns fotográficos. Esses documentos imagéticos foram patrocinados pelas associações ligadas a proteção do patrimônio.

Ana Luiza Martins afirmou, em seu texto sobre as fontes para o estudo do patrimônio, que dentre os diversos documentos iconográficos, a fotografia possui fundamental importância para a pesquisa de história no campo patrimonial, pelo fato de fixar imagens de sujeitos históricos e de lugares³³.

Olga Brites aponta sobre as fontes visuais e as textuais:

Compreendo que as fontes textuais e visuais não se excluem antes se interpenetram: fotografias são publicadas com legendas, textos são editados com ilustrações de desenhos ou fotografias, cartazes utilizam simultaneamente palavras e recursos iconográficos para transmitirem mensagens³⁴.

Portanto, podemos descrever algumas indagações que serão feitas as essas fontes: Quais os usos da fotografia? Quem fotografou? Por quê? Onde está arquivada? Quais suas funções? É uma fotografia panorâmica ou específica? Como estão dispostos os sujeitos históricos?

Na maioria das vezes, os conflitos de interesses existentes nas sociedades locais - usando como exemplo os polêmicos processos da Casa da Rua Dom Pedro, 87 e o das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, da Escola SENAC, localizados no município de Marília, e atualmente em

³² LIMA, S. F. de & CARVALHO, V. C. de. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B. & LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. SP: Contexto, 2009, Idem, p. 52.

³³ MARTINS, A. L. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: Pinsky, C. B. & Luca, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. SP: Contexto, 2009.

³⁴ BRITES, O. Imagens da infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/ 1950. In: **Projeto História** (PUCSP), v. 19, 1999, p. 260.

tramitação - estão registrados nos jornais³⁵ locais que se encontram apenas aos processos de tombamento.

No entanto, são anexados aos processos de tombamento, os exemplares onde aparecem matérias favoráveis ao tombamento ou contra o ato jurídico, enviados apenas pelos interessados diretamente no caso. Sendo assim, é impossível verificar o processo social mais amplo e as diferentes manifestações do interesse local ao longo do período em que se desenrolam os estudos até a sentença final.

É nesse sentido que a análise dos jornais locais permitirá uma visão mais detalhada sobre os embates políticos e a construção de bens simbólicos:

O jornal local mantém vínculos com seus leitores que os grandes jornais não conseguem estabelecer. Por estar próxima do leitor e oferecer aquilo que interessa para o seu dia a dia, às vezes numa linguagem acentuada por significados regionalistas, a imprensa local permite ao cidadão participar do desenvolvimento de seu município, reclamar de falhas do poder público, exigirem direitos. O jornal faz parte da vida comunitária da cidade³⁶.

É importante destacar que os jornais locais, de 2001 a 2012 foram coletados nos *sites* dos mesmos, com isso, não tivemos acesso aos arquivos, negados pelos responsáveis, devido a um incêndio. Portanto, não temos o caderno inteiro dos jornais, apenas da parte selecionada para a pesquisa, resultado da busca. Sendo assim, a metodologia de análise empregada sobre os jornais sofrerá alterações, visto que só tivermos acesso a notícias isoladas, buscadas dentro do *site* do jornal na *internet*.

As coleções de jornais locais, entre 1985 e 2000, foram coletadas na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília. É importante destacar que o Jornal da Manhã, a coleção referente ao século XXI, está digitalizada e disponível para a consulta pública nesse mesmo local.

³⁵ Sobre os periódicos, em geral, ver a obra de: LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. SP: Contexto, 2008.

³⁶ PEREIRA, T. A. C. **Imprensa do interior paulista**: evolução e perspectivas para o século XXI: o caso dos jornais centenários 'A Tribuna' e 'A Tribuna do Norte'. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). SP: USP, 2000, p. 43.

Atualmente, o mecanismo de busca no *site* do jornal Diário de Marília foi desativado, sendo impossível encontrar informações sobre os bens tombados ou quaisquer notícias sobre assuntos diversos. Isso nos leva a afirmar a fragilidade dos bancos de dados armazenados na *internet*, dependendo, e muito, de uma boa gestão informacional.

Serão escolhidos, para essa pesquisa, basicamente, os jornais locais: Diário de Marília, Marília News, Jornal da Manhã, periódicos com uma longa trajetória histórica em Marília, e também, dois jornais atuais: Bom Dia e Correio Mariliense. Esses jornais apresentam certa periodicidade, com isso, será possível analisar as notícias sobre o patrimônio cultural, durante todo o recorte selecionado, analisando as continuidades e permanências.

Pela análise da imprensa de Marília, tentaremos entender o embate em torno das memórias locais, a partir do estudo do patrimônio cultural, tanto o tombado pelo CONDEPHAAT, como o valorado pelo poder municipal, através das práticas políticas e culturais da Câmara Municipal e a Comissão dos Registros Históricos.

Laura Antunes Maciel argumenta sobre o uso da imprensa como fonte, afirmando que não se deve tomar a imprensa como expressão do passado ou do presente, mas como uma construção social, uma vez que essa fonte histórica apresenta os interesses de diferentes grupos sociais ou políticos, proprietários, patrocinadores:

O ponto central de nossas reflexões passa por uma atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos lugares privilegiados para a construção de sentidos para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social³⁷.

É importante salientar, de acordo com Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, que a imprensa, os jornais, revistas, entre outros materiais, possuem historicidade e peculiaridades próprias, ou seja, são

³⁷MACIEL, L. A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: Déa Ribeiro Fenelon; Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida; Yara Aun Khoury. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho d'Água, 2004, p. 15.

produtos de determinada experiência histórica e social, e, com isso, o pesquisador, segundo as autoras, deve tomar o cuidado em não abordá-la como expressão do real³⁸.

Os procedimentos para a coleta de dados seguem, em princípio, o seguinte roteiro: levantamento de notícias no primeiro jornal que tratou do bem cultural; um segundo momento, será feito o levantamento em um segundo jornal, caso tenham posições editoriais antagônicas; e, para finalizar, procede-se à confrontação das notícias contidas na imprensa local.

Em seguida, iremos abordar as atas como fontes para o estudo do patrimônio. Atas são documentos produzidos em instituições públicas e particulares, associações, encontros científicos, entre outros, onde são registrados os fatos de uma reunião e possuem valor probatório. Esses documentos estão guardados no arquivo da Comissão dos Registros Históricos.

Devemos ressaltar que é possível inserir a Comissão dos Registros Históricos como uma entidade pública ligada à memória local, com as devidas proporções, próxima aos conselhos municipais de preservação, devido as suas atribuições de abordar os assuntos ligados ao patrimônio cultural e, também, estar presente no campo da produção das memórias³⁹ de Marília, tanto na constituição de um acervo de entrevistas e coleção fotográfica.

Não obstante, seus elementos constitutivos são: data, local, endereços, membros da reunião, pauta, visitantes, assinaturas dos presentes e a discussão sobre assuntos diversos. Em nosso caso, as atas foram produzidas pela Comissão dos Registros Históricos e segundo Ana Luiza Martins,

³⁸ Segundo as autoras: *Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa e sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.* In: CRUZ; H. de F. & PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História** (PUCSP), v. 35, 2007, p. 26.

³⁹ *A Comissão realizou ainda durante o ano de serviços de rotina como: digitalização do acervo de fitas VHS com depoimentos dos pioneiros, digitalização do acervo fotográfico da memória de Marília (...).* Fonte: Relatório de Atividades da Comissão dos Registros Históricos (2007), p. 03.

documentos que se incluem na diversidade de fontes históricas possíveis para serem utilizadas na pesquisa acerca da preservação do patrimônio no Brasil.

Sobre a utilização das atas como fonte para o estudo do patrimônio, Marisa V. M. Santos afirma:

As atas do conselho constituem um conjunto discursivo extremamente importante como estratégia de institucionalização do corpus discursivo elaborado pelos membros da Academia SPHAN. Elas estabelecem um discurso que possui como produtividade simbólica a capacidade de criar o real (...) ⁴⁰.

A autora utiliza as atas do órgão federal de patrimônio, analisando as estratégias discursivas e institucionais da “Academia SPHAN”, termo que utiliza para conceituar o grupo de intelectuais que dele fazia parte, demonstrando como foram utilizadas para assegurar a eficácia simbólica da ideia de patrimônio.

As atas a serem usadas durante a execução da pesquisa serão norteadas pelas seguintes questões fundamentais: O poder público municipal reconhece o bem cultural tombado em nível estadual? De que maneira a política estadual de preservação desdobra-se em âmbito municipal? Quais são as atuais condições de preservação dos bens culturais tombados? Houve incentivo da municipalidade em relação ao bem cultural apontado para tombamento estadual?

São necessários os estudos que se voltem para as regiões do interior do Estado procurando compreender como nelas se verificam os processos culturais mais amplos, desencadeados por modelos políticos centralizados. Com isso, permitem ainda desvelar a diversidade regional e cultural, suas manifestações no entendimento da história, da memória social e, por conseguinte, na identificação e seleção de bens simbólicos que passam a compor as diferentes subjetividades sociais.

⁴⁰ SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 24. RJ: IPHAN, 1996, p. 82.

Em seguida, iremos analisar, no primeiro capítulo, o tombamento da Escola SENAC e da casa da Rua Dom Pedro, 87 e, depois, abordar a dinâmica local sobre a preservação desses dois imóveis, a partir da documentação produzida em Marília.

CAPÍTULO I

O PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE DE MARÍLIA

(...) o patrimônio cultural não se resume a uma listagem de objetos selecionados por técnicos competentes, mas se define como complexo fenômeno social (em que as coisas são também mobilizadas). Consequentemente é preciso dispor do conhecimento profissional das coisas (físicas) e da sociedade. Desse modo, é indispensável defrontar-se com o problema do valor e dos sistemas de valor que toda sociedade formula, segundo diversos segmentos.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses⁴¹.

A citação acima apresenta um dos principais itens presentes nas pesquisas do campo do patrimônio cultural, basicamente as que abordam o local como objeto de estudo, a complexidade da sociedade atual, formada por indivíduos pertencentes a diversos grupos sociais e políticos, com interesses, visões de mundo, diversos entre si.

Michel Pollak asseverou, debatendo sobre a memória e identidade social, que mesmo em determinado grupo social, exemplo dos arquitetos de Marília, podem coexistir, dentro de subgrupos ou de indivíduos isolados, múltiplas e divergentes concepções acerca da memória⁴².

Nesse capítulo abordaremos o imóvel da Rua Dom Pedro, n. 87, tombado em 2008, cuja demanda envolveu amplas e acaloradas discussões sobre o tema do tombamento e da preservação do patrimônio, ainda, nos dias atuais, e da Escola SENAC, tombada em 2005, entendida pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção São Paulo (IAB-SP), solicitante do tombamento, como um símbolo da arquitetura moderna no interior paulista.

O município de Marília está localizado na região Oeste Paulista, uma das últimas regiões a ser ocupada e integrada ao restante do Estado pelo sistema capitalista, sendo formada por municípios que se constituíram nas primeiras décadas do século XX, portanto, locais de formação recente: buscando o novo e renegando o passado.

⁴¹ MENESES, U. T. B. de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 193.

⁴² POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992.

No final da década de 1920, de acordo com Glycério Póvoas, a Companhia Paulista de Estrados de Ferro sugeriu que o nome das estações ferroviárias seguisse o critério da ordem alfabética e o local denominado Alto Cafezal (primeiro nome de Marília), um nome iniciado com a letra M. Com isso, o senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal, influenciado pela obra literária de Tomás Antônio Gonzaga, “Marília de Dirceu”, denominou a nova localidade de Marília⁴³.

A formação social e econômica de Marília nas décadas de 1920 e 1930⁴⁴ pautou-se pela diversidade, com a vinda de migrantes paulistas, das regiões mais antigas do Estado e também dos imigrantes espanhóis, italianos, japoneses, em sua maioria⁴⁵. Com isso, apresentando, no tempo presente, concepções diferentes e muitas vezes antagônicas sobre o patrimônio cultural.

Essa unidade administrativa teve a sua instalação concluída em 04 de abril de 1929. Atualmente possui aproximadamente duzentos e vinte mil habitantes, ocupando o décimo lugar do interior do Estado em população e se destaca, principalmente, no campo econômico, sobretudo através das indústrias alimentícias e metalúrgicas, sendo conhecida em todo o Brasil como Capital Nacional do Alimento.

No campo educacional, destaque para o ensino superior, exemplo da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), Centro Universitário “Eurípedes Soares da Rocha” (UNIVEM) e duas universidades, a Universidade Estadual

⁴³ PÓVOAS, Glycério. **Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília**. Marília: Prefeitura Municipal, 1947, p. 147. Disponível: www.seade.gov.br. Acesso em: 24 dez. 2012.

⁴⁴ Ana Luiza Martins comenta: *No picadão aberto pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, em 1905, entre os rios Peixe e Feio, se localiza uma das franjas pioneiras mais prósperas da terra paulista. Nela, Marília figurou como cidade-referência da transformação do espaço do cafezal para aquele do comércio e da indústria*. MARTINS, A. L. Interior paulista: comércio, indústria e bancos. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 69.

⁴⁵ Em 1934, segundo os autores Balthazar de Godoy Moreira e Alcides Lages de Magalhães, o nascente município de Marília possuía 64.885 habitantes, distribuídos dessa forma: 47.635 na zona rural, e, 12.984 na cidade e o restante nos distritos. O autor enfatizou a descrição dos 47.635 moradores da zona rural, demonstrando a importância do campo para esse município em meados da década de 1930, com 32.042 brasileiros, destes, 22.973 paulistas (não apresentou dados sobre a presença de migrantes de outros estados) e, os estrangeiros, com ampla maioria de japoneses, 11.586, 1.379 espanhóis, 958 italianos e 365 portugueses, entre outros. In: MOREIRA, Balthazar de Godoy & MAGALHÃES, Alcides Lages de. **Marília: “Cidade Nova e Bonita”**. Marília: Edição dos Autores, 1936.

Paulista (UNESP) e a Universidade de Marília (UNIMAR), entre outras, atraindo estudantes da região e de todo o país.



Figura 02: Fotografia da fábrica de biscoitos Marilan, em 1957. Imagem preservada e disponível ao público no *site* da Câmara Municipal, [link](#) da Comissão dos Registros Históricos. O fotógrafo registrou para a posteridade o início da atividade fabril relacionada à produção de alimentos. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Na economia, o principal setor é o industrial, destacando as fábricas de alimentos, cinquenta no total, exemplo da Marilan (Figura 02) Nestlé, Coca-Cola e metalúrgicas, como a Sasazaki, entre outras. Marília, também possui dois *shopping centers* (Marília e Esmeralda), e uma expressiva rede comercial e de prestação de serviços.

Lembrando que o objetivo desta pesquisa é analisar as diversas concepções de patrimônio cultural na cidade de Marília, desde os bens tombados pelo CONDEPHAAT, à busca sobre a entidade pública responsável pela memória local, à Comissão dos Registros Históricos e a Câmara Municipal, a partir do estudo sobre a documentação local, enfatizando a importância de abordar a relação entre os grupos sociais ligados a setores

culturais, poder público e as percepções e os sentidos conferidos ao patrimônio edificado presente no espaço urbano de Marília.

Portanto, abordar o patrimônio cultural tombado, nessa cidade recente, por meio da análise das tensões e dos conflitos pela dinâmica social da preservação em Marília. Nesse sentido abordaremos o imóvel da Rua Dom Pedro, 87 e da Escola SENAC, respectivamente tombados em 2008 e 2005.

Assim, devemos indagar: O que se deve preservar? E, para quem? Por quê? Para os indivíduos ou grupos sociais e políticos interessados nesse campo. Isso significa que as sociedades ocidentais atuais vivem apenas do seu presente, não entendendo a preservação do passado como um direito social, um legado que deverá ser deixado para as futuras gerações.

Eric Hobsbawm analisou essa questão:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (...) ⁴⁶.

Em seguida, analisaremos os estudos de tombamento realizados pelo CONDEPHAAT.

Um longo processo: o tombamento da casa da Rua Dom Pedro, 87.

Iniciaremos o estudo sobre o imóvel residencial da Rua Dom Pedro, 87 através da análise em torno dos argumentos, valores sociais e institucionais que embasaram o tombamento na década de 1990⁴⁷, mas homologado e finalizado, depois de uma longa disputa, entre o Estado e os herdeiros do

⁴⁶ HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. SP: Cia das Letras, 1995, p. 13.

⁴⁷ Debruçado sobre o assunto, Paulo César Garcez Marins, em seu estudo sobre o CONDEPHAAT, observou que o órgão paulista de patrimônio refutou o padrão ideológico federal de preservação, valorizando, assim, a formação multifacetada e plural dos paulistas. MARINS, P. C. G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. SP: IMESP; CENPEC, 2008.

imóvel, em 2008 (esse imóvel ficou tombado, mas não homologado, durante 22 anos):

Este é o único exemplar de casa de alvenaria do período do Alto Cafezal ainda existente. O projeto era monumental: implantação em vasto terreno, dois pavimentos, detalhes decorativos expressos na fachada. De tudo isso resultou um exemplar imponente, significativo para o Estado, uma vez que cristaliza em seu ecletismo tardio um momento de marcha para o oeste, revelando os valores e visões de mundo de uma sociedade em formação⁴⁸.

A partir da informação divulgada no sítio do órgão paulista de patrimônio, observou-se a ênfase dada pelos membros do CONDEPHAAT na excepcionalidade dessa edificação, e das questões ligadas ao mito fundador⁴⁹, à valorização dos elementos ecléticos de sua arquitetura, à “conquista” do oeste, como critérios fundamentais para a preservação, argumentos, também, que embasaram sua proteção oficial.

Vale destacar que não analisaremos o processo administrativo de tombamento em toda a sua complexidade, visto que esse não é um dos objetivos desta pesquisa. A finalidade dos itens que abordam os processos como fonte histórica é analisar, tanto nesse capítulo quanto no próximo, como esses bens culturais foram protegidos oficialmente.

Para entender os trâmites burocráticos do tombamento é importante ressaltar a dinâmica interna do órgão paulista de preservação. Ao receber uma solicitação de proteção oficial, após da análise inicial dos documentos enviada pelo proponente, passa-se às mãos dos técnicos, historiadores ou arquitetos, para um estudo sobre o mérito de incluir ou não determinado imóvel como representante do patrimônio cultural paulista.

⁴⁸ Descrição do bem tombado no *site* da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Disponível: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 19 set. 2012. Dados sobre o tombamento: Resolução SC n. 49, de 23/10/2008 e publicado no Diário Oficial do Estado em 28/11/2008, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o n. 363, p. 99.

⁴⁹ Edson José Holtz Leme, em análise sobre o Museu Histórico de Londrina, Paraná comentou: *A expressão “mito fundador” carrega em si o peso de ser uma construção ideológica que serve aos interesses e objetivos do grupo social que a fomentou. O mito, historicamente, trás a figura de personagens reais, representados de forma exagerada pela imaginação popular.* In: LEME, E. J. H. **O Teatro da Memória: O Museu Histórico de Londrina (1959 – 2000)**. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 2013, p. 90.



Figura 03: Marília, em fotografia panorâmica na década de 1940, Avenida Sampaio Vidal. O fotógrafo desejou retratar as transformações da urbe na época. Assim, observem-se as atividades urbanas da jovem cidade: automóveis, posto de combustíveis, postes de luz e os edifícios de alvenaria, de dois andares, representando o ideário do progresso, ressaltando, o lugar secundário ocupado pelos transeuntes e trabalhadores na cena. Essa imagem faz parte da coleção de fotografias da Comissão dos Registros Históricos e utilizada, provavelmente, para mostrar a principal avenida da cidade, aos interessados na história de Marília. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Em seguida, enviam-se às mãos de um dos vinte e cinco conselheiros para emissão de parecer sobre o tombamento ou arquivamento do imóvel e votação em reunião do Egrégio Colegiado, e seguida, envia-se para o Secretário de Estado da Cultura e a publicação do ato no Diário Oficial do Estado e por último, realiza-se a inscrição do imóvel em um dos três Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo das Artes.

Ana Luiza Martins, historiadora do CONDEPHAAT, comentou sobre Marília, durante os estudos de proteção oficial da Casa da Rua Dom Pedro, 87 na década de 1980: *Certo que as atuações do órgão em áreas de formação*

recente são sempre problemáticas. Marília, (...), nascida sobre o signo da especulação imobiliária, (...) ⁵⁰.

Uma das questões fundamentais sobre a preservação do patrimônio em Marília aparece no excerto acima, presente no processo de tombamento da residência da Rua Dom Pedro, 87: a dificuldade de se valorizar e de reconhecer o patrimônio cultural no interior paulista, de formação recente e o problema da especulação imobiliária, resultado de crescente valorização econômica dos imóveis.

Marly Rodrigues estuda o final da década de 1980 no campo das políticas de preservação em âmbito estadual. Esse período, de 1982 –1987, caracterizado pela ampliação da noção de patrimônio cultural no órgão paulista de preservação, com a valorização da memória social e sua preservação, entendida como um direito, pela sociedade civil e também, através das reivindicações pelos grupos étnicos e os que se ligavam à proteção do patrimônio natural foram importantes passos na tentativa de democratizar a preservação⁵¹.

No plano federal a Carta Magna de 1988 contemplou o patrimônio cultural de forma mais detalhada em relação às outras constituições nacionais, particularmente o Artigo n. 216. O texto legal inovou ao incorporar a noção de memória:

O conceito de memória, ao que tudo indica, apresenta-se como o elemento chave que altera a composição do discurso legitimador da intenção preservacionista. Ainda mais quando relacionado a um escopo tão amplo de bens e áreas de conhecimento a que foi relacionado⁵².

Como observou Célia Reis Camargo, a Constituição de 1988 constituiu-se como uma ruptura em relação aos outros documentos legais, também, a indicar a participação da sociedade civil nas decisões políticas através das

⁵⁰ Processo n. 24.405/86, p. 318-319.

⁵¹ RODRIGUES, M. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987). SP: Editora da UNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000.

⁵² CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural**. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980). Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 1999, p. 136.

políticas públicas, principalmente em âmbito municipal, definidas como norma para o Brasil.

O pedido de tombamento do imóvel partiu da Comissão dos Registros Históricos, em 27 de janeiro de 1986, argumentava em favor da preservação do bem cultural, dado que a residência representou um ícone no desenvolvimento do núcleo urbano, ressalta seu valor arquitetônico e enfatiza a existência de uma ameaça concreta de destruição. E continua em sua argumentação:

O imóvel, primeira residência assobradada de tijolos construída em Marília, foi concluído em abril de 1929, ano de criação oficial do município que tem hoje 56 anos. Tendo testemunhado o crescimento histórico, econômico e sócio-cultural do município, a casa da rua D. Pedro é um marco da cidade que precisa ser respeitado e preservado. (...) Lembre-se que o imóvel objeto desta solicitação está localizado em terreno de alto valor comercial (...) ⁵³.

Assim, o autor destacou a importância da preservação da memória para uma cidade nova como Marília, aparecendo, novamente, a questão do mito fundador com a afirmação de ser o primeiro imóvel construído de tijolos naquela cidade e ainda no ano de sua fundação, em 1929, critério fundamental, ao entender da Comissão, para a proteção oficial do bem cultural.

Qual o sentido do mito fundador para Marília? Seria, então, a busca pela origem, do momento de fundação do município, especialmente de uma parte dos grupos sociais, ligados ao poder local, como sendo o primordial para a construção da sua identidade e memória, com isso, esquecendo-se do restante da sociedade de Marília, igualmente importante para a formação da cidade.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves comentou sobre o mito fundador:

É um mundo feitos de fundadores, de heróis considerados os primeiros e os melhores, que deram início a uma coletividade

⁵³ Processo n. 24.405/86, p. 20.

(...). Esse passado é sagrado, absoluto, jamais é submetido a um ponto de vista relativo⁵⁴.

É essa concepção que encontramos no mito fundador presente nas fontes históricas na cidade de Marília, um passado mitificado, que possui personagens (os *pioneiros*) e edificações (residência da Rua Dom Pedro, 87) entendidas como principais, fundadoras, mostrando no presente, um tempo ausente de conflitos.

Percebe-se no discurso dos membros da Comissão dos Registros Históricos, certa fascinação pelas origens, sendo assim, os primeiros bens culturais a serem construídos são mais valorizados que a maioria e, os chamados *pioneiros*, ou seja, as primeiras pessoas a chegarem à nascente Marília.

No entanto, o mito fundador, concepção vinculada à valorização pelo poder municipal, em nosso estudo, da primeira casa de alvenaria de Marília, o imóvel da Rua Dom Pedro, 87, sendo, salvo engano, o único imóvel que restou do final da década de 1920, no núcleo original da urbe, construída em 1929 pela família Scheline, no ano de fundação do município, porque a maioria das residências, nessa época, era de madeira.

Ana Luiza Martins, historiadora do órgão paulista de preservação, durante os estudos de tombamento, enfatizou a importância da preservação da memória de Marília, pois existia a possibilidade de destruição do bem cultural, e destacou a importância de estudos sobre o urbanismo no Estado de São Paulo. Sendo assim, foi a partir desse parecer que o Egrégio Colegiado, em 03 de fevereiro de 1986 se manifestou favorável à abertura de processo, na qual o bem já ficou protegido até a decisão final do órgão.

Ressaltou a historiadora que o imóvel da rua D. Pedro foi à primeira residência em alvenaria construída na cidade de Marília, diferenciando-se da maioria, feita à época em madeira, e revela que as primeiras construções e os moradores dos municípios localizados no oeste do Estado representam os momentos fundadores da memória social.

⁵⁴ GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: **Cidade**: história e desafios. Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. RJ: Ed. FGV, p. 2002, p. 112.

A solicitação de proteção oficial ao órgão responsável enfatizou uma narrativa vinculada à tradição, aos *pioneiros* da cidade de Marília, ao mito fundador, no entanto, na época da sua construção essa edificação, ao lado das outras de alvenaria, era entendida como um dos elementos que permeavam o progresso da urbe, como descrito no texto da Revista Correio de Marília, intitulado “Uma data gloriosa”:

Rasgaram-se avenidas, levantaram-se colégios e grupos escolares, ativou-se o comércio, iniciaram-se novos jornais, ergueram-se edifícios majestosos (...); pulularam então os prédios estilizados, vieram às estradas de ferro, a luz elétrica, o telefone, água e esgoto (...) ⁵⁵.

Nessa reportagem, de uma página inteira, o autor apresentou, também, a inauguração de um dos símbolos do progresso de Marília, hoje, destruído, o Hotel São Bento, mostrando uma imagem do mesmo, sem sujeitos ao seu redor, sem legenda, enfatizando somente a edificação.

O progresso era visto, portanto, pelos grupos políticos e sociais locais dessa época, a partir da chegada dos elementos materiais, ou seja, da luz elétrica, das ferrovias, dos automóveis e das residências em alvenaria, como no caso estudado em Marília, sendo assim, todos esses elementos representavam uma concepção otimista e linear da história, caminhando-se, em direção a um futuro melhor.

Segundo Ana Luiza Martins, as revistas são fontes históricas que possibilitam pesquisas sobre diversos temas, indo do textual ao iconográfico, entretanto, assevera que o trabalho com esse tipologia documental requer

⁵⁵ Revista Correio de Marília, 1938, p. 12 (sem autoria). Esse periódico, propriedade de Bento de Abreu Sampaio Vidal, inicialmente, era publicado de dez em dez anos, através de edições comemorativas, no aniversário do município (1929, 1938, 1948), e, na década de 1950, tornou-se anual. Seu formato era próximo de um livro. A revista possuía aproximadamente de sessenta a cem páginas, com ampla publicidade, com imagens de ruas, de prédios públicos, profissionais liberais, de personagens políticos e religiosos locais (em sua maioria, vinculados ao catolicismo), geralmente, com homenagens, dados estatísticos e propagandas de empresas comerciais e de prestação de serviços (armazéns, farmácias, clínicas médicas especializadas, concessionárias, entre outras).

cuidados, porque as revistas podem mostrar falsas imagens, superficiais, necessitando de uma acurada análise⁵⁶.

Retomando o estudo do processo, a conselheira Anna Maria Martinez Correa, em parecer datado de 08 de dezembro de 1986, aprovou o tombamento da Casa da rua D. Pedro, 87, na cidade de Marília, destacando a seu favor o caráter excepcional, pois, exceto pelos edifícios públicos, foi à primeira casa de alvenaria, estava ameaçada de destruição pela crescente especulação imobiliária:

Em visto disso, endossamos as justificativas apresentadas (...) no sentido de se atender ao pedido da comunidade de Marília, pela voz da sua Câmara Municipal, aprovando a solicitação de tombamento do edifício 87 da rua D. Pedro, memória de uma época⁵⁷.

Podemos observar que o principal argumento entendido pela conselheira do CONDEPHAAT, Anna Maria Martinez Correa foi o valor afetivo⁵⁸, isto é, o referido bem cultural representou além dos valores apresentados pelos solicitantes e técnicos do órgão paulista de patrimônio, a edificação é uma referência da identidade para a sociedade civil de Marília.

O debate local sobre o patrimônio cultural.

A Comissão dos Registros Históricos foi criada em 1983 no âmbito da Câmara Municipal, seus membros fazem parte da sociedade civil de Marília, não representando nenhuma instituição pública ou privada, especificamente, até hoje, não possui regulamento interno, e, os membros têm mandato de dois anos, reconduzidos, exceção feita aos pedidos de afastamento.

⁵⁶ MARTINS, A. L. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). SP: EDUSP; FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.

⁵⁷ Processo n. 24.405/86, p. 120.

⁵⁸ De acordo com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, o patrimônio cultural é constituído por valores, diversos entre si, colocados pela sociedade e pelo Estado, exemplo dos cognitivos, formais, pragmáticos e afetivos. Assim, esse último valor: (...) *são aqueles que implicam relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas e objetos*. MENESES, U. T. B. de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 193.

Uma das principais atribuições da Comissão é preservar e divulgar a memória de Marília. O vereador Aldo Pedro Cornelian, principal idealizador da Comissão dos Registros Históricos da Câmara e da Cidade de Marília, a constituiu através do Ato n. 24 de 1983. Essa Comissão, presidida por um vereador, possui, geralmente, treze membros, dos mais variados lugares da sociedade da cidade, nomeados pela Câmara Municipal⁵⁹.

É relevante frisar que a escolha dos membros da Comissão dos Registros Históricos se dá por indicação, geralmente de pessoas com algum conhecimento sobre a história de Marília, podendo contribuir para o debate em torno da memória e do patrimônio local, mas, é importante salientar a dificuldade de entender os critérios de escolha de novos membros, ao longo do tempo (o estudo específico sobre a Comissão está no último capítulo).

No ano de 1993 (é importante ressaltar que não foi possível localizar as atas de 1983 a 1992, fontes históricas importantes para o estudo da trajetória da Comissão), surgiu a primeira menção ao patrimônio tombado pelo CONDEPHAAT.

Nesse documento oficial foi solicitado ao Presidente do órgão paulista de patrimônio uma cópia da Resolução de Tombamento da Casa da Rua Dom Pedro e o parecer que autorizou a proteção oficial desse bem cultural. O Presidente da Comissão, senhor Ari Resende de Souza e Silva:

(...) entregou à Secretaria Rosalina Tanuri, cópia do ofício enviado ao Presidente (...) – Senhor Marcos Duque Gadelho, que reitera o pedido de cópia da Resolução de Tombamento do sobrado da Rua Dom Pedro, 87, desta cidade, bem como o parecer que motivou a resolução⁶⁰.

Depois de sete anos da solicitação de proteção oficial realizada pela Comissão em 1986, os membros da Comissão dos Registros Históricos ainda não conheciam o teor dos documentos produzidos pelo CONDEPHAAT para a proteção oficial do imóvel residencial da Rua Dom Pedro, 87 e continuaram sem ter acesso ao processo, pois na análise das demais atas da Comissão

⁵⁹ Texto sem data escrito pelo senhor Paulo Corrêa de Lara. Arquivo da Comissão dos Registros Históricos.

⁶⁰ Ata n.03/93, p. 05.

nada foi discutido ou posto em pauta onde o órgão estadual de patrimônio respondeu ao pedido de informações acerca desse polêmico tombamento.

Marisa Velloso Motta dos Santos, antropóloga, estudou o significado social que a ideia de patrimônio adquiriu no Brasil e sua importância com a ação do SPHAN, hoje IPHAN, Instituto ao invés de Serviço. A autora afirma que a prática do tombamento é um rito social que compõe um conjunto de representações que permite dar visibilidade ao poder do Estado: (...) *o rito do tombamento, parecia ser para os membros da Academia SPHAN uma forma de sacralizar o passado, (...)* ⁶¹.

Esse imóvel foi construído em 1929, considerado o primeiro em alvenaria da cidade, critério considerado primordial para seu tombamento, em 2008, pelos membros do órgão paulista de preservação durante os estudos de sua proteção oficial e corroborado pela Comissão dos Registros Históricos.

É importante salientar que a maioria das residências de Marília, no período de sua fundação - final da década de 1920, e do interior paulista no geral, principalmente no Oeste Paulista, era construída com madeira, e esse imóvel, de alvenaria, um sobrado, no espaço urbano, pertenceu à elite local, ligada ao setor primário ou terciário (lembrando que as fábricas estavam em seu início), de Marília na época, representou uma ruptura em relação à urbanização desse período histórico.

Valdeir Agostinelli Pereira nos apresenta em sua obra a expansão da cidade de Marília. No ano de 1935, de acordo com o autor, haviam sido construídos mais sessenta e três imóveis. Esse mesmo autor afirma que após a Crise de 1929, os ritmos das construções diminuíram, mas nada que afetasse essa expansão urbana⁶².

⁶¹ SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 24. RJ: IPHAN, 1996, p. 84.

⁶² Valdeir Agostinelli Pereira comentou sobre Marília no período de sua fundação: *Em 1929, a sede do recém-criado município de Marília se apressava em deixar para trás as marcas da precariedade e do imprevisto presente na paisagem urbana: novas e importantes construções de alvenaria eram projetadas e construídas. Mais do que um amontoado quase caótico de construções rústicas (...), Marília era uma cidade em construção (...)*. In: PEREIRA, V. A. **Terra e poder**. Formação histórica de Marília. Marília: Comissão Permanente de Publicação, 2005, p. 75.



Figura 04: Sobrado da Rua Dom Pedro, 87, na década de 1930. O fotógrafo, provavelmente, procurou mostrar o aspecto imponente da edificação de alvenaria, singular para a época, porque a maioria das residências era construída de madeira, como o imóvel ao lado. Essa imagem também pertencente à coleção de fotografias da Comissão dos Registros Históricos, usada para apresentar a primeira residência de alvenaria de Marília, enfatizando, somente a arquitetura da mesma. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

A casa da Rua Dom Pedro, 87, voltou a aparecer como pauta dos assuntos da Comissão dos Registros Históricos apenas no ano de 1995⁶³, chamado agora de “sobradinho da rua D. Pedro”. Destacou-se que o pedido de destombamento desse imóvel não devia partir da Comissão, pois foi a mesma que solicitou a proteção oficial do Estado em meados da década de 1980, provavelmente, devido às pressões locais contra o tombamento do imóvel.

Depois de um ano, em 1996, o vereador Odair Laurindo afirmou que os proprietários da Casa da Rua Dom Pedro não teriam condições de reformar o bem cultural tombado. A família proprietária, ao manifestar-se, pediu um atestado de má conservação do prédio ao Corpo de Bombeiros da localidade:

⁶³ Ata n. 04/95.

Armando Ranieri falou da solicitação do ex-vereador Odair Laurindo sobre o sobradinho da Rua Dom Pedro, tombado (...). Tendo em vista que não há condições de ser reformado, nem pela família Schelini e nem pelo CONDEPHAAT, que a Comissão deveria pedir o destombamento do prédio. (...) ⁶⁴.

A historiadora Sílvia Zanirato analisou o destombamento (essa questão será analisada com mais intensidade no próximo capítulo) de dois imóveis na esfera federal: essa prática teve início no Rio de Janeiro, em 1941, com a retirada do tombamento de duas igrejas do século XVIII e um jardim, com a finalidade de ampliar a Avenida Getúlio Vargas.

Desta maneira, podemos afirmar que o interesse do poder público federal em urbanizar a cidade do Rio de Janeiro, tema ligado à modernidade, excluindo suas feições coloniais, seria o principal argumento para o cancelamento da proteção oficial dos bens culturais ⁶⁵.

No nosso caso, as discussões sobre a tentativa de destombamento deu-se na Comissão, pois ocorreram, supõe-se, pressões contra a preservação do patrimônio cultural, basicamente da família herdeira e da falta de consenso em torno do pedido de proteção oficial no âmbito local.

Em 27 de fevereiro de 1996, ficou acertado nessa reunião, por unanimidade, que a Comissão pediria ao órgão paulista de patrimônio o arquivamento do Processo e da Resolução de Tombamento que protegeu o imóvel como parte integrante do patrimônio cultural paulista. Os membros da Comissão leram e interpretaram o Relatório de Ocorrência n. 121, do Corpo de Bombeiros local, enfatizou a ameaça de desabamento do imóvel em questão ⁶⁶.

Nas três reuniões descritas acima, foi enfatizada a questão da falta de interesse da Comissão no tombamento do bem cultural supracitado. Isso se deveu, a pressões locais contra o ato protetivo desse imóvel, localizado em região de alto valor imobiliário, no centro da cidade de Marília.

Nessa reunião, a que mais abordou o tema do patrimônio tombado pelo órgão paulista de patrimônio na cidade até agora, a Prefeitura interditou a

⁶⁴ Ata n. 01/96, p. 39.

⁶⁵ ZANIRATO, S. H. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 25, 2011.

⁶⁶ Ata n. 03/96.

edificação, por falta de segurança e risco de desabamento da mesma, ameaçando a segurança das pessoas e propriedades vizinhas. Por essas razões, a Comissão solicitou ao CONDEPHAAT a finalização do estudo de tombamento.

Em seguida, em nova reunião, a Comissão voltou a focar o pedido de destombamento da casa da Rua Dom Pedro, e do qual foram feitas várias ligações telefônicas ao órgão paulista de preservação, sem retorno do órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural paulista:

A Comissão volta a tratar do pedido de destombamento do Sobrado da Rua Dom Pedro, n. 87, centro, em Marília. O pedido dos familiares, donos do imóvel, a Comissão leu e releu o processo que pede do CONDEPHAAT, o arquivamento do processo n. 24.405/86 e Resolução SC-6, de março de 1991. Armando Ranieri, por várias vezes acionou por telefone o (...), pedindo retorno da solicitação⁶⁷.

As atas da entidade pública responsável pela História de Marília refletiram as discussões presentes, em parte da sociedade local, envolvendo a disputa entre os proprietários da residência em processo de tombamento e o Estado, apresentando a posição dúbia da Comissão dos Registros Históricos, solicitando informações sobre a proteção oficial do imóvel e, pedindo a retirada da proteção oficial do edifício, solicitado pelos diretamente interessados nesse caso, os proprietários e herdeiros desse bem cultural de grande valor econômico.

Durante os estudos de tombamento, os herdeiros e proprietários da residência, em carta endereçada ao Secretário de Estado da Cultura, Leonor Abarca Schelini, em 18/02/1993, ressaltaram as condições precárias em que se encontra o bem cultural e sobre a área envoltória prejudicada pela construção de um edifício (Figura 04).

Na defesa do seu imóvel, os interessados solicitaram o auxílio do Legislativo Estadual Paulista, em nome dos deputados estaduais Abelardo Camarinha e Vicente Botta, endereçado ao Secretário de Estado da Cultura na

⁶⁷ Ata n. 09/96, p. 48.

época, para intervirem em seu nome junto ao Poder Estadual, sem nenhum sucesso.

O fato descrito evidencia a problemática entre o público e o privado, fato recorrente no Brasil. Os indivíduos, grupos sociais e políticos, muitas vezes, ligados ao poder político ou instituições públicas, entendem que podem “passar por cima” de órgãos, do setor privado ou público, ou das leis, segundo seus interesses particulares, nesse caso, os deputados estaduais. Sendo assim, as relações sociais são vistas por esses indivíduos como uma troca de favores.

Essa especificidade da sociedade e do poder público, em todos os âmbitos no Brasil, resulta, muitas vezes, na sobreposição do privado sobre o público, fato esse verificado quase que cotidianamente, por exemplo, através da imprensa, na TV, entre outras mídias, relatando os diversos casos de corrupção, principalmente na esfera política.



Figura 05: Fotografia que apresenta a área envoltória da edificação tombada. É possível perceber o quanto a construção do edifício ao lado do imóvel protegido pelo Estado, autorizado pela Prefeitura na época, prejudicou a área envoltória e fez com que o mesmo “sumisse” na paisagem urbana, porque até as cores de ambos são semelhantes. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

Cabe assinalar que a relação entre público e privado não se manifesta apenas no campo da política (exemplos dos atuais usos de aviões oficiais pelo alto escalão do governo federal para assistir jogos da seleção brasileira e ida a festas), mas em quase todas as esferas da vida social brasileira.

Para finalizar, é preocupante o fato dos usuários locais não terem acesso ao seu próprio patrimônio, limitados, muitas vezes, pelo descaso do Poder Estadual frente à pasta de Cultura e a burocracia governamental. As políticas de patrimônio cultural, em âmbito estadual e federal, restritas a órgãos localizados nas capitais dos Estados brasileiros, continuam sendo elitizadas e centralizadoras, mesmo com as tentativas de fazer ao contrário.

Interesses divergentes: entre o público e o privado.

O imóvel da Rua Dom Pedro, 87, pela primeira vez foi alvo de notícias sobre sua preservação no final de 1985, isto é, um ano antes do pedido de tombamento. O mesmo aparece na primeira página do jornal Marília News, com imagem da residência, que teria função de mostrar o imóvel (com uma placa escrita, “aluga”) em chamada intitulada “SOS para a memória cultural de Marília”, apresentando um texto que discorreu sobre a preservação do patrimônio em Assis (Teatro São Vicente) e a destruição do Cine Marília, edificação construída na década de 1940⁶⁸.

Na seção Cidade, o texto de reportagem “A Casa da Marília”, de João Carlos Cabral, novamente com uma imagem antiga do imóvel, discorreu sobre a questão do uso do conceito de **memória** (grifo nosso), ou melhor, do direito à memória, em meados da década de 1980, pelo autor do texto:

(...). Foi à primeira construção de tijolos de Marília. Sendo importante também por seu estilo, que marca época, conserva ainda as características originais (...). Atualmente, a enorme placa fixada em seu jardim por uma das imobiliárias locais assiste o susto de uns, e a indiferença de muitos que passam por ali diariamente⁶⁹.

⁶⁸ Marília News. **SOS para a memória cultural de Marília**, 13 a 20/12/1985.

⁶⁹ Idem. **A casa de Marília**, 13 a 20/12/1985, p. 08.

Nessa matéria o jornalista apregoa o valor histórico no imóvel, o mesmo que resultaram em seu tombamento anos depois, a primeira casa de alvenaria da cidade, com suas características arquitetônicas originais, corroborando com a perspectiva adotada pelo órgão paulista na proteção oficial do imóvel.

Torna-se relevante frisarmos o uso do conceito de memória social em finais da década de 1980, no discurso da imprensa local da cidade de Marília, um avanço considerável para a época, porque os estudos históricos ainda estavam iniciando as discussões sobre a memória, que estava vinculada às pesquisas da psicologia social⁷⁰.

Outro ponto do texto jornalístico abordou as percepções das pessoas que passavam na rua em 1985, quando viam a possibilidade de venda da residência, ressaltando a indiferença de muitos transeuntes em relação a essa casa, e a perplexidade de alguns que entendiam o valor desse bem cultural para a cidade de Marília, apresentando a dubiedade dos significados que suscitou, e suscita esse imóvel, particularmente durante os estudos de tombamento e na documentação local.

O autor continuou sua explanação, afirmando que o crescimento desordenado das cidades do interior do Estado traz prejuízos à preservação da memória, com a destruição de importantes referenciais para a identidade e da memória local⁷¹.

Presumi-se que a motivação de publicar essa reportagem revelou a tentativa de expor ao um debate público, a possibilidade de destruição de mais uma edificação importante para a história de Marília (cita o Cine Marília, destruído), em um momento de verticalização da cidade, motivada pelo desenvolvimento econômico, em meados da década de 1980, mas o assunto foi esquecido na publicação da próxima semana.

⁷⁰ Ver a importante obra de: BOSI, E. **Memória e sociedade**. SP: Cia das Letras, 2005.

⁷¹ Sobre esses conceitos, Michel Pollak, comentou: *A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, da admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.* In: POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204.

De acordo com a citação acima, analisar nas concepções locais do patrimônio cultural a partir das múltiplas identidades sociais, conflitantes entre si, cada uma marcando ou não, seu espaço no campo patrimonial da cidade, seja através de monumentos, celebrações ou edificações tombadas.

É importante salientar que o jornal Marília News circulou em Marília de meados da década de 1980 até 1989, era um semanário de aproximadamente doze páginas, distribuído gratuitamente na cidade (na primeira página estava expressa a seguinte frase: “Venda proibida”). O jornal tinha como proprietários os senhores José Mário Zuicker e Wanderley Rosilho D’Ávila (dono, também, de outro periódico, o Jornal da Manhã), entre outros.

A publicidade do jornal era muito reduzida, com isso podemos afirmar: esse periódico tinha certa independência em relação aos outros da época, porque se supõe que não dependia diretamente nem de anunciantes ou patrocinadores, podendo publicar, possivelmente, artigos relacionados a questões culturais sem nenhuma ingerência. Outro ponto que envolve esse jornal é a sua gratuidade, sendo assim, os proprietários dispunha de certo capital para sua impressão e divulgação na cidade.

Retomando a análise do jornal, no texto de João Carlos Cabral, “A Casa de Marília”, o jornalista relatou a história desse imóvel e a ameaça de destruição da primeira casa de alvenaria da cidade, por causa da especulação imobiliária: (...). *Muitas das primeiras casas aqui construídas já não mais existem. Em lugar delas, espigões de concreto e aço proliferam, mudando a paisagem (...)*⁷².

Por que, para o autor, esses bens arquitetônicos não existem mais ou estão ameaçados? Os bens culturais têm como maior inimigo a crescente especulação imobiliária, especificidade dessa região de formação recente, ou seja, o velho é entendido como um sinal de atraso, que inviabilizaria a cidade rumo a tão sonhada busca pelo “progresso”.

Podemos afirmar o quanto foi impactante para as cidades em crescimento do interior paulista, como Marília, baseado na indústria, o processo de verticalização, expresso pelo texto da imprensa local, evidenciando as

⁷² Marília News. **A casa de Marília**, 13 a 20/12/1985, p. 08.

transformações sociais e econômicas que passaram as atuais cidades médias paulistas no início do seu desenvolvimento que alteraria o seu cotidiano, trazendo benefícios e os problemas dos grandes centros urbanos do Brasil para o interior.

A residência da Rua Dom Pedro, 87, é um caso polêmico, tombada desde o final da década de 1980, ficou quase duas décadas tombada, mas não homologada pelo Secretário de Estado da Cultura, foi finalmente, inscrita no Livro do Tombo em 2008.

Diferentemente da Indústria Matarazzo, tombada, homologada e inscrita no Livro do Tombo Histórico, a Casa da Rua Dom Pedro, 87, ficou tombada e não homologada por mais de 22 anos, como já dito, devido a vários problemas na condução do processo.

A edificação, objeto de uma notícia e, em seguida, uma reportagem, no mesmo caderno, ao longo da trajetória do Marília News, teve em 1986, o pedido de seu tombamento junto ao órgão estadual de patrimônio pela Comissão dos Registros Históricos, mas é interessante notar, nenhuma menção ou nota foi publicada por esse jornal, comentando ou analisando a solicitação ao órgão paulista de preservação.

Entendemos que ausência de publicação deve-se, supostamente, ao não interesse do jornal em dar visibilidade a uma ação do Poder Legislativo local, motivada, por disputas políticas locais ou mesmo, falta de interesse em publicar o pedido de tombamento feito ao órgão paulista de patrimônio, entendendo não ser importante a sociedade de Marília tomar conhecimento da possibilidade da preservação desse bem cultural, referencial da memória local.

Esse imóvel voltou a ser abordado como importante para a publicação nas notícias locais após de sete anos da última publicação, em 1992. No dia 09 de maio desse ano, na primeira página do jornal Diário de Marília, em segundo plano, a matéria jornalística intitulada: “Casarão em ruínas”, com uma imagem destacando que a edificação estava com a estrutura comprometida e, relatou a vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros local, o estado de conservação do imóvel e seu tombamento pelo Estado, não apareceu na primeira chamada,

que ressaltou a eleição municipal de Marília: “Começa definição para disputa pela Prefeitura”⁷³.

É interessante observar que quando a imprensa local relatou o tombamento do imóvel, não apresentou quaisquer dados para um melhor entendimento sobre esse ato administrativo, simplesmente é apresentada a notícia ao público mais amplo, não os acontecimentos detalhados, explicando, por exemplo, os conceitos, por isso, o tombamento é visto mais como uma punição do Estado do que valorização simbólica do bem arquitetônico.

O jornal Diário de Marília, fundado em 1985 com o nome de Diário Marília Notícias (semanal), a partir de julho de 1988 tornou-se diário, possui aproximadamente doze páginas, com ampla publicidade. O Sistema Iguatemy de Comunicações, foi o primeiro proprietário desse jornal, em seguida, passa-se para o senhor Cardoso e hoje, esse periódico está vinculado ao grupo político liderado pelo Deputado Federal Abelardo Camarinha.

Supõe-se que o jornal Diário de Marília se interessava em publicar notícias relacionadas a esse imóvel apenas na década de 1990, porque o mesmo já se encontrava em meio a uma acirrada disputa entre o Estado, poder local, e os proprietários e herdeiros da residência. Com isso, diante da visibilidade dessa disputa, venderiam mais exemplares.

Na reportagem, na seção Cidade, “Casarão com estrutura debilitada”, do jornal Diário de Marília, tendo uma imagem aérea do lugar, destacando o uso como estacionamento, devido à quantidade dos automóveis presentes no lugar, o autor abordou o mau estado de conservação desse imóvel, com a possibilidade real de desabamento, motivado pelas fortes chuvas que ocorreram em Marília no início da década de 1990.

É importante ressaltar, de acordo com o estudo dessa reportagem, além de ser valorado, pelo poder Legislativo local como a primeira residência de alvenaria de Marília, no ano da implantação do município, em 1929, critério para a solicitação de tombamento ao órgão paulista de patrimônio, a edificação, construída pelo senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal, considerado pelo poder municipal como o principal *pioneiro* que chegou à localidade nas

⁷³ Diário de Marília. **Casarão em ruínas**, 09/05/1992.

primeiras décadas do século XX (esse tema será tratado no terceiro capítulo dessa tese).



Figura 06: Fotografia sem data do imóvel da Rua Dom Pedro, n. 87. A intenção do fotógrafo supõe-se, era somente retratar o sobrado. Novamente, uma imagem em que não aparecem sujeitos. É importante salientar que essa fotografia faz parte dos estudos de tombamento do imóvel, enviada pelo solicitante ao órgão paulista de patrimônio. Autor: Desconhecido. Fonte: Processo de Tombamento n. 24.405/86, p. 143.

O principal problema não era a questão estrutural da residência, mas sim o valor de mercado da casa, visualizado na análise do texto. O jornalista relatou na reportagem que os proprietários não conseguiram alugar essa residência para o Instituto de Radiologia, visto que os equipamentos não passariam pelas portas, e, demoraria muito para conseguir uma autorização do CONDEPHAAT para alterar a estrutura da edificação, e, portanto, negócio desfeito: *Com o tombamento do sobrado, a família ficou impedida de alterar a*

estrutura da casa, (...). Isso vem causando “graves prejuízos financeiros”, explicou Izabel ⁷⁴.

O autor descreveu na matéria a participação do Poder Legislativo local, que solicitou o tombamento ao órgão paulista de patrimônio, acusando os vereadores de tentarem se projetar politicamente com essa ação. Com isso, podemos perceber o quanto é complexa a preservação do patrimônio cultural em áreas recentes, entrando em pauta, além da questão meramente econômica, as relações sociais e políticas vigentes na época.

Os proprietários da edificação acusaram os vereadores de Marília, solicitantes, através da Comissão dos Registros Históricos, do pedido tombamento ao CONDEPHAAT, de estarem agindo em causa própria e não pensarem nos donos e herdeiros do imóvel e nas demais implicações que causariam com tal ato, por exemplo, nas dificuldades em conseguirem vender o bem e de qualquer intervenção a ser feita, pois teria que passar pelo aval do órgão responsável pelo acervo dos bens culturais paulista. Novamente, um assunto que não teve continuidade na imprensa de Marília.

Em 28 de janeiro de 1993, o jornal Diário de Marília, também em chamada na primeira página sobre o imóvel, na matéria intitulada, “Tombado e abandonado”, com imagem da residência, apresentou as considerações sobre o tombamento da casa, o abandono, a má conservação, e o descaso do bem cultural protegido pelo Estado.

O autor, que provavelmente tinha por finalidade enfatizar a omissão do governo paulista acerca da preservação do patrimônio no interior paulista, ressaltou na primeira página, mas em segundo lugar, porque a chamada principal destacou o corte de ligações de água irregulares na cidade: “DAEM vai cortar ligações ilegais”.

Com isso, na reportagem do mesmo caderno intitulada “Tombamento não evita abandono do prédio”, novamente com uma imagem que destacou a falta de conservação do imóvel, o autor da notícia, sem assiná-la, focou nas questões que implicam a um bem tombado: a manutenção fica a cargo do proprietário, e, as várias alterações, modificando o imóvel original:

⁷⁴ Diário de Marília. **Casarão em ruínas**, 09/05/1992, p. 08.

(...), o casarão já está muito diferente. As janelas do térreo foram substituídas, alguns detalhes caíram, a pintura mudou e cobriu detalhes em azulejos e pinturas a mão que existiam no hall de entrada⁷⁵.

Podemos observar que o imóvel em 1993 já apresentava problemas e transformações na sua estrutura física, perdendo, assim, no entender do jornalista, a permanência e a autenticidade, critérios fundamentais para a proteção do patrimônio.

Os herdeiros não tinham como restaurar a casa, porque essa atividade demandaria muito dinheiro e a família herdeira não teria condições para realizar tal ato. Izabel Scheline, uma das herdeiras do imóvel, criticou a área envoltória, pois o Estado define em 300 metros a área envoltória dos bens tombados (Decreto Estadual n. 13.426, de 16 de março de 1979), nessa área não se pode construir nenhuma edificação que atrapalharia a visibilidade da edificação tombada: *Decreto do CONDEPHAAT diz que não pode construir a 300 metros. Mas como deixaram fazer um prédio ao lado. Como pode bater estacas?*⁷⁶.

Observa-se que a reclamação da senhora Scheline procede, uma vez que durante o estudo de tombamento, o bem já ficou protegido, como se já estivesse inscrito nos Livros do Tombo, fato consumado em 2008, mas a Prefeitura Municipal de Marília autorizou a construção de um prédio, do lado esquerdo da casa, prejudicando totalmente a visibilidade simbólica do mesmo. Quem passa na Rua Dom Pedro, perto da Avenida Sampaio Vidal, exatamente a duas quadras, não vê a casa tombada, só quem sabe que ela está ali, presta atenção na mesma.

Por que isso acontece? Ao nosso entender, a falta de comunicação e de entendimento sobre as questões ligadas à preservação do patrimônio cultural no Brasil, pois as três esferas de poder não se relacionam e muito se perde no interior da burocracia estatal, e o prejuízo desse fato cabe à preservação no Brasil.

⁷⁵ Diário de Marília. **Tombamento não evita abandono do prédio**, 28/01/1993, p.09.

⁷⁶ Idem, p. 10.

A maioria dos municípios brasileiros não possui um Conselho Municipal de Cultura, muito menos, entidades ligadas ao tema do patrimônio cultural. Portanto, na maioria das vezes, o embate entre os poderes, municipal e estadual, prejudica de modo considerável a preservação de um bem cultural, protegido por outro órgão da esfera da administração pública, em nosso caso, o CONDEPHAAT.

Sobre essa questão, a assertiva do antropólogo Edgard de Assis Carvalho é esclarecedora:

Integrantes do aparato de Estado dividem-se em federais, estaduais, municipais. Por vezes, se associam, por outras não se entendem. (...). Se houvesse sintonia mínima entre as três esferas, seria possível criar situações educativas conscientizadoras da prioridade e da urgência preservacionistas⁷⁷.

Podemos supor que a publicação de matérias questionando o tombamento do seu espólio, nesse período histórico, deveu-se à pressão da família herdeira em dar visibilidade a sua demanda, mostrando, para os leitores desse jornal, ao seu entender, o descaso e omissão do Estado e a sua insatisfação depois da proteção oficial.

Esse assunto ficou esquecido na imprensa de Marília por um período de nove anos e voltou a ser discutido no ano de 2002. Na reportagem, “Arquitetos querem preservar a história”⁷⁸, o autor descreveu a tentativa da arquiteta Luciana Gonçalves Moreira em realizar um evento de arquitetura no interior da casa tombada. Devemos destacar a importância da atuação dos arquitetos nessa área, na defesa e divulgação do patrimônio cultural.

Na história da preservação do patrimônio no Brasil é constante a disputa e as tensões entre os arquitetos e historiadores, dentro dos órgãos

⁷⁷CARVALHO, E. de A. A cidade como bem cultural, texto de Ulpiano Toledo B. de Meneses (Comentário 2). In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília: IPHAN, 2006, p. 59.

⁷⁸ Diário de Marília. **Arquitetos querem preservar a história**, 04/08/2002.

responsáveis e em outros lugares sociais, como na imprensa, sobre o que se pretende preservar ou não⁷⁹.

Voltando à análise da imprensa, pretendia-se, com esse evento, no texto jornalístico analisado, valorizar o patrimônio de Marília, do qual ressalta a importância desse ato, de acordo com a arquiteta, mostrar o trabalho dos profissionais da área. Também tentou conseguir uma reforma para o edifício, imprescindível para ocorrer à mostra, já que o evento ia ser realizado em seu interior. Luciana Gonçalves Moreira conseguiu a autorização dos proprietários e aguardava a autorização do órgão paulista de patrimônio.

Não houve mais nenhuma matéria sobre esse evento no periódico em análise. Isso nos mostra as dificuldades encontradas pelos proprietários de bens tombados em conseguir autorização para a realização de alguma intervenção nos imóveis protegidos oficialmente, prejudicando, consideravelmente, as relações entre Estado e sociedade, representada pelos herdeiros.

Publicou-se em 2004 mais uma reportagem sobre o bem cultural. Relatou que os proprietários estão com uma ação na Justiça que impede que o tombamento do edifício. A edificação, que já estava protegida, aguardava a decisão final do órgão paulista de preservação, faltando apenas à delimitação da área envoltória e da homologação pelo Secretário de Estado da Cultura, para o prédio ser inscrito em um dos Livros do Tombo⁸⁰.

Nesse sentido, segundo o antropólogo Alexandre Correa Fernandes, para o patrimônio “existir”, o mesmo deve estar inscrito em um dos Livros do Tombo, sendo assim, quem reconhece é somente o Estado e, não a sociedade, na maioria das vezes, usuária do patrimônio.

⁷⁹ Ver essa questão no artigo de Rodrigo Modesto Nascimento, especialmente na análise sobre a SANBRA: A preservação do patrimônio em Assis - SP: as disputas diversas em cena (1984-1989). **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 05, p. 204-221, 2009.

⁸⁰ O antropólogo Alexandre Fernandes Correa analisa em sua obra, os Livros do Tombo, presentes em todas as instituições de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, e, afirma: *Da maneira como foi concebido e estabelecido pelo Decreto Lei n. 25/37, os Livros do Tombo estão subordinados à lógica aristotélica e classificatória. Em nome da Ciência, tudo tem que ser etiquetado, sem isso a “coisa” não existe (...).* In: CORREA, A. F. **Patrimônios bioculturais: ensaios de antropologia do patrimônio cultural e das memórias sociais**. São Luís: Editora da UFMA, 2008, p. 88.

Em 2004 tivemos muitas ações do poder público local, através do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Turismo, que visavam inserir a temática patrimonial para a sociedade de Marília, sendo alvo de publicações na imprensa (questões analisadas no Capítulo 03).

Muitas vezes a concepção valorada pelo Estado não corresponde ao que aos indivíduos e grupos sociais entendem como seu próprio patrimônio, mostrando, assim, a recusa e a indiferença, em diversos casos, aos bens tombados por órgãos de outras esferas do poder.

Retomando a análise do jornal, o autor continua destacando que a residência logo iria ser tombada em âmbito estadual, sendo o segundo patrimônio da cidade, junto da Indústria Matarazzo, na época. Porém, apresenta a contestação do tombamento pela família herdeira: *A família Scheline, (...), contesta na ação que terá prejuízos com o tombamento do prédio, que atualmente abriga um estacionamento de veículos (...)*⁸¹.

Os herdeiros da residência tiveram conhecimento de um possível cancelamento do tombamento da Indústria Matarazzo nesse ano e animaram-se na tentativa de cancelar a proteção oficial da casa interessados no alto valor de mercado do imóvel.

O único uso do imóvel tombado pela família herdeira refere-se a um estacionamento de veículos. A residência está localizada a uma quadra da principal Avenida de Marília, a Sampaio Vidal, possibilitando uma receita econômica aos proprietários, uso igual da Indústria Matarazzo, desde a sua desativação em 1975, até a reforma em meados de 2010, objeto do segundo capítulo.

Sobre as relações entre mercado e cultura, fato esse, inerente ao estudo da Casa da Rua Dom Pedro, 87, o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses discorre:

A lógica do mercado, que pressupõe, por exemplo, a obtenção de lucros, tende a instrumentalizar a cultura; esta, por sua vez, age segundo uma lógica de finalidade, em que a produção de sentido e da comunicação é que constitui a prioridade. Cálculo de investimento/ retorno, custo/ benefício só são legítimos, no

⁸¹ Diário de Marília. **Ação para tombamento de sobrado no centro**, 25/04/2004.

campo da cultura, se estes termos forem determinados segundo hierarquia fundamentada na lógica cultural⁸².

A partir da citação acima, podemos observar as difíceis relações entre a cultura e o mercado. O mercado seria a base estrutural da cultura, mas as relações econômicas só teriam sentido se fossem utilizadas segundo as determinações culturais. Mas, podemos afirmar que quando a economia está presente no campo cultural, fundamenta-se a partir da sua própria lógica, com isso, importa-se somente com o lucro dos proprietários ou dos investidores, salvo honrosas exceções.

Voltemos para a análise da imprensa local. Os proprietários do imóvel afirmam não ser possível reformar o imóvel, pois ficaria muito caro e a família não teria condições de arcar com esse ônus. A edificação poderia ser alugada, mas não seria um bom negócio para os familiares, uma vez que eles pretendem pleitear uma indenização (não é possível em caso de tombamento) e desejam vender o imóvel, avaliado em 1,2 milhões de reais:

João Paulo Scheline Neto, também herdeiro, considera justo receber indenização caso ocorra o tombamento do imóvel. Apesar de ter amor pela casa, diz que uma reforma ficaria muito cara e que a família não teria condições de arcar⁸³.

Na última reportagem desse periódico, intitulada “Estado divulga resolução para tombar casa da Rua Dom Pedro”⁸⁴, destacou-se o conteúdo da resolução da Secretaria de Estado da Cultura: o imóvel é um marco simbólico de Marília, expressão do avanço do café para o interior do Estado, a importância da sua arquitetura eclética, sendo uma das primeiras casas de alvenaria da região e a primeira de Marília.

Com isso, esses valores acima citados estão constantes do processo de tombamento (n. 24.405/86), que embasaram os estudos de técnicos e

⁸² MENESES, U. T. B. de. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: **II Seminário Internacional História e Energia**. SP: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000, p. 29.

⁸³ Diário de Marília. **Herdeiros agora esperam cancelar tombamento de casarão no centro**, 09/12/2007.

⁸⁴ Idem. **Estado divulga resolução para tombar casa da Rua Dom Pedro**, 30/11/2008.

conselheiros, levando ao reconhecimento do poder público via tombamento do patrimônio.

Todos os tombamentos em Marília foram solicitados ao CONDEPHAAT na década de 1980: a casa da Rua Dom Pedro, 87 em 1986 (Comissão dos Registros Históricos), a indústria Matarazzo em 1988 (Aparecido Tenório da Silva) e a Escola SENAC, 1990 (IAB-SP) e, apenas uma dessas edificações, a fábrica, teve decisão final no início da década de 1990, em 1992, os outros dois imóveis, no início do século XXI.

Portanto, podemos afirmar que a década de 1980 representou um *boom* da valorização da memória social no campo patrimonial, a citação do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses sintetiza esse momento, em artigo publicado em 1992:

O tema da memória está em voga, hoje mais que nunca. Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. (...) ⁸⁵.

É importante lembrar que a década de 1980 representou um *boom* institucional da preservação do patrimônio cultural nos municípios do Oeste Paulista, sendo assim, representando uma ruptura, porque nenhum outro período histórico ocorreu tantas solicitações de pedidos proteção oficial ao órgão paulista de preservação.

Note-se que esse *boom* de solicitações de tombamento ao órgão paulista de patrimônio cultural refere-se a atos isolados e desconectados entre si, não se refere a uma política local ou estadual com continuidade e com programas de valorização e divulgação desses bens edificados, bem como o distanciamento da sociedade civil em relação a esse tema.

Ainda indagamos, por quê? Acreditamos que foi às discussões políticas e culturais em âmbito federal presente na Assembleia Constituinte e o seu resultado, a Constituição de 1988, que enfatizaram a descentralização das políticas de patrimônio, e, com isso, criou um clima favorável para as

⁸⁵ MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.34, 1992, p. 09.

solicitações de tombamento ao órgão paulista de patrimônio, tanto de instituições públicas, indivíduos e do setor privado, em Marília.

Não foi apenas em Marília que ocorreu esse *boom* institucional de pedidos de preservação ao órgão paulista de patrimônio, outro exemplo é a cidade de Assis, com a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) e o Teatro São Vicente, o primeiro arquivado e o outro, tombado, e, em Presidente Prudente, com o Museu Histórico, arquivado, todas essas edificações estudadas pelo CONDEPHAAT na década de 1980.

Retornemos à análise do periódico, na qual o autor da reportagem jornalística criticou o tombamento:

Segundo apurou o Diário, o tombamento não dará condições financeiras de restauração a casa, que tem mais de 80 anos. Não há previsão de indenização ou, sequer, de isenção de alguns tributos. A estrutura, já antiga, conta com um porão, e, por isso, também seria complicado fazer do local um museu para intensa movimentação na área⁸⁶.

Nessa crítica, o autor enumerou as questões principais da recusa da proteção oficial, pela maioria dos proprietários de bens culturais tombados em todo o Brasil: a falta de isenção de impostos, como o IPTU, e também, na qual toda a infraestrutura do edifício fica a cargo do seu proprietário, sendo essas, algumas das questões centrais responsáveis pelos entraves entre o público e o privado desse ramo das políticas culturais.

Segundo Marly Rodrigues, o tombamento revela a supremacia do interesse público sobre o privado, mas esse instrumento de preservação, adequado às edificações de valor excepcional, monumentais, sendo assim, seus efeitos são contraditórios, porque não oferece compensações financeiras aos proprietários, mas altera consideravelmente o valor imobiliário dos bens⁸⁷.

Mas, apenas em 2010, o Jornal da Manhã (fundado em 1981, tem como proprietários os senhores Wanderley Rosilho D'Ávila e sua esposa) publicou uma notícia sobre esse caso polêmico, na seção Coluna Dois:

⁸⁶ Diário de Marília. **Estado divulga resolução para tombar casada Rua Dom Pedro**, 30/11/2008.

⁸⁷ RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 24**. RJ, 1996.

Quem passa pela rua D. Pedro, no centro da cidade, se depara com um sobrado caindo aos pedaços por culpa do tombamento feito pelo CONDEPHAAT (...). O Estado tem mania de “tombar” prédios antigos com algum valor histórico, mas se limita a isso. Assim, os imóveis vão se deteriorando, sem que o proprietário possa fazer qualquer reforma ou vendê-lo⁸⁸.

É uma nota breve, criticando incisivamente o órgão de preservação do patrimônio paulista em Marília. O jornalista ressaltou que o proprietário não pode reformar (pode, com autorização do órgão responsável), vender, o que é possível, e que o órgão estadual de patrimônio tem “mania” de tombar prédios antigos. É importante ressaltar que para o início dos estudos de tombamento é necessário à existência de uma solicitação feita ao órgão paulista de preservação do patrimônio cultural.



Figura 07: Vista geral do sobrado da Rua Dom Pedro, 87, em Marília, tombado em 2008, sendo um dos casos mais polêmicos envolvendo a preservação de bens culturais no Oeste Paulista, observada através de uma disputa acirrada entre o público e o privado que está em pauta desde 1986. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2011.

⁸⁸ Jornal da Manhã. **Aos pedaços**, 20/02/2010.

Entretanto, o autor enfatizou um ponto importante na questão da preservação: a conservação fica para o proprietário do imóvel tombado e também, não existe nenhum auxílio, por parte do Estado, para quem tem bens nessa condição, pois todos os impostos são cobrados, como o IPTU, salvo em algumas e raras e honrosas exceções.

Deve-se destacar que os familiares estão interessados no valor econômico da edificação, de acordo com o estudo da imprensa, os mesmos passam por dificuldades financeiras e a venda do imóvel, provavelmente, ajudaria essa questão. É possível vender um bem tombado, mas essa situação afasta compradores, pelas dificuldades de realizar mudanças na estrutura física do mesmo.

Uma das principais tensões entre preservação e sociedade local é a questão de penalizar o CONDEPHAAT pelas mazelas locais em torno do patrimônio cultural tombado, como se fosse apenas o órgão paulista de preservação o “culpado” por todos esses problemas, particularmente a especulação imobiliária.

Portanto, para o jornalista, o caminho mais fácil é questionar o órgão estadual, sem representação na cidade, ou seja, não apresenta nenhuma visibilidade, do que apresentar propostas para a melhoria das ações preservacionistas em Marília.

É importante relembrar que os proprietários e herdeiros desse imóvel valorizam apenas o aspecto econômico do mesmo, não o simbólico, como um patrimônio tombado pelo Estado. Devemos considerar as dificuldades financeiras passadas pela família proprietária da casa, visto que até hoje a única atividade econômica presente nesse bem cultural, na época, era um estacionamento de veículos.

A tensão entre o Conselho e a Comissão dos Registros Históricos se apresenta na pressão pelo destombamento dos bens culturais, realizada pela sociedade local, em torno da não aceitação dos proprietários e herdeiros dos imóveis tombados pelo Estado, em sua maioria, alegando não concordar com os critérios utilizados na proteção oficial dos mesmos. Em seguida, iremos analisar a Escola SENAC em Marília.

Valorização da arquitetura: a Escola SENAC.

A finalidade desse item é estudar a dinâmica social da preservação e do tombamento desse edifício escolar de Marília, protegido oficialmente pelo em 2005, a partir dos estudos do CONDEPHAAT e, em seguida, abordar a perspectiva local, a partir da análise da documentação produzida em Marília.

A edificação é descrita dessa forma no *site* do órgão paulista de patrimônio:

Inaugurado em 12 de abril de 1958, o edifício projetado pelo arquiteto Oswaldo Correia Gonçalves é exemplar representativo da arquitetura moderna paulista, baseada nos princípios do funcionalismo e racionalismo de Le Corbusier. Ocupando uma área útil de 646 metros quadrados, distribuídos em dois pavimentos, destina-se o térreo ao Centro Social do SESC e, o superior, à Escola SENAC⁸⁹.

É importante frisar que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) faz parte do chamado sistema “S” (SENAI, SEST, entre outros) criado pela Confederação Nacional do Comércio em 10 de janeiro de 1946. A principal finalidade dessa instituição é a Educação Profissional, preparando seus alunos para as diversas atividades técnicas e comerciais⁹⁰.

O tombamento das Escolas SENAC de Marília e de São José do Rio Preto foi solicitado ao órgão paulista de patrimônio pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP), com sede na capital paulista, em 19 de junho de 1990, pelo então Presidente dessa entidade classista, o senhor Pedro Antônio Galvão Cury⁹¹.

Um dos principais critérios descritos para a preservação desses bens culturais foi o estilo arquitetônico dos mesmos, pautados nos cânones da arquitetura moderna, tendo por base os princípios do funcionalismo presentes

⁸⁹ Descrição do bem tombado no *site* da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Disponível: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 22 jul. 2010. Dados sobre o tombamento: Resolução SC n. 47, de 14/09/2004 e publicado no Diário Oficial do Estado em 07/10/2004, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o n. 347, p. 93, em 31/01/2005.

⁹⁰ Disponível: www.senac.br. Acesso em: 15 mar. 2012.

⁹¹ Processo n. 27.945/90.

na obra do arquiteto Le Corbusier, que influenciou muitas edificações em São Paulo e no Brasil.

O arquiteto Lauro Cavalcanti problematiza as ideias desse arquiteto e sua influência na arquitetura brasileira:

O modernismo na arquitetura brasileira constituiu-se, no início dos anos 30, a partir de uma reinterpretação das ideias de Le Corbusier e, em menor medida, daquelas de Walter Gropius. Não é surpreendente que as ideias de Le Corbusier tenham sido tão bem-sucedidas entre nós: inúmeros pontos do ideário corbusiano coincidiam com o discurso de intelectuais ligados ao Estado Novo⁹².

Os proponentes enfatizaram a obra do arquiteto Oswaldo Correia Gonçalves que projetou edifícios escolares na década de 1950, como os dois citados e a Escola SENAC localizada na cidade de Santos. O pedido de tombamento foi assinado por alguns dos arquitetos vinculados a arquitetura moderna no Estado de São Paulo: Antônio Luiz Dias de Andrade, Benedito Lima de Toledo, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Alberto Cerqueira Lemos, entre outros.

Logo, podemos afirmar a importância desse bem cultural para a arquitetura moderna no Estado de São Paulo, pois nomes de destaque no campo arquitetônico foram favoráveis ao tombamento das duas Escolas SENAC, tanto em Marília quanto em São José do Rio Preto. É interessante notar que esse é o único pedido de proteção oficial que não partiu da sociedade local, e sim, de uma entidade classista, localizada em São Paulo, o IAB-SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil).

Em 23 de julho de 1990, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou a favor da abertura de estudos de tombamento. Com isso, a historiadora do STCR, Ana Luiza Martins em parecer enviado para a Diretoria Técnica do órgão responsável pela preservação do patrimônio paulista, argumentou que o edifício escolar deve ser entendido a partir da arquitetura

⁹² CAVALCANTI, L. A. P. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: Dulce Pandolfi. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. RJ: FGV, 1998, p. 179.

como fonte histórica, recorrendo às concepções dos historiadores vinculados a Escola dos Annales.

Para os responsáveis pelo SENAC, Ana Luiza Martins, em sua explanação, enfatizou que o imóvel não passa de mais uma escola, dentre as muitas espalhadas pelo Estado de São Paulo, tanto na capital, quanto no interior e no litoral, mas a edificação localizada em Marília é um exemplar importante para a arquitetura moderna paulista. Nas palavras de Ana Luiza Martins:

No panorama das obras anunciadas naquele momento, quais seja Prefeitura Municipal, Colégio Cristo Rei, Educandário Bezerra de Meneses, destacava-se o projeto do SENAC, distante dos demais na proposta plástica, porém afinado com a melhor arquitetura que se produzia no país. Obra talvez hermética para o entendimento de seus contemporâneos, razão pela qual pouco noticiada nos periódicos, porém de valor permanente no quadro da arquitetura local, (...) ⁹³.

O arquiteto Nilson Ghirardello, conselheiro do CONDEPHAAT, em 23 de março de 1995, manifestou parecer favorável ao tombamento da Escola SENAC em Marília, baseado no estudo realizado pela historiadora do STCR, Ana Luiza Martins.

Assim, o conselheiro teve posicionamento contrário à proteção oficial do outro edifício escolar, localizado em São José do Rio Preto, uma vez que o mesmo, descaracterizado, devido a várias reformas em sua estrutura física: *Quanto ao edifício do SENAC de São José do Rio Preto, infelizmente não se encontra íntegro como o de Marília, sofreu reformas que o descaracterizaram irremediavelmente interna e externamente (...) ⁹⁴.*

Mas o que significa, então, modernidade, critério primordial no tombamento dessa escola? Nas páginas seguintes iremos elaborar uma breve discussão conceitual sobre essa controversa e complexa categoria analítica sem intenção de esgotar temática tão vasta.

Maria Cecília Londres Fonseca comentou que na prática do tombamento, ainda persiste os critérios de valor distantes da realidade social

⁹³ Processo n. 27.945/90, p. 195.

⁹⁴ Idem, p. 225.

do país, mesmo com a inclusão de outros profissionais de diferentes especialidades nos órgãos encarregados da preservação do patrimônio⁹⁵.

A categoria analítica modernidade, demandou e demanda, ainda, diversas interpretações ao longo dos anos, incorporada por vários campos do saber, tanto na história, quanto na arquitetura, ou, na ciência política, etc. Mas, também, se manifesta implicitamente em outras atividades humanas, como nas artes, na economia, no urbanismo, entre outros.

Para Jacques Le Goff, o conceito de moderno e antigo nem sempre foram opostos: o segundo foi substituído por tradicional e o primeiro, por novo. Esse termo, só tem sentido, segundo o autor, de recente, novo e antigo, entendido por “pertencer ao passado”, ao período histórico conhecido como anterior a Idade Média, a Antiguidade⁹⁶.

Nesse sentido, a nosso ver, a categoria modernidade deve ser pensada, nesta pesquisa, como um conjunto de ideias e valores que caracterizam a visão de mundo de uma determinada sociedade, basicamente a ligada aos valores ocidentais, vinculada a uma concepção otimista da História, ser moderno é ser inovador, buscar o novo, entendido, como melhor que o velho, mas no caso desse tombamento, modernidade vinculada ao campo da arquitetura.

A vinculação entre arquitetura moderna e preservação do patrimônio no Brasil pode ser sintetizada na afirmação de Márcia Chuva:

A participação do profissional de arquitetura, ligado à vertente modernista, na formulação das bases discursivas e da prática do novo órgão (SPHAN), nas décadas de 1930 e 1940, foi significativa⁹⁷.

Conforme as lições de Márcia Chuva, a valorização da edificação escolar de Marília pelos membros do IAB-SP, seguiu as considerações impostas pelo movimento modernista da década de 1920, apontando para a

⁹⁵ FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. RJ: Editora da UFRJ/ SPHAN, 2009.

⁹⁶ LE GOFF, J. Antigo - Moderno. In: **Enciclopédia Einaudi**, Volume Um. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

⁹⁷ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. RJ: Editora UFRJ, 2009, p. 97.

proteção oficial um imóvel do interior paulista, de autoria do arquiteto Oswaldo Correia Gonçalves, membro desse importante movimento cultural.

Marshall Berman, um dos principais teóricos da modernidade, afirmou que essa categoria de análise pode ser entendida como um tipo de experiência social compartilhada pelos homens de todo o mundo atualmente, apresentando uma diversidade de sentidos. Mas, ao mesmo tempo, apresenta suas contradições:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades (...) ⁹⁸.

Esse autor discorreu que a modernidade deve ser entendida como uma experiência social. Pelo nosso entender, essa categoria analítica não está presente em todo o mundo, pois a modernidade é uma especificidade da nossa sociedade, ligada ao mundo Ocidental, datada do Século XIX, construída em conjunto com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo⁹⁹.

A modernidade, segundo Olga Brites e Mirna Busse Pereira tem como característica a: (...) *produção da exclusão social, já que em nome dessa modernidade se rejeitam experiências que não combinam com a consideração de muitas histórias*¹⁰⁰.

Assim, podemos afirmar que na existência de um discurso da modernidade, ocorrerá a exclusão, em nosso caso, do estudo sobre o patrimônio cultural da cidade de Marília, de edificações antigas, na demolição pura e simples, para dar lugar a imóveis considerados modernos.

⁹⁸ BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. SP: Cia das Letras, 1981, p. 13-14.

⁹⁹ Eric Hobsbawm aponta sobre esse tema: (...), *a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transformações econômicas, comunicações e movimentos de bens e dinheiro e pessoas* (...). In: HOBBSAWM, E. **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. RJ: Paz e Terra, 1998, p. 15.

¹⁰⁰ BRITES, O. & PEREIRA, M. B. Oficina de história: ensino, memória e patrimônio histórico. In: **Projeto História** (PUCSP), v. 40, 2010, p. 340.

Em seguida, iremos analisar as concepções locais em torno do patrimônio a partir da concepção local.

A Escola SENAC vista pelo poder municipal.

Patrimônio histórico e bens tombados são relacionados pelo senso comum a casas velhas, prédios antigos, imóveis abandonados, ou em ruínas e que não tem utilidade funcional no presente, servindo apenas para a fruição nostálgica de um passado que já se foi.

Segundo David Lowenthal, sobre o passado, esse autor enfatiza que o mesmo é essencial para nossa vida, mas como tomamos consciência do passado? O autor nos ajuda a problematizar:

(...), lembrando-se das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de tempos anteriores. O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conservam um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou os já experimentamos¹⁰¹.

Mas a consciência do passado, de acordo com esse autor, está assentada na memória, onde através das lembranças, recuperamos a consciência de tempos pretéritos e conseguimos distinguir o ontem de hoje, com isso, podemos confirmar que tivemos e vivemos um passado.

E quando se trata de um prédio em boas condições de conservação, utilizado em todas as suas atribuições funcional, e ainda, relativamente novo (aproximadamente 55 anos)? É o que veremos a partir do estudo da imprensa local e das atas da Comissão dos Registros Históricos sobre a Escola SENAC na cidade de Marília.

Na reunião da Comissão do dia cinco de maio de 1993, um dos assuntos presentes na pauta dessa entidade pública foi o pedido de tombamento do edifício escolar. Os membros da Comissão solicitaram do

¹⁰¹ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado? **Projeto História** (PUCSP), v. 17, nov. 1998, p. 64.

Diretor da referida instituição escolar, senhor Ademar Martins, informações acerca da solicitação de proteção oficial do edifício. Também foi pedido vista ao processo do bem cultural para que os membros da Comissão pudessem conhecer esse documento e o seu teor.

Novamente, o mesmo problema verificado na residência, analisada no item anterior, isto é, a falta de dados acerca do tombamento e da solicitação de proteção oficial de bens culturais na cidade de Marília, agora a Escola SENAC, que estava ainda sob o estudo no Conselho, concretizado apenas no ano de 2005.

Outro ponto foi à sugestão do Presidente da Comissão, Ari Resende de Souza e Silva, arquiteto, para que a professora da UNESP, campus de Marília, Yoshico Tanabe conseguisse informações sobre o estudo do tombamento do edifício escolar.

O presidente da Comissão solicitou que a referida professora entrasse em contato com o conselheiro do órgão paulista de patrimônio, que esteve na universidade para uma palestra, (não tem o nome do conselheiro), para saber notícias sobre o tombamento da Escola: (...) *enviou alguma resposta, depois que ele esteve em Marília, na palestra sobre “Preservação de bens culturais” e prometeu saber sobre o tombamento do SENAC*¹⁰².

Na reunião do dia 29 de junho de 1993, o senhor Paulo Correa de Lara, marcou uma reunião com os professores da UNESP, campus de Marília, para tratar do assunto do tombamento da escola. A universidade, nesse caso, teve um importante papel na preservação dos bens culturais no interior do Estado, por isso a busca de auxílio dos membros da Comissão aos professores universitários¹⁰³.

Professores esses que faziam parte do próprio Conselho em meados da década de 1980, exemplos da professora Anna Maria Martinez Correa e Maria Ângela D'incao, que tiveram importante participação na condução dos processos de tombamento do Teatro São Vicente em Assis e da Casa da Rua Dom Pedro, 87, Marília, ambos na década de 1980.

¹⁰² Ata n. 05/93, p. 07.

¹⁰³ Ata n. 06/93.

A modernidade, a partir da arquitetura, critério primordial para o pedido feito pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP), que embasaram os estudos de tombamento da Escola SENAC pelo órgão paulista de patrimônio, não apareceu no discurso da Comissão dos Registros Históricos como um item fundamental para a proteção da edificação escolar.

A principal questão abordada pelos membros da Comissão se circunscreve à falta de informações acerca do ato de proteção do edifício escolar, que estava ainda sob o estudo de tombamento, concretizado pelo CONDEPHAAT apenas em meados da primeira década do século XXI.

A preservação do edifício escolar.

É relevante salientarmos que somente uma notícia do prédio do SENAC em Marília tenha sido publicada pelo jornal Diário de Marília na década de 1980, no qual o jornalista destacou o tombamento do bem cultural através do Conselho, fato que se concretizou apenas no ano de 2005:

(...). A comunicação foi feita pelo Presidente do órgão, Edgard de Assis Carvalho, via ofício, ao Prefeito Domingos Alcade. Agora o SENAC não poderá intervir no prédio (...) sem a devida autorização¹⁰⁴.

Esse texto nos revelou um ponto importante acerca das políticas de preservação do patrimônio no Estado e no Brasil, o pouco conhecimento, tanto da esfera pública quanto do setor privado, aqui representado pela imprensa local, em torno dos procedimentos para a preservação do patrimônio cultural.

Devemos destacar o lugar que foi publicado uma notícia, na seção Cidade, mas com pequena chamada na capa do jornal, diferentemente da residência da Rua Dom Pedro, 87, com imagens e chamadas em letras grandes, o texto não apresentou imagem da Escola SENAC.

Podemos afirmar que, pela solicitação de tombamento partir de um órgão externo a Marília, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção São Paulo

¹⁰⁴ Diário de Marília. **Prédio do SENAC será preservado**, 15/08/1990, p. 04.

(IAB-SP), refletiu na pouca discussão na imprensa acerca da proteção oficial desse edifício escolar.

Nesse caso, o texto jornalístico relatou a abertura de processo de estudo de tombamento, não a decisão final do órgão, enviada do CONDEPHAAT e somente, enviou-se aviso sobre o início dos estudos de proteção oficial para a Prefeitura Municipal, para ciência.

Os estudos desse bem cultural demoraram quinze anos para uma decisão do órgão paulista de patrimônio, isto é, o tombamento do mesmo, em 2005, com a inclusão do imóvel no Livro do Tombo Histórico, devido a uma disputa jurídica entre a direção desse órgão e o Estado.

É importante salientar que a morosidade das ações de preservação, desde a solicitação até a decisão final, de acordo com Marly Rodrigues, está atrelada à própria dinâmica interna do órgão estadual de patrimônio, porque o mesmo se orienta por políticas de curto prazo, sem continuidade, exemplificada pela atuação dos conselheiros, com mandatos de dois anos¹⁰⁵.

A edificação fabril da cidade de Marília tem o menor número de notícias publicadas no jornal Diário de Marília, dentre os bens tombados na cidade e, está em perfeitas condições de uso e conservado pelo proprietário, sendo um exemplo de conservação do patrimônio no espaço urbano de Marília.

No final de 2004, após de quatorze anos de ausência na imprensa local, outra reportagem veiculada dessa Escola¹⁰⁶ abordou a visita dos integrantes do Conselho Municipal de Cultura de Marília no edifício tombado. O imóvel foi visto pelos membros desse conselho como um exemplo de conservação histórica e enfatizou o debate social do patrimônio tombado pelo órgão paulista de patrimônio na cidade de Marília.

¹⁰⁵ RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 24**. RJ, 1996.

¹⁰⁶ Diário de Marília. **Prédio do SENAC é modelo de preservação histórica**, 30/11/2004.



Figura 08: Escola SENAC na época da sua inauguração, no final da década de 1950. Observa-se a ausência de sujeitos históricos nessa imagem, presume-se que o autor queria registrar somente o novo prédio dessa escola, em 1958, mas que já funcionava, desde 1951 em outro lugar. Essa fotografia faz parte da coleção da Comissão dos Registros Históricos que a preserva e disponibiliza ao público, devido ao valor histórico apregoado por essa entidade pública ao imóvel escolar. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Um dos pontos importantes nessa notícia é a tentativa dos membros do Conselho Municipal de Cultura local, de acordo com a presidente, Wânia Lombardi, para que a sociedade usuária do patrimônio conheça os detalhes da figura jurídica do tombamento:

Muita gente conhece o prédio, mas nunca se pensou que é tombado e as características históricas foram mantidas. Parece um prédio escolar comum, mas é um prédio que tem influência na história de nossa cidade, falou¹⁰⁷.

Nessa notícia, chama atenção um fato: a desvalorização dos outros prédios escolares de Marília (*parece um prédio escolar comum*), porque fica patente que só essa edificação tem importância na história educacional da cidade, esquecendo-se de todos os outros imóveis, também, fundamentais, nesse processo.

¹⁰⁷ Diário de Marília. **Prédio do SENAC é modelo de preservação histórica**, 30/11/2004.

Podemos afirmar que um dos principais problemas relativos ao patrimônio tombado pelo órgão estadual no Oeste Paulista é o total desconhecimento da sociedade local, a usuária do patrimônio, se o imóvel é tombado ou não. O tombamento, no senso comum, é visto apenas como uma punição aos proprietários dos bens de natureza privada, não com a valorização simbólica do mesmo.

Esse problema se evidencia na formação dos professores de história, que desconhecem, em sua maioria, as questões relativas à preservação do patrimônio cultural. Um dos problemas em torno do conhecimento sobre o campo patrimonial na atualidade está na formação inicial dos futuros professores de História, porque existem poucos cursos de graduação nessa área que abordem o patrimônio em seus currículos, salvo honrosas exceções (concursos públicos na UFSC, UNIFESP, por exemplo, realizados em 2009).

O historiador, de acordo com Márcia Chuva: (...) *ingressa tardiamente nessa discussão. No entanto, a História sempre esteve presente, apropriada de modo naturalizado, por várias disciplinas*¹⁰⁸. A autora comenta que, a partir de 2003, a ANPUH (Associação Nacional de História), apontou para a participação do historiador nos órgãos públicos de preservação do patrimônio cultural no país. As diretrizes curriculares federais para a formação inicial em história, também de 2003, tiveram o patrimônio como um dos temas de interesse. Márcia Chuva afirmou que o historiador, ao contrário do antropólogo, por exemplo, não investiu para participar do campo da preservação.

Retomando o estudo do jornal, a outra reportagem veiculada sobre o edifício tombado, é intitulada “O ‘modernismo’ no SENAC”, de autoria de Rosalina Tanuri (professora aposentada da Comissão dos Registros Históricos). Nessa matéria, a autora relatou o tombamento em âmbito estadual, e exaltou a construção de um imóvel da arquitetura moderna na cidade de Marília, de autoria do arquiteto Oswaldo Correia Gonçalves: *Elegante, absolutamente*

¹⁰⁸ CHUVA, M. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. **Patrimônio: Práticas e Reflexões**. RJ: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 43.

*cômodo, acolhedor, situado no coração da cidade, o SENAC é um dos primeiros presentes da Modernidade para Marília*¹⁰⁹.

A partir da citação acima, aparecem algumas questões: primeiro, o conceito de moderno, aparecendo nas questões relativas ao patrimônio cultural, ora contra, ora a favor, como é o caso, e a segunda questão defende as pequenas e médias cidades do Brasil, uma vez que, segundo a autora, apenas nas grandes cidades a modernidade está presente, e de vez em quando, essa mesma modernidade “surge” nessas cidades, exemplo do edifício da Escola SENAC em Marília.

A assertiva Maria Clementina Pereira Cunha, sobre a categoria modernidade, mesmo com a ampliação da noção de patrimônio, ainda mantém uma atualidade surpreendente:

(...) uma sociedade em que o “moderno” não negue o passado, e o exercício da cidadania esteja ancorado em uma memória capaz de afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas da História¹¹⁰.

Mesmo com a ampliação da concepção de patrimônio e da produção científica desse campo, observada nos últimos anos, a afirmação acima, continua com uma atualidade surpreendente. Por isso, somos levados novamente a questionar: Preservar, então, para quem? Com quais intenções?

De acordo com a análise dessa pesquisa, preservar para os próprios especialistas do campo do patrimônio cultural, tanto do órgão paulista de patrimônio quanto da Comissão dos Registros Históricos, ou seja, e os interessados diretamente em proteger a memória do seu correlato, do esquecimento¹¹¹, como professores, jornalistas, arquitetos, entre outros.

Podemos observar que Rosalina Tanuri enfatizou, no texto jornalístico, a presença desse imóvel como a chegada da modernidade ao interior paulista,

¹⁰⁹ Diário de Marília. **O “modernismo” no SENAC**, 12/12/2004.

¹¹⁰ CUNHA, M. C. P. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 11.

¹¹¹ Tzvetan Todorov afirmou a memória não se opõe ao esquecimento, seria, portanto, uma interação entre os dois. Os elementos opostos são o apagamento e a conservação. Todorov, T. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995. (Tradução livre de Marly Rodrigues).

isto é, essa categoria vinculada, de novo, a arquitetura como suporte, como nos argumentos dos arquitetos que embasaram os estudos e o tombamento do edifício escolar.

No entanto, muitos limites cercearam o povo brasileiro no exercício da cidadania. A estrutura das relações sociais que predominou durante a maior parte da sua história explica a ausência de comportamentos sociais e institucionais empenhados na:

(...) socialização de conhecimentos e de práticas que pudessem envolver ampla participação da sociedade nas escolhas políticas e (...) a outras formas de ordenamento sociais, mais justas e viáveis¹¹².

A relação entre sociedade e patrimônio cultural, analisando a citação acima, pode ser entendida através da pouca capacidade de organização e de mobilização da sociedade, na qual a falta de uma democracia plena e da cidadania contribuiu para tornar essa situação difícil e problemática.

Sobre esse tema, Maria Célia Paoli comentou:

(...) uma sociedade destituída de cidadania, em sentido pleno, se por esta palavra entendemos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos. Embora o Brasil não seja único caso conhecido, parece claro que aqui a História não teve um papel formador de identidades¹¹³.

É importante notar que existem apenas essas três notícias nesse periódico, num período de vinte e quatro anos, como também, em nenhuma delas, foi colocada ilustração do bem cultural tombado. Só que, em ambas, foi enfatizado o bom estado de conservação e utilização do mesmo. Essas duas

¹¹² CAMARGO, C. R.; MEHEDEFF, C. G.; GARCIA, C. A preservação da memória institucional e o acesso ao saber técnico. Fundamentos para a qualificação de gestores da PPTR. In: Carmen Guimarães Mehedff; Cid Garcia (Org.). **Metodologia para a formação de gestores de políticas públicas**. Brasília: FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, 2005, p. 116.

¹¹³ PAOLI, M. C. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 26.

últimas notícias publicadas nesse periódico resultaram dos esforços de agentes sociais locais engajados nas questões culturais da cidade de Marília.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses observa que para um imóvel ser considerado como patrimônio cultural, deve-se incluir o trabalho e o cotidiano como itens básicos, porque essas duas categorias são de fundamental importância para refletirmos sobre a eficácia das ações estatais em torno do patrimônio cultural. O autor aponta para os usos culturais dos bens tombados pelo poder público:

(...), o caminho mais seguro para criar, no campo do patrimônio cultural, condições mais favoráveis para a inclusão social é, sem qualquer dúvida, o reconhecimento da primazia do cotidiano e do universo do trabalho nas políticas de identificação, proteção e valorização, e, consequentemente, de maximização do potencial funcional¹¹⁴.

Na questão da utilização dos bens tombados e sua inserção no cotidiano e no mundo do trabalho é relevante salientar as diversas possibilidades de usos do patrimônio cultural protegido pelo Estado, porque depende, e muito, da gestão cultural. De nada adianta, por exemplo, o poder público criar órgãos como museus e arquivos, se não integrarem em seus quadros profissionais especializados no campo, como historiadores, museólogos ou arquivistas.

No mês de março de 2011, o jornal Diário de Marília publicou uma reportagem sobre a festa de comemorações dos 60 anos do SENAC, enfatizou temas relativos ao ensino técnico, livres e de especialização técnica. Mas em nenhum momento a notícia faz qualquer alusão ao tombamento do prédio. Isso nos mostrou que o ato de proteção oficial do edifício em 2005 não representou nenhuma importância para os responsáveis pela instituição educacional ou para a imprensa local em divulgarem, ou apenas mencionarem, a condição de bem cultural tombado pelo Estado¹¹⁵.

¹¹⁴ MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio**: atualizando o debate. Brasília: IPHAN, 2006, p. 53.

¹¹⁵ Diário de Marília. **SENAC 60 anos faz programação especial**, 06/03/2011.

A única notícia publicada no jornal Correio Mariliense que diz respeito à Escola SENAC, citou o aniversário do prédio que fez sessenta anos, e o jornal Diário de Marília também não mencionou o tombamento da edificação pelo CONDEPHAAT, mas comentou sobre sua história:

No dia primeiro de março de 1951, Marília ganhava uma das unidades do SENAC (...). A unidade funcionava no terceiro pavimento do prédio alugado pelo Banco do Estado. Anos mais tarde, em 1958, foi inaugurado o prédio próprio, localizado na Rua Paraíba, 125 (...) ¹¹⁶.

Desta maneira, os jornais locais, Diário de Marília e Correio Mariliense, supõem-se, não conhecem o tombamento do imóvel ou não acham que essa informação é importante para divulgarem no aniversário do bem cultural tombado no início do século XXI.

Entretanto, os debates acerca do patrimônio edificado na cidade de Marília, das relações entre o discurso do progresso e da preservação estão circunscritas dentro do contexto apresentado no excerto acima, a partir das diferentes concepções patrimoniais, sobre qual interpretação do passado deve ser lembrada ou esquecida, especialmente, através das estruturas físicas presentes na urbe.

Cabe assinalar que os sujeitos históricos que se posicionam em defesa do patrimônio em Marília, são em sua maioria arquitetos, historiadores, membros da Comissão dos Registros Históricos ou pessoas ligadas ao campo cultural.

Não aparecem menções a outros grupos sociais integrantes da sociedade local, nas fontes históricas até então estudadas, jornais, atas e os processos de tombamento, discutindo sobre a preservação do patrimônio na localidade, que passa na maioria das vezes, despercebido à maioria da sociedade de Marília¹¹⁷, por vários fatores, exemplo da Educação Básica,

¹¹⁶ Correio Mariliense. **SENAC chega aos 60 anos com a tradição de formar profissionais**, 01/03/2011.

¹¹⁷ Raquel Rolnik sintetiza essa assertiva: (...) *ninguém tem nada a ver com a questão da preservação, só quem tem a ver (...) é quem trabalha no Departamento da Preservação. E quem trabalha (...) acaba ficando confinado numa posição daquele chato que sempre vai levantar a questão da preservação*. ROLNIK, R.; SEGAWA, H.; DIÉGOLI, L. R. Preservação e

sucateada, com a desvalorização do magistério e das ciências humanas, em geral, por vários governos, durante anos, tanto na esfera estadual quanto na municipal, um fator preponderante.



Figura 09: Mural da Escola SENAC de Marília. Fotografia constante do processo de tombamento, utilizada pelo CONDEPHAAT para embasar os estudos de proteção oficial, apresentando detalhes da arquitetura moderna do edifício escolar. Autor: Sérgio de Simone. Fonte: Processo de Tombamento n. 27.045/90, p. 231.

Por isso, vemos uma grande quantidade de proprietários de bens tombados, recusando a proteção oficial, vista como uma punição, ou seja, um cerceamento do direito de propriedade, através, basicamente, do abandono dos mesmos, e em casos extremos, a destruição pura e simples dos imóveis tombados, esse não é um problema apenas de Marília, mas de quase todo o Brasil.

Assim, na cidade de Marília, através da análise das fontes locais, observamos a ênfase na preservação de duas concepções da memória social, uma atrelada à modernidade, através da Escola SENAC, valorada por uma entidade classista externa a Marília (IAB-SP).

E a outra vinculada à tradição, no tempo presente, mas que na época de sua construção, valorizada como um dos ícones da modernidade no interior paulista, pelo seu caráter urbano e ao mesmo tempo, senhorial (um sobrado), representando a elite vinculada ao setor terciário ou primário, dos nascentes municípios do interior paulista, a residência da Rua Dom Pedro, 87.

No que se referem às atas da Comissão, as discussões entre os membros sobre o patrimônio tombado pelo Estado no espaço urbano de Marília concentraram-se entre os anos de 1993 a 1996, basicamente sobre o “sobradinho da Rua Dom Pedro”, discutindo sobre o pedido de destombamento, devido a pressões locais que envolvem o seu valor econômico e da Escola SENAC, na busca por informações junto ao Conselho.

Quais sujeitos históricos que surgem no debate público através da imprensa, contrários a preservação do patrimônio? Os proprietários e os herdeiros dos imóveis tombados, utilizando o espaço da imprensa local para inserir-se no debate, e divulgarem suas demandas, tentando, angariar indivíduos ou grupos sociais favoráveis a sua causa.

Os grupos favoráveis ao patrimônio de Marília também utilizam a imprensa para apresentar suas concepções, estão ligados a setores culturais, vinculados, em sua maioria, a órgãos do poder público municipal, por exemplo, professores, arquitetos, bibliotecários, jornalistas, muitos deles, membros da Comissão dos Registros Históricos, da Secretaria Municipal de Cultura e de vereadores da Câmara Municipal.

A questão principal sobre as atas da Comissão é a falta de continuidade nas discussões do tema em destaque, não se sabe, durante a análise das atas, se o órgão paulista de patrimônio respondeu ou não ao pedido de destombamento da Casa da Rua Dom Pedro, 87, ou da solicitação

de informações do tombamento do edifício escolar, por exemplo, como continuou o andamento dessas duas importantes reivindicações.

Outro ponto de aproximação entre esses dois bens culturais foi à morosidade no tombamento dos mesmos, o imóvel residencial, vinte e dois anos (1986 a 2008) e a escola, quinze anos (1990 a 2005). Qual o motivo de tanta demora desde o início dos estudos pelo órgão paulista de patrimônio até a sentença final?

Basicamente, são quatro questões: a primeira se refere à própria especificidade dos estudos patrimoniais, realizados pelos técnicos, historiadores e arquitetos, pois requerem tempo para a sua elaboração, de reflexão; em seguida, a burocracia estatal, normalmente morosa, exemplo da dinâmica interna do próprio órgão; a terceira causa está atrelada à falta de recursos humanos e materiais dos órgãos públicos culturais, e, para finalizar, as disputas jurídicas entre os proprietários e o Estado.

É importante ressaltar a dificuldade de encontrar dados acerca do tombamento de bens culturais. Por exemplo, o imóvel residencial da Rua Dom Pedro, 87 foi tombado em 2008, depois do seu longo processo, que se arrastou desde 1986, isto é, vinte e dois anos de estudos, embates, anulação de Resolução, entre idas e vindas, não constava na listagem dos bens tombados no *site* da instituição até a última consulta realizada no ano de 2010.

Somente em 2011 esse dado passou a ser divulgada no sítio do referido órgão responsável pelo acervo de bens culturais paulista. Pode-se dizer que, mesmo com as tentativas de democratização das políticas culturais, particularmente a de vertente patrimonial, é patente a distância existente entre os órgãos de preservação e os grupos sociais favoráveis à preservação (professores, arquitetos, jornalistas, entre outros) do patrimônio observados na análise das Atas da Comissão dos Registros Históricos.

A imprensa local, tanto o Marília News quanto o Diário de Marília, publicaram poucas notícias da Casa da Rua Dom Pedro, 87 e da Escola SENAC, possivelmente, em razão da ampla divulgação desses casos, não venderiam jornais, somente em casos excepcionais era mencionado algo sobre

essas duas edificações, mesmo com a presença na redação do Diário de Marília de indivíduos, possivelmente, ligados à cultura local.

Os estudos sobre a preservação da escola profissionalizante de Marília, solicitado por um órgão classista, o IAB-SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil), sem representação na cidade, refletiram-se no pouco interesse da imprensa local em divulgar a discussão sobre esse caso, mesmo com o estudo de tombamento que durou quase quinze anos, em meio a uma disputa jurídica acerca de valores e ideias entre o CONDEPHAAT e a direção do SENAC, também, refutando a proteção oficial, porque não poderiam realizar mudanças na estrutura física da edificação sem autorização do órgão responsável.

Esse imóvel teve seu critério de tombamento embasado na modernidade, sendo assim, quais sujeitos históricos que falam em nome da modernidade? Os arquitetos do IAB-SP (não residem em Marília), os membros da Comissão dos Registros Históricos, da imprensa, com isso, essa concepção de novo, recente, vinculando-se a narrativa do progresso, que apresenta grande força social na cidade de Marília, faz parte, também, dessa categoria.

O Jornal da Manhã apresentou apenas uma notícia relativa a um dos dois bens tombados pelo Estado, a casa da Rua Dom Pedro. Essa postura pode ser entendida, supõe-se, como uma não valorização do campo cultural, especialmente da vertente patrimonial, pois os anunciantes, patrocinadores, nem os proprietários e funcionários do mesmo viam com alguma importância a publicação de matérias sobre o patrimônio de Marília.

O periódico Diário de Marília e o Jornal da Manhã conseguem suas receitas a partir das vendas nas bancas da cidade, bem como seu rol de assinantes e de patrocinadores, circulando entre vários grupos sociais, com isso, atingindo a diferentes públicos. Já o periódico Marília News, gratuito, atinge a um público menor que os dois anteriores, pois geralmente sua distribuição ficava restrita a algumas instituições públicas e privadas.

É relevante frisar que mesmo com todas as dificuldades de publicação de notícias ligadas a questões culturais, particularmente dos dois bens tombados pelo órgão paulista de preservação, foi, portanto, publicada notícias no Diário de Marília.

Temos de destacar, também, a ação dos membros da Comissão dos Registros Históricos na imprensa, particularmente os artigos publicados de Rosalina Tanuri e de Paulo Correa de Lara, abordando temas da história de Marília, ao longo da trajetória do jornal Diário de Marília, e os proprietários da residência, contestando a proteção oficial do seu imóvel.

É importante lembrar: cada período histórico produz sua própria interpretação sobre o passado, nesse caso, através da imprensa local, com intenção explícita de representar o real ao leitor, assim, apresentar o fato como realmente ocorreu, de acordo com as concepções, finalidades e valores dos grupos, tanto políticos quanto econômicos, vinculados ao jornal.

Portanto, nosso dever como pesquisadores em História são desconstruir e questionar essas versões do passado, apresentadas em nosso caso, através do patrimônio edificado, como verdadeiras, inquestionáveis. Com isso, podemos questionar: preservar o patrimônio, para quem? Além dos envolvidos diretamente com as ações preservacionistas, geralmente vinculados aos órgãos municipais e estaduais de patrimônio.

No tombamento da residência, localizada na região central da cidade, valorizou-se a elite local da época (os profissionais liberais, donos de terras, comerciantes, entre outros), visto que no início da história de Marília, esse bem cultural era um dos poucos edifícios de alvenaria, e, ainda, com dois andares, um sobrado, algo incomum para a época, porque a grande maioria das residências era de madeira, somente os prédios públicos, de alvenaria, salvo algumas exceções, representando, simbolicamente, na época de sua construção, a narrativa do progresso.

Na preservação da Escola SENAC, pedido de tombamento que, é bom lembrar, não partiu da sociedade Marília, nem de um indivíduo ou de algum órgão público, ou empresa privada, ou qualquer associação local, e, sim, de um órgão classista, o IAB-SP, e, preservou-se, basicamente, para os arquitetos vinculados a esse órgão, representando, de novo, o progresso no interior paulista, sendo um imóvel símbolo da arquitetura moderna no interior paulista, critério fundamental para sua proteção oficial.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO AO DESTOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Os estudos sobre patrimônio industrial alcançaram, no mundo contemporâneo, uma relevância e importância histórica e social inquestionável. A análise dos vestígios materiais da Revolução Industrial – fábricas, manufaturas, habitações operárias, canais fluviais, pontes, diques, aquedutos, estradas e estações ferroviárias, viadutos, bem como toda a espécie de máquinas e ferramentas – passou a fazer parte da constituição da memória e da identidade das populações urbanas.
Cristina Meneguello; Silvana Rubino¹¹⁸.

A indústria Matarazzo da cidade de Marília iniciou suas atividades em 1937 e durante trinta e oito anos beneficiou e produziu óleo vegetal, do caroço de algodão, participando ativamente do desenvolvimento econômico da urbe, sendo, também, um espaço onde se estabeleciam laços de sociabilidades entre os diferentes grupos sociais.

Essa edificação, tombada em 1992 pelo CONDEPHAAT, ficou abandonada e, em ruínas, durante mais de trinta anos, teve sua proteção oficial anulada por decisão judicial em 1997, confirmada em todas as instâncias do Poder Judiciário e, portanto, retirou-se o tombamento da fábrica. Hoje, reformada, os remanescentes tornaram-se uma casa noturna, mantendo, com as devidas proporções, suas características fabris (Figura 09).

Com isso, o objetivo desse capítulo é analisar a trajetória desse importante patrimônio industrial localizado no interior paulista, na cidade de Marília, anteriormente ao pedido de tombamento, em 1985, até o momento atual (2012), finalizando com o destombamento dessa edificação, abordando-se a documentação local como fonte.

Essa fábrica não foi à única implantada na cidade de Marília nessa época, segundo o geógrafo Paulo Fernando Cirino Mourão, tivemos mais três

¹¹⁸ MENEGUELLO, C.; RUBINO, S. Patrimônio Industrial: perspectivas e abordagens. In: MENEGUELLO, Cristina; RUBINO, Silvana (Org.). **Coletânea de Textos do I Encontro em Patrimônio Industrial**. Campinas: UNICAMP/ Comitê Brasileiro para Preservação do Patrimônio Industrial, 2004, p. 01.

importantes indústrias, a maioria vinculada ao beneficiamento do algodão: 1936, Anderson Clayton e a SANBRA, ambas, de produção de óleo e, em 1938, Zillo, apenas de beneficiamento dessa matéria-prima¹¹⁹.



Figura 10: Vista geral da Unik Club, antiga indústria Matarazzo, vê-se ao fundo, a chaminé. Nessa foto é possível observar de uma forma ampla e contundente a transformação no espaço fabril. Cabe assinalar o bom estado de conservação do patrimônio industrial, depois da reforma em junho de 2010. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

De acordo com Beatriz Mugayar Kuhl, os estudos sobre a preservação dos registros industriais do passado iniciaram-se na Inglaterra, berço da Revolução Industrial do século XVII, na pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950:

A preservação de testemunhos de fases passadas da industrialização tornou-se premente devido à constante

¹¹⁹ MOURÃO, P. F. C. **A industrialização do Oeste Paulista**: o caso de Marília. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 1994.

destruição de seus exemplares, em consequência, entre outros fatores, do desenvolvimento urbano e da rápida modernização das industriais. A qualidade e quantidade do patrimônio inglês foi também um dos motivos a gerar a mobilização popular¹²⁰.

Ainda em âmbito internacional, no ano de 1978 foi criado o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio industrial (TICCIH - The International Committee of the Conservation of Industrial Heritage), organização sem fins lucrativos, com o objetivo de promover a documentação, preservação, conservação e pesquisa sobre o patrimônio industrial em seus vários aspectos¹²¹.

Devemos lembrar que o objetivo dessa pesquisa é analisar as diversas concepções de patrimônio cultural na cidade de Marília, a partir do estudo, basicamente, da documentação local. Portanto, o estudo sobre as diferentes versões da memória social e do patrimônio, os conflitos de interesses e as disputas pelo espaço simbólico estará voltada para a perspectiva local, tendo a documentação produzida na cidade de Marília como fonte principal de informações e análise.

O patrimônio industrial no Brasil entrou na pauta das discussões de pesquisadores de diferentes áreas no início do Século XXI, tendo seu ápice com a criação, em 2004, do TICCIH - Brasil¹²², durante o evento científico intitulado I Encontro em Patrimônio Industrial realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A finalidade desse grupo é a preservação e a disseminação do conhecimento sobre o patrimônio industrial em nosso país, mantendo uma página na rede mundial de computadores, sendo assim, o TICCIH - Brasil realizou outro encontro científico sobre esse tema, o II Encontro em Patrimônio Industrial (Belas Artes, 2009).

Mas mesmo com esse avanço nos debates e na constituição de grupos de pesquisadores, há muito trabalho a ser realizado no Brasil acerca da

¹²⁰ KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: Reflexões sobre a sua preservação. SP: Ateliê Editorial, 1998, p. 206.

¹²¹ Disponível: www.mnactec.cat/ticcih/organisation.htm. Acesso em: 20 ago.2010.

¹²² Para saber mais, acesse o site: www.patrimoniointustrial.org.br. Acesso em: 18 out. 2011.

preservação do patrimônio industrial pelos órgãos responsáveis, tanto nas esferas municipal, estadual e federal.

Torna-se relevante frisar que num universo de 385 bens industriais tombados em âmbito estadual, salvo engano, apenas 31 bens de natureza industrial são protegidos pelo tombamento, isto é, menos de 10% do total, com destaque às estações ferroviárias, entendidas pelo poder público como dignas de proteção oficial¹²³.

Outro ponto a ser destacado sobre o patrimônio industrial tombado pelo Estado é a valoração da arquitetura fabril, em sua maioria das estações ferroviárias¹²⁴, em detrimento dos outros imóveis industriais, dos acervos documentais dos mesmos (arquivos, máquinas, ferramentas, entre outros)¹²⁵, exceção feita ao tombamento do Acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, que inclui linhas férreas, material rodante, oficinas, equipamentos de apoio e outras instalações¹²⁶.

Em seguida, iremos analisar a dinâmica social a partir da perspectiva local sobre o tombamento mais polêmico da cidade de Marília: as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), uma das muitas fábricas espalhadas pelo interior paulista.

¹²³ Bens industriais tombados pelo CONDEPHAAT entre 1969 e 2012: Acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora (Cajamar e São Paulo), Antiga Estação Júlio Prestes (São Paulo), Antiga Fábrica Santa Adélia (Santa Adélia), Antiga Fábrica Swift Armour (São José do Rio Preto), Cervejaria Paulista (Ribeirão Preto), Complexo Ferroviário de Paranapiacaba (Santo André), Conjunto da Estação Ferroviária de Franco da Rocha (Franco da Rocha), Conjunto da Estação Ferroviária de Jaraguá (São Paulo), Conjunto da Estação Ferroviária de Rio Grande da Serra (Rio Grande da Serra), Destilaria Central (Lençóis Paulista), Edifício da Fábrica de Tecidos São Luís (Itu), Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena (Jacareí), Estação Barracão (Ribeirão Preto), Estação da Luz (São Paulo), Estação de Bondes do Brás (São Paulo), Estação do Brás (São Paulo), Estação Ferroviária (Guaratinguetá), Estação Ferroviária de Bananal (Bananal), Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista (Cachoeira Paulista), Estação Ferroviária de Campinas (Campinas), Estação Ferroviária de Descalvado (Descalvado), Estação Ferroviária de Jundiaí (Jundiaí), Estação Ferroviária de Mairinque (Mairinque), Estação Ferroviária de Rio Claro (Rio Claro), Estação Ferroviária de Santa Rita do Passa Quatro (Santa Rita do Passa Quatro), Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo), Indústrias Têxteis São Martinho (Tatuí), Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (Iperó), Ruínas do Engenho do Rio Quilombo (Santos), Ruínas do Engenho dos Erasmos (Santos), Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Rio Claro). Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. CONDEPHAAT: bens tombados. Disponível: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 16 dez. 2012.

¹²⁴ OLIVEIRA, E. R. de. Patrimônio ferroviário do Estado de São Paulo: as condições de preservação e uso dos bens culturais. **Projeto História** (PUCSP), v. 40, p. 179-203, 2010.

¹²⁵ Ver essa questão no texto de Cristina Meneguello: Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis.

¹²⁶ Disponível: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 14 mar. 2013.

O “progresso” e o desenvolvimento econômico.

O senhor Mário Pinto Serva, na edição comemorativa da Revista Correio de Marília, na década de 1940, nos apresentou uma concepção de progresso, difundida na sociedade de Marília até os dias atuais, na matéria intitulada, “Marília, escola do progresso”:

Parece que todas as energias (...) se reuniram e se somaram para formar esse paradigma de progresso que é Marília. Aí se concentraram todas as energias moças, todo espírito do progresso, toda energia construtora para exibirem esse documento completo da alta capacidade coletiva de todo um povo (...) ¹²⁷.

Na década de 1940, em texto publicado na referida revista, de uma página completa, sem imagens, relatou uma narrativa que expõe questões importantes na caracterização do progresso, como a “energias moças”, “espírito do progresso”, “capacidade coletiva de todo um povo”, mas que esse “povo” seria somente quem chegou a Marília com capital para investir em fábricas, comércio, serviços (os dois últimos são constantes nessas revistas, através das propagandas, geralmente, com letras grandes e imagens), mas nota-se a ausência de quem efetivamente construiu a cidade, os seus trabalhadores, dos quais não há menção nas revistas.

O que representa o progresso para Marília? Essa categoria era vista pelos grupos políticos e sociais locais a partir da chegada dos bens materiais, ou seja, da luz elétrica, das ferrovias e as fábricas, como no caso estudado em Marília, todos esses elementos representando uma concepção otimista e linear da história.

Laura Maciel discorreu acerca da noção de progresso:

(...). Sob as bênçãos da deusa ciência, a humanidade parecia avançar célere como nunca antes, em direção a um destino feliz, a um mundo sem guerras, marcado pela imagem do

¹²⁷ Revista Correio de Marília. **Marília, escola do progresso**, 1948, p. 139.

progresso – o grande protagonista dos novos tempos que anunciavam¹²⁸.

Ainda em torno da análise de publicações da época, segundo o “Álbum dos municípios do Estado de São Paulo”, Marília era o maior produtor de algodão do interior do Estado em 1938, possuindo uma população, na época, de aproximadamente 63 mil habitantes. É importante enfatizar sobre a quantidade de veículos automotores: Marília estava em quarto lugar no Estado, atrás apenas das cidades de São Paulo, Campinas e Santos¹²⁹.

Portanto, podemos afirmar que a instalação de muitas empresas ligadas ao óleo de algodão não foi por acaso. Nesse período histórico, Marília desenvolvia-se em ritmo acelerado dentro do Estado, destoando da sua região, através das fábricas de óleo de algodão, em sua maioria.

Os industriais encontraram em Marília, em finais da década de 1930, um polo promissor de desenvolvimento industrial, com matéria-prima (algodão), muito próxima e abundante¹³⁰. Para essa publicação estatal o importante era evidenciar a produção agrícola desse município, basicamente da cultura do algodão, não as nascentes fábricas, nessa época, em constante expansão, considerados como símbolos do progresso no interior paulista.

Glycério Póvoas afirmou que o crescimento industrial do município de Marília foi muito surpreendente em meados da década de 1940, podendo considerar a cidade, como um dos maiores polos industriais do Estado naquela época:

As estatísticas realizadas no início do corrente ano colocaram Marília no 4º lugar como cidade industrial do Estado com relação ao número de operários, 2568. O volume da produção

¹²⁸ MACIEL, L. A. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. SP: EDUC/FAPESP, 1998, p. 44.

¹²⁹ VALIM, Pedro. **Álbum dos municípios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Diretoria de Propaganda e Publicidade, 1940. Disponível: www.seade.gov.br. Acesso em: 24 dez. 2012.

¹³⁰ Em outra publicação, corroborando essa assertiva, no texto intitulado “Marília e o seu desenvolvimento industrial”, com uma imagem da fábrica Matarazzo, em cima do texto, enfatizou o poder econômico local: *Marília, dado o seu grande desenvolvimento, pelos recursos que dispõe como cidade, é o centro de uma vastíssima zona, a da Alta Paulista, ligando-se facilmente à zona Sorocabana, da Noroeste e do Norte do Paraná, por estradas de rodagem que vão sendo, dia a dia, aperfeiçoadas nos seus traçados e no seu leito, e que assim propiciam um intercâmbio cada vez maior entre Marília e inúmeras outras cidades (...)*. In: BARROS, Waldemar da Rocha. **Marília**. SP: Editora e Publicidade Roman Ltda, s.d., p. 30.

das indústrias principais em 1945 atingiu a soma de Cr.\$ 244.180.272,60 sendo o capital empregado nas mesmas de Cr.\$ 1.000.000,00¹³¹.



Figura 11: Instalação do primeiro poste de energia elétrica, um dos elementos presentes no imaginário do progresso, na cidade de Marília em 1930, Rua São Luiz. Note-se a quantidade de pessoas observando o que seria um importante evento para a época. Possivelmente a intenção do fotógrafo era registrar a materialização do progresso em Marília. Essa fotografia, parte da coleção da Comissão dos Registros Históricos, preservada para os interessados na história de Marília, na busca de elementos materiais da narrativa do progresso. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

O município de Marília, fundado em 1929, então com 16 anos em 1945 (início das atividades fabris da indústria Matarazzo), já era considerado o quarto lugar dentro do Estado de São Paulo em números de operários na indústria, apontando para o crescimento acelerado das fábricas que utilizam o algodão, em especial, como matéria-prima.

¹³¹ PÓVOAS, Glycério. **Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília**. Marília: Prefeitura Municipal, 1947, p. 147. Disponível: www.seade.gov.br. Acesso em: 24 dez. 2012.

É importante salientar que esse progresso se faz a partir da exploração do trabalho pelo capital. Entretanto, quem eram esses trabalhadores? Em sua maioria, ligados a base da produção econômica de Marília: os operários das fábricas de óleo e os trabalhadores rurais, vinculados à cultura do algodão.

Mas temos de entender essa questão com certa cautela, porque a publicação fez parte de estudos elaborados pelo poder público municipal, na década de 1940, portanto, algumas informações podem estar exageradas ou com fortes tons ufanistas.

É importante questionar essa concepção de progresso, até hoje possui uma narrativa com grande força social na cidade de Marília, apresentada como uma concepção otimista e linear da história: caminha-se em direção a um futuro melhor, apagando-se ou esquecendo-se dos problemas contemporâneos.

É inegável que as mudanças do último século, em vários campos da vida social, foram aceleradas e contínuas, em sua maioria assentadas pelo grande avanço tecnológico. A tecnologia trouxe muitas inovações, melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas, também atenuou o domínio do grande capital sobre o nosso cotidiano, por isso, questionamos o significado da narrativa do progresso no tempo presente.

A ideia de progresso, na virada do século XIX para o XX, ainda com força social no tempo presente, em particular, em nosso estudo sobre Marília, segundo Márcia Chuva, apresentou a perspectiva de que o mundo “evoluiria” para a melhor:

O progresso, antes promissor, engendrou uma dívida com as gerações vindouras, em que a expectativa de um porvir possivelmente desastroso e trágico ganha cada vez mais concretude¹³².

As cidades médias paulistas, entre 100 mil e 500 mil habitantes tiveram um crescimento econômico acelerado na última década do século XXI, com isso, os problemas urbanos antes restritos aos grandes centros do Brasil, como

¹³² CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. RJ: Editora UFRJ, 2009, p. 43.

o aumento das desigualdades sociais, a violência urbana, os congestionamentos de veículos, com as devidas proporções, já fazem parte do cotidiano de cidades médias do interior paulista, como Marília e assim, seguindo as lições de Márcia Chuva, questiona-se a narrativa do progresso.

O fundador do grupo Matarazzo, senhor Francesco Matarazzo, iniciou seus negócios no mercado de Sorocaba, interior paulista, em finais do Século XIX, comerciando, inicialmente, banha de porco. Segundo Ana Luiza Martins, o grupo Matarazzo reuniu mais de 350 empresas, de diversos matizes, desde relacionadas ao açúcar, a portos, pregos, velas e as fábricas de óleo:

Sabe-se que as IRFM faturavam mais de 350 mil contos de réis por ano, o que equivalia na época à arrecadação de São Paulo, o estado mais rico da Federação. Sintomaticamente, Matarazzo foi o primeiro presidente do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), que ajudou a fundar, em 1928¹³³.

Nos anos 1920, segundo a historiadora Ana Luiza Martins, as Indústrias Matarazzo tiveram sua expansão em direção ao interior do Estado de São Paulo, principalmente depois da Crise de 1929, apostando no mercado interno brasileiro, em particular na produção de óleos vegetais, sendo o complexo industrial de Marília, consequência dessa expansão ao interior paulista.

O tombamento dos remanescentes da Indústria Matarazzo.

A citação abaixo, excerto longo, mas importante, presente no *site* da Secretaria de Estado de Cultura do Estado de São Paulo, seção do CONDEPHAAT (Bens Tombados por Município), trata dessa edificação industrial:

A cidade de Marília deve em parte o seu desenvolvimento à instalação do complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), iniciada em 1937 e concluída em 1945. Destinava-se ao beneficiamento do algodão e arroz. Aos

¹³³ MARTINS, A. L. Interior paulista: comércio, indústria e bancos. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra paulista**: trajetórias contemporâneas. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 56.

poucos foram diversificando as suas atividades, passando, por exemplo, em 1939, a extrair o óleo da semente de algodão. Neste período já empregava cerca de 400 funcionários, moradores da cidade. Localizada na área central, próxima à linha férrea, chegou a possuir um acesso particular, ligando a indústria à ferrovia, para a carga e descarga dos seus produtos. Em 1975, a IRFM foi completamente desativada e as edificações, parcialmente demolidas. O tombamento, em razão do estado de conservação do conjunto, incidiu apenas sobre as partes mais representativas e que permaneceram íntegras, como a chaminé, sala de caldeiras e o portal da indústria¹³⁴.

O relato acima incidiu sobre a importância econômica e social para a cidade de Marília da Indústria Matarazzo, que funcionou entre 1937 e 1975, do tombamento, mas o autor ressaltou o estado de abandono e de ruínas dos remanescentes da edificação industrial.

De acordo com Áureo Busetto, a industrialização de Marília e sua consequente expansão surgiram vinculadas a produção agrícola local, particularmente com a cultura do algodão¹³⁵, sendo esse município, nas décadas de 1930 e 1940, um dos maiores produtores do Estado.

Entre os anos de 1936 e 1945, instalaram-se indústrias que utilizavam o algodão como matéria-prima, exemplo das fábricas Anderson Clayton e o objeto do nosso estudo, a Indústria Matarazzo, estudada a seguir. A fábrica começou a ser construída em 1937 e iniciou suas atividades fabris no ano de 1945 e, funcionou durante trinta e oito anos, tendo uma participação de grande monta no desenvolvimento econômico de Marília e tinha por objetivo o beneficiamento de arroz e de algodão e, em 1939, também, começou a extração de óleo.

¹³⁴ Descrição do bem tombado no *site* da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. É importante destacar que essa informação foi excluída e depois, incluída, no *site* do órgão paulista de patrimônio, devido a uma disputa entre o poder judiciário e o poder executivo estadual sobre o destombamento, ou não, das edificações fabris. Disponível: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 12 ago. 2010. Dados sobre o tombamento: Resolução SC n. 46, de 18/12/1992, publicado no Diário Oficial do Estado em 19/12/1992, e, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o n. 307, p. 77 e 78, em 28/06/1993.

¹³⁵ Áureo Busetto, em seu estudo sobre Marília, observa que: (...) *no período 1940-1964, define-se como município ligado a agricultura, porém apresentando uma diversificação de culturas e um distrito-sede urbanizado, num processo rápido e constante. Da mesma forma observou-se a formação na localidade de um centro industrial e comercial de interesse para toda uma região.* In: BUSETTO, A. **Economia e poder local: Marília de 1946 a 1964.** Dissertação (Mestrado em História). Assis: UNESP, 1991, p. 64.

Em 1975 essa indústria encerrou suas atividades e ficou durante anos em ruínas, totalmente abandonada, sendo tombada em 1992, pelo Conselho. Destombada na primeira década do século XXI, por decisão judicial, ainda contestada pelo órgão paulista de preservação, reformada em 2010, atualmente é uma casa noturna, a Unik Club.

O estudo de tombamento se iniciou com o pedido encaminhado pelo cidadão Aparecido Tenório da Silva à Presidência do CONDEPHAAT em dois de julho de 1987 (ver Anexo II), das edificações fabris da Avenida Castro Alves. O proponente destacou como principal razão para a preservação do complexo industrial, a falta de espaços culturais na cidade, além de considerar aquela indústria como um marco no desenvolvimento econômico da Marília, e acrescentou:

Considerando o significado tecnológico, cultural, social representado pela indústria, gerando um espaço urbano e arquitetônico expressivo do capital e do trabalho na história da cidade;

Considerando que se trata de um bem que pertenceu à família Matarazzo, e o seu estudo nos coloca diante das questões centrais e norteadoras do desenvolvimento da história recente do Estado de São Paulo (...).¹³⁶

Em Sessão Ordinária, em 28 de março de 1988, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT decidiu pela abertura dos estudos de tombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na cidade de Marília, portanto, a edificação ficou sobre proteção do Estado até a decisão final desse órgão estatal.

Logo, no entendimento do solicitante, o complexo industrial Matarazzo é importante para a memória da cidade de Marília, bem como para a história recente da industrialização do Estado de São Paulo. No pedido, aparece a ênfase na preservação da história da cidade de Marília por meio de um bem cultural representativo da memória do trabalho.

A preservação, então, da indústria Matarazzo em Marília recaiu sobre a memória do trabalho, sendo assim, a valorização, pelo órgão paulista de

¹³⁶ Processo n. 26.030/88, p. 02.

patrimônio e do solicitante, no tempo presente, das instalações fabris e de todas as edificações remanescentes do antigo complexo fabril de grande porte que não foram demolidos com o decorrer do tempo.

A memória dos trabalhadores, principais sujeitos nesse processo histórico, observando os vestígios da edificação industrial, mesmo depois da reforma, essa memória não foi reconhecida e, nem valorizada, tanto pelo poder público quanto pelos atuais proprietários, sendo assim, não é possível notar a presença dos operários.

As residências, vilas operárias e outros bens culturais pertencentes aos operários e suas famílias não foram protegidos e nem indicados para a proteção oficial (a maioria dos bens industriais relacionam-se as fábricas ou estações ferroviárias, em âmbito estadual), portanto, esquecidos pelos agentes políticos e sociais.

Cristina Meneguello discorre que além da vida material vinculada aos operários, igualmente esquecida está a dimensão imaterial desse importante grupo social:

A indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas), também em veloz processo de desaparecimento¹³⁷.

Não obstante, quando se preserva uma fábrica, preserva-se somente a memória do progresso material das elites industriais, do desenvolvimento econômico, por meio dos registros monumentais do passado, em nosso caso, a família Matarazzo, da memória do trabalho, esquecendo-se dos outros agentes sociais, em nosso caso, os trabalhadores das fábricas, que tiveram participação de suma importância durante o processo de expansão da industrialização paulista em direção ao interior do Estado.

Durante a análise do processo de tombamento, a conselheira Maria Ângela D’Incao destacou que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo

¹³⁷ MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis, p. 1819-1820.

foram importantes marcos históricos na formação da região de Marília e uma referência urbana:

Trata-se de um complexo industrial de tamanho grande (...), cuja presença foi determinante na conformação socioeconômica da região de Marília. Além disso, esse complexo industrial situa-se no centro da cidade e se constitui mesmo um perfeito marco da fisionomia arquitetônica de Marília. Aliás, toda a área circunvizinha à área central das linhas ferroviárias compõe um verdadeiro conjunto do que se pode considerar uma arqueologia industrial brasileira¹³⁸.

O conselheiro José Carlos Ribeiro de Almeida deliberou em favor do tombamento dos remanescentes da fábrica em questão. Destacou o estado de abandono, a solicitação de tombamento valorizando a preservação da memória de Marília, a transformação do bem em um centro cultural e a falta de consenso sobre a preservação:

Muito mais que a memória de um momento de pujança no crescimento de Marília, nos recorda a decadência deprimente de uma família, que não teve a grandeza e a capacidade de seu fundador, sequer para manter o que dele foi herdado (...). Proponho, portanto, que seja tombado o conjunto da chaminé e a sala de caldeiras (...). Do conjunto situado do outro lado da Avenida Castro Alves, proponho o tombamento do 'portal' da indústria, (...) com o mesmo sentido de valor simbólico, liberando-se o restante para os usos determinados pela Prefeitura, relatados pela arquiteta Tânia¹³⁹.

Trata-se de parecer controverso, relatando ao mesmo tempo o estado de ruínas do complexo industrial Matarazzo e sua posição favorável ao tombamento. Deve-se dar atenção também à falta de consenso na comunidade local, a Prefeitura Municipal é contra o ato de proteção oficial.

É importante destacar que foram tombados o Portal da Indústria, a casa das caldeiras e chaminé. Outro ponto fundamental para entender a preservação das edificações é a liberação da maioria dos remanescentes da antiga fábrica, em grande parte, demolidos, possibilitaram argumentos jurídicos necessários ao proprietário para conseguir o destombamento.

¹³⁸ Processo n. 26.030/88, p. 99.

¹³⁹ Idem, p. 161.

A preservação do patrimônio cultural, especialmente o industrial ligado ao setor privado, constitui grande desafio tanto para a sociedade quanto para o poder público, na árdua tarefa de conciliar a conservação de algumas edificações, que chegaram até nós, apesar das intempéries, das reformas, do abandono, sendo que a maioria corre sério risco da ação predatória do setor imobiliário, principalmente quando se trata de grandes espaços fabris, como no caso analisado.

No estudo do processo de tombamento, o Egrégio Colegiado em Sessão Ordinária de 18 de março de 1991, aprovou o parecer do conselheiro, tombou as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Marília e sugeriu a restauração da casa das caldeiras, a criação de um jardim para o uso público e a instalação de um museu da industrialização de Marília.

É importante observar que após o tombamento, em 1992, nada da proposta do Egrégio Colegiado foi realizada pelos proprietários, e, com isso, os remanescentes da edificação fabril ficaram dezoito anos em ruínas e totalmente abandonados.

A edificação fabril: entre o “progresso” e a preservação.

Dada a finalidade dessa pesquisa em analisar as diversas concepções de patrimônio cultural na cidade de Marília, o estudo sobre as diferentes versões da memória social e do patrimônio, os conflitos de interesse e as disputas pelo espaço simbólico estará voltada para a perspectiva local, tendo a documentação produzida na cidade de Marília como fonte principal de análise, no caso estudado, a imprensa de Marília. Nesse item analisaremos os debates em torno da preservação da Indústria Matarazzo através dos jornais locais.

Três anos antes do pedido de tombamento ao órgão paulista de preservação, a indústria Matarazzo já despertava a atenção e proporcionava amplas discussões na imprensa local. O jornal Marília News apenas no ano de 1985 publicou seis notícias acerca do patrimônio tombado na cidade, dos quais, cinco são da fábrica (nessa época esse jornal tinha periodicidade semanal).

Na capa do semanário, publicou-se, em primeira página, uma notícia que enfatizou o abandono e da falta de conservação do bem cultural, ressaltando a possibilidade de venda do mesmo para pagamentos de encargos junto a Previdência Social¹⁴⁰.

É importante ressaltar que a indústria Matarazzo apresentava, na imprensa de Marília, um debate público em torno de sua preservação, em detrimento das outras edificações fabris, igualmente importantes para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Marília.

Na reportagem, na seção Cidade, “Depois de dez anos, previdência venderá prédio da Matarazzo”, o jornalista afirmou que a área do complexo industrial ficou esquecida há mais de oito anos, fato esse que aparecerá na imprensa local outras vezes: a questão do abandono e do estado de conservação da fábrica, suscitando polêmica¹⁴¹.

Contudo, outra reportagem, intitulada “Complexo Matarazzo, uma viagem ao passado”, na mesma página do jornal, abordou a história da fábrica na cidade de Marília e descreveu a possibilidade da venda da indústria e das variadas sugestões da imprensa local para o uso da fábrica, após a venda, como por exemplo, a construção de um *shopping center*, ou de uma nova fábrica, entre outros empreendimentos:

É possível imaginar o funcionamento do complexo Matarazzo visitando os diversos barracões que hoje estão abandonados, na sua grande parte comprometidos pelo tempo. Para se tiver uma ideia, havia três estações ferroviárias de óleo, farelo e sacarias cujas composições adentraram pelo lado da Rua Nelson Spielmann¹⁴².

A memória do trabalho, destacada pelo jornalista, como um dos itens principais para a valoração do espaço fabril, abordando a possibilidade de observar, no tempo presente, como era o funcionamento da indústria, mesmo com os bens culturais em péssimo estado de conservação, alguns destruídos, mostra a memória referente ao progresso.

¹⁴⁰ Marília News. **Prédio da Matarazzo será vendido**, 24 a 31/05/1985.

¹⁴¹ Idem. **Depois de dez anos, previdência venderá prédio da Matarazzo**, 24 a 31/05/1985.

¹⁴² Idem. **Complexo Matarazzo, uma viagem ao passado**, 24 a 31/05/1985, p. 03.

Com isso, a preservação das indústrias apresentam duas concepções, a primeira, lugares nas quais os operários trabalharam arduamente, mas, mesmo assim, construindo laços de sociabilidades, possibilitando sua vivência, e dos proprietários que obtiveram lucros com a produção fabril, sendo assim, duas memórias distintas¹⁴³, estando em lados opostos e mesmo assim, coexistindo em um mesmo espaço.



Figura 12: Vista interna da casa das caldeiras da antiga fábrica Matarazzo em 2005. Era visível o estado de degradação do imóvel industrial tombado em 1992 pelo Estado, com sérios riscos de desabamento da estrutura física. Nesse período, andarilhos e dependentes de drogas conseguiam entrar na edificação com relativa facilidade, tornando o local, além de insalubre, perigoso na questão da segurança pública, por isso, o abandono de imóveis fabris presentes no espaço urbano devem ser discutidos como prioridade dos proprietários e do poder público na resolução desse polêmico tema. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005.

¹⁴³ Luciene Peixoto Taveira, no estudo sobre a fábrica de tecidos Codorna, em Itajubá, Minas Gerais, analisou as memórias dos trabalhadores, e, ressaltou: *Ao mesmo tempo, numa relação complexa e aparentemente contraditória, encontramos momentos em suas narrativas em que podemos perceber o quanto era penoso o trabalho cotidiano na fábrica. Trabalho esse que tomava quase todo o tempo de suas vidas diárias. Era o tempo do trabalho que determinava o tempo da casa, do lazer, do descanso.* In: TAVEIRA, L. P. **A fábrica Codorna: conflitos, práticas e experiência na (re) construção de memórias** (1997 – 2008). Dissertação (Mestrado em História). SP: PUC, 2009, p. 89.

Devemos salientar o lugar da fábrica Matarazzo na diagramação do jornal, na chamada principal do jornal, com uma imagem do imóvel, descrevendo a possibilidade de usos do patrimônio industrial, bem como seu estado de abandono, tema que será recorrente na imprensa de Marília ao longo dos anos.

Na seção Cidade, desse caderno, o editor reservou uma página inteira, com duas reportagens, com imagens diferentes da edificação, portanto, representa a importância para esse jornal, do debate sobre a fábrica, mas sem assinar as reportagens, não temos como saber quem as escreveram.

O jornal Diário de Marília publicou, de novo, na primeira página, e em destaque, a notícia: “Prefeitura deve comprar Matarazzo”, mas no final da página, em um pequeno espaço com uma imagem da edificação, que se repetiu na referida reportagem¹⁴⁴.

A maioria do espaço da primeira página foi dedicada ao debate sobre a política local e as questões financeiras sobre a reconstrução da via expressa. Notícias, ao entender dos responsáveis pelo jornal, mais importantes que a situação da fábrica Matarazzo. O autor (que não assinou o texto) afirmou que as reportagens anteriores tiveram uma grande repercussão na cidade de Marília e que vários jornais foram vendidos naquela data, mostrando, segundo o jornalista, a visibilidade das questões relativas à preservação do patrimônio industrial em Marília junto à sociedade local.

Novamente, seção Cidade desse periódico, na reportagem “Matarazzo: a Prefeitura deve assumir”¹⁴⁵, o Presidente da Associação Comercial de Marília, senhor Pedro Pavão, afirmou que os empresários locais não terão dinheiro para comprar os remanescentes da fábrica. O poder local, através da Prefeitura deveria assumir o ônus da compra desse complexo industrial, segundo o autor da notícia.

O Prefeito de Marília nessa época, Abelardo Camarinha, disse que o poder municipal já pensava em adquirir a área, mas por problemas com a Previdência Social, dona de parte do imóvel, interessava-se em vender a

¹⁴⁴ Marília News. **Prefeitura deve comprar Matarazzo**, 07 a 14/06/1985.

¹⁴⁵ Idem. **Matarazzo: a Prefeitura deve assumir**, 07 a 14/06/1985.

indústria, entregue pelo proprietário da fábrica como pagamento de dívidas com esse órgão federal.

De maneira que, o chefe do executivo discorreu sobre o aspecto negativo que as edificações industriais causavam, ao seu entender, aos transeuntes da Vila São Miguel e sugeriu que o imóvel deveria ser adquirido por outra fábrica, devido ao seu alto custo, assim, impedindo a desapropriação da edificação pela Prefeitura:

Como os barracos encontram-se em estado lastimável, o adquirente do imóvel será obrigado a proceder a demolição com gastos altíssimos. Explicou que o município, entretanto, também tem interesse na venda do prédio da Matarazzo, pois além de melhorar o aspecto daquele setor da cidade serão criadas novas frentes de trabalho¹⁴⁶.

A narrativa do progresso, presente quando se aborda o patrimônio industrial local, surge no discurso do poder municipal, enfatizando a criação de postos de trabalho no lugar da fábrica e da poluição visual causada pelos remanescentes do antigo complexo industrial, mas não apresentou nenhum projeto para essas duas questões. Ressaltem-se as relações de poder e de conflito sobre o patrimônio industrial presente no espaço urbano de Marília através da análise do excerto acima.

Depois de quase dois meses sem abordar o assunto da fábrica Matarazzo, o jornal publicou outra reportagem sobre a questão da venda do imóvel, “Prédio da Matarazzo, venda ainda não concretizada”, de novo, na seção Cidade:

(...). Na época da dívida com a Previdência, a Matarazzo deu em garantia de pagamento, onde vários prédios foram dados para saldar o débito (...). Iramar José Camargo Cunha (agente da Previdência Social em Marília) disse ainda que no local do prédio exista uma guarda para evitar a ação dos marginais depredadores, mas, com relação ao que existe no prédio, somente há caixas sujas, decantadores e bombas que não funcionam¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Marília News, p. 05.

¹⁴⁷ Idem. **Prédio da Matarazzo: venda ainda não concretizada**, 23 a 30/08/1985, p. 04.

Por serem espaços, em sua maioria, grandes nas cidades, as indústrias, desativadas, abandonadas, nem sempre são protegidas pelo tombamento. Com efeito, suscitam amplos debates em torno de sua utilização, sem solução por parte dos envolvidos, relegando a tais edifícios a condição de abandono e ruínas, fato esse amplamente noticiado pela imprensa local.

É a primeira reportagem sobre o imóvel fabril não colocada na primeira página do jornal Marília News, mas, com a inserção de imagem, com a seguinte legenda “Ainda inativo o prédio da Matarazzo”, apresentou, na seção Cidade, supõe-se, a menor importância dada pelos editores do jornal na época, mas continuou o debate sobre os usos da edificação.



Figura 13: Fotografia mostrando o cotidiano na cidade de Marília, em 1946. Vê-se ao fundo a construção da chaminé da indústria Matarazzo. Essa imagem foi produzida para mostrar o comércio da cidade, não a chaminé, que aparece ao fundo, em segundo plano, preservada para uso da Comissão dos Registros Históricos. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Nessa notícia de primeira página, novamente, mostrou-se uma imagem do imóvel fabril, sem legenda, como na reportagem localizada na página 04, seção Cidade, continuando sem assinatura do jornalista, assim, podemos

afirmar que esse assunto voltou à pauta dos editores e patrocinadores desse jornal.

Na reportagem “Fábrica da Matarazzo pode ser espaço cultural”, novamente em destaque na primeira página do jornal, o autor comentou a que a situação da edificação industrial é a mesma desde que foram publicados os últimos textos havia seis meses, o de abandono, e que este espaço poderia ser utilizado para fins culturais, de acordo com pessoas ligadas ao campo da cultura na cidade de Marília, criticando a falta de lugares para esse fim:

Numa cidade como Marília, carente de espaços destinados à produção, divulgação e práticas culturais, é difícil conceber a existência de enormes ruínas como as da antiga Indústria Matarazzo (...) ¹⁴⁸.

Os arquitetos Isaias Antônio Marroni e Ari Rezende de Souza e Silva publicaram a reportagem “Arquitetos apoiam sugestão do ‘Marília News’”, o segundo texto publicado em 1985 que não foi capa, mas com imagem da fábrica, sem legenda, novamente na seção Cidade do jornal. Não obstante, esse assunto teve continuidade na semana seguinte, ao contrário dos outros, que foram esquecidos, e, depois, retomados¹⁴⁹.

Os profissionais discutiram acerca da preservação do patrimônio cultural, focando na criação de leis municipais, na transformação e na readaptação dos bens culturais para novo uso e lamentam a demolição do patrimônio na maioria dos casos presentes no espaço urbano de Marília, em nome do progresso.

É relevante frisar a questão da gestão democrática do patrimônio, na década de 1980, enfatizada pelos dois arquitetos:

A proposta final de um estudo preliminar do projeto de transformação daquele ou de qualquer outro espaço em patrimônio cultural da cidade só será viável através de um amplo debate público, no qual – com a participação democrática de todos os setores diretamente interessados – sejam discutidas todos os aspectos relativos à criação desse

¹⁴⁸ Marília News. **Fábrica da Matarazzo pode ser espaço cultural**, 22 a 29/11/1985, p. 04.

¹⁴⁹ Idem. **Arquitetos apóiam sugestão do Marília News**, 29/11 a 06/12/1985.

importantíssimo centro gerador, promotor e divulgador de cultura em Marília e região”, ressaltam os profissionais¹⁵⁰.

O tema da transformação do espaço industrial em uma área vinculada à cultura mobilizou os editores do jornal Marília News, bem como os seus patrocinadores. No ano de 1986, com uma grande fotografia da fábrica Swift em São José do Rio Preto, indicou que na página 07 continuaria o debate, com o seguinte título: “Em uma velha fábrica nasce um centro cultural”¹⁵¹.

Nesse mesmo caderno, tivemos mais duas reportagens sobre os usos dessa fábrica, mostrando as transformações realizadas nos espaços fabris das cidades de São José do Rio Preto e em Paraguaçu Paulista, apresentou exemplos, ao entender do jornalista, a serem seguidos em Marília, especialmente sobre a indústria Matarazzo.

A reportagem intitulada “Fábrica da Matarazzo em Marília” ficou em último na seção Cidade, embaixo das duas citadas, na qual o jornalista comentou acerca da possibilidade de destruição desse importante bem cultural e da pouca manifestação social que teve essa campanha para um novo uso daquele espaço, mesmo com a ampla divulgação na imprensa local. Mesmo assim, o autor defende a preservação da fábrica:

(...). Oxalá, dessa vez as autoridades e população local se posicionem em defesa da preservação deste espaço que, por seu significado para a história da cidade, tornou-se naturalmente patrimônio de toda comunidade¹⁵².

O debate ficou em torno da Indústria Matarazzo, é importante lembrar, uma das muitas fábricas presentes no espaço urbano de Marília. Podemos afirmar que indivíduos ou grupos sociais ou políticos ligados à edificação industrial tinham alguma relação com a imprensa local, representada pela grande quantidade de publicações de notícias e reportagens sobre o caso em questão.

¹⁵⁰ Marília News, p. 04.

¹⁵¹ Idem. **Swift – Rio Preto transformada em espaço de cultura e lazer e Em Paraguaçu, outro bom exemplo**, 17 a 22/01/1986.

¹⁵² Idem. **Fábrica da Matarazzo em Marília**, 17 a 22/01/1986, p. 07.

Assim, observamos a importância dos responsáveis pelo jornal atribuído ao tema da transformação da edificação fabril em um centro cultural, devido ao espaço reservado dentro da publicação, uma página inteira, sem nenhuma publicidade.

Um dos temas que mobiliza a sociedade, poder público e o setor privado se circunscreve à destinação de grandes imóveis abandonados no espaço urbano, como as indústrias, especialmente, em lugares de alto valor imobiliário.

Nesse sentido, Eloísa Dezen-Kempter chama atenção para os usos no presente efetuados pelo setor privado na Fábrica Bangu, no Rio de Janeiro, indústria reformada e transformada em um *shopping center*, instalado no ano de 2007:

(...) preserva a memória guardada na pedra; o aspecto exterior das fachadas e do conjunto arquitetônico transmite a imagem fabril, mas configura, contudo, um limite muito tênue para o contingente de consumidores, que, ao adentrarem o espaço da antiga fábrica, perdem o referencial inicial, o qual é substituído rapidamente pela orgia simbólica e colorida dos templos de consumo contemporâneos. A alusão ao ambiente fabril e à rotina dos operários no interior do shopping está reduzida a uma dezena de fotos colocadas no hall dos sanitários e à logomarca do shopping, símbolos que se tornam muito frágeis para a interpretação do passado que se quer salvaguardar¹⁵³.

A autora chamou a atenção para a perda das referências industriais dos antigos prédios fabris. Os consumidores só observam os símbolos do passado fabril quando entram no hall dos sanitários, em mais nada esse imóvel lembra uma indústria.

Em nosso caso, a todo o momento é possível perceber que estamos em uma antiga fábrica, desativada e reformada, especialmente através da fachada externa, mas os trabalhadores, agentes primordiais nesse processo, não são notados, nem são valorizados, totalmente esquecidos pelos responsáveis pela reforma.

¹⁵³ DENZEN-KEMPTER, E. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2011, p. 238.

No mês de março, novamente na primeira página, um desenho de uma chaminé soltando fumaça, com os seguintes dizeres, figura abaixo: “A Chaminé e toda área da antiga fábrica da Matarazzo precisa ser preservada. Por que não um Centro Cultural para a memória da cidade não virar fumaça?” Ressaltamos que nessa reportagem, de quase uma página, na seção Cidade, apresentou a importância do debate para os editores do jornal em torno desse bem cultural na cidade de Marília¹⁵⁴.

Sendo assim, podemos perceber no discurso da imprensa local, que todo o complexo industrial (oficinas, zeladoria, armazéns, galpões, acesso a ferrovia, entre outros) deveria ser transformado em um centro cultural e valorizado como patrimônio industrial.

Simone Nasar, autora do texto, apresentou o argumento da vontade social em prol da defesa do patrimônio industrial, e contra, a falta de vontade política local, sobre os novos usos da fábrica da Matarazzo: (...) *o Secretário da Cultura, jogou um “balde de água fria” nas esperanças dessas pessoas ligadas à cultura, não esclarecendo sua posição sobre a utilização do espaço*¹⁵⁵.

Portanto, devido a diversos interesses em jogo, nesse polêmico caso, o poder municipal, pelo que pudemos observar, mantinha uma posição de cautela, porque não pretendia desagradar nenhum dos lados presentes nessa disputa pela preservação ou não do legado fabril da cidade.

Na notícia desse caderno, Simone Nasar relatou as discussões locais sobre a utilização do imóvel. Segundo essa autora ocorreu um debate em todas as entidades culturais do município, e nada de concreto realizou-se efetivamente. Ressaltou-se o pedido de tombamento da Casa da Rua Dom Pedro, 87 junto ao CONDEPHAAT e as notícias que relataram a demolição de parte da referida indústria:

(...). A cidade que parecia dormir (...) até então, tomou consciência do que estava por acontecer e iniciou uma intensa movimentação para que a demolição não continuasse. O problema foi temporariamente controlado, com a paralisação

¹⁵⁴ Marília News. **A Chaminé e toda área da antiga fábrica da Matarazzo precisa ser preservada. Por que não um Centro Cultural para que a memória da cidade não virar fumaça?**, 21/03 a 07/04/1986.

¹⁵⁵ Idem. **Prédio da Matarazzo está sendo demolido**, 21/03 a 07/04/1986 p. 05.

dos trabalhos, no entanto, ainda se necessita uma solução definitiva e se espera que essa solução seja encontrada o mais rápido possível, visto que a carência a cada dia fica maior e o espaço corre o risco de não vir a ter o fim solicitado pela população¹⁵⁶.

Não sabemos mais do movimento social descrito pelo autor na citação acima, que impediu a demolição da fábrica. Esse movimento não foi sequer detalhado pela imprensa local, não sabemos quem são seus líderes, o início, as estratégias de ação do grupo ou de indivíduos, e, como essa prática conseguiu que parassem as obras de demolição da indústria. Com isso, ficaram sem resposta várias questões, destacando as principais: Quais instituições participaram desse movimento? Quem foram seus líderes? Qual foi a quantidade de pessoas? Existe registro visual desse movimento social?

Contudo, uma das poucas matérias desse jornal não publicada na capa desse periódico, quase um mês após a última, na reportagem intitulada “Chaminé da Matarazzo será preservada”¹⁵⁷ o jornalista argumentou acerca da mobilização social em torno da chaminé e não do complexo industrial como um todo, ignorando o resto dos imóveis tombados posteriormente, em 1992, e os outros, demolidos.

Por que a ênfase na preservação das chaminés? Em primeiro lugar, as chaminés das fábricas representariam o poder econômico dos grupos dominantes ligados às fabricas locais; em segundo lugar, essas edificações somente simbolizariam o lugar antes ocupado por uma fábrica (geralmente, destruídas), em nosso caso, um complexo industrial, facilitando, assim, a conservação para o dono; e, para finalizar, a venda dos outros imóveis fabris e do terreno possibilitaria um bom retorno financeiro ao proprietário dos mesmos.

O autor do texto destacou que a proprietária da edificação, a empresa Miniteras Agropastoril Ltda., detentora de uma parte dos prédios industriais, afirmou que a referida chaminé estava começando a ser demolida, mas devido a uma mobilização social, novamente não descrita no texto, sensibilizou as autoridades locais em torno da preservação do patrimônio industrial.

¹⁵⁶Marília News.

¹⁵⁷Idem. **Chaminé da Matarazzo será preservada**, 16 a 23/05/1986, p. 05.

Com isso, ocorreu um ato concreto sobre a proteção de parte da edificação fabril, através de um contrato de comodato, entre a Prefeitura, encarregada somente da chaminé e a proprietária do imóvel, e a Miniteras Agropastoril Ltda.



Figura 14: Indústria Matarazzo. Vista geral da casa das caldeiras e chaminé, antes da reforma, em 2005, mostrando o antigo uso do imóvel tombado, um estacionamento de veículos, sem nenhuma estrutura, em estado de ruínas e abandonado. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005.

Pela primeira vez ocorreu à sugestão de tombamento estadual, quando o Secretário de Cultura de Marília, Ivan Fiorini, de acordo com a reportagem, acompanhou as reivindicações da sociedade de Marília (indivíduos e grupos sociais ligados ao campo cultural, como arquitetos, professores, entre outros) e de entidades culturais municipais, cedeu o auditório dessa Secretaria para reuniões de pessoas interessadas na preservação desse bem cultural:

Lúcia Helena Pillon, bancária, acha que a população deve se mobilizar e se conscientizar da necessidade de se conservar esse patrimônio do município, pois em sua opinião se não partir

da população uma iniciativa desse quilate, vai sempre se ficar no “chove não molha” (...).¹⁵⁸

As discussões sobre a preservação desse bem cultural em finais da década de 1980 já estavam, em certo ponto, avançadas, porque houve uma manifestação, provavelmente, de indivíduos ligados a setores culturais na defesa da fábrica e o debate ampliou-se, levando a reuniões com a finalidade de proteger o patrimônio industrial de Marília.

Não obstante, até esse momento foram publicadas nesse jornal apenas notícias e reportagens em defesa do patrimônio industrial da cidade, geralmente, na primeira página, com destaque e continuação, na seção Cidade, com uma reportagem.

A primeira matéria jornalística criticando a presença no espaço urbano dessa fábrica e sua relação com o progresso da cidade, novamente na primeira página do periódico, “Malufão e Matarazzo. Os problemas da industrializada Vila São Miguel”:

(...). Outro aspecto deprimente da Vila São Miguel, este no lado oposto do Ginásio de Esportes (?), são as também abandonadas instalações da Indústria Reunidas Matarazzo. São grandes e adaptados prédios industriais expostos mercê do destino, pois muito se pensou e opinou, mas pouco fez para colocar aquele espaço para com o progresso mariliense¹⁵⁹.

É importante salientar a relação entre a narrativa do progresso e os imóveis industriais abandonados e em ruínas, presentes no espaço urbano, vistos por alguns setores do poder público e da sociedade local, possivelmente, ligados aos grupos dominantes vinculados às fábricas locais, desejando ampliar seus lucros, são vistos como entraves ao desenvolvimento econômico¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Marília News. **Chaminé da Matarazzo será preservada**, 16 a 23/05/1986, p. 05.

¹⁵⁹ Idem. **Malufão e Matarazzo. Os problemas da industrializada Vila São Miguel**, 15 a 23/06/1986, p. 04.

¹⁶⁰ De acordo com Mariza Veloso Mota Santos: (...) *o que se considera como patrimônio para uma sociedade varia em relação a outras, de acordo com critérios culturais construídos por um grupo específico, que possui o mérito de fazer crer numa narrativa que insiste em dizer que o símbolo é a própria coisa, ou seja, que os monumentos encarnam a própria ideia de nação.*

Nessa reportagem, localizada na seção Cidade, novamente sem assinatura do jornalista, apresentou imagem sem legenda do imóvel fabril e, supõe-se, vai contra a posição editorial do jornal, que até esse momento sinalizava em ser porta voz dos grupos sociais interessados na transformação da antiga fábrica em um espaço de cultura.

Retomando a análise da imprensa, em 1986, o Jornal da Manhã (uma das poucas notícias desse periódico) publicou a seguinte notícia: “Chaminé da Matarazzo será tombada e doada ao Município”, também na referida seção, como no jornal Marília News, no final da página, sem imagem em texto pequeno. Assim, entendemos que o Jornal da Manhã, provavelmente, não se interessava em dar publicidade a questões sobre o patrimônio industrial da cidade¹⁶¹.

O autor argumentou que nessa época estava acontecendo debates entre o Prefeito, Abelardo Camarinha e o diretor da indústria, Eduardo Matarazzo, sobre a possibilidade proteger somente a chaminé da fábrica pelo poder local e, assim, doava-se o bem arquitetônico ao município: (...). *A chaminé corria o risco de ser demolida, gerando protestos por parte da população, mesmo porque faz parte do patrimônio histórico (...)*¹⁶².

No final do ano de 1987, a única notícia desse ano, um texto do jornal Marília News intitulado “CONDEPHAAT: em defesa do patrimônio histórico”, apresentou explicações acerca dos procedimentos técnicos e burocráticos da preservação de bens culturais, através do instrumento jurídico do tombamento, no Estado de São Paulo. A Conselheira, representante da UNESP, Maria Ângela D’incao discorreu que:

(...), é preciso que todos se conscientizem e se movimentem a favor da memória social, artística e cultural da cidade e de seu povo. Isto é muito importante para a preservação da história local. Há até a disposição do presidente do órgão e vir até Marília no sentido de formar um grupo para articular com o CONDEPHAAT. Se isto já estivesse sido feito, finalizou ela,

SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 24**. RJ: IPHAN, 1996, p. 90.

¹⁶¹ Jornal da Manhã. **Chaminé da Matarazzo será tombada e doada ao Município**, 21/03/1986,

¹⁶² Idem, p. 04.

não teríamos perdido o tão bonito prédio do Cine Marília para a construção do Banespa¹⁶³.

É interessante notar o conteúdo desse texto, a qual apresentou o órgão paulista de preservação para a sociedade e o poder público de Marília, e vai além, indicou a possibilidade da criação de um órgão similar de cunho regional: *Segundo Ângela, essa vontade vem do próprio presidente do órgão, Paulo Bastos, que pretende preparar a formação de núcleos locais de preservação nas maiores cidades do interior do Estado*¹⁶⁴.

Sendo assim, analisando o conteúdo dessa citação, percebe-se que o Conselho já propunha a descentralização das políticas de patrimônio, prática essa que seria adotada pelo órgão paulista de patrimônio em favor da instituição de conselhos municipais de preservação, somente normatizado pela nossa última Carta Magna e ainda, em fase de expansão e consolidação como prática de trabalho.

Em 1987, ano da solicitação de tombamento, enviada pelo senhor Aparecido Tenório da Silva, em busca realizada na coleção de jornais desse período (Marília News e Jornal da Manhã), não encontramos nenhuma notícia ou reportagem relatando esse fato. Supõe-se que como o pedido partiu de um cidadão a imprensa local não soube ou não achou importante dar publicidade a esse fato.

No ano de 1988, início do estudo de tombamento dos remanescentes da fábrica Matarazzo pelo órgão responsável, surgiu uma notícia polêmica: “Padre defende demolição da Matarazzo”, em primeira página, chamada com letras grandes e uma imagem com a seguinte legenda “A demolição dos prédios do Matarazzo é defendida por representantes da comunidade católica”¹⁶⁵.

Na seção Carta do Leitor, no texto intitulado “Carta aberta aos membros da CONDEPHAAT”, o padre Pio Milpacher afirmou: *deixe reutilizar as*

¹⁶³ Marília News. **CONDEPHAAT: em defesa do patrimônio histórico**, 22 a 29/11/1987, p. 06.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Diário Marília Notícias. **Padre defende demolição da Matarazzo**, 31/08/1988.

*áreas da Avenida Castro Alves, (...) descreveu suas intenções acerca do imóvel industrial*¹⁶⁶.

É relevante observar que mesmo com amplo debate público através da imprensa local sobre a preservação da Indústria Matarazzo, seus usos, destinação, o que deveria ou não ser protegido pelo Estado, encontramos apenas essa carta, de um cidadão, representado pelo pároco, nessa seção do jornal destinada a publicar questões trazidas pelos seus leitores.

O padre, segundo a carta enviada, deslocou-se até a Prefeitura Municipal levando um abaixo-assinado de moradores do bairro Prolongamento Palmital, contrárias ao tombamento do edifício fabril, e, no pedido, pressionava o Conselho para autorizar a demolição da fábrica.

Nesse sentido, o padre necessitou de materiais para a construção de uma nova igreja e não tendo condições de construí-la, desejava a demolição dos remanescentes da fábrica Matarazzo para, com isso, auxiliar na construção de residências aos fiéis que estavam, naquele momento, sem teto. Também, pediu ao IAPAS (atual INSS), dono de parte do imóvel, na tentativa de conseguir os materiais:

Enquanto estava demolindo, veio um telegrama do CONDEPHAAT: “Aquilo lá é patrimônio histórico-artístico de Marília e deve ser preservado”. Eu fui examinar de novo os imóveis: barracões construídos 30 anos atrás, com a técnica de então (quase tudo de madeira e tijolos), agora com buracos nas paredes e telhados, apodrecendo, e favorecendo a multiplicação de cupim, baratas, ratos... Um foco de infecção no centro da cidade¹⁶⁷.

No entender do padre, a demolição da fábrica, além de ajudar na construção da sua igreja, já que a mesma estava, supõe-se, em péssimo estado de conservação, contribuía também para evitar a poluição visual da urbe, proteger a vizinhança e transeuntes da proliferação de animais peçonhentos, causadores de danos para a sociedade, em geral, sendo assim, um caso de saúde pública.

¹⁶⁶ Diário Marília Notícias. **Carta aberta aos membros da CONDEPHAAT**, 31/08/1988, p. 02.

¹⁶⁷ Idem, p. 02.

Outro ponto é a relação do padre com o poder municipal, muito próxima, devido ao pedido de demolição do patrimônio industrial em fase de estudo de tombamento por um órgão estadual, mas que refletiu uma posição pessoal, não institucional.

Devemos observar o papel da Igreja Católica no campo da preservação do patrimônio cultural (a maioria dos bens de natureza privada, tombados no Brasil, referem-se a igrejas), a partir do poder de mobilização e conscientização de determinados setores sociais ligados a essa denominação religiosa, sobre o que deve ser ou não preservado. Mas não houve nenhuma carta enviada de leitores debatendo questões ligadas ao patrimônio industrial da cidade.

Márcia Chuva, em seu estudo sobre o SPHAN, nas décadas de 1930 e 1940 observou que as relações entre a Igreja e o órgão federal de patrimônio foram ambíguas e variavam de acordo com os interesses em jogo, de ambas as partes, mas, enfatizou que no caso das restaurações: (...), *na maioria absoluta das vezes foram financiadas pelo SPHAN. Esse benefício, (...), tinha associação entre a fé católica e o fortalecimento da unidade nacional* (...) ¹⁶⁸.

Depois do pedido de proteção oficial, o jornal publicou uma matéria analisando o impasse acerca da definição da proteção oficial ou não, da indústria, “Matarazzo: indefinição do tombamento causa problemas”, sendo assim, o jornalista discorreu que o IAPAS (atual INSS), interessado na definição dessa questão, e, faltando pouco tempo para a inauguração de seu novo prédio, os dirigentes reclamaram que não conseguiram derrubar um muro que encobre toda visão da edificação e do restante da antiga indústria encontra-se em estado de abandono, deteriorando-se a cada dia. O autor culpa o órgão paulista de patrimônio pela indefinição do tombamento:

O processo de tombamento se arrasta por quase dois anos. Mas, segundo garantem os diretores do IAPAS em Marília, até hoje nenhum engenheiro ou técnico do CONDEPHAAT esteve na cidade para verificar se os prédios e demais dependências da antiga Matarazzo tem condições de ser preservado ¹⁶⁹.

¹⁶⁸ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. RJ: Editora UFRJ, 2009, p. 301.

¹⁶⁹ Diário Marília Notícias. **Matarazzo: indefinição do tombamento causa problemas**, 03/10/1989, p. 14.

Para os dirigentes do IAPAS, o órgão paulista de patrimônio era o principal culpado pela indefinição do tombamento, na visão deles, porque nenhum representante do órgão paulista de patrimônio fora realizar uma visita técnica no imóvel industrial apontado para proteção oficial.

A Companhia Antártica, segundo a reportagem, teria interesse em comprar o restante da área para ampliar o seu complexo industrial, gerando mais empregos e impostos para a cidade de Marília. O prefeito, Domingos Alcade, demonstrou preocupação com a indefinição da proteção oficial do bem cultural, e se colocou a disposição dos diretores da Antártica na tentativa de intervir junto aos órgãos responsáveis.

O tombamento da indústria Matarazzo, solicitado em 1987 ao c, depois de dois anos com nenhuma decisão concreta (o imóvel estava, ainda, sendo estudado pelo Conselho), começaram a surgir pressões locais em torno de uma definição do órgão estadual em relação ao imóvel apontado para proteção oficial.

Essa reportagem, publicada na seção Cidade do jornal Diário de Marília, também não assinada pelo jornalista, sem chamada na capa desse periódico, apresentou uma imagem sobre as obras de reforma que estavam paradas, no novo prédio do INSS, com a seguinte legenda: “As obras estão em fase de conclusão, mas a falta de definição do tombamento preocupa o IAPAS”, aguardando a decisão final do CONDEPHAAT.

Supõe-se que o texto jornalístico foi encomendado pelo IAPAS ao jornal Diário de Marília, interessado no rápido desfecho desse caso, dando publicidade ao seu problema através da imprensa local, porque as obras estavam paradas, causando prejuízos ao órgão federal.

Relembrando os trâmites burocráticos do tombamento, é importante ressaltar a dinâmica interna do órgão paulista de preservação. Ao receber uma solicitação, após a análise inicial dos documentos enviada pelo proponente, passa-se às mãos dos técnicos, historiadores ou arquitetos, para um estudo sobre o mérito de incluir ou não determinado imóvel como representante do patrimônio cultural paulista.

Em seguida, enviam-se às mãos de um dos vinte e cinco conselheiros para parecer sobre o tombamento ou arquivamento do imóvel e votação em reunião do Egrégio Colegiado, e para finalizar, o período de homologação e de publicação do ato no Diário Oficial do Estado e para finalizar, a inscrição do bem em um dos Livros do Tombo.

Isso seria o trâmite institucional, mas com a saída de conselheiros (mandato de dois anos, envia-se a outro, depois do estudo realizado, ou seja, recomeça a análise) e com as disputas jurídicas, especialmente, dos proprietários contra o Estado, a decisão final do CONDEPHAAT pode durar anos.

Em janeiro de 1990, o Presidente do IAPAS, Antônio César Pinho Brasil, proprietário de partes da edificação industrial e interessado direto nesse caso, apresentou, via imprensa, o seu descontentamento em uma reportagem, na seção Cidade, com imagem do imóvel, sem legenda.

O presidente do órgão enviou pedido de intervenção do Ministro da Previdência e do Governador do Estado naquela época, Orestes Quércia, na tentativa de cancelar o estudo de tombamento realizado pelo Conselho: (...). *Pinho Brasil, ao referir a este processo, que já dura quase dois anos, disse “ser um absurdo manter este patrimônio tombado”, pois “ele pertence ao segurado que pagou o IAPAS” (...)*¹⁷⁰.

O pedido de interferência de outras instituições públicas, como o governo estadual e de um ministério da esfera federal, na questão da preservação do patrimônio industrial no interior paulista, revela a sobreposição dos interesses privados sobre o público.

Todavia, o poder municipal manifestou-se sobre o patrimônio industrial:

Agora, o prefeito Domingos Alcade pretende manter novos contatos com o colegiado do CONDEPHAAT, a fim de liberar o prédio da antiga fábrica Matarazzo, para que a Companhia Antártica possa ampliar sua produção. Domingos entende que a chaminé (...) bastaria para simbolizar a antiga empresa. (...)¹⁷¹.

¹⁷⁰ Diário Marília Notícias. **Presidente do IAPAS quer solução para o prédio**, 11/01/1990, p. 05.

¹⁷¹ Idem.

Uma constante no discurso dos agentes sociais e políticos de Marília em torno da preservação da indústria Matarazzo foram à ênfase na proteção oficial somente da chaminé e não do bem cultural como um todo. Para o setor privado, tudo deveria ser destruído, restando à chaminé que ao seu entender, iria simbolizar a fábrica toda, como aconteceu com a Indústria Matarazzo no bairro da Água Branca em São Paulo:

Embora o imóvel estivesse em estudo de tombamento e se desenvolvessem negociações entre o governo e os proprietários, acabaria por prevalecer o interesse destes que lograram, inclusive, “moldar” a demolição da fábrica promovida da noite para o dia (...) ¹⁷².

Na primeira página do jornal Diário Marília Notícias, publicado o texto “Tombamento será definido em janeiro”, com duas imagens da edificação industrial. A reportagem intitulada “CONDEPHAAT definirá tombamento em janeiro”, localizada na seção Cidade, também com duas imagens da fábrica, no qual o jornalista ressaltou a discussão dos representantes do IAPAS com os membros do Conselho para liberação de áreas de interesse do órgão do governo federal¹⁷³.

O jornalista ressaltou, também, a disposição da arquiteta do Conselho (não cita o nome) em liberar áreas para o órgão federal da Previdência Social:

O arco da entrada com o nome da empresa, a chaminé e o salão das caldeiras, seriam alguns dos itens prioritários de conservação e preservação colocados pelo órgão. Sem um comprometimento de que esses locais serão cuidadosamente restaurados não haverá possibilidade de qualquer negociação entre IAPAS, Prefeitura e CONDEPHAAT¹⁷⁴.

Ainda nessa notícia, aparecem as três instituições públicas interessadas diretamente na questão da preservação do patrimônio industrial

¹⁷² RODRIGUES, M. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987). SP: Editora da UNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000, p. 139.

¹⁷³ Diário Marília Notícias. **Tombamento será definido em janeiro e CONDEPHAAT definirá tombamento em janeiro**, 30/12/1990.

¹⁷⁴ Diário Marília Notícias. **CONDEPHAAT definirá tombamento em janeiro**, 30/12/1990, p. 09.

no interior paulista, focando na possibilidade de restauração dos remanescentes da fábrica em destaque.

Durante a análise do processo de tombamento, observamos que a arquiteta Tânia Martinho Cunha, do Conselho, liberou partes da edificação fabril, portanto, especialmente, de propriedade do IAPAS, foram demolidas, restando à casa das caldeiras, chaminé e o portal, este último, do lado par da Avenida Castro Alves.

O senhor Waldir César, responsável pelo setor de Desenhos e Projetos da Prefeitura, mediou à discussão entre IAPAS e o Conselho. Assim, comentou a respeito do prédio da antiga indústria Matarazzo, apresentando um discurso embasado no conceito de progresso:

(...). Ele reafirmou que não é contra a preservação da memória da cidade, embora Marília seja ainda muito jovem para causar preocupação desse tipo. Mas que é preciso por outro lado, observar a necessidade de crescimento atual do mercado industrial, cuidando do que passou, mas sem nunca atropelar o progresso presente e futuro¹⁷⁵.

Em nome da narrativa do progresso, tudo é possível segundo essa concepção otimista e linear da história, sendo assim, é necessário buscar esse ideário, ainda que fosse preciso “passar por cima” de todos os que eram contrários a essa concepção.

É importante salientar que a preservação do patrimônio industrial gera discordâncias na cidade de Marília, porque o debate ficou, na imprensa local, em torno do que se deve destruir ou preservar e, também, qual o uso desse imóvel no tempo presente e as relações entre os diferentes órgãos públicos, das três esferas de poder, em torno do patrimônio industrial, mostrando, através desse caso, que a memória é poder.

Voltando ao estudo da imprensa, percebeu-se que dirigentes de órgãos públicos, como o IAPAS, junto do poder municipal almejavam a demolição ou a comercialização da fábrica, em nome do ideário do progresso. Já os defensores do patrimônio, membros da Comissão dos Registros Históricos e de

¹⁷⁵ Diário Marília Notícias. **CONDEPHAAT definirá tombamento em janeiro**, 30/12/1990, p. 10.

órgãos públicos municipais vinculados ao setor cultural, lutando pela proteção oficial de um importante patrimônio industrial do interior paulista, na época, em ruínas e abandonado.

O senhor Paulo Correa de Lara, membro do Conselho Municipal de Cultura, comunicou à Presidente, Rosalina Tanuri, e ao arquiteto Laerte Rosseto, Secretário de Planejamento Urbanístico da Prefeitura de Marília, sobre o debate em torno de sua preservação da fábrica Matarazzo. Paulo Correa de Lara continua:

Solicitei do mesmo que informassem se o prédio aquém da chaminé, que se acham à esquerda de quem vai de Marília para Pompéia, pertence também à mesma CONDEPHAAT, ou quem é seu proprietário. Tal edifício embora se ache com todas as vidraças partidas, tem estrutura sólida e poderá ser aproveitado pela Prefeitura Municipal de Marília para o nosso museu que se acha instalado em local muito exíguo, ou para outra obra municipal¹⁷⁶.

De acordo com Paulo Corre de Lara, o referido Secretário disse que solicitou a interferência do candidato ao Governo do Estado, Luís Antônio Fleury Filho junto ao órgão paulista de patrimônio, pedindo a liberação das edificações do tombamento, ainda não concretizado, na época, para que o IAPAS, atual INSS, vendesse os prédios.

Torna-se relevante frisar que é enfatizada a interferência do poder público municipal na preservação do patrimônio cultural e são sugeridas possibilidades de uso do imóvel. Como sabemos a gestão do patrimônio cultural em locais de formação recente, como Marília, depende, e muito, da vontade dos gestores públicos envolvidos diretamente com a preservação e, com parceria da sociedade local.

No ano de 1991, o jornal Diário de Marília publicou uma reportagem focando na tentativa do Secretário Municipal de Planejamento de Marília, Laerte Rojo Rosseto em ter acesso a informações sobre o processo de

¹⁷⁶ Comunicado do Conselho Municipal de Cultura, 26/09/1990, s/p.

tombamento da Indústria Matarazzo junto ao órgão paulista de preservação, sem nenhum sucesso¹⁷⁷.

O senhor Rossetto ressaltou o pedido de liberação das edificações industriais, ainda que de modo parcial, para a ampliação da Indústria Antártica de Marília, nesse local, portanto, gerando oportunidade de empregos e de riqueza para a cidade.

Nessa reportagem o jornalista apresentou as discussões entre poder local e o CONDEPHAAT na seleção dos bens culturais protegidos: casa das caldeiras, chaminé, portal, um galpão e a residência da zeladoria, esses seriam os bens edificados a serem tombados, mas somente os três primeiros foram inscritos nos Livros do Tombo, os outros dois, demolidos.

O debate, que envolveu o jornal Diário de Marília, com a publicação de notícias e reportagens, desde 1988, em geral, com certa periodicidade, pressionaram os estudos de tombamento realizados pelo órgão paulista de patrimônio, e, apresentou os interesses locais sobre a edificação fabril, de liberar partes do imóvel da proteção oficial.

Cabe assinalar que somente esse periódico entrou nesse debate, devido, supõe-se, a relações próximas com o poder local e o órgão federal, porque o Jornal da Manhã não publicou nenhum texto sobre o tema do patrimônio industrial de Marília. A Prefeitura Municipal e o IAPAS, atual INSS, os maiores interessados na solução desse caso, solicitaram espaços na imprensa para mostrarem suas demandas.

Retomando o estudo da imprensa, a concepção do poder local acerca da preservação desse imóvel industrial, é elucidativa, na citação abaixo:

(...), a conservação do patrimônio histórico é importante e concordam com a iniciativa de tombamento do CONDEPHAAT, no que diz respeito a algumas áreas específicas. Mas entendem também, que um espaço significativo não pode permanecer completamente desativado, prejudicando o desenvolvimento urbano e industrial do município¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Diário de Marília. **Matarazzo – Processo continua no CONDEPHAAT**, 10/03/1991.

¹⁷⁸ Idem, p. 06.

O ideário adotado pelo poder municipal de Marília, no que diz respeito à proteção oficial da fábrica Matarazzo, segundo a imprensa local, diz que devem ser protegidos somente bens isolados, não a totalidade do complexo industrial, de grande porte, enfatizando que os edifícios, abandonados e em ruínas poderiam causar problemas para o desenvolvimento econômico da cidade, porque na visão do capital ficariam edificações sem uso, ociosas, no espaço urbano.



Figura 15: Capa do Jornal Diário Marília Notícias no início da década de 1990, com a menção ao tombamento da Indústria Matarazzo. Na capa do jornal, a chamada da reportagem, em primeiro plano, indica a exposição do debate sobre o patrimônio industrial de Marília, devido aos grandes interesses econômicos em jogo. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento. Fonte: Biblioteca da Câmara Municipal de Marília.

Na primeira página do jornal Diário de Marília, uma notícia, em primeiro plano, chama atenção do leitor: “CONDEPHAAT libera área da Matarazzo” descreveu os bens que serão preservados: a chaminé, casa das caldeiras e dois portões de entrada, dos quais só um foi realmente tombado (com a inscrição S/A I. R. F. Matarazzo)¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Diário de Marília. **CONDEPHAAT libera área da Matarazzo**, 31/03/1991.

No Segundo Caderno desse jornal, na reportagem “Liberação das instalações é quase total”, os autores afirmam que os bens apontados para proteção oficial são muito inferiores ao pretendido pelo Conselho, porque grande parte foi liberada para venda, e, por conseguinte, do tombamento, aparecendo o INSS e a Companhia Antarctica como principais interessados no complexo industrial¹⁸⁰.

Todavia, esse período histórico é muito importante na compreensão do tombamento e do destombamento das edificações fabris Matarazzo na cidade de Marília. É relevante salientar que houve a liberação de quase todos os imóveis do antigo complexo industrial pelo CONDEPHAAT no texto elaborado pela arquiteta Tânia Martinho da Cunha, durante os estudos realizados pelo setor técnico, e, do conselheiro José Carlos Ribeiro de Almeida, no parecer decisivo que culminou com a proteção oficial da indústria acatada pelo Egrégio Colegiado do órgão paulista de patrimônio.

As edificações demolidas (armazém, galpão, sobrado, entre outras) propiciaram argumentos para o embasamento jurídico que retirou a proteção oficial do patrimônio industrial, devido a questões econômicas, mostrou que o tombamento dos imóveis isolados não possuía nenhum valor, no entender do Poder Judiciário.

Marly Rodrigues discorre sobre o patrimônio industrial e a tensa relação com o setor privado:

Entre os fatores que contribuem para tal situação, está a dinâmica do capital. Ágil, ele atende a uma lógica particular, na qual não se enquadra o tempo, nem sempre curto, dos estudos que baseiam o tombamento. (...). Relaciona-se, além disso, ao fato de a divulgação do conceito de patrimônio industrial ser ainda recente¹⁸¹.

A análise de Marly Rodrigues abordou as questões fundamentais acerca da preservação do patrimônio industrial e a sua relação com o setor privado, muitas vezes, através da recusa dos seus proprietários, tendo em vista seu alto

¹⁸⁰ Diário de Marília. **Liberação das instalações é quase total**, 31/03/1991.

¹⁸¹ RODRIGUES, M. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. **Arq. Urb.**: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1º. Sem. 2010, p. 32.

valor de mercado, geralmente, espaços amplos nas cidades, abandonados ou em ruínas.

Em 1992, após a liberação da maioria dos imóveis fabris do estudo de tombamento, uma notícia, em primeira página, com letras grandes e uma imagem com vista geral da área, chamou a atenção do leitor desse jornal¹⁸².

Em seguida, na seção Cidade, a reportagem completa sobre o tema, com duas imagens que abordam o portão, enfatizando que deverá ser preservado pelo futuro dono e os prédios, e seu estado de abandono, aguardando compradores desde 1990:

(...). Para ocupação da área, o novo proprietário deverá obedecer a acordo de preservação. (...) tombou o portão com a inscrição Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na Avenida Castro Alves. Até o dia 30 de julho os interessados deverão depositar caução no valor de 10% da proposta apresentada¹⁸³.

O jornalista destacou somente a proteção oficial do portal da indústria, e comentou que a chaminé e a casa das caldeiras estavam em estudo de tombamento, de propriedade da família Matarazzo, imóveis que ficavam em frente do restante da fábrica.

É importante salientar que as discussões locais sobre a liberação para a venda e a consequente demolição da maioria dos imóveis do antigo complexo industrial Matarazzo de Marília, deveu-se em grande parte pela pressão produzida pelo INSS contra a ação preservacionista, em conjunto com o poder municipal, particularmente, por meio da divulgação de matérias na imprensa local, proporcionando uma disputa entre o que deve ou não ser preservado.

Esse órgão, vinculado ao Ministério da Previdência Social, que a tinha adquirido através do pagamento de dívida do antigo proprietário da fábrica (Matarazzo), naquele momento estava preocupado com a possível proteção oficial de todo o complexo industrial, trazendo, assim, para esse órgão público federal, um grave prejuízo financeiro, porque teria dificuldade em vender uma

¹⁸² Diário de Marília. **INSS já tem avaliação para vender prédios**, 18/03/1992.

¹⁸³ Idem. **INSS venderá área da Matarazzo**, 18/03/1992, p. 03.

edificação tombada, assim, conseguiu um parecer favorável do CONDEPHAAT que retirou a maioria dos imóveis fabris do estudo de tombamento.

Mas a venda das edificações da antiga fábrica Matarazzo de Marília, mesmo depois de o proprietário conseguir a liberação de partes do imóvel do tombamento, passou por grandes dificuldades em comercializar esse amplo espaço, com terrenos e edificações, na Avenida Castro Alves, exposta pela falta de compradores em leilão ocorrido na cidade de São Paulo¹⁸⁴.

No entanto, em uma das poucas notícias publicadas sobre o patrimônio tombado na cidade de Marília em meados da década de 1990, o jornalista voltou a enfatizar o desconhecimento em torno do teor do processo de tombamento da indústria Matarazzo¹⁸⁵, se essa edificação estava ou não, protegida oficialmente. Essa falta de dados prejudicou consideravelmente a apropriação simbólica da herança fabril paulista.

É interessante observar que o imóvel industrial, em seu período de funcionamento (1937 – 1975), foi um dos elementos que embasaram o ideário do progresso de Marília, mas antes da reforma de 2010, vista por setores da sociedade local, especialmente, a elite industrial, como um dos entraves a esse mesmo progresso:

O prédio da sala das caldeiras (...) foi transformado em depósito de lixo, abrigo para indigentes e banheiro público. (...). Não há mais porta no prédio e o mato ocupa quase toda a área. O prédio tem fezes humanas e de animais, preservativos, cigarros e lixo doméstico¹⁸⁶.

Portanto, podemos entender a publicação de diversas notícias e reportagens no Diário de Marília, com certa periodicidade, e, geralmente, com destaque em relação aos demais textos jornalísticos, entre os anos de 1988 e 1992, provavelmente, devido a pressões da Prefeitura Municipal e do atual INSS para a liberação da maioria dos imóveis de propriedade desse órgão federal para comercialização (ocorrido em 1991, por determinação do Conselho), embasadas na narrativa do progresso, tivemos um esquecimento

¹⁸⁴Diário de Marília. **Ninguém quer comprar a área**, 05/08/1992.

¹⁸⁵Idem. **Prédio histórico transformado em lixão**, 14/06/1996.

¹⁸⁶Idem, p. 10.

desse assunto por quase nove anos, nesse periódico, retornando somente em 2001, com novos interesses e demandas.

É importante ressaltar que a coleta das fontes históricas na imprensa local, ocorreu no banco de dados localizados nos *sites* na rede mundial de computadores (Diário de Marília, Correio Mariliense e Bom Dia), com isso, não tivemos acesso aos arquivos dos mesmos, somente o Jornal da Manhã possui arquivos digitalizados e disponíveis a consulta na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília.

Durante os anos de 2001 a 2012, isto é, doze anos, esse imóvel teve o maior número de reportagens publicadas no Diário de Marília, ao todo, dezesseis matérias. A primeira notícia no século XXI, em 2001, intitulada “Matarazzo recupera e vai alugar prédios”, o jornalista discorreu sobre a tentativa dos proprietários em recuperar o imóvel com vistas a sua negociação: *Para Trindade, a região possui um ponto favorável para o comércio e os aspectos históricos podem beneficiar investidores que queiram utilizar a estrutura (...)*¹⁸⁷.

Podemos observar nessa notícia, em primeiro lugar, as discussões contínuas sobre os usos do patrimônio industrial, bem como a ênfase nos aspectos históricos, sendo assim, importantes para chamar a atenção de investidores que comprariam o local e o restaurariam.

Em 2003 publicou-se uma matéria abordando a questão da destinação do espaço da indústria, de novo, após dezoito anos de discussão pela imprensa, sem nenhuma solução, o imóvel continuou abandonado e em ruínas. Relatou o histórico da indústria e a sua importância para a cidade e região de Marília, até o seu tombamento em 1992.

Nesse texto, o jornalista destacou que passado quase dez anos do tombamento, nada foi feito e estando os imóveis em completo estado de ruínas e abandonado. Iara de Pauli, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, afirmou, ainda nessa reportagem:

Vamos elaborar um projeto para utilização do espaço para fins culturais aliados á história da indústria. (...). Pensamos no

¹⁸⁷ Diário de Marília. **Matarazzo recupera e vai alugar prédios**, 27/05/2001.

museu da indústria e comércio, salas de multiuso, biblioteca e começamos a estudar¹⁸⁸.

O interesse do poder municipal, analisado através dessa matéria, era o de revitalizar a área transformando-a em um espaço cultural, uma biblioteca ou um museu, assim, valorizando a memória da cidade, a partir da concepção industrial, seria o foco principal, mas como vimos nada de concreto foi feito.

Para David Lowenthal, qual a principal função da memória? Segundo esse autor, não é preservar o passado, e sim, manipular o tempo presente. Com isso, as lembranças não são reflexões prontas do passado, segundo esse autor, mas reconstruções seletivas e ecléticas, baseadas em ações e códigos constantemente alterados, através dos quais entendemos o mundo a nossa volta¹⁸⁹.

Em outro texto jornalístico¹⁹⁰ se apresentou um projeto, não concluído, para transferência da Secretaria da Indústria e Comércio e da Associação das Indústrias de Alimentos de Marília para a Casa das Caldeiras. Rosalina Tanuri, ainda nessa reportagem, destacou a possibilidade de destruição desse bem cultural, devido ao seu alto valor de mercado e a sua importância para a memória e para a identidade local, porque o antigo complexo industrial, atualmente, possui outros fins e foi demolida, na década de 1990.

Na cidade de Marília, como podemos observar, houve uma reforma que transformou a Indústria Matarazzo em uma casa noturna, a Unik Club, a nova atividade da casa das caldeiras e chaminé, mas, as características industriais, ao menos na fachada externa foram mantidas (tema será estudado no próximo item).

A Prefeitura Municipal de Marília, na época, alegou o alto custo do imóvel industrial, para a instalação de um espaço para a cultura, tão solicitado pelos grupos ligados a setores culturais (professores, arquitetos, membros da Comissão dos Registros Históricos, entre outros) através da imprensa.

¹⁸⁸ Diário de Marília. **Projeto pode revitalizar área da Matarazzo**, 30/01/2003.

¹⁸⁹ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado? Projeto História (PUCSP), v. 17, nov. 1998.

¹⁹⁰ Diário de Marília. **Proposta de uso ficou no papel**, 11/04/2004.

Em abril de 2004 ocorreu uma denúncia na imprensa local sobre o imóvel fabril: a destruição de uma de suas paredes. Com o tombamento, a edificação o proprietário ficou impedido de efetuar qualquer mudança na estrutura física, construção ou demolição nos imóveis, sem autorização do órgão responsável, mas não retira todos os direitos de propriedade, apenas os limita. Nesse caso, o CONDEPHAAT não autorizou nenhuma intervenção na casa das caldeiras:

Marília está vendo a história ser destruída. A ação de oportunistas, o desprezo do poder público, a falta de recursos podem acabar com um dos únicos patrimônios tombados da cidade: parte do prédio da indústria Matarazzo¹⁹¹.

Em outra reportagem, “Tombada mesmo”¹⁹², do Diário de Marília, se descreveu o estado de abandono do imóvel industrial, criticando o esquecimento do passado e da não valorização da cultura na cidade. Um dos pontos fundamentais dessa matéria jornalística são a participação e o envolvimento da sociedade local nas ações de preservação do patrimônio junto ao poder público para que tenha sentido a proteção dos remanescentes da memória industrial de Marília.

A fábrica possuía um amplo espaço fabril, ocupando os dois lados da Avenida Castro Alves, além dos imóveis tombados, faziam parte desse complexo, as seguintes edificações, a saber: depósitos de sacarias, oficinas, armazéns, galpões, residência da zeladoria, moinho de farelo, torres de madeira, escritório, almoxarifado, e até espaços destinados para a linha férrea, dentro da indústria.

Nessa perspectiva, Beatriz Mugayar Kuhl, em consonância com a diversidade dos imóveis dessa fábrica, argumentou sobre a amplitude do patrimônio industrial:

(...) se referem não apenas à arquitetura dos edifícios relacionados com as unidades de produção, mas se volta a todo complexo de edifícios que pode compor um conjunto

¹⁹¹ Diário de Marília. **Parede de prédio tombado é destruída**, 10/04/2004.

¹⁹² Idem. **Tombada mesmo**, 11/04/2004.

industrial – fábricas, residências, enfermarias, escola etc. além de abarcar unidades de produção de energia e transportes; (...)
¹⁹³.

Retomando a análise do periódico, o arquiteto José Carlos Ribeiro de Almeida, relator do tombamento da indústria Matarazzo, sugeriu à Prefeitura a desapropriação da edificação e comentou que a família herdeira contestou o ato de proteção na Justiça das edificações fabris: *Mesmo que não tenha (valor) para o Estado, para a cidade e a região tem muito. Marília ainda é nova e se não preservar o pouco que tem de passado (...) não terá história (...)* ¹⁹⁴.

No discurso do arquiteto revelou-se certo descontentamento sobre os rumos da proteção oficial dessa fábrica no interior paulista, sugerindo a ingerência da Prefeitura Municipal de Marília nesse polêmico caso, para desapropriar o imóvel, mas é importante ressaltar que o mesmo elaborou o parecer decisivo sobre o tombamento da edificação fabril.

Um movimento social importante para a preservação desse espaço industrial foi o abraço simbólico da comunidade mariliense na indústria Matarazzo, descrito na reportagem “Abraçando a história da indústria”. Nesse texto, a autora, Rosalina Tanuri, realizou um importante histórico da indústria na cidade, desde o início de sua construção em 1937 até a sua desativação em 1975, começo da demolição de suas edificações. Sobre o evento na indústria, Tanuri descreveu:

(...). Foi uma oportunidade para as novas gerações atentarem para as indústrias instaladas no interior do Estado de São Paulo no período mais significativo (de 1920 a 1960), registrando um patrimônio industrial que corre o risco de desaparecer. Ainda a tempo de conhecer o padrão tecnológico de uma época, analisar a sua morfologia e sua arquitetura ¹⁹⁵.

Pela análise da imprensa local, esse foi o segundo movimento em torno da preservação da indústria Matarazzo de Marília, o primeiro teve por

¹⁹³ KUHL, B. M. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Arq. Urb.** Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 3, 1º. Sem. 2010, p. 45.

¹⁹⁴ Diário de Marília. **Relator do tombamento sugere desapropriação pela Prefeitura**, 18/04/2004.

¹⁹⁵ Idem. **Abraçando a história da indústria**, 31/10/2004.

objetivo impedir a demolição do complexo fabril, em finais da década de 1980, obtendo sucesso e, o atual, em 2004, de tentativa de conscientização dos setores sociais interessados no patrimônio industrial de Marília, movimento organizado pela Comissão dos Registros Históricos, através da liderança de Rosalina Tanuri.



Figura 16: Portal da indústria Matarazzo, em péssimas condições de conservação e, em estado de abandono, no ano de 2005. Fotografia tirada do estacionamento para veículos da casa de caldeiras, antigo uso do patrimônio industrial tombado, antes da reforma, de 2010. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005.

Quem participou desse movimento social em torno da preservação da indústria? Como foi divulgado? Pelo que podemos entender, os participantes desse evento foram pessoas ligadas ao campo cultural, jornalistas, arquitetos, professores, membros da Comissão dos Registros Históricos, do Conselho Municipal de Cultura, entre outros, e, seus familiares e amigos, ampliando o debate na defesa do patrimônio industrial local.

Em 2006, os remanescentes da edificação fabril Matarazzo de Marília começaram a ser parcialmente recuperada e limpa através de obras de

manutenção da estrutura física do prédio pelo seu proprietário, a empresa Miniteras Agropastoril Ltda¹⁹⁶.

O jornal publicou o texto: “Juiz libera demolição de ruínas da antiga Matarazzo na cidade” e o autor descreveu que o Poder Judiciário liberou a demolição das ruínas do antigo complexo industrial Matarazzo em Marília, através da decisão da 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, anulando o processo administrativo de tombamento n. 26.030/88 e a Resolução SC n. 46, de 18/12/1992, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo:

Segundo o promotor José Alfredo de Araújo Santana, o Estado chegou a recorrer da decisão e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento de recurso, mantendo a decisão¹⁹⁷.

Essa decisão judicial provocou reação imediata dos defensores do patrimônio industrial da cidade de Marília. A professora Rosalina Tanuri e o arquiteto Laerte Rosseto, criticaram enfaticamente, em outra matéria do mesmo jornal, a decisão judicial que retirou o tombamento da indústria Matarazzo, citando a demolição de outros imóveis importantes para a memória da cidade:

“Sociedade sem história não é nada. Marília é pródiga em destruir o passado. Não me surpreende já que no Brasil acham que coisa velha tem de ser jogada fora”, declarou citando a demolição do Hotel São Bento e da primeira rodoviária, e do fim do Cine Marília¹⁹⁸.

O senhor Rosseto explanou na imprensa de Marília sua indignação referente à destruição, ao seu entender, de importante marco simbólico de Marília, o Hotel São Bento, o Cine Marília e a primeira rodoviária. Nessa citação ficam destacados pelo arquiteto, os efeitos da narrativa do progresso nos bens edificados locais.

¹⁹⁶ Diário de Marília. **Prédio da Matarazzo está sendo reformado**, 25/07/2006.

¹⁹⁷ Idem. **Juiz libera demolição de ruínas da antiga Matarazzo**, 06/12/2007. Iremos analisar essa questão com mais profundidade no final desse capítulo.

¹⁹⁸ Idem. **Historiadora e arquiteto criticam**, 09/12/2007.

De acordo com as dados da imprensa, a Justiça anulou o tombamento, mas os proprietários do imóvel afirmaram que não irão destruir o prédio, e sim transformá-lo em uma casa noturna. O imóvel da casa das caldeiras terá a fachada restaurada e o interior modificado para que no lugar possa funcionar uma casa noturna e de shows¹⁹⁹.

Ainda nessa reportagem, colocou-se uma imagem da chaminé, sem legenda, abordando seu precário estado de conservação e que o tombamento foi cancelado pela Justiça.

O INSS de Marília pediu autorização da Prefeitura para demolir prédios da antiga Matarazzo, lugar de funcionamento da garagem e da oficina da fábrica que ficava anexo ao estacionamento do referido órgão federal. O responsável pelo INSS afirmou que somente o portal (tombado) será conservado, o resto das edificações demolidas:

“O prédio está em ruínas e corre o risco de desabamento. Se for o caso vai mandar pessoal técnico para analisar melhor. O portal deve ser restaurado, mas o prédio, demolido. Pretendemos alugar o local para a iniciativa privada”²⁰⁰.

A Casa Sol, empresa ligada ao setor de construção civil, interessada na ampliação do seu espaço, com auxílio da Comissão dos Registros Históricos, tentou implantar um museu nos remanescentes da fábrica, agora, destombados, e, assim, conservar esse importante patrimônio industrial. Esse museu, tão reivindicado pelos grupos ligados a cultura local não foi implantado²⁰¹.

A empresa comercial e o poder local, representada pela Comissão dos Registros Históricos, discutiram sobre a instituição de um museu na edificação, visto por eles, como a única forma de preservação do patrimônio industrial e sua inserção na vida cotidiana da cidade de Marília.

A utilização de bens tombados como museus, recebeu uma crítica incisiva do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Esse autor observa que muitas dessas ações de preservação apresentam objetivos simplistas: (...)

¹⁹⁹Diário de Marília. **Novo dono prevê restaurar prédio da antiga Matarazzo**, 13/12/2007.

²⁰⁰Idem. **INSS pede autorização para demolir restos da Matarazzo**, 30/12/2007.

²⁰¹Idem. **Casa Sol e Registros Históricos vão implantar Museu Matarazzo**, 23/05/2009.

*com frequência além do aceitável, recorra ao mecânico comodismo, à ideia de museu, sempre que busca um uso para edifício seu de valor cultural reconhecido*²⁰².



Figura 17: Vista frontal da casa noturna, Unik Club na Avenida Castro Alves, em dezembro de 2012. É importante observar que as características industriais foram mantidas pelos arquitetos responsáveis pela reforma. Mas quem frequenta o lugar, em sua maioria, jovens de Marília e região, em busca de entretenimento, possivelmente sabem que ali se encontrava uma antiga fábrica, especificamente a casa das caldeiras, mas não existe no seu interior, nenhuma menção no imóvel que a relacione a um patrimônio industrial, muito menos, à memória dos trabalhadores. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

Uma das últimas notícias publicadas no Diário de Marília acerca dos imóveis industriais abordou a relação entre a industrialização e a narrativa do progresso, através da fala do senhor Florentino Martins, 102 anos de idade, ex-diretor da Indústria Matarazzo, que comentou:

²⁰² MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio**: atualizando o debate. Brasília, IPHAN, 2006, p. 38.

(...) ele diz ter saudades dos carroções de oito burros na Avenida Castro Alves, trazendo algodão. Não sai de sua memória a ferrovia com um ramal que entrava na fábrica, locomotiva a diesel e depois mandava os vagões para São Paulo²⁰³.

É importante ressaltar na fala do senhor Florentino Martins, os elementos materiais relacionados à narrativa do progresso, tendo como vetor a indústria Matarazzo: a ferrovia, a locomotiva, os vagões, e, principalmente, o ramal interno da fábrica, representando a importância para a economia e sociedade da cidade de Marília.

Cumpramos salientar ainda a presença do relator do tombamento da indústria Matarazzo, o arquiteto e ex-conselheiro do órgão paulista de preservação, José Carlos Ribeiro de Almeida, em matérias publicadas nesse jornal. Podemos afirmar que a polêmica em torno desse caso tomou grandes proporções, depois de verificar a publicação de notícias na imprensa, a ponto do relator se posicionar a favor da proteção municipal, não estadual, do imóvel analisado.

Essa indústria representa um passado glorioso da cidade, os princípios da sua industrialização, importante na configuração atual dessa cidade, e essa valorização, pela imprensa local, em detrimento dos outros bens tombados pelo Estado, e, também, outras fábricas, relacionam-se as imagens de progresso e da modernidade trazidas pela Indústria Matarazzo e das fábricas que ali se instalaram em meados do Século XX.

No jornal Diário de Marília, a maioria das notícias veiculadas durante o período estudado, foi de membros de instituições ligadas ao poder público municipal, a saber: Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Comissão dos Registros Históricos. O teor dessas matérias está em consonância com a defesa do patrimônio cultural tombado em Marília.

Destaque para os artigos de Rosalina Tanuri e Paulo Correa de Lara, membros da Comissão dos Registros Históricos da Câmara e colaboradores daquele jornal. Portanto, na análise dessas matérias, ficou patente que esse

²⁰³ Diário de Marília. **A Matarazzo marcou sua passagem**, 17/12/2010.

periódico, Diário de Marília, está ligado aos interesses da Comissão, isto é, objetiva mostrar as ações em torno do patrimônio protegido pelo Estado.

Em seguida analisaremos como a imprensa local abordou as mudanças na edificação fabril.

As transformações no espaço industrial.

Depois de tantos debates em torno da preservação dos remanescentes fabris da Matarazzo de Marília, no CONDEPHAAT, na imprensa local, na Justiça, sobre os usos e destinações das edificações, em 2010 esses imóveis passaram por uma grande reforma, através da ação de um grupo de empresários resultando na casa noturna a Unik Club ²⁰⁴.

No final de 2009, em reportagem publicada no Correio Mariliense, apresentou informações sobre a reforma da indústria Matarazzo em uma futura casa de shows:

A casa pretende abrigar até duas mil pessoas, funcionar de quinta-feira a sábado, (...). Além do ambiente de festa, a casa terá ainda um museu histórico, um espaço reservado para a modernidade e o rústico está compondo a decoração e o design da casa, que misturam iluminação e sonorização de última geração típica de uma grande danceteria, com a arquitetura de um galpão de fábrica ²⁰⁵.

Percebe-se no discurso da imprensa a relação entre o antigo e o novo, os elementos do mundo industrial, convivendo, no entender do jornalista, em harmonia, sendo a preservação da edificação fabril, da antiga Matarazzo, um vetor específico da memória local. Devemos ressaltar que as transformações no espaço fabril foram condicionadas pela lógica do capital, não levaram em conta, questões de preservação de bens de reconhecido valor cultural.

Em junho de 2010, o jornal Correio Mariliense noticiou a inauguração da mais nova casa noturna de Marília, a Unik Club e enfatizou a novidade que desse empreendimento para Marília e todo interior do Estado de São Paulo e

²⁰⁴ Ver o site: www.unikclub.com.br. Acesso em: 24 nov. 2013.

²⁰⁵ Correio Mariliense. **Grupo transforma Matarazzo em casa de shows, música e diversão**, 15/12/2009.

até para o país. Outro ponto de destaque e nos interessa em particular é sobre a preservação do patrimônio industrial:

(...). O setor Histórico e de Gastronomia também será implantado daqui a poucos meses, já que todo o subsolo foi recuperado e será aberta a visitação em forma de Museu. A Unik está localizada na antiga Fábrica de Óleo Matarazzo e preservou toda a estrutura física do prédio, que já foi uma das fábricas mais importantes do Estado²⁰⁶.

É importante notar a ênfase dada pelo jornalista aos aspectos históricos que restaram desse importante patrimônio industrial paulista, focando, na conservação, pelos proprietários, mantendo, com as devidas proporções, as características fabris da antiga edificação industrial.

A reforma desse bem cultural é um importante marco na preservação do patrimônio industrial no Estado de São Paulo e no Brasil, porque, as maiorias dos imóveis de natureza industrial estão, presumi-se, em péssimas condições de conservação, e correm o risco de serem destruídos pelos seus proprietários, atraídos pelo seu alto valor de mercado.

No caso de Marília, os remanescentes do antigo complexo industrial Matarazzo (casa das caldeiras e chaminé) estavam em ruínas e totalmente abandonados, como observamos durante a análise da imprensa, e hoje, reformado e transformado em uma casa noturna.

A sociedade local e da região, que frequenta o imóvel nos finais de semana, nas festas e eventos, geralmente jovens em busca de entretenimento, conseguem observar o edifício industrial, ao menos na fachada externa, que ainda revela a sua antiga função, mas, não existem dados sobre o antigo uso desse espaço na parte interna da antiga casa das caldeiras, que possam relacionar o passado ao presente.

Eloísa Dezen-Kempter, em sua pesquisa, analisou a reabilitação de antigas indústrias, no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa prática atual é recorrente e nos mostra alguns exemplos: Fábrica São Luiz de Itu (espaço de eventos), a Brasital em Salto (centro universitário) e a mesma indústria em São

²⁰⁶Correio Mariliense. **Unik Club inaugura hoje e espera público de duas mil pessoas**, 05/06/2010.

Roque (centro cultural), tornaram-se edificação com utilização funcional no presente²⁰⁷.



Figura 18: Folder de comemoração de um ano da reforma da Casa noturna Unik Club, antiga indústria Matarazzo, dia 22 de junho de 2011, apresentando o show do cantor sertanejo Cristiano Araújo. Observamos que são produzidos muitos materiais como esse para a divulgação dos eventos, com intenção comercial, sem mencionar a antiga função da edificação. Fonte: Unik Club, 2011.

O jornal de âmbito regional, Bom Dia (circula nos municípios de Bauru, Catanduva, Itatiba, Jaú, Jundiaí, Marília, São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté - é vinculada a TV TEM de Bauru, uma das retransmissoras da Rede Globo no interior paulista) só elaborou reportagens sobre a antiga Matarazzo quando a mesma estava reformada e logo seria inaugurada, agora como a casa noturna Unik Club, com uso no presente, atraindo leitores e, principalmente, anunciantes.

A jornalista Danielle Gaioto enfatizou a relação entre a nova casa noturna e a economia na região, através da geração de empregos diretos e indiretos, não abordou nenhuma questão sobre a importância histórica da

²⁰⁷ DENZEN-KEMPTER, E. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2011.

antiga fábrica, só os resultados imediatistas da transformação de um espaço industrial em um local de entretenimento²⁰⁸.

Em matéria posterior, a mesma jornalista, argumentou acerca da preservação do patrimônio industrial e o respeito dos arquitetos com as antigas características da fábrica:

Da chaminé às áreas internas da antiga indústria Matarazzo, grande parte da estrutura da fábrica foi restaurada, unindo ambientes históricos à modernidade. As intervenções necessárias para a adaptação da casa noturna tais como muros, respeitaram toda a arquitetura do prédio e todos os tijolos que sobraram da construção foram aproveitados nestas adaptações²⁰⁹.

Sobre a ação do setor privado no campo do patrimônio, no caso analisado, a fábrica da Matarazzo em Marília, Antônio Augusto Arantes afirmou:

Em outros termos, a economia investe hoje pesadamente na reinvenção da diversidade cultural, assim na requalificação dos fragmentos de história sobrepostos e amalgamados na paisagem urbana. Iniciativas de reabilitação de núcleos históricos e de edificações preservadas são praticadas por um número crescente de atores e grupos sociais e, ao mesmo tempo, tornaram-se alvos da atenção de agentes de publicidade e marketing, com vistas à criação de negócios e mercadorias de inflexão cultural, ou com valor cultural agregado²¹⁰.

Antônio Augusto Arantes abordou a ingerência do capital privado sobre a preservação do patrimônio no Brasil, prática importante para a divulgação e conservação desses lugares, pelo restauro de bens isolados até a revitalização de centros históricos e bairros inteiros, mas devemos relativizar e problematizar esse tema, através da ampliação e aprofundamento dos estudos da área, porque o capital possui uma lógica diversa do setor patrimonial.

²⁰⁸ Bom Dia. **Inauguração de casa noturna injeta R\$ 3 milhões na economia de Marília**, 29/05/2010.

²⁰⁹ Idem. **Nova casa noturna preserva história industrial da cidade**, 30/06/2010.

²¹⁰ ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, C.; PROENÇA LEITE, R. (Org.). **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 19.

É importante salientar a concepção de preservação de edificações antigas atualmente realizadas por empresas privadas (exemplo da Unik Club), especialmente, do setor alimentício e de entretenimento (restaurantes, bares, casas noturnas, etc.), embaladas na moda retro, na valorização da madeira antiga, mas de qualidade, dos tijolos e das telhas, ou seja, materiais de demolição.

Não obstante, configura-se em um mercado lucrativo com a intenção claramente econômica, mas esses locais, geralmente, novos espaços museológicos, tornam-se simulacros do passado, sem nenhuma relação com a memória e com a identidade da sociedade usuária, mas possuem um forte apelo publicitário, e conseqüentemente comercial, porque a maioria das pessoas (transeuntes) que visitam esses lugares entende que ali é realmente a “história” materializada em edificações e objetos de museus.

Ressalte-se que, mesmo com as limitações impostas pelo capital à preservação do patrimônio, através desses novos tipos de museus, de propriedade das empresas privadas ou de grupos empresariais, a divulgação de questões ligadas à memória e a sua proteção levam muitas pessoas, visitantes desses lugares por motivos diversos, sentindo-se despertadas para temas do nosso passado, exemplo, da história do café ou a história da industrialização, no tempo presente, essas novas práticas estão a requerer um estudo aprofundado.

Em dezoito anos de discussões (entre 1992, o tombamento e 2010, a reforma) a fábrica continuou em ruínas e abandonada, mas somente com o destombamento dos restos fabris da Matarazzo, em finais da primeira década do Século XXI, esse imóvel foi inserido no cotidiano da cidade, no campo do lazer, transformado em uma casa noturna.

Preservar, então, para quem? Vimos que, além dos envolvidos diretamente com as ações preservacionistas, geralmente vinculados aos órgãos municipais e estaduais de patrimônio, mas podemos observar outros grupos sociais e políticos interessados nesse campo, como professores, bibliotecários, arquitetos, jornalistas, entre outros, envolvidos, em sua maioria,

pela atuação em órgãos ligados ao poder municipal local, como a Comissão dos Registros Históricos ou a Secretaria Municipal de Cultura.

A fábrica no discurso do poder local.

Pela primeira vez, no ano de 2005, após nove anos de ausência de discussões acerca dos tombamentos do CONDEPHAAT (a última discussão nessa entidade sobre esse tema fora em 1996) na cidade, a Indústria Matarazzo entrou na pauta das discussões realizadas pelos membros da Comissão dos Registros Históricos.



Figura 19: Vista, em primeiro plano, do moinho de farelo e do sobrado, partes demolidas da Indústria Matarazzo de Marília, em fotografia sem data. O fotógrafo, provavelmente, desejou retratar o progresso industrial da urbe, através da imagem dessa fábrica. Essa fotografia faz parte da coleção da Comissão dos Registros Históricos. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

A professora Rosalina Tanuri, membro da Comissão, em ata, discorreu acerca das obras paradas do prédio e da chaminé, ambos, tombados pelo

Estado. Ficou resolvido que a Comissão deveria buscar, através da Prefeitura, o que irão fazer naquela área importante para a cidade²¹¹.

É interessante notar que esse bem cultural, o mais citado na imprensa local, alvo de tantas polêmicas e discussões sobre os encaminhamentos a serem dados para preservação do patrimônio industrial de Marília, só depois de treze anos do seu tombamento (1992), a indústria foi objeto de pauta nas reuniões da Comissão dos Registros Históricos.

A fábrica voltou a ser assunto da Comissão no ano de 2006. Relatou-se na reunião a compra do imóvel tombado por um grupo de empresários, ressaltando que a chaminé está em mau estado de conservação e o interesse dos atuais proprietários em reformar essa parte da edificação fabril.

O grupo de compradores do imóvel, os senhores Wilson Martins Marques e Júlio Pérsio Garcia Lopes, solicitaram para a Câmara Municipal a criação de uma lei que incentivasse os proprietários de bens de interesse histórico, a partir da isenção, por exemplo, do IPTU. Nesse documento, expressam a vontade de preservar o patrimônio industrial de Marília:

Sobre a velha chaminé da Indústria, Wilson e Júlio trazem a notícia de que ela está ruindo, pois está corroída, com mato crescendo nos tijolos que estão se soltando, pondo em risco a vida dos que por ela passam. (...). Solicitaram os dois membros do grupo para que se crie na Câmara Municipal de Marília, uma lei para auxiliar o patrimônio histórico do nosso município, isentando do IPTU, os imóveis tombados ou a serem tombados²¹².

A vontade dos empresários, os novos proprietários do imóvel industrial, era conservar e reformar, mesmo sem a chancela do tombamento, esse importante patrimônio industrial localizado no interior do Estado de São Paulo, mas enfatizaram a aprovação de uma legislação municipal que colaborasse com seu intuito²¹³.

²¹¹ Ata n. 02/05.

²¹² Ata n. 04/06, p. 100.

²¹³ Sobre a importância do município na preservação do patrimônio cultural, Antônio Carlos Gaeta comenta: (...) *O município deve aproveitar e fazer conhecer programas da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (como o Programa de Ação Cultural) nas ações de restauro e conservação de bens protegidos por órgão oficial de preservação. (...). De sua parte, o município poderá fazer descontos em impostos prediais e territoriais ou outras considerações*

Mas que memória desejava preservar? A memória do progresso material da cidade de Marília, das elites industriais e do setor de comércio e serviços, com intenção clara de lucro econômico, representada pelos remanescentes da indústria Matarazzo.

A última menção aos bens tombados sobre os bens culturais tombados em âmbito estadual nas reuniões da Comissão dos Registros Históricos ocorreu em 2009, particularmente a edificação industrial em questão, possivelmente, devido à possibilidade de reforma dos imóveis. A concepção de história expressa nessa entidade seria uma história vitoriosa, gloriosa, na qual apareceriam apenas os proprietários, e excluía-se os operários.

Nessa reunião relatou-se acerca da compra do imóvel pelo senhor Wilson Marques, do qual iria reformar a Indústria Matarazzo para dar espaço a uma casa noturna, preservando a edificação, bem como sua intenção em montar um museu nesse local, junto com o senhor Vanderlei Dolce, da Casa Sol, exemplos de duas pessoas interessadas em preservar a memória local. É importante destacar a ajuda oferecida pelos membros da Comissão nesse empreendimento, em nome da professora Rosalina Tanuri²¹⁴.

Um dos tombamentos mais polêmicos de Marília, de amplo debate na imprensa local desde meados da década de 1980, foi abordado apenas em 2005 pelos membros da Comissão. Esta ocasião nos leva a afirmar que a instituição não via importância em discutir as questões relativas a esse bem cultural nas pautas de suas reuniões ao longo de quase doze anos, mesmo sendo uma edificação do passado industrial da urbe.

Portanto, isso nos leva a afirmar que essas discussões, enfatizadas em determinados contextos, suscitavam alguns debates e assim, logo esquecidas, uma vez que o assunto não tinha continuidade pelos membros da Comissão dos Registros Históricos.

Contudo, mesmo com as tentativas de democratização das políticas culturais, particularmente a de vertente patrimonial é patente à distância

acordadas pelo interesse social local com o apoio do poder público. In: GAETA, A. C. Abordagem do patrimônio histórico de bens culturais arquitetônicos nos Planos Diretores de pequenos municípios. **Histórica** (São Paulo. Online), v. 43, 2010, p. 04.

²¹⁴ Ata n. 05/09.

existente entre os órgãos de preservação e os usuários locais do patrimônio observados na análise das Atas da Comissão dos Registros Históricos.

Destombamento do patrimônio industrial: uma disputa entre poderes.

Nesse último item temos por finalidade analisar o destombamento dos remanescentes da fábrica Matarazzo de Marília, através das discussões apresentadas durante o estudo do processo de tombamento n. 26.030/88, localizado no arquivo do órgão paulista de preservação.

Lembrando que o ato de destombar refere-se ao cancelamento de um tombamento de determinado bem cultural. Como isso ocorre? Ao nosso entender, de dois modos: o primeiro, quando o próprio órgão que tombou cancela o processo administrativo e ele mesmo exclui o bem cultural no Livro do Tombo, por diversos interesses, como pressão do proprietário contra o ato de proteção e a possibilidade de venda do imóvel para outros empreendimentos, e para finalizar, a publicação no Diário Oficial do Estado.

No outro caso, o Poder Judiciário cancela a Resolução de Tombamento, mesmo sem o consentimento do órgão responsável pela proteção oficial, como é o caso analisado. Assim, ocasionou uma disputa de poder dentro da própria administração pública, entre o Poder Executivo e o Judiciário. Cabe assinalar que existem poucos textos que analisam o destombamento de bens culturais.

Não obstante, nos deparamos em torno de algumas indagações: O que significou o destombamento do patrimônio industrial? Quais são as limites e as fragilidades desse instrumento de preservação? Quem determina e quais motivos? Por que não temos muitos trabalhos de pesquisa sobre esse tema? Quais são os envolvidos nessa questão? Entre outras perguntas, a maioria, sem uma resposta conclusiva.

A solicitação de tombamento escrita em 1987 pelo senhor Aparecido Tenório da Silva e enviado ao Conselho no mesmo ano, destacou o antigo complexo industrial, mas como veremos logo adiante, foram protegidos

oficialmente partes da fábrica Matarazzo, o restante, demolidos, com aval do órgão responsável pela preservação do patrimônio.

Em parecer da arquiteta do CONDEPHAAT enviada a Marília, Tânia Martinho da Cunha, datado de 05 de fevereiro de 1991, realizado durante os estudos de tombamento do imóvel, a profissional vistoriou os bens industriais, e, elaborou um relatório que propôs ao Egrégio Colegiado: *1 – Deliberar pelo tombamento dos elementos 01, 02, 03, 04, 05 (...). 2 – Fica o restante das edificações liberadas para a demolição, (...) ²¹⁵.*

Podemos observar que a arquiteta do órgão paulista de preservação enumerou os imóveis que deveriam ser protegidos e os outros, liberados para a demolição (ver Anexo III), presumi-se, devido às pressões locais para a liberação da maioria das edificações fabris da proteção oficial.

Quais eram os elementos arquitetônicos indicados pela técnica para o tombamento? 1) Portal de ferro; 2) Sobrado; 3) Armazém de café; 4) Chaminé e 5) Casa das Caldeiras. Quais foram efetivamente tombados? O portal com a inscrição S/A I. R. F. Matarazzo, n. 276 (ambos os portões ficavam do lado par da avenida), a chaminé e a casa das caldeiras, somente partes da fábrica, especialmente, essas duas edificações, que estão do lado ímpar da referida avenida.

O Juiz de Direito Fernão Borba Franco no Processo n. 1.054/93 (11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo), impetrado pela proprietária dos bens industriais, a empresa Miniteras Agropastoril Ltda., apenso ao processo, na tentativa de cancelar a proteção oficial, decidiu em 26 de junho de 1997, pela nulidade da Resolução SC n. 046/92.

De acordo com o magistrado, o CONDEPHAAT deveria tombar as edificações fabris em sua totalidade, com isso, a proteção oficial das partes da indústria atingiu os interesses da empresa impetrante:

(...) os fundamentos utilizados no parecer acatado pelo CONDEPHAAT são suficientes para demonstrar que inexiste (...) valor, ao menos no conjunto de chaminé e casa de caldeiras (o portal é outra coisa, sua preservação tem interesse

²¹⁵ Processo n. 26.030/88, p. 159.

histórico, como ressalvado no parecer; embora mais relevantes fossem as construções demolidas)²¹⁶.



Figura 20: Portal da indústria reformado, ao fundo, as instalações da Casa Sol. É importante comparar as transformações porque passou essa edificação industrial (Figura 16). A reforma do portal, realizada pelo proprietário dessa empresa, com intenção, além de conservar o patrimônio industrial, melhorar o acesso e a visibilidade do seu comércio. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

Pelo que podemos entender, o Juiz anulou a Resolução SC n. 046/92, publicado no Diário Oficial do Estado em 1992 (não o Processo n. 26.030/88, é importante lembrar). O magistrado enfatizou na sentença: somente o Portal possui valor para ser protegido oficialmente e a casa de caldeiras e a chaminé não possuem valor algum, de acordo com a concepção do Poder Judiciário, porque não foi solicitado o tombamento dessas duas últimas edificações.

O portal da fábrica, localizado no lado par da Avenida Castro Alves, atualmente, reformado (Figura 19), entretanto, continua tombado, mesmo depois da anulação da Resolução, de tombamento? Fica uma importante pergunta, ainda, sem resposta.

²¹⁶ Processo n. 26.030/88, p. 274.

Acreditamos que o argumento jurídico (o órgão paulista deveria tombar a indústria em sua totalidade, não partes, em ruínas, e com isso, atingiu os interesses da empresa Miniteras Agropastoril Ltda, proprietária da casa das caldeiras e da chaminé) poderia ser refutado pelo órgão paulista de patrimônio, lembrando que a instituição tomou conhecimento da ação judicial que tramitava contra ela somente em 2003, isto é, seis anos após a sentença, em 1997.

Mas, indagamos, não existem ruínas protegidas oficialmente e reconhecidas por seu valor histórico, arquitetônico, entre outros? Sendo assim, apresentamos alguns exemplos, bem conhecidos no campo patrimonial, como os imóveis tombados em São Miguel das Missões (IPHAN - 1938 e UNESCO - 1983), no interior do Rio Grande do Sul e o Engenho São Jorge dos Erasmos (IPHAN - 1963, CONDEPHAAT - 1974 e CONDEPASA - 1990), no litoral paulista.

É importante ressaltar que atualmente, na Avenida Castro Alves, no n. 381 fica a Unik Club, e, no n. 447, está localizada uma Agência dos Correios e, do lado, uma Agência do Banco do Brasil, local do antigo depósito e armazém da indústria Matarazzo, em frente ao prédio do INSS.

Um dos poucos trabalhos que abordam o destombamento é o artigo de Sílvia Zanirato, que analisou a experiência do CONPRES (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) destombou dezessete imóveis na cidade de São Paulo, em fevereiro de 2011:

A incidência de bens destombados é um indicativo da fragilidade das medidas destinadas a proteger os bens culturais considerados patrimônio cultural e da importância da “exigência indeclinável do desenvolvimento econômico e social”²¹⁷.

Retomando o estudo do processo, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT tomou ciência da decisão judicial, de 1997, como dissemos, em 2003, ou seja, através de correspondência da senhora Cleusa Gomes, da parte do proprietário da indústria em Marília, que enviou missiva à Presidência

²¹⁷ ZANIRATO, S. H. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 25, 2011, p. 196-197.

desse órgão e comunicou sobre o resultado da sentença judicial com as considerações acerca do destombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

No entanto, sem defesa da parte técnica, somente o lado jurídico, representado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), não foi possível contestar de forma satisfatória os argumentos produzidos pelos advogados da empresa Miniteras Agropastoril Ltda., durante a tramitação do processo judicial, que pretendiam destombar os imóveis industriais, a chaminé e casa das caldeiras.

Indignado com esse ato, o Presidente do Conselho na época, José R. F. Melhem, em comunicação aos conselheiros, criticou a atitude do próprio Conselho em tombar esse bem cultural que estava quase todo demolido, tombando, na época, apenas a casa de caldeiras, chaminé e o portal da indústria.

Na realidade, o parecer de proteção oficial não acatou a indicação do próprio Conselho, em 1991, e ignorou na solicitação de proteção oficial, essa questão, tombando as edificações que ao seu entender eram mais representativas, dando margem aos argumentos jurídicos que posteriormente destombaram os remanescentes da edificação fabril.

Contudo, outro ponto da crítica elaborada pelo Presidente se refere à Procuradoria Geral do Estado, que não comunicou o andamento da ação judicial que tramitava contra o órgão paulista de patrimônio por parte de Miniteras Agropastoril Ltda. Esse órgão só tomou conhecimento da ação cível através de correspondência da proprietária, quando já havia perdido nas duas primeiras instâncias do Poder Judiciário:

E naturalmente, no caso em tela, na hipótese muito provável de insucesso do frágil recurso de agravo impetrado pela PGE já nos estertores do feito, vindo a ocorrer de estarmos em face de uma decisão judicial tramitada em julgado, no qual, pelo que constatamos do exame do processo, não nos caberá se não cumpri-la, mediante proposta a Senhora Secretária da Cultura, para que revogue, (...), a Resolução SC n. 046/92, arquivando-se, a seguir, este malsinado processo²¹⁸.

²¹⁸ Processo n. 26.030/88, s/p.

Depois de cinco anos da informação sobre a nulidade do tombamento da fábrica, na Sessão Ordinária, de 09 de junho de 2008 do Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT, os conselheiros solicitaram para Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura quanto aos procedimentos a serem tomados sobre a nulidade da Resolução SC n. 046/92, impetrada por decisão judicial.

Devemos ressaltar que os conselheiros do órgão paulista de patrimônio acataram a sentença que decidiu sobre nulidade do ato administrativo, após a análise da decisão judicial de 1997 e, encaminharam o processo para a Consultoria Jurídica.

No parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura n. 0474/2008, apenso ao processo de tombamento, a Procuradora do Estado, Regina Valéria dos Santos Mailart, concordou com a sentença sobre a declaração de nulidade da Resolução SC n. 046/92 do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 29 de outubro de 2008, que por votação unânime manteve a sentença do Juiz Fernão Borba Franco, de 1997.

Vale destacar que os outros recursos processuais impetrados pela Procuradoria Geral do Estado não obtiveram nenhum êxito. Portanto, é importante apresentar essa decisão, nas palavras da Procuradora: *A declaração judicial de sua nulidade é o ato fim, não cabendo qualquer outro ato da Administração pública para reafirmar esta realidade jurídica*²¹⁹.

É importante salientar que a Indústria Matarazzo de Marília sofreu grandes mudanças estruturais ao longo do tempo, sendo parcialmente demolida desde o final das suas atividades industriais em meados da década de 1970 do século passado e totalmente reformada em junho de 2010, conhecida hoje como Unik Club.

A anulação da Resolução de Tombamento, realizada em 1997, na primeira instância do Poder Judiciário, e os recursos perdidos em todas as outras instâncias fez com que a Procuradoria Geral do Estado sugerisse ao órgão paulista de patrimônio a seguir as determinações da magistratura. De

²¹⁹ Processo n. 26.030/88, p. 330.

acordo com esse órgão, não há mais nada a se fazer em relação a esse polêmico e controverso caso.

É importante salientar que as informações sobre o tombamento foram retiradas do *site* em 2011 e, recolocadas em 2013. Isso nos mostra um conflito entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário quanto ao encaminhamento da decisão de destombamento da edificação fabril. O CONDEPHAAT aceitou a decisão do Poder Judiciário e, depois, voltou atrás e, negou o ato de retirar a proteção oficial dos restos da fábrica, inserindo, novamente, os dados sobre a proteção oficial em seu sítio na *internet*.

A edificação com o maior número de notícias publicadas nos periódicos locais, a Indústria Matarazzo, justificou-se pela divulgação da narrativa do progresso, ideário presente e internalizado na sociedade de Marília, principalmente na imprensa, e, também, por ser o tombamento mais polêmico, que mobilizou diversos setores sociais, em sua maioria, favoráveis a proteção oficial.

Essa narrativa, do progresso, com grande força social nessa cidade, uma vez que o seu crescimento urbano e industrial foi muito acelerado, essa urbe possuía várias fábricas, destoando até hoje da maioria das cidades do Oeste Paulista.

Contudo, outro ponto a ser ressaltado, remete a presença de indivíduos ligados a questões culturais, ao longo da trajetória institucional do jornal Diário de Marília, fato esse verificado no amplo espaço de publicações relacionadas ao patrimônio tombado pelo Estado em Marília, em especial, da Indústria Matarazzo.

Pudemos observar no jornal Marília News o debate amplo e público sobre o tombamento na cidade de Marília, exclusivamente em torno da Indústria Matarazzo, mostrando que os leitores desse jornal local ficaram informados, ao menos, das questões relativas ao campo patrimonial.

Esse amplo debate sobre a indústria Matarazzo aconteceu três anos antes do pedido de tombamento feito pelo senhor Aparecido Tenório da Silva em 1988. Nas notícias, quase todas, aparecem imagens relativas ao imóvel fabril, geralmente, em primeira página, corroborando com a afirmação do debate público acerca do patrimônio e da memória em Marília em meados da década de 1980.

As matérias jornalísticas aparecem, especialmente, na capa do jornal, e a reportagem propriamente dita, na seção Cidade, em ambos os periódicos, na qual os autores dessas notícias não assinam as mesmas. Portanto, é difícil descobrir para que grupo ou interesses que estão por trás dessas notícias ou reportagens. Mas, podemos afirmar que esse grupo jornalístico tinha algum interesse em publicar as matérias, devido a influência de indivíduos vinculados a setores interessados na cultura local.

Geralmente, as notícias publicadas no Diário de Marília sobre a indústria Matarazzo tinham letras grandes e ficavam na primeira página, com uma chamada e depois a reportagem, algumas tendo uma página inteira, discutindo questões sobre o patrimônio industrial.

A maioria dessas matérias defende o patrimônio local, no caso a Indústria Matarazzo, e aponta sugestões e propostas para o uso desse bem, particularmente na transformação do imóvel industrial em um espaço cultural ou em um museu, assim, os autores destacavam a falta desses espaços na cidade.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, apareceram as notícias criticando a indefinição do tombamento, porque havia interessados em comprar o imóvel fabril, exemplo da Indústria Antártica. Outro ponto da crítica insere-se aos problemas causados pela presença de uma edificação de grande porte, abandonada e, em ruínas, na cidade de Marília, de acordo com a Prefeitura Municipal, causaria perigo aos moradores do bairro, no campo da segurança pública.

Entretanto, na análise dessas matérias, ficou patente que esse periódico, o Diário de Marília, provavelmente, representou os interesses da

Comissão, isto é, mostrar as ações desse grupo em torno do patrimônio protegido pelo Estado.

A maioria de quem escreve para o jornal são profissionais da arquitetura (Laerte Rosseto, José Carlos Ribeiro de Almeida, Sílvio Guimarães, Rafael Rodrigues de Moraes, entre outros) ou de dirigentes de instituições públicas ou privadas interessadas nos bens tombados, exemplo do gerente da Casa Sol, Vanderlei Dolce (responsável pela restauração do lado do portal da indústria Matarazzo – tombado – e de parte das edificações alijadas do tombamento), todos favoráveis à preservação dos bens tombados pelo Estado na cidade e somente, o dirigente do INSS, Jurandir Lemos, postulado a demolição de parte da indústria.

A presença de sujeitos históricos na imprensa pode ser notada minimamente, sobretudo na seção de Carta ao Leitor, do jornal Diário Marília Notícias: temos apenas a carta do padre, em 1988, solicitando a demolição da fábrica para a construção da sua igreja. Os dois movimentos sociais em defesa do patrimônio industrial (tentativa de destruição da fábrica e o abraço simbólico), não apresentaram dados durante a análise da imprensa e das demais fontes históricas estudadas.

É importante ressaltar a presença do relator do tombamento da indústria Matarazzo, o arquiteto e ex-conselheiro do órgão paulista de preservação, José Carlos Ribeiro de Almeida, em matérias publicadas nesse jornal. Podemos afirmar que a polêmica em torno desse caso tomou grandes proporções, após verificar a publicação de notícias na imprensa, a ponto do relator se posicionar a favor da proteção municipal, não estadual, do imóvel analisado.

A Indústria Matarazzo é a que tem recebido maior atenção das notícias veiculadas pelo referido jornal, em detrimento dos outros bens tombados pelo CONDEPHAAT no espaço urbano de Marília. Por quê? Quais as razões? Como já vimos, esse bem cultural foi reformado em meados de 2010, e nenhuma matéria foi publicada no Diário de Marília, somente em outros jornais locais. Fica uma importante indagação, sem resposta.

Essa indústria representa um passado glorioso da cidade, os princípios da sua industrialização, importante na configuração atual dessa cidade, e essa valorização pela imprensa local, em detrimento dos outros bens tombados pelo Estado, e também outras fábricas, relaciona-se às imagens de progresso e da modernidade trazidas pela Indústria Matarazzo e outras fábricas que ali se instalaram em meados do Século XX.

A maioria dos imóveis do complexo Matarazzo, destruída no início da década de 1990, e, depois dos acirrados debates sobre sua utilização na imprensa local, em meados da década de 1980 e a interferência do poder público municipal e do atual INSS, entre 1988 e 1992, resultou na liberação das edificações industriais, favorecendo o poder local e o proprietário do mesmo.

Isso nos leva a ressaltar as questões em torno da própria dinâmica da imprensa, especialmente, as coleções de jornais locais analisadas, que publicam matérias do interesse de sua concepção editorial e de seus respectivos patrocinadores.

Com isso, algumas matérias discorriam sobre a possibilidade de demolição dos imóveis fabris tombados, mas, por que quando foram reformados (restauração se aplica apenas aos bens tombados pelo poder público, nesse caso, a fábrica já tinha sido destombada pelo Poder Judiciário), nada foi publicado? Foi uma mudança da linha editorial ou simplesmente o periódico não noticia ações do poder privado, como a reforma desse imóvel industrial?

Podemos afirmar que o Diário de Marília, com vínculos com a Prefeitura Municipal, através da Comissão dos Registros Históricos, devido a seções dedicadas a publicações de artigos de Rosalina Tanuri e Paulo Correa de Lara sobre a história local, e, também, de textos acerca dos bens tombados pelo Conselho, o silêncio em torno dessa ação, do setor privado, provavelmente, foi proposital.

Acreditamos que a última questão é a que aparece com mais força, pois o jornal analisado publicou matérias de acordo com os interesses do poder municipal local, isto é, a transformação do imóvel, realizada pela iniciativa privada ficou fora do escopo editorial desse periódico.

Contudo, outro ponto importante no estudo dessa edificação, circunscreveu-se a pressão exercida sobre esse imóvel, de grupos sociais, articulados nos órgãos municipais ligados ao campo cultural, exemplo de professores, bibliotecários, membros da Comissão dos Registros Históricos, arquitetos, entre outros, discutindo, basicamente, na imprensa, sobre os usos (sugestões de um museu, centro cultural, etc.) desse importante espaço fabril localizado em Marília, aguardando a intervenção do poder público, sem nenhum sucesso, durante a análise dos jornais locais, até o ano de 2010, término da reforma da antiga fábrica.

O periódico regional, Bom Dia, ligado aos interesses da TV TEM, afiliada da Rede Globo, apresentou matérias somente quando a indústria Matarazzo foi reformada, mostrando interesses comerciais na divulgação de notícias em torno do bem cultural em questão, ou seja, textos jornalísticos pagos pelos proprietários para a divulgação da finalização da reforma, com a finalidade de atrair o público de Marília e região para visitarem o seu empreendimento, no campo do entretenimento.

A indústria Matarazzo, o único bem cultural tombado pelo Estado que suscitou amplo envolvimento de grupos sociais ligados ao campo cultural de Marília, sendo assim, esse debate teve maior visibilidade no espaço público, principalmente, através da divulgação de notícias pela imprensa local.

Podemos afirmar que a imprensa local teve um papel fundamental na liberação do complexo industrial Matarazzo da proteção oficial no início da década de 1990, ligados a interesses dos proprietários, antes mesmo de oficializado o tombamento, através de uma ampla campanha contestatória da ação preservacionista do CONDEPHAAT, com isso, embasando, o destombamento do patrimônio industrial anos depois.

Na primeira década do século XXI, período de oficialização do destombamento dos remanescentes da edificação fabril, os jornais locais publicaram notícias relativas ao novo uso do patrimônio, e não abordaram a retirada da proteção oficial. O Diário de Marília enfatizou, minimamente, esse assunto polêmico em suas páginas.

Por fim, observamos a mínima discussão acerca do patrimônio industrial tombado, nos jornais Correio Mariliense e Jornal da Manhã, em comparação ao jornal Diário de Marília e Marília News. Podemos afirmar que esses jornais locais não têm interesse ou não entende que a divulgação de notícias do patrimônio tombado em Marília possui importância para a sociedade em geral, usuária desse patrimônio, entendimento aceito, também, pelos seus patrocinadores e grupos sociais e políticos que representam.

CAPÍTULO III

O MUNICÍPIO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

O reconhecimento da pluralidade cultural (...) foi evidentemente um avanço notável para as políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, incluindo as diretrizes que envolvem a formulação das políticas públicas municipais na esfera cultural. No entanto, apesar de todo o processo de descentralização decorrente, ainda se observa a abordagem das particularidades e do universo local remetida à categoria legitimadora do espaço e da cultura nacional.
Célia Reis Camargo²²⁰.

Nesse capítulo temos por objetivo analisar a gestão da memória no interior paulista, a partir do papel desempenhado pela Comissão dos Registros Históricos e Câmara Municipal, abordando os principais temas debatidos sobre o patrimônio e a memória constantes nos documentos produzidos que se referem ao campo patrimonial.

Assim, partimos de algumas indagações a respeito da preservação em municípios do interior paulista: Existem órgãos de proteção ao patrimônio? Quais são suas práticas? O poder executivo incentiva e valoriza a atuação do órgão de vertente patrimonial? Qual o papel dos municípios nesse campo? Quais são os agentes sociais e políticos locais envolvidos na tarefa de preservar bens culturais? Muitas indagações, poucas respostas.

Podemos afirmar que olhar o pesquisador de História deve estar atento para âmbito local, tanto dos setores sociais envolvidos no campo patrimonial, quanto das instituições sociais e políticas, do setor público e do privado, sendo assim, apreender o patrimônio através da diversidade.

Interessa-nos ressaltar que quando se aborda o patrimônio cultural em cidades temos de observar que em cada localidade o processo histórico se desenvolve de forma diferente, mesmo em cidades de uma mesma região, que possuam características próximas.

Lembrando que a preocupação central desta tese é defender a importância dos estudos sobre a concepção local em torno do patrimônio,

²²⁰ CAMARGO, C. R. A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local x global. **Patrimônio e Memória** (UNESP. Online), v. 02, 2006, p. 57.

focando na documentação produzida na cidade de Marília, a partir da análise sobre as práticas culturais e políticas do poder municipal e da imprensa local.

Os debates locais em torno do patrimônio - além de revelar as visões dos seus diversos segmentos sociais, de apontar suas relações e conflitos - são por si mesmos, um grande espaço de construção, desconstrução e reconstrução das subjetividades e representações sociais, sendo, a execução de políticas preservacionistas, estudada, na maioria das vezes, em âmbito do poder público federal e estadual, com frequência mínima, na esfera municipal.

Em seguida analisaremos a perspectiva de alguns autores acerca das comissões/ conselhos municipais de preservação do patrimônio cultural, centrando atenção no interior paulista, começando por um breve histórico da Comissão dos Registros Históricos (é importante ressaltar que as atas entre 1983 e 1992 não foram localizadas).

O patrimônio cultural no interior paulista.

Em março de 2011, o Jornal da Manhã da cidade de Marília publicou a seguinte notícia: “Câmara dá posse aos novos membros da Comissão de Registros Históricos de Marília”, o autor do texto enfatizou a importância dessa entidade nas questões relativas à preservação e divulgação da memória local e particularmente sobre o tombamento, o autor comentou:

(...) o assunto tombamento do patrimônio histórico local, em parceria com o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é também pauta nas reuniões da Comissão. Por experiência de ofício, sabemos que não é fácil integrar interesses culturais com o tema desenvolvimento. Algumas cidades já adotaram medidas no sentido de incentivar proprietários de prédios históricos a conservarem o patrimônio, sem, no entanto, abrir mão da autonomia de gestão do imóvel. (...) ²²¹.

O jornalista refletiu sobre um dos principais problemas relativos à preservação do patrimônio urbano, a relação entre a cultura e o citado,

²²¹ Jornal da Manhã. **Câmara dá posse aos novos membros da Comissão de Registros Históricos de Marília**, 04/03/2011.

desenvolvimento, do qual o autor apresentou uma proposta para esse controverso tema: o incentivo do poder público para que os proprietários de bens tombados conservem seus imóveis.

Entretanto, outro ponto destacado pelo jornalista é a parceria entre IPHAN e a Comissão dos Registros Históricos, que não existe, de acordo com os documentos internos dessa entidade. O órgão federal de patrimônio, possivelmente, é lembrado por setores da imprensa por ser o órgão federal de patrimônio e isso nos leva a afirmar o quanto é elitizada as políticas de cultura no Brasil.

A Comissão dos Registros Históricos é criada em 1983 no âmbito da Câmara Municipal, e seus membros fazem parte da sociedade de Marília²²², representando a Câmara Municipal, não possui um regulamento interno, mas os membros têm mandato de dois anos, geralmente, reconduzidos, exceção feita aos pedidos de afastamento (em razão de aposentadoria ou saúde).

Uma das principais atribuições da Comissão é preservar e divulgar a memória de Marília. O vereador Aldo Pedro Cornelian, principal idealizador da Comissão dos Registros Históricos da Câmara e da Cidade de Marília, a constituiu através do Ato n. 24 de 1983 (ver Anexo I). Essa Comissão, presidida por um vereador, possui de onze a treze membros, dos mais variados lugares sociais²²³.

É relevante frisar a escolha dos membros da Comissão dos Registros Históricos, se dá por indicação, geralmente de pessoas com algum conhecimento sobre a história de Marília, que irão participar do debate em torno da memória e do patrimônio local. O presidente da Câmara Municipal de Marília indica o presidente da Comissão, um vereador, com isso, vale salientar,

²²² Os membros atuais (2013) da Comissão dos Registros Históricos, nomeados pela Câmara Municipal: Presidente: José Expedito Capacete - Vereador, advogado; Antonio Augusto Neto - funcionário público aposentado; Antonio Martinelli - Bancário aposentado; Rosalina Tanuri - Professora de História e Geografia - aposentada; Maria Cristina Pauliello - Professora de Literatura; Lourdes Gomes Macário - Diretora de Ensino; Shirley Guarezzi - Professora universitária aposentada (área de Pedagogia); Paulo César Colombero - Funcionário do Legislativo; Luiz Arnaldo Cunha de Azevedo - Presidente do Sindicato Rural; Wilza Aurora Matos Teixeira - Bibliotecária e arte-educadora e Wilson Novaes Matos - advogado e radialista.

²²³ Texto sem data escrito pelo senhor Paulo Corrêa de Lara. Arquivo da Comissão dos Registros Históricos.

a Comissão, por mais autonomia que possua para tratar as questões da história de Marília, está inserida dentro da discussão política local.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar a atuação de dois membros ao longo da trajetória da Comissão dos Registros Históricos, tanto na publicação de livros quanto na produção de artigos, divulgados nos jornais locais, todos, relativos à história de Marília: Rosalina Tanuri e Paulo Correa de Lara²²⁴.

Cabe assinalar que essa entidade pública tem caráter consultivo, não deliberativo, exemplo: a Comissão dos Registros Históricos pode solicitar o tombamento de um bem cultural a outro órgão de preservação, tanto na esfera municipal, estadual ou federal, mas não possui atribuição de realizar a proteção oficial.

A seguir, a partir da bibliografia especializada analisaremos os órgãos de preservação vinculados ao poder municipal no interior do Estado de São Paulo.

Debruçada sobre o estudo das políticas federais de preservação, Célia Camargo²²⁵ apontou para a instituição do patrimônio nacional, através das práticas culturais e políticas do SPHAN, e nos mostrou que esse ideário foi constituído a partir da apropriação do discurso regional, e, também, local, que já estava construído, especialmente, nos estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais e, portanto, valorizando a pesquisa sobre o patrimônio em Marília.

Paulo César Garcez Marins, em seu estudo sobre o patrimônio cultural paulista, focando no CONDEPHAAT e nas práticas do setor privado no campo da preservação, observou que os municípios paulistas na década de 1980:

(...), constituíram seus instrumentos locais de preservação patrimonial. A criação de leis que instituem o tombamento, e de conselhos que definem a inclusão de bens arquitetônicos a serem preservados, diferem substancialmente em cada

²²⁴ Não é nossa intenção analisar a obra desses historiadores formados fora dos muros da academia, tema para uma possível pesquisa. Exemplo dos livros publicados pela Câmara Municipal de Marília: **Marília, chão de nosso amor**, de Rosalina Tanuri, lançado em 2003 e **Marília, marcos e monumentos**, de Paulo Correa de Lara, de 1998, entre outros.

²²⁵ CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural**. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980). Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 1999.

experiência municipal, e ainda está por fazer um estudo que demonstre padrões de variação em relação aos modelos federal e estadual, bem como entre os próprios municípios²²⁶.

Esse autor analisou algumas importantes ações de preservação do patrimônio realizadas pelos municípios localizados no interior do Estado de São Paulo, especialmente em Franca e São José dos Campos. Vamos apresentar como Paulo César Marins analisou essas duas práticas municipais, ao nosso entender, importantes para a reflexão da Comissão dos Registros Históricos de Marília.

Na cidade de São José dos Campos, Vale do Paraíba, houve a elaboração de livros sobre a arquitetura local, na qual publicou importantes obras sobre a arquitetura sanatorial, industrial e modernista, através de um projeto da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, da prefeitura de São José dos Campos. O município, um dos principais do Estado, possui um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural, (COMPHAC), criado em 1981.

Na cidade de Franca, segundo Paulo César Garcez Marins, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT) realizou tombamentos municipais acerca de bens culturais, nos dizeres do autor, não convencionais, que fazem parte do tecido social, como a proteção de bens relativos aos esportes locais, a dois bebedouros de animais e as fossas sépticas da estação da Água Bruta.

Mas, essas práticas são exceções frente à maioria dos municípios paulistas, que não contam com um conselho municipal de preservação do patrimônio. Portanto, para termos uma ideia dessa situação no Centro-Oeste Paulista, realizamos um levantamento parcial sobre a presença desses órgãos em alguns dos principais municípios dessa região: Presidente Prudente, Assis, Ourinhos, Bauru, São José do Rio Preto e Araçatuba²²⁷.

²²⁶ MARINS, P. C. G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 258-259.

²²⁷ Foram consultados os sites das prefeituras, a saber: Prefeitura Municipal de Araçatuba: <http://www.aracatuba.sp.gov.br>; Prefeitura Municipal de Assis: <http://www.assis.sp.gov.br>; Prefeitura Municipal de Bauru: <http://www.bauru.sp.gov.br>; Prefeitura Municipal de Ourinhos: <http://www.ourinhos.sp.gov.br>; Prefeitura Municipal de Presidente Prudente:



Figura 21: 1ª Comissão dos Registros Históricos de Marília, nomeada em 1984. Da esquerda para a direita, Vereador Armando Raineri como Presidente da Comissão e os membros Paulo Corrêa de Lara, Rubens Pedrosa, Anselmo Scarano, Roberto Caetano Cimino, Nelson Fernandes, Toshitomo Egashira e o Senhor Sebastião Carvalho Leme, designado coordenador e produtor de vídeo. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Dos municípios analisados, considerados de porte médio (entre 100 a 500 mil habitantes), apenas quatro deles possuem uma Secretaria Municipal de Cultura, de acordo com o levantamento realizado nos *sites* das Prefeituras, a saber: Bauru, Ourinhos, Araçatuba e São José do Rio Preto.

Dentre esses municípios, só o último possui Conselho ligado a questões de preservação do patrimônio cultural, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de São José do Rio Preto (CMDPHACT). É importante notar que esse Conselho não aparece na listagem dos outros conselhos municipais, que possuem *link* para maiores dados.

Isso dá a entender que o poder municipal não vê importância nesse tipo de conselho, deixando-o apenas existir na força da lei, sem concessão de

maiores poderes e de informações aos cidadãos e pesquisadores. Mas, quando se refere a políticas municipais, depende-se dos gestores públicos a frente da pasta da Cultura, na qual a maioria dos municípios não possui uma política de continuidade, especialmente, na vertente patrimonial.

As Secretarias de Cultura de Bauru e de Araçatuba, tendo, cada município, um Departamento de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural vinculado à preservação e divulgação dos museus locais, não do patrimônio cultural de uma forma ampla, através da constituição de instrumentos de proteção.

Sobre os conselhos municipais de preservação, Antônio Carlos Gaeta afirma:

É importante observar que, diferente de outras áreas de atuação (saúde, educação, assistência social e até meio ambiente), não há para o município a orientação de um sistema único nacional de gestão do patrimônio histórico. Há, aqui e ali, algumas orientações. Em São Paulo, (...), por meio do CONDEPHAAT (...), executa uma política de defesa, proteção e divulgação do patrimônio cultural que compreende os municípios²²⁸.

De acordo com a assertiva do autor sobre a falta de uma orientação a respeito da gestão do patrimônio cultural em âmbito municipal, diferente de outras áreas, consultamos o sítio do IPHAN e não encontramos nenhuma normatização ou menção sobre o assunto referente aos municípios brasileiros²²⁹.

A Comissão dos Registros Históricos, instituída antes da promulgação da Constituição de 1988, no ano de 1983, isto é, no final do período da ditadura civil-militar brasileira, mostrou o caráter inovador dessa entidade pública de Marília, com trinta anos de trajetória no campo de preservação e divulgação das memórias locais. Por que a ruptura?

Como observou Célia Camargo, a última Carta Magna, o único documento legal que apontou para a participação da sociedade civil através da

²²⁸ GAETA, A. C. Abordagem do patrimônio histórico de bens culturais arquitetônicos nos Planos Diretores de pequenos municípios. **Histórica** (São Paulo. Online), v. 43, 2010, p.06.

²²⁹ Disponível: www.iphan.gov.br. Acesso: 23 dez. 2012.

participação nos conselhos municipais. Esse documento jurídico contemplou a questão patrimonial de forma mais detalhada em relação a outras constituições nacionais, particularmente no Artigo n. 216. O texto constitucional inovou ao estender a tarefa de preservação à sociedade civil e ao incorporar a noção de memória, como objeto de preservação²³⁰.

Mas, anteriormente a década de 1980, os debates já haviam se iniciado acerca da descentralização da preservação do patrimônio cultural no Brasil, conhecidos como os encontros de governadores, resultando nos seguintes documentos, o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador (1970 e 1971), na qual enfatizou a colaboração entre a União, Estados e Municípios no campo patrimonial, mas com a prerrogativa do valor nacional como primordial:

Reconhecem como inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional; Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional²³¹.

É interessante notar que nesse documento legal, que representou a primeira inovação em torno das políticas de preservação no Brasil, ao atribuir aos Estados e Municípios a tarefa de dividir com o órgão federal a proteção ao patrimônio, não se apresentou em nenhum momento a possibilidade de instituição de órgãos em âmbito municipal e o reconhecimento, identificação de bens de valor local.

Sendo assim, hoje é urgente o aprimoramento da proteção ao patrimônio a partir do enfoque das políticas públicas. No interior do estado de São Paulo, como observamos, poucos são os conselhos (ou comissões) municipais voltados para a cultura²³². Mesmo quando existem, poucos

²³⁰ CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural**. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980). Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 1999.

²³¹ Compromisso de Brasília (Abril de 1970). Disponível: www.iphan.gov.br. Acesso em: 25 de nov. 2013.

²³² Osmir Dombrowski comentou que existe a ênfase em alguns conselhos municipais, em detrimento de outros: *Sobre esse fenômeno destaca-se, em primeiro lugar, que a ampla disseminação no Brasil de alguns conselhos, como é o caso dos conselhos do FUNDEF, da*

conselhos nos municípios paulistas explicitam sua ação sobre o campo específico dos bens culturais ou da chamada vertente patrimonial.

Podemos afirmar que para a instituição dos conselhos municipais, seguindo as lições de Osmir Dombrowski, deverá estar atrelado aos repasses de recursos financeiros da União, e da sua obrigatoriedade, através de legislação para esse fim, fato que não ocorre no campo cultural, carente de recursos humanos e materiais.

Com isso, os dados obtidos durante a execução da pesquisa devem conduzir a uma primeira percepção do ideário que integra, hoje, o imaginário das sociedades locais, incluindo as configurações específicas que possam apresentar o poder público municipal, especialmente, no que diz respeito ao lugar ocupado pela memória e pelo patrimônio no conjunto da gestão municipal.

No entanto, a maioria dos trabalhos acadêmicos na área do patrimônio cultural trata de políticas amplas que tendem aos modelos centralizados e ignoram a esfera local como corpo autônomo, com valores próprios e com isso, ressalta-se a importância dessa pesquisa.

Em seguida trataremos da construção da memória de Marília através dos legados industriais e dos monumentos da cidade e do lugar do Poder Legislativo no campo patrimonial.

A herança industrial: em busca do “progresso”.

Atualmente, a cidade de Marília possui um dos principais polos industriais do interior do Estado de São Paulo, ligados, basicamente, a dois segmentos: alimentos e metalurgia, da qual mostraremos algumas, a saber: Nestlé, Dori, Marilan, Coca-Cola, (alimentícias), Sasazaki, Brunnschweiler Latina (metalúrgicas), entre outras.

Alimentação Escolar, da Saúde, da Assistência Social e dos Direitos da Criança, é consequência direta de uma legislação superior que não apenas os obriga como vincula a transferência de recursos da União ao seu funcionamento. In: DOMBROWSKI, O. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Jun. 2008, vol.16, n. 30, p. 276.



Figura 22: Fotografia da 1ª Mostra de Produtos Industriais de Marília, realizada entre 25/11 e 30/12/1960, evidenciando a importância dessa atividade para a história da cidade. Possivelmente, a intenção do fotógrafo era retratar somente o *banner* do evento, com duas engrenagens, simbolizando o trabalho fabril, mas acabaram saindo três visitantes, não identificados. Essa imagem faz parte da coleção da Comissão e como a maioria, está disponível para consulta no *site* da Câmara Municipal de Marília. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Segundo Ana Luiza Martins, nas décadas de 1940 e 1950 o município de Marília já era uma referência no campo industrial, porque a produção agrícola de amendoim e de algodão possibilitou a instalação de diversas fábricas de óleo em Marília, exemplos da Indústria Matarazzo, da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), Anderson Clayton & Cia Ltda., das Indústrias de Sedas Marília S/A, entre outras, propiciando grande surto econômico da cidade:

Essa dinâmica incomum para cidades do Centro-Oeste Paulista explica, em parte, o porquê da criação ali de um banco que começou como Casa Bancária Almeida (1943) e hoje se chama Bradesco. Ou ainda uma companhia aérea, a Táxi Aéreo Marília, que hoje se chama TAM (1961). Conhecida como “Capital Nacional do Alimento”, despacha para o mundo seus

biscoitos e bolachas, que começaram como Ailiram, hoje conhecidos e consumidos como Marília²³³.

Assim, de acordo com o excerto acima, o crescimento acelerado da cidade de Marília é um dos principais fatores que expressam a ideologia do progresso, especialmente, através da industrialização, internalizada pela maioria da sociedade local, sendo um dos elementos que inviabiliza a preservação dos registros materiais do passado.

Contudo, com o desenvolvimento da cultura da soja e o empobrecimento do solo na região de Marília, de acordo com geógrafo Paulo Fernando Cirino Mourão, decorreu uma crise no setor de produção de algodão e, portanto, o resultado foi o fechamento das fábricas que dependiam dessa matéria-prima²³⁴.

Eloiza Denzen-Kempter, em seu estudo sobre o patrimônio industrial das indústrias têxteis no interior paulista e na cidade do Rio de Janeiro, comentou sobre o processo de desindustrialização, que ocorre sob duas formas: 1) A atividade industrial perde espaço para outras atividades econômicas, especialmente para o setor terciário e; 2) As indústrias deixam de existir, sendo demolidas²³⁵.

Na cidade de Marília, os dois tipos de desindustrialização estudados pela autora aconteceram em Marília: alguns espaços industriais cederam lugar a atividades comerciais (exemplo da fábrica da Zillo, hoje Supermercado Tauste), educacionais, a fábrica da Antártica atualmente é um colégio técnico (ETEC) e faculdade de tecnologia (FATEC); e a indústria Matarazzo, grande parte demolida, e a outra, abandonada e em ruínas por trinta e cinco anos (de 1975 a 2010), transformada em uma casa noturna, analisada no capítulo anterior.

²³³ MARTINS, A. L. Interior paulista: comércio, indústria e bancos. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra paulista**: trajetórias contemporâneas. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 69-70.

²³⁴ Paulo Fernando Cirino Mourão problematiza: *Em Marília, o fim dessa etapa de sua produção uma imagem de desindustrialização da cidade, reforçado pelas formas espaciais deixadas por essas fábricas no espaço urbano, principalmente ao longo da ferrovia, localização preferida dessas unidades, onde se pode observar uma sequência de chaminés, equipamentos e prédios abandonados*. In: MOURÃO, P. F. C. **A industrialização do Oeste Paulista**: o caso de Marília. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 1994, p. 87.

²³⁵ DENZEN-KEMPTER, E. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2011.

A primeira menção ao patrimônio de natureza industrial na Comissão dos Registros Históricos ocorreu em 1993, na reunião do dia 12 de agosto. Os representantes do Nikkei Clube de Marília solicitaram que a Comissão enviasse um vídeo para o Japão, para as cidades de Higashi e Hiroshima, mostrando as indústrias de Marília²³⁶.

Nessa reunião, os membros da Comissão não apresentam quais fábricas locais serão objetos desse vídeo, portanto, se é uma, em específico, ou todas, presentes no espaço urbano, apresentando, indefinição de quais fábricas deveriam ser lembradas e as que seriam esquecidas.

Em nova reunião da Comissão dos Registros Históricos, de novo, o pedido de permissão de filmagem das máquinas e da parte interna e externa das indústrias de Marília, solicitação encaminhada ao senhor Adelmo Foresta, Diretor da Companhia Antártica, desativada²³⁷.

Segundo Paulo Fernando Cirino Mourão, a Cia. Antártica Paulista de Marília, em finais da década de 1980, tentou adquirir o terreno na qual estava localizada a indústria Matarazzo, mas encontrou muitas dificuldades: partes dessa fábrica, e, também, não conseguiu comprar o terreno pertencente ao INSS, com isso, sem possibilidade de ampliação, levou ao fechamento dessa importante fábrica de Marília em 1993²³⁸.

Hoje a edificação da antiga fábrica da Antarctica abriga a Faculdade de Tecnologia (FATEC) “Estudante Rafael Almeida Camarinha” e a Escola Técnica Estadual (ETEC) “Antônio Devisate” de Marília, cada uma em seu andar, mas, utilizando o mesmo espaço comum da antiga edificação industrial.

Em nova reunião, os membros da Comissão dos Registros Históricos salientaram a necessidade de preservar a imagem da indústria Antártica (Figura 22), pelo muito que representou para o desenvolvimento econômico da cidade, no interesse pela defesa da arquitetura industrial local, a fim de se manter os laços de continuidade com o passado e o presente²³⁹.

²³⁶ Ata n. 07/93.

²³⁷ Ata n. 11/93.

²³⁸ MOURÃO, P. F. C. **A industrialização do Oeste Paulista**: o caso de Marília. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 1994.

²³⁹ Ata n. 02/94.



Figura 23: Fotografia panorâmica, sem data, de uma das principais indústrias de Marília, a Antártica, hoje, desativada, dando lugar a duas instituições de ensino, a ETEC e a FATEC, dividindo o antigo espaço fabril. Para as novas atividades não foram necessárias muitas mudanças na estrutura física da edificação. O fotógrafo, com certeza, registrou essa imagem aérea a pedido do proprietário. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Marly Rodrigues analisou a demolição de partes da fábrica da Cervejaria Antártica na capital paulista, apresentando a concepção dos proprietários do que deveria ser preservado, diferentemente, do caso analisado em Marília, que permaneceu íntegra: (...) *restaram apenas à casa de máquinas e as chaminés, únicos elementos que, entendiam os proprietários – (...), deveriam permanecer como documento do passado*²⁴⁰.

Retomando a análise das fontes, outra menção ao patrimônio industrial local foi feita na reunião de 26 de setembro de 1995, a professora Rosalina Tanuri sugeriu que para o aniversário do município a Comissão deveria entrar em contato com a direção da FEPASA em Bauru, solicitando vagões da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para elaborar uma exposição denominada “Marília no tempo da Maria Fumaça”, em abril de 1996:

(...) que sejam concedidos por empréstimo, peças, fotos e quadros, que dizem respeito à antiga Companhia Paulista de

²⁴⁰ RODRIGUES, M. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987). SP: Editora da UNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000, p. 139.

Estradas de Ferro. E que também sejam solicitados o empréstimo do Ferro Modelismo e de um vagão para que se possa colocar o material em exposição²⁴¹.

É relevante salientar que as estações ferroviárias fazem parte do patrimônio industrial por estar inserida dentro do contexto de produção e do transporte de mercadorias, prática importante para o desenvolvimento econômico e social dos municípios do interior paulista²⁴².

Assim, para essa exposição, o pedido da Comissão foi aceito pelo representante do Museu Ferroviário Regional de Bauru, com isso, vieram da cidade de Rio Claro as esculturas dos materiais antigos da FEPASA e uma maquete com os trilhos e os trens em miniatura, mostrando aos visitantes o funcionamento do transporte em ferrovias em seus primórdios²⁴³.

O senhor Paulo Correa de Lara, em reunião do ano de 1997, destacou a importância do antigo rolo compressor que fez o aeroporto e os primeiros calçamentos da cidade de Marília, e enfatizou que esse importante objeto está guardado em lugar ermo.

Nesse encontro, os membros da Comissão comentaram acerca da criação de um museu ferroviário (não concretizado), enfatizando a importância da estrada de ferro para o desenvolvimento da região:

(...) necessidade do Museu Ferroviário para a preservação da memória do seu patrimônio histórico. No ofício, a Comissão sugere como local do museu, o antigo armazém da Paulista, ao lado da Estação da FEPASA, onde seria também, um centro de estudos e pesquisas com várias atividades, como exposição, conferências, concorrendo para a melhoria intelectual da nossa coletividade²⁴⁴.

²⁴¹ Ata n. 01/96.

²⁴² Lídia Maria Vianna Possas comenta sobre a importância das ferrovias para os núcleos urbanos em formação, como Marília: (...), *com a presença das ferrovias, o espaço urbano foi definido: “acima da linha” era a área preservada para as atividades comerciais e moradia das elites locais; “abaixo da linha” ficavam os bairros operários e zonas de meretrício. Os lampiões foram substituídos pelos postes de eletrificação; os empórios onde se vendia de tudo transformaram-se em lojas comerciais, com uma arquitetura mais cuidadosa em alvenaria, e assumiram a função de pontos de encontros e de discussão políticas.* POSSAS, L. M. V. As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar. In: Maria Alice Setubal. (Org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 51.

²⁴³ Ata n. 04/96.

²⁴⁴ Ata n. 01/97, p. 52.

De novo, na análise das atas da Comissão dos Registros Históricos, questões relativas a objetos industriais que foram importantes para o progresso local são levantadas, o senhor Antônio Augusto Neto Filho, lembrando do primeiro relógio da Rodoviária de Marília, que, também, seria da primeira rodoviária do Brasil, está na igreja do município de Álvaro de Carvalho²⁴⁵.

Sendo assim, um problema relatado em quase todas as atas diz respeito ao argumento da perda²⁴⁶ dos bens culturais, isto é, da possibilidade de destruição dos imóveis e objetos considerados de valor histórico pelos membros da Comissão dos Registros Históricos.

O senhor Antônio Augusto Neto Filho discorreu a respeito das visitas dos membros da Comissão dos Registros Históricos nas principais indústrias de Marília, e, assim, escrever a história e o perfil de cada edificação fabril, bem como filmá-las, com isso, montando um acervo visual e documental do patrimônio industrial local²⁴⁷.

Essas ações são importantes para a preservação dos registros industriais locais, mas não foram sequer mencionados os acervos presentes nessas indústrias, indo ao encontro das questões analisadas pela historiadora Cristina Meneguello, assim, totalmente associados com a memória da industrialização (tanto do trabalho quanto dos trabalhadores) de Marília. Portanto, sobre os acervos das indústrias, Cristina Meneguello comentou:

(...) acervos, sejam papéis, sejam ferramentas, têm importância inseparável dos objetos a que fazem referência. São vestígios que permitem compreender técnicas desaparecidas, processos de trabalho, usos e memórias associadas ao patrimônio industrial²⁴⁸.

²⁴⁵ Ata n. 07/97.

²⁴⁶ Sobre o argumento da perda, consultar a obra de José Reginaldo Santos Gonçalves: **A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. RJ: Editora UFRJ, 1996.

²⁴⁷ Ata n. 03/98.

²⁴⁸ MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis, p. 1.830.

Depois de sete anos de ausência nas pautas das reuniões da Comissão dos Registros Históricos, embasado pelo discurso do progresso engendrado pelas indústrias em Marília, o senhor Antônio Augusto Neto:

(...) lembra que está na hora da Comissão entrevistar a cúpula das indústrias da cidade, como a Sasazachi e o Barion, ao que providenciaria ofícios motivando os Campeões da Indústria Mariliense²⁴⁹.

A industrialização, de acordo com essa concepção de patrimônio, está relacionada à monumentalidade da arquitetura fabril, relacionada ao poder econômico, mas se esqueceu dos outros elementos que fazem parte do universo da indústria, como as casas dos operários, isto é, quem trabalhou, produziu e viveu o espaço fabril em seu cotidiano, compôs a base do trabalho nas indústrias, esquecidos da memória local, em detrimento de uma história industrial gloriosa que se pretende valorizar e preservar para as futuras gerações.

Em 2009 o patrimônio industrial voltou a ser objeto de discussão entre os membros da Comissão dos Registros Históricos, relatando o interesse na preservação do rolo compressor, entendido como de valor histórico, a respeito do lugar onde ele deveria ser colocado²⁵⁰.

Os membros da Comissão valorizam lugares e objetos que tem relação com o passado industrial de Marília, corroborando com o ideário de um discurso do progresso por parte desses agentes sociais. Mas, ao mesmo tempo em que se enfatizam esse discurso do progresso industrial, destacando, por exemplo, a indústria Antártica, desativada, de valor excepcional para a memória local e o rolo compressor, que construiu as ruas da localidade, esqueceu-se de outros objetos e de fábricas da urbe.

Nesse sentido, o passado é selecionado a partir das questões e indagações do presente, o passado que se quer lembrar, do que se deseja esquecer. Desta maneira, a idealização do passado industrial em Marília, relacionado ao conceito de progresso, enfatizado pelos grupos sociais ligados ao campo da cultura (professores, arquitetos, membros da Comissão e da

²⁴⁹ Ata n. 02/05.

²⁵⁰ Ata n. 02/09, p. 16.

Secretaria Municipal de Cultura, jornalistas, entre outros), é fruto do crescimento vertiginoso, desde a fundação do município, em 1929, dessa importante atividade econômica, destaque na construção da memória social local e do sentimento de pertença, da identidade.

Segundo Glycério Póvoas, em seu estudo sobre Marília, na década de 1940, mencionou que as principais indústrias da cidade eram de fiação de seda (relacionadas à imigração japonesa), quatorze no total, em segundo lugar, o autor descreveu as fábricas que utilizavam o caroço do óleo do algodão, duas, no total. A ênfase de Glycério Póvoas recaiu sobre as fábricas de fiação de seda que tinham um grande peso para a economia local, na época, exportando sua produção para os mercados da América do Norte e da Europa²⁵¹.



Figura 24: Primeira rodoviária de Marília em fotografia de 1938, destruída para a construção da atual rodoviária. Como as estações ferroviárias, essas edificações estão inseridas no contexto de circulação da produção econômica local, sendo assim, um patrimônio industrial. Esse imóvel, valorizada pelos membros da Comissão dos Registros Históricos como a primeira do gênero no Brasil, portanto, um elemento do progresso da cidade. O fotógrafo, possivelmente, enfatizou essa narrativa, registrando, de longe, a movimentação de pessoas na entrada da edificação. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

²⁵¹ PÓVOAS, Glycério. **Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília**. Marília: Prefeitura Municipal, 1947. Disponível: www.seade.gov.br. Acesso em: 24 dez. 2012.

A memória preservada pelo Estado, atualmente circunscrita à Indústria Matarazzo, hoje Unik Club, tanto na valorização dos registros do passado quanto no aproveitamento de espaços fabris no presente reflete o esquecimento total, supõe-se, de importantes fábricas de Marília no começo da sua industrialização, a qual se incluem as outras fábricas de óleo, dessa mesma época, como a Zillo e a Anderson & Clayton.

Portanto, nessa questão estão embutidas as relações de forças sociais no tempo presente, que apontam qual edificação industrial deverá ser lembrada ou esquecida. Torna-se relevante ressaltar, referindo-se à dialética da memória no campo da preservação, que houve um esquecimento dessas fábricas da cidade, mesmo quando não foram destruídas ou descaracterizadas, mas ao mesmo tempo, outros espaços fabris e objetos museológicos, valorizados pela Comissão.

Tzvetan Todorov, em seu estudo sobre o culto da memória na França, na década de 1990, discorreu que consumimos a informação produzida, em sua maioria, nos meios de comunicação, de forma rápida e as eliminamos, também, rapidamente, assim, para esse autor, estaríamos sendo levados para o caminho do esquecimento²⁵².

É importante notar a ênfase na produção de vídeos sobre as indústrias de Marília, prática que pode ser entendida como a construção de memória do passado fabril da urbe, apresentando o que deveria ser preservado, ou esquecido. Esse tipo de ação, relacionada à montagem de um acervo documental e visual da Comissão sobre o patrimônio industrial, possui fundamental importância para a proteção e divulgação dos registros materiais do passado de Marília.

Assim, podemos perceber a preocupação com a preservação da memória industrial da cidade de Marília, mas não observamos práticas efetivas, concretas, quanto à preservação desse patrimônio. Não apareceram solicitações de tombamento aos órgãos responsáveis nem, ações da sociedade civil e da iniciativa privada (o caso da Unik Club representa uma

²⁵² TODOROV, T. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995. (Tradução livre de Marly Rodrigues).

exceção), no que tange a proteção e no uso no tempo presente desses importantes ícones da industrialização local, valorados pela sociedade local, após a análise das fontes históricas produzidas em Marília.

Observando as práticas da Comissão dos Registros Históricos em relação ao patrimônio industrial, através do estudo sobre as atas dessa entidade pública de Marília, o principal instrumento de preservação, o inventário, sequer foi mencionado, em nenhum dos documentos analisados, com isso, possibilitaria conhecer, mapear, identificar, e, posteriormente, preservar ou não, as fábricas dessa cidade.

Monumentos: marcas das memórias no espaço urbano.

Nesse item iremos analisar como a Comissão dos Registros Históricos constrói memórias locais através dos debates entre seus membros a respeito dos monumentos, presentes no espaço urbano de Marília. Em seguida o foco recai sobre o conceito de *pioneiro*, e por fim, a materialização no espaço público desses sujeitos históricos considerados importantes, no âmbito local, na formulação das identidades e memórias locais.

Assim, uma das formas de celebração em torno dos pioneiros circunscreveu-se a construção de monumentos em Marília, no qual veremos a seguir, mas uma das primeiras práticas da Comissão esteve ligada a realização de entrevistas com os *pioneiros* de Marília, produzindo um importante acervo de depoimentos orais sobre a história do município.

Célia Camargo observou que:

As celebrações são formas de perpetuar valores, saberes, modos de viver, criações artísticas, hábitos, enfim fatos considerados fundadores e reveladores de um tempo, de uma sociedade e de suas mais caras convicções²⁵³.

Ainda nesse documento, Paulo Corrêa de Lara enfatizou o apoio da imprensa local em divulgar as práticas desse grupo. Outro ponto ressaltado

²⁵³ CAMARGO, C. R. A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local x global. **Patrimônio e Memória** (UNESP. Online), v. 02, 2006, p. 59.

pelo autor é a realização em abril, no mês de aniversário do município de Marília, a Semana dos Pioneiros:

(...) realizado no Teatro Municipal, representações, bailados de grupos da cidade, verdadeiros “shows”, alguns depois repetidos em vários locais, inclusive bailados japoneses, nos quais são revividas épocas pretéritas de nossa cidade²⁵⁴.

Mas durante todo o período de análise em torno das atas da Comissão, foi destacada a realização da importante celebração local intitulada “Noite dos Pioneiros”, já estudada, ocorrendo de forma ininterrupta, desde 1983, até hoje, trinta anos, durante a análise das atas da Comissão, datada em abril, mês do aniversário da emancipação municipal de Marília.

Michel Pollak mostrou que as datas oficiais, como a estudada, em Marília, são permeadas por lutas políticas e sociais, apresentando o passado que o grupo organizador do evento pretende se apropriar e mostrar como de todos. A memória, segundo esse autor, é organizada em função das preocupações da época, políticas ou sociais, apresentando, assim, a memória como uma construção social²⁵⁵.

Essa concepção de história privilegia o passado remoto, o momento da origem, a busca do mito fundador como um referencial para a memória e a identidade dos grupos sociais ligados ao poder local, através das entrevistas com os *pioneiros* e com a respectiva comemoração anual.

Quando se fala nesses sujeitos históricos, lembramo-nos de uma perspectiva de história que tem no indivíduo seu principal vetor, vinculado a uma história dos grandes nomes e eventos históricos ditos importantes, ou seja, uma história gloriosa, sem conflitos, nem contradições.

Sendo assim, os *pioneiros* são lembrados e reverenciados pelo poder local, em sua maioria, pessoas da elite (primeiramente ligada à agropecuária, comércio e serviços e hoje, os industriais) que ajudaram a construir as cidades do Oeste Paulista, particularmente Marília, objeto de nosso estudo,

²⁵⁴ Texto sem data escrito pelo senhor Paulo Correa de Lara. Arquivo da Comissão dos Registros Históricos, s.p.

²⁵⁵ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10, 1992, p. 204.

materializados no espaço urbano através dos monumentos, excluindo dessa leitura, os trabalhadores, em sua maioria.

Os membros da Comissão, em reunião de 1993, ainda discutiam acerca da realização de entrevistas (estão gravadas em vídeo), com os *pioneiros* locais, mas os membros dessa entidade pública não as nomeiam, nem cita a quantidade de pessoas, apenas enfatizou que são personalidades da política local.

Com a realização de entrevistas, podemos afirmar que a Comissão dos Registros Históricos, atua também no campo da construção da memória, através da preservação e produção desse importante acervo para as futuras gerações de marilienses e, outras ações práticas.

Contudo, outro ponto ressaltado na análise das atas refere-se ao debate sobre a colocação do monumento aos *pioneiros* na praça em frente ao Cemitério da Saudade:

O senhor Prefeito Municipal - Salomão Aukar prometeu recolocar na praça existente em frente ao Cemitério da Saudade, o monumento aos pioneiros da cidade, que hoje está jogado no chão da garagem municipal em meio a terra e materiais de construção²⁵⁶.

Como já dissemos no início desse texto, o fio condutor do processo histórico é o indivíduo, vetor primordial da memória local, especialmente os ligados aos grupos dominantes locais, enfatizando os *pioneiros* de Marília, destacados nas reuniões da Comissão dos Registros Históricos.

Novamente nota-se a valorização dos personagens locais, na análise das atas, particularmente dos políticos locais, na qual o senhor Sebastião Carvalho Leme entregou ao Presidente da Comissão, o original da entrevista com o primeiro prefeito de Marília, o Engenheiro Durval de Menezes²⁵⁷.

²⁵⁶ Ata n. 03/93, p. 05.

²⁵⁷ Ata n. 06/01.

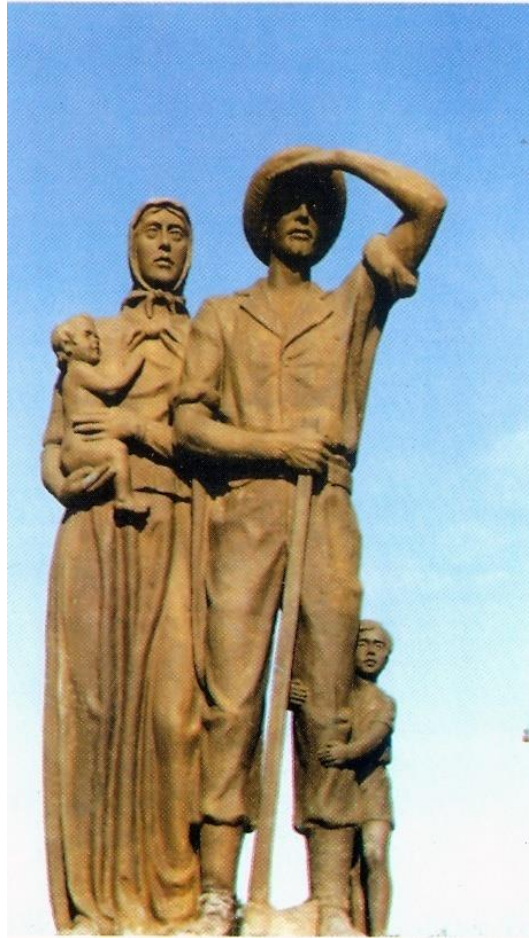


Figura 25: Monumento em homenagem aos *pioneiros* de Marília. Observa-se na imagem: a valorização da família, do trabalhador disposto, com as mangas arregaçadas, segurando um machado, a mulher com a criança de colo, com trajes que não deixam aparecer nenhuma parte do corpo, com lenço na cabeça, e, junto do homem, está um filho, que segura às calças do pai, mostrando, para ele, a segurança. Sol presente, calor, vê isto através dos gestos do pai. Nessa imagem sintetiza-se o ideário dos pioneiros, que buscavam o eldorado, no interior paulista, espaço geográfico, considerado a partir dessa concepção de história, vazio, apresentado nos mapas do início do século passado como desconhecido, selvagem, a espera da chegada desses sujeitos históricos, trazendo consigo, o progresso. Autor: Desconhecido. Fonte: Biblioteca da Câmara Municipal de Marília.

Uma homenagem foi feita pelo senhor Paulo Correa de Lara ao senhor José Antônio Tobias, valorizando, de novo, o indivíduo como fundamental no processo histórico:

(...), sugere que seja feito um diploma de “honra ao mérito”, ou um cartão prata para o professor José Antônio Tobias, pelo esforço com que procura preservar a história do município de

Marília. O senhor Paulo Correa de Lara fez a entrega de vários recortes de jornais do Diário de Marília e do Jornal Cidade, com artigos seus relatando a história do nosso município²⁵⁸.

Já na reunião do dia 01 de outubro de 1998, o senhor Osvaldo Passos procurou o vereador Laerte Rosseto para informar que o túmulo do seu bisavô, Bento de Abreu Sampaio Vidal, localizado em São Paulo, não é visitado. Disse ainda, que o bispado aceitou colocar os restos mortais do senhor Bento de Abreu ao lado do túmulo de Dom Hugo Bressane, na Igreja de São Bento, transladado sem gastos para a Câmara Municipal, valorizando, de novo, o indivíduo na história²⁵⁹.

Foi pedido pelo senhor Sebastião Leme ao Prefeito Municipal um monumento ao Antônio Pereira da Silva, fundador do bairro do Alto Cafezal, no ano de 1929. Com isso, na colocação do busto dos senhores Antônio Pereira e de José Pereira, a senhora Rosalina Tanuri discorreu acerca da colocação do mesmo em uma praça, marcando uma reunião com o senhor Laerte Rojo, para decidirem o local no qual efetivamente colocariam os monumentos.

Pode-se dizer que a memória está em permanente processo de construção e de reconstrução, sendo suscetível a mudanças, tanto no campo social como no político. Com isso, a memória a ser lembrada no espaço urbano de Marília, de acordo com o poder municipal, especialmente se referindo aos *pioneiros*, sendo assim, a memória materializada através dos monumentos, valorizando-se o mito fundador, isto é, um determinado contexto histórico (final da década de 1920 e a década de 1930), passado, datado e mitificado.

A Secretária da Comissão dos Registros Históricos, Rosalina Tanuri enviou uma manifestação contrária à tentativa da retirada dos monumentos da Praça Saturino de Brito e da Praça das Bandeiras, solicitação do Executivo, para serem colocados no futuro “Jardim das Esculturas”:

(...). Baseando-se no livro do senhor Paulo Correa de Lara, “Marília, Marcos e Monumentos”, existe documentações importantíssimas em trabalho de anos de pesquisas, que vão

²⁵⁸ Ata n. 07/95, p. 36.

²⁵⁹ Ata n. 05/98.

ficar invalidadas, caso os monumentos não permaneçam nos lugares de origem²⁶⁰.

Ficou patente nesse caso a valorização e a importância dos monumentos para os membros da Comissão através desse conflito com o poder executivo. Se os monumentos fossem retirados do seu lugar original, de acordo com Rosalina Tanuri, perderia sua identidade e referência, um dos pilares da memória social.

Portanto, a mudança dos locais que estão instalados os monumentos valorizados pelos membros da Comissão dos Registros Históricos de Marília, iria, possivelmente, provocar a destituição dos seus significados, da sua identidade, sendo assim, os monumentos, eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento da urbe pelo poder municipal, prática vinculada ao discurso do progresso.

De acordo com a concepção apresentada pelos membros da Comissão, o que ocorreu em grande parte dos municípios do interior paulista foi que o passado não é questionado e valorizam-se o indivíduo, exemplo da construção de monumentos, como no caso analisado.

Sendo assim, o vetor da história circunscreveram-se ao o fundador, os primeiros prefeitos, as famílias proprietárias de terras e de serviços urbanos, em detrimento de toda a sociedade que se formava (chegada de trabalhadores das regiões mais antigas do Estado, como por exemplo, de Campinas, de migrantes mineiros e imigrantes, japoneses, espanhóis e italianos) nos nascentes municípios, particularmente na região do Oeste Paulista²⁶¹.

²⁶⁰ Ata n. 07/99, p. 72.

²⁶¹ Esse ideário aparece também, em documentos oficiais, exemplo de instituições do governo federal, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no item Histórico. A história de Marília é descrita dessa forma: *Ao lado do Alto Cafezal, floresceu o patrimônio da Vila Barbosa, aberto por Vasques Carrión. Em 1925, Bento de Abreu Sampaio Vidal abriu um terceiro patrimônio nas vertentes da Cincinatina, (...), com o nome de Lácio. Sampaio Vidal, em 1926, cedeu terras para as instalações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que começava a avançar pela região. Em 22 de dezembro do mesmo ano, o povoado foi elevado a distrito, incorporando os três patrimônios. Em 1928, foi inaugurada a estação da ferrovia, com o nome de Marília. (...).* Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: 09 set. 2012. Nessa citação, expressa a concepção de história do órgão federal de Estatística e Geografia focando no indivíduo como vetor da constituição dos municípios, esquecendo, as demais camadas sociais que também construíram Marília e os outros municípios brasileiros, com isso, essa história, dos vencedores é divulgado, particularmente no Oeste Paulista, como verdadeira, inquestionável,

Retomando o assunto do fundador de Marília Bento de Abreu Sampaio Vidal (Figura 25), os membros da Comissão afirmaram:

(...) falaram da missa solene de Ação de Graças da transferência dos restos mortais de Bento de Abreu Sampaio Vidal e de sua esposa Izabel, para uma urna na Igreja de São Bento mandado construir pelo benemérito casal. Os restos mortais de ambos deverão ficar num só caixão, colocado ao lado da urna de Dom Hugo Bressane de Araújo, primeiro bispo de Marília²⁶².

É importante observar a grande influência dessa concepção de história, uma vez que muitos representantes dos poderes públicos locais aceitam-na tacitamente, sem questioná-la, divulgando-a, especialmente, na comemoração da emancipação política desse município.

O monumento ao fundador do bairro do Alto Cafezal, Antônio Pereira da Silva, de novo, objeto de pauta na Comissão dos Registros Históricos, sendo comentado sobre a construção de um memorial a ser erguido na Praça Saturino de Brito, homenageando os fundadores desse bairro²⁶³.

Na reunião de 02 de setembro de 2003 foi apresentada uma maquete desse monumento, dedicado a Antônio Pereira da Silva e o seu filho José Pereira (Pereirinha), marcando para o dia 29 de dezembro a colocação dos bustos, na Câmara Municipal, desses dois sujeitos históricos, junto de Bento de Abreu Sampaio Vidal, considerados como um dos principais *pioneiros* de Marília²⁶⁴.

sendo internalizada pela maioria da sociedade, seja no ensino de história nas séries iniciais e na visualização dos símbolos monumentais perpetrados no espaço público das cidades.

²⁶² Ata n. 03/02, p. 84.

²⁶³ Ata n. 02/03.

²⁶⁴ Jiani Fernando Langaro ressaltou o esquecimento dos outros sujeitos históricos, valorizando apenas os “fundadores”: (...). *Ao atribuir a uma pessoa o caráter de “fundador”, (...) – apropria-se de um trabalho coletivo realizado por múltiplos sujeitos, principalmente pelos trabalhadores. Mais do que isso, tal movimento procura sedimentar uma memória em que os impactos negativos de tais processos são silenciados, de maneira a relegar ao esquecimento todos os vencidos.* In: LANGARO, J. F. **Quando o futuro é inscrito no passado.** “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo – PR. Tese (Doutorado em História). SP: PUC, 2012, p. 222.



Figura 26: Monumento em homenagem ao senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal em frente ao prédio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, considerado o principal *pioneiro* de Marília. Ressalte-se a ênfase dada pelo escultor a mostrar a representação de Bento de Abreu de corpo inteiro, bem como o terno, mãos no bolso, olhos para frente, apresentando-o com um ar de sobriedade e de poder. Cabe assinalar que Bento de Abreu, grande agricultor e político durante a primeira metade do século XX, teve influência, também, em âmbito estadual, como deputado, em 1935²⁶⁵. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

Assim, concordamos com Jiani Fernando Langaro, a participação e o envolvimento de outros indivíduos e grupos sociais, também, construtores do município de Marília, são esquecidos, lembrando-se apenas de quem está do lado de uma história vitoriosa, que se pretende divulgar e apresentar como a única e verdadeira.

O período da fundação das cidades e a importância atribuída ainda a figuras políticas, como os fundadores e os primeiros prefeitos, são valores que

²⁶⁵ Além do monumento, a memória de Bento de Abreu marca o espaço urbano, em outros bens e lugares, como na principal avenida da cidade, batizada com seu nome e o estádio de futebol utilizado pelo Marília Atlético Clube (MAC), apelidado de “Abreuzão”.

acabam integrando a construção da identidade e da memória social dos municípios do interior paulista.

A fundação de municípios no interior paulista, na região da Alta Paulista, pode ser entendida como uma prática capitalista, segundo as lições de Ana Luiza Martins:

A junção dos dois patrimônios que a conformaram – Marília e Alto Cafézal – traduziu o novo momento da criação de cidades como “negócio”, propriedades respectivamente de Bento de Abreu Sampaio Vidal, tradicional fazendeiro, e do português Antônio Pereira da Silva, corretor, figura típica na área. Famílias tradicionais do vale do Paraíba e de Minas Gerais, (...), imigrantes – em particular japoneses – e toda sorte de aventureiros chegaram para a riqueza fácil da nova frente cafeeira. A terra prometia não só para a lavoura, mas para empreendimentos comerciais, industriais e financeiros²⁶⁶.

A partir do excerto acima, ao contrário da concepção de história local, através da valorização de um passado mitificado, sem conflitos, nem contradições, entendemos que a criação do município, em finais da década de 1920, atendeu as prerrogativas da expansão do capitalismo para o interior paulista, na busca de trabalho e riqueza, dos indivíduos e grupos sociais que por lá se estabeleceram naquela época, especialmente, aqueles que possuíam bens de produção, como terras e comércio.

Retomando a análise das atas, vale salientar que se construiu apenas o monumento em homenagem ao senhor Antônio Pereira da Silva, e seu filho, “Pereirinha”, ambos, reconhecidos como *pioneiros*, segundo a concepção de história dos membros dessa entidade pública de Marília²⁶⁷.

Estudando o monumento a Campos Sales, na cidade de Campinas, Ana Rita Uhle descreveu as fases de construção de um monumento:

(...) envolvia diversas etapas: a escolha do episódio/personagem a ser comemorado, a redação de um edital fixando exigências mínimas - tanto na concepção plástica quanto no conteúdo -, o estabelecimento de um concurso público que implicava na produção de maquetes e de

²⁶⁶ MARTINS, A. L. Interior paulista: comércio, indústria e bancos. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra paulista**: trajetórias contemporâneas. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 69.

²⁶⁷ Ata n. 03/03.

memoriais descritivos detalhando o conteúdo simbólico da obra, a escolha de um júri que selecionava e justificava publicamente sua escolha, o contrato de construção e o acompanhamento rigoroso do contratador, com direito a intervenção no trabalho do artista²⁶⁸.



Figura 27: Monumento do senhor Antônio Pereira da Silva e seu filho, José Pereira da Silva, o “Pereirinha”, fundadores de Marília, localizado do lado oposto da escultura de Bento de Abreu Sampaio Vidal. Antônio Pereira da Silva, corretor de imóveis, representou o ideário de busca por terras e da especulação imobiliária em Marília, desde o início da implantação do município, em finais da década de 1920. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

A construção da identidade local através dos membros da Comissão dos Registros Históricos de Marília discutiu o contexto de fundação do município, final da década de 1920 e início da década de 1930, valorizou a participação dos indivíduos no processo histórico, representados pelos dois monumentos, podemos afirmar que quando se formula uma determinada

²⁶⁸ UHLE, A. R. **Da casaca ao pé da estação**: história do monumento a Campos Sales. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2006, p. 139.

identidade social, como o ideário sobre os *pioneiros*, neutralizam-se os conflitos, tanto os políticos como os sociais.

Sobre a inauguração do monumento (Figura 27), o Jornal da Manhã, em artigo de Ivan Evangelista Jr, da Comissão dos Registros Históricos, enfatizou:

Na manhã do último sábado (21), na praça Saturnino de Brito, localizada em frente ao prédio da Prefeitura, a Câmara Municipal e a Comissão de Registros Históricos de Marília, instalaram oficialmente o busto dos fundadores da cidade de Marília, o português José Pereira da Silva, o Pereirinha, e seu pai Antonio Pereira da Silva, administrador da Fazenda Cincinatina, de propriedade de Cincinato Braga²⁶⁹.

A análise da notícia de jornal acima apresentou os diversos interesses por trás da colocação de monumentos presentes no espaço urbano. Em nosso caso, durante oitenta e dois anos de emancipação política de Marília, os dois personagens, foram relegados a segundo plano, esquecidos pelo Poder Executivo²⁷⁰.

Os debates sobre a valorização da imigração japonesa iniciaram-se em 2007 no âmbito da Comissão dos Registros Históricos, na qual seus membros discutiram e analisaram formas de viabilizar as atividades de comemoração dos cem anos da imigração, no ano de 2008, apresentados no relatório anual da entidade:

Reunião com todos os membros no dia 21 pra falar sobre a exposição de fotos de 07 a 11 de abril de 2008, sugestão de um filme sobre os japoneses para passar no Clube de Cinema e sugerir uma sessão na Câmara Municipal em homenagem à comunidade Nipo-Brasileira²⁷¹.

²⁶⁹ Jornal da Manhã. **Inauguração de monumento corrige injustiça na história de Marília**, 24/05/2011.

²⁷⁰ O monumento a José Pereira da Silva foi aprovado pela Lei n. 2.952, de 08/05/1984, mas somente depois de vinte e sete anos, o poder municipal erigiu o mesmo.

²⁷¹ Relatório de Atividades da Comissão dos Registros Históricos (2007), p. 02.

Com isso, podemos afirmar que entra em cena uma nova demanda social no campo das memórias locais. Sendo assim, o debate significou à inclusão de novos objetos apontados para a proteção oficial, diferentemente das políticas tradicionais de preservação²⁷². Essa nova demanda seria, em nosso caso, a entrada de imigrantes, no cenário da política patrimonial de Marília, em especial, os japoneses.

Paulo César Garcez Marins comentou sobre a valorização da memória da imigração japonesa no Estado de São Paulo:

(...). Os nipo-brasileiros tiveram e têm, frise-se, um status especial no rol paulista, jamais equiparado por bens de outras comunidades de imigrantes. Mesmo os italianos tiveram reconhecimento de seu legado muito mais pelo tombamento de bens vinculados ao ecletismo do que (...) à vida social ou econômica de seus membros²⁷³.

A ênfase na imigração japonesa em Marília deve-se ao fato, analisado por Valdeir Agostinelli Pereira em seu estudo sobre a história de Marília, de cerca de setenta e dois por cento (72%) das propriedades rurais do município estar em mãos de imigrantes, em meados da década de 1930, dos quais quarenta e dois por cento (42%) eram de origem japonesa²⁷⁴.

Portanto, significando, no tempo presente, uma expressão do poder socioeconômico representado pelos descendentes de imigrantes japoneses em Marília, apresentado especialmente no discurso dos membros da Comissão, em detrimento dos outros grupos imigrantes, que fazem parte da sociedade local, como os italianos, espanhóis, sírios e libaneses, entre outros.

Não obstante, o ano de 2008 foi marcado pela celebração, em âmbito local, do centenário da imigração japonesa no Brasil:

²⁷² Sobre o tombamento de edificações vinculadas aos japoneses, consultar o seguinte texto: RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 24, 1996.

²⁷³ MARINS, P. C. G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 257-258.

²⁷⁴ PEREIRA, V. A. **Terra e poder**. Formação histórica de Marília. Marília: Comissão Permanente de Publicação, 2005.

(...). Fica marcado para o dia vinte e cinco de abril de dois mil e oito a “24º Noite dos Pioneiros” em comemoração aos setenta e nove anos de Emancipação Político Administrativa de Marília com a colaboração da Colônia Japonesa (...) ²⁷⁵.

Ficou acertado que esse evento, analisado na ata anterior, deveria ser chamado de “A presença japonesa em Marília” e foram contatados os representantes da comunidade nipo-brasileira. O senhor Luiz Arnaldo Cunha de Azevedo sugeriu que as japonesas fossem com seus trajes tradicionais: *para maior brilho da recepção* ²⁷⁶.



Figura 28: Recepção ao príncipe japonês Mikasa, no aeroporto de Marília, em 1958. Podemos afirmar o quanto representa para Marília a imigração japonesa, através dessa imagem, uma mostra de poder e valorização desses imigrantes na história da cidade, pela quantidade de militares presentes e junto do príncipe, um oficial. Vê-se na frente dos militares, possivelmente, outro fotógrafo. O profissional que registrou essa imagem era contratado dos imigrantes japoneses ou da própria Prefeitura Municipal, com a finalidade de preservar, através da fotografia, essa visita histórica. Essa imagem, também, faz parte do acervo da Comissão. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Mas nas décadas de 1930 a 1950, de acordo com análise das fontes, nos mostrou o contrário. Glycério Póvoas mostrou que em 1947, em estudo

²⁷⁵ Ata n. 05/07, p. 03. (Livro de Atas – Arquivo Digital).

²⁷⁶ Ata n. 01/08, p. 08. (Livro de Atas – Arquivo Digital).

elaborado e publicado para a Prefeitura de Marília, 46% dos imigrantes presentes no município eram de origem japonesa, seguido pelos espanhóis e, por último, os imigrantes italianos. Para esse autor, os mais indicados para ajudarem no desenvolvimento do Brasil eram os espanhóis e depois, os italianos, sobretudo pela proximidade cultural, não os imigrantes japoneses.

Na obra, Glycério Póvoas comentou sobre a imigração japonesa, hoje, valorizada no campo das memórias locais, através de comemorações, monumentos no espaço público, mas apareceu de maneira negativa no livro desse autor, publicado em 1947.

Os imigrantes japoneses, segundo esse autor, não representavam a melhor indicação para a função de imigrante em terras brasileiras, devido às suas diferenças étnicas e culturais. É importante salientar que o imigrante japonês não era cristão, dificultando ainda mais, sua adaptação em solo brasileiro e sua aceitação perante a sociedade da época, diferentemente dos outros grupos imigrantes²⁷⁷.

Os indígenas de Marília, depois da análise sobre as atas da Comissão dos Registros Históricos, não aparecem no espaço público da urbe, através da construção de monumentos, apenas nos nomes das ruas (exemplo da Rua Guanás), sendo parcialmente esquecidos pelas políticas de memória elaboradas em âmbito local.

Mais uma vez o tema patrimonial ganhou as páginas da imprensa local²⁷⁸, no jornal Diário de Marília, um texto publicado por influência dos setores sociais ligados a questões culturais, como arquitetos, professores, membros da Comissão dos Registros Históricos, da Secretaria Municipal da Cultura, entre outros, com finalidade de expor a um público mais amplo, os leitores desse periódico, denunciou a destruição de monumentos no espaço urbano de Marília, realizada pela Prefeitura, em meados de 2012.

Sem inserir nenhuma imagem do fato, a reportagem enfatizou a destruição do obelisco da rotatória da Praça Santa Tereza, para remodelação

²⁷⁷ PÓVOAS, Glycério. **Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília**. Marília: Prefeitura Municipal, 1947. Disponível: www.seade.gov.br. Acesso em: 24 dez. 2012.

²⁷⁸ Diário de Marília. **Prefeitura põe abaixo mais um monumento histórico da cidade**, 03/08/2012.

desse imóvel. No texto, o jornalista ressaltou, também, a retirada do coreto da Praça Athos Fragata, na Avenida Tiradentes e da destruição parcial da Praça da Igreja São Bento, e, acusou a administração atual, de destruir os símbolos do município, em nome do ideário do progresso.

O autor relatou a confusão que causou no trânsito de Marília esse ato e a perplexidade de pessoas que viam o fim do monumento:

(...) o vendedor Valmir da Silva Demarchi, 39. “Com o tanto de problemas na cidade para serem resolvidos, como buracos, ruas sem nível de asfalto, acho que o obelisco poderia ter esperado”, fala. O cobrador Luis Augusto Rodrigues Nunes, 35, conta que assistiu a todo o tumulto e, para ele, faltou planejamento. “Por pouco esse acontecimento não causou manchete de jornais. Faltou organização”, diz. Para ele, há outras prioridades a serem cumpridas também²⁷⁹.



Figura 29: Homenagem à imigração japonesa em frente da Prefeitura e da Câmara Municipal de Marília. É importante ressaltar que esse monumento é o único referente a um grupo imigrante, excluindo da memória, os outros grupos, como os italianos e espanhóis. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

²⁷⁹Diário de Marília. **Prefeitura põe abaixo mais um monumento histórico da cidade**, 03/08/2012.

Nesse sentido, observando os depoimentos prestados ao jornalista no momento da derrubada do obelisco, percebemos que o poder municipal deveria resolver outros problemas urbanos, como a manutenção das ruas de Marília, que na fala do senhor Demarchi, estariam muito esburacadas, de modo que demolir monumentos não era para ser tratado como prioridade do governo municipal.

Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, com a redução dos sentidos e das funções dos espaços públicos na urbe os monumentos perderam a sua natureza social, mas:

(...) sofreu importantes mutações. Veja-se a reciclagem bem humorada acontecida em São Paulo com o monumento a Borba Gato, na Avenida Santa Amaro, que se transformou em um marco público de localização: fala-se “antes” ou “depois” do monumento ao bandeirante (ou “Bonecão”), para orientação do caminho²⁸⁰.

As políticas de memória são elaboradas em quase todos os municípios brasileiros, nas Câmaras de Vereadores, consagrando os nomes das pessoas, em sua maioria, como já foi dito, da elite local, ligados aos grupos políticos e econômicos que estão no poder em determinado período histórico, através de monumentos.

Portanto, cabe ressaltar que as pessoas, ou grupos sociais desfavorecidos, somando-se as diferentes etnias indígenas, tiveram a mesma, ou maior, importância para essas localidades do que os chamados *pioneiros*, nomes consagrados e lembrados em monumentos, mas esquecidos no espaço público.

Em seguida iremos apresentar as considerações sobre a narrativa do progresso, ancorada pela concepção do bandeirantismo, nas publicações da cidade de Marília nos anos posteriores à fundação do município, no final da década de 1920, e, em seguida, abordar as relações entre imprensa, patrimônio cultural e as práticas do poder local, e finalizar a análise acerca da

²⁸⁰ MENESES, U. T. B. de. Os paradoxos da memória. In: Danilo dos Santos Miranda. (Org.). **Memória e Cultura**. A importância da memória na formação cultural humana. SP: SESC SP, 2007, p. 28.

documentação produzida na Câmara Municipal de Marília sobre o patrimônio cultural.

A narrativa do “progresso”.

Para tentarmos entender o discurso presente em torno do ideário do progresso e na valorização do indivíduo como vetor do processo histórico, tanto na Comissão dos Registros Históricos quanto nos jornais locais, é fundamental analisarem o discurso presente na Revista Correio de Marília, e, em outras publicações das décadas de 1930 e 1940, período de um acelerado crescimento social e econômico.

Foi publicada em 1938, nesse periódico, uma edição comemorativa da primeira década de Marília, apresentando dados econômicos, propagandas, textos ufanistas sobre a urbe, entre outros. Os editores do periódico, na matéria “Uma data gloriosa”, mostrou uma concepção focada no ideário do bandeirantismo, destacando o término da construção de uma edificação que seria o marco da identidade de Marília até sua destruição, em nome do progresso, o Hotel São Bento.

É interessante notar que esse imóvel, construído no início da urbanização de Marília, foi apresentando, na época, como um dos baluartes da narrativa do progresso, no interior paulista, e, sendo assim, com o passar dos anos, vítima dessa mesma concepção, demolido, para dar lugar a uma casa bancária.

Cabe assinalar que a sociedade do município de Marília implantado em 1929, ano da Grande Depressão, formou-se devido à vinda de migrantes, paulistas, em sua maioria, alguns com capitais para investir em uma localidade nova, outros, a procura de trabalho, bem como, diversos grupos imigrantes, exemplo dos japoneses, espanhóis e italianos, boa parte, desiludidos com o trabalho nas fazendas de café, na busca de conseguir sua própria terra²⁸¹.

Assim, o ideário do bandeirantismo ressurgiu nesse contexto histórico, no discurso da imprensa local e dos livros, com todo aquele ideário de

²⁸¹ MOREIRA, Balthazar de Godoy & MAGALHÃES, Alcides Lages de. **Marília: “Cidade Nova e Bonita”**. Marília: Edição dos Autores, 1936.

desbravadores destemidos, conquistadores do interior do Brasil, “desconhecido”, levando a civilização aos povos que viviam na “barbárie”, portanto, esses sujeitos históricos aparecem na Revista Correio de Marília como a principal força propulsora responsável pelo desenvolvimento:

Vimo-la nascer, acompanhávamos com indizível complacência o seu vertiginoso crescimento, e hoje vemos com alegria que a árvore plantada pelos bandeirantes deste século e regada pelo trabalho construtor de todos nós que aqui vivemos (...) ²⁸².

A imagem dos bandeirantes surge como perspectiva a ser copiada e internalizada pela sociedade de Marília, basicamente nas décadas iniciais de sua história, mas com influência até os dias atuais, na concepção do seu patrimônio cultural, através da construção da ideia dos *pioneiros*.

Sobre esse tema, Paulo César Garcez Marins problematiza:

Vetor e produto da ascensão dos paulistas republicanos, a construção mítica do bandeirante emergiu desde fins do século XIX, numa representação heroica que se prestava a legitimar historicamente a pujança das elites paulistas ligadas aos negócios da cafeicultura e ao governo da própria República, e que estivera unida de alguma forma aos momentos-chave da nação como o início da colonização ou a própria aclamação ao grito do Ipiranga. Ligavam-se assim as elites triunfantes da República ao patriciado da São Paulo colonial e, mediante esses laços de sangue, uniam-se as gentes à própria História ²⁸³.

Com isso, quem seriam esses sujeitos históricos? Diferentemente dos bandeirantes do início da colonização, ao nosso entender, eram pessoas vinculadas à elite econômica, vindas de diversas regiões do Estado e de outras unidades da federação, especialmente, os mineiros, para a formação dessa nova sociedade, no interior paulista, como médicos, funcionários públicos, advogados, comerciantes, donos de terra, entre outros, mas não existe menção a nenhum dos grupos imigrantes e seus descendentes que por lá se estabeleceram nesse período histórico, tampouco da classe trabalhadora.

²⁸² Revista Correio de Marília. **Uma data gloriosa**, 1938, p. 12.

²⁸³ MARINS, P. C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 6-7, 1999, p. 11-12.



Figura 30: Fotografia retratando a demolição do Hotel São Bento, um dos principais imóveis da cidade de Marília, valorizado pelos grupos sociais ligados a setores culturais (membros da Comissão, arquitetos, professores, entre outros) como seu patrimônio para a construção de uma agência bancária. Um dos principais usos da imagem pela Comissão dos Registros históricos supõe-se, é apresentar os efeitos do progresso desenfreado, que destrói e mutila edificações consideradas como marcos simbólicos da urbe. Autora: Wilza Aurora Matos Teixeira.

As condições de ocupação do interior paulista, mesmo com séculos de diferença dos bandeirantes do período colonial, apresentavam certa semelhança, no início do século XX, devido à mata fechada e da presença de diversas etnias indígenas, em sua maioria, exterminadas pelo homem branco, seja por combates pela posse pura e simples de suas terras até as epidemias fatais.

O historiador Jiani Fernando Langaro, em sua análise sobre as memórias públicas em Toledo (PR), afirmou que o reconhecimento de indivíduos ou grupos sociais como *pioneiros* significava a colocação deles em um lugar de poder, de visibilidade, mesmo para quem não pertencia aos grupos dominantes da localidade:

(...) “ser pioneiro” tornou-se uma luta por direitos e por cidadania na cidade, inclusive pelos trabalhadores e membros das classes populares que, por não terem grandes poderes e prestígio, tem a visibilidade obscurecida na esfera pública. Assim, o próprio ato de ser lembrado no espaço público passou a ser vivido por essas pessoas como a conquista de um direito²⁸⁴.

De maneira que, as pessoas desfavorecidas são esquecidas, um dos mecanismos de seleção da memória, e em sua maioria, apagada das referências no tempo presente, ou seja, dos monumentos, praças e nos nomes das ruas da urbe, de uma história vitoriosa, materializadas, portanto, no espaço urbano.



Figura 31: Hotel São Bento, vista da entrada principal, um dos principais símbolos do progresso nas primeiras décadas de Marília, em uma imagem que não mostra nenhum sujeito. Presumi-se que essa fotografia é utilizada pela Comissão atualmente para relembrar para os consulentes, em sua maioria, analisando o Relatório de Atividades dessa entidade pública, grupos de alunos de escolas da Educação Básica, estudantes de cursos universitários de Marília e região, e interessados em dados históricos, em geral, a época áurea dessa importante edificação, de valor afetivo para Marília, nos primórdios de sua história. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Em outra obra, publicada em Marília, em 1936, o livro intitulado **Marília: Cidade Nova e Bonita** teve por finalidade, de acordo com os autores,

²⁸⁴ LANGARO, J. F. **Quando o futuro é inscrito no passado**. “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo – PR. Tese (Doutorado em História). SP: PUC, 2012, p. 277.

preservar os dados iniciais do município para as futuras gerações, embasada, também, na concepção do bandeirantismo e do progresso.

O livro, de trezentas e doze páginas, apresenta-se como um verbete de dicionário, na grande parte do texto, mostrando, em ordem alfabética, a descrição pormenorizada de indivíduos, informações econômicas, edificações, entre outros, valorizando, assim, a concepção dos bandeirantes, na “conquista” do Oeste Paulista, especialmente a região de Marília:

Não há negar que foi uma epopeia gloriosa, bem digna de paulistas, na a arrancada para o sertão, o desbravamento de toda a zona cujo centro é Marília. A História costuma registrar os factos guerreiros, as revoluções, os acontecimentos que destacam o valor dos homens ou modificam o destino dos povos. Não são menos gloriosos e menos dignos de registros os feitos desses intemeratos violadores do sertão e plantadores de cidades que vêm incorporando ao Estado, milhares de quilômetros de terras produtivas²⁸⁵.

Podemos observar o discurso heroico sobre a ocupação da região de Marília presente nesse livro, publicado em 1936, concepção essa que até hoje possui fundamental importância para entendermos o ideário patrimonial e as relações sociais em locais de formação recente, como Marília.

Com isso, retornando à análise da entidade responsável pela memória local, um dos temas de maior destaque nas reuniões da Comissão dos Registros Históricos é a ênfase no indivíduo como fio condutor do processo histórico através da valorização dos grandes nomes locais, os chamados *pioneiros*.

Percebe-se no discurso dos membros da Comissão certa fascinação pela busca das origens, isto é, as primeiras edificações a serem construídas são mais valorizadas, em detrimento dos outros bens, e os *pioneiros*, sendo assim, as primeiras pessoas a chegarem à nascente Marília, também, individualizando, com isso, a história.

Cabe ressaltar a questão do mito fundador como um referencial para a memória e identidade local, valorizando-se os primeiros prefeitos, fundadores

²⁸⁵ MOREIRA, Balthazar de Godoy & MAGALHÃES, Alcides Lages de. **Marília: “Cidade Nova e Bonita”**. Marília: Edição dos Autores, 1936, p. 04. Disponível: www.seade.gov.br. Acesso em: 20 set. 2013.

dos municípios, famílias e grupos sociais que foram as primeiras a residir em uma determinada localidade, ficando evidente uma visão de história que privilegia o momento da origem, o passado remoto.

É importante destacar, de acordo com Lúcia Vianna Possas, que a história do Oeste Paulista, particularmente de suas cidades, como Marília, ressalta os personagens locais associados aos bandeirantes, como já vimos nesse texto, e tende ao esquecimento de outros sujeitos históricos, como as mulheres e os indígenas, sendo a cidade de Tupã, por exemplo, uma exceção, na valorização da memória da índia caingangue Vanuíre, através da criação do Museu Histórico e Pedagógico homônimo em 1966²⁸⁶.

A elaboração de periódicos (Revista Correio de Marília, em particular) em locais distantes dos centros econômicos, nas décadas de 1930 e 1950, deveu-se a uma conjunção de fatores: em primeiro lugar, poder econômico da cidade, verificado pela diversidade de atividades urbanas apresentadas na publicidade dessa revista, como profissionais liberais (médicos, farmacêuticos, alfaiates, entre outros), em segundo lugar, um público leitor assíduo, ou seja, indivíduos e grupos sociais que sabiam ler e escrever na época e, por último, interesse de marcar a posição, *status* social, dentro de uma sociedade nova.

Ana Luiza Martins, no estudo das revistas paulistanas entre 1890 a 1922, comentou acerca dos temas não tratados nesses periódicos:

Descolando-se da imagem e deixando o Centro, a realidade era outra; ruas sem calçamento, quarteirões irregulares nascidos ao capricho da geografia, vielas escuras, poças d'água estagnadas, perímetro urbano onde coexistiam áreas naturais, intercaladas com chácaras, terrenos baldios, espaços abandonados. Estes, porém, também não apareciam nas revistas. Havia lugar apenas para o progresso²⁸⁷.

²⁸⁶ POSSAS, L. M. V. As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar. In: Maria Alice Setúbal. (Org.). **Terra Paulista: trajetórias contemporâneas**. São Paulo: SP: IMESP; CENPEC, 2008.

²⁸⁷ MARTINS, A. L. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**, São Paulo (1890-1922). SP: EDUSP; FAPESP, Imprensa Oficial, 2001, p. 483.

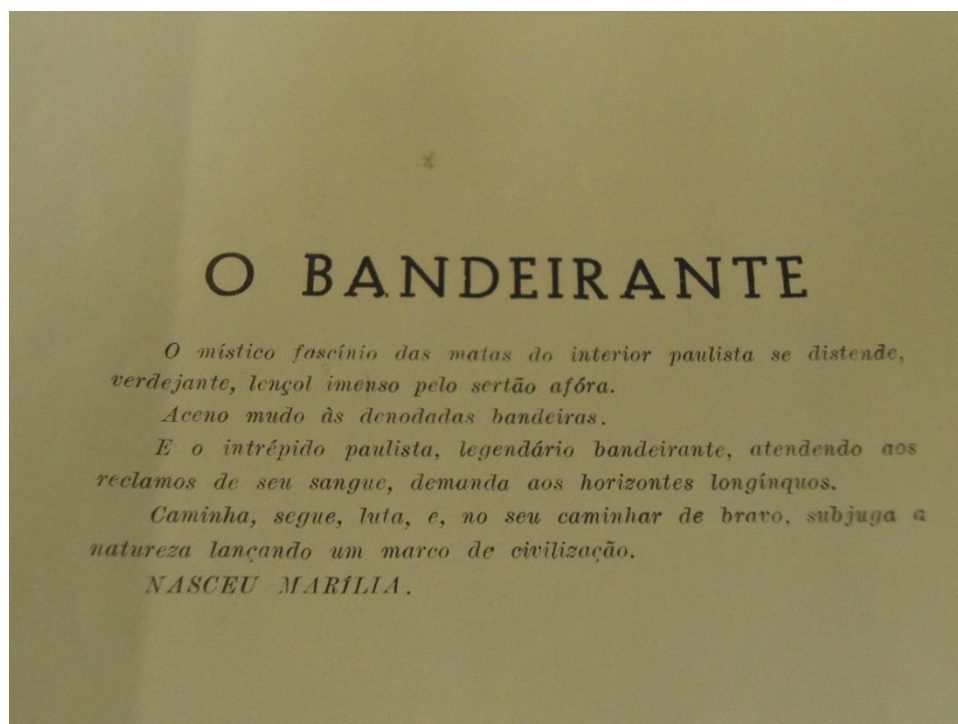


Figura 32: Recorte da Revista da Associação Paulista de Municípios, edição especial sobre Marília, meados da década de 1950, aparecendo à menção ao bandeirantismo como vetor principal da fundação e do desenvolvimento acelerado do município. É importante destacar a frase, com fortes tons de bravura e glória, de acordo com a concepção do autor do texto: *É o intrépido paulista, legendário bandeirante, atendendo aos reclamos de seu sangue, demanda aos horizontes longínquos*. Fonte: Revista da Associação Paulista de Municípios (Marília), 1957, p. 13.

Com as devidas proporções, os problemas urbanos presentes em São Paulo na Primeira República, provavelmente, existiam na cidade de Marília, a partir da análise da Revista Correio de Marília, os editores desse periódico não abordaram as mazelas que afligiam os setores sociais desfavorecidos, em nenhum momento.

Devemos destacar que os editores desses periódicos e os autores dos livros desejavam mostrar apenas os pontos positivos da elite econômica local, de uma forma apologética e ufanista, com a finalidade clara de atrair outros indivíduos ou grupos sociais, interessados em investir capitais em uma sociedade que estava em formação, indo ao encontro da narrativa do progresso.

Vale ressaltar que essa concepção de história, baseada nessa narrativa do progresso, possui grande força social e política nessa cidade,

atualmente, materializada na destruição de importantes registros materiais do passado de Marília, progresso esse que pode ser entendido como uma ideologia do lucro.

Práticas do poder municipal no campo patrimonial.



Figura 33: Líder Hotel, em fotografia de 2012. Note o bom estado de conservação do bem cultural, considerado como um dos patrimônios de Marília, não tombado pelo Estado. É importante ressaltar que o prédio está sendo usado como hotel, sua antiga e atual função, mas o térreo, também, utilizado por várias empresas de comércio e de serviços. Essa imagem nos mostra que é possível preservar o legado arquitetônico da urbe, sem destruí-lo. Autor: Rodrigo Modesto Nascimento, 2012.

Nesse último item, o objetivo se circunscreve na análise dos órgãos municipais de Marília, no debate sobre o patrimônio, a partir da análise das notícias publicadas na imprensa local. É importante salientar que apenas no início do Século XXI as notícias sobre a ação dos órgãos locais despertaram o interesse da imprensa local.

Em 2002 a Comissão de Cultura e História do Conselho Municipal de Turismo criou roteiros históricos com a finalidade de o cidadão de Marília

conhecer e reconhecer os vários aspectos da cidade de Marília, no campo religioso, histórico, artístico e arquitetônico²⁸⁸.

Nessa matéria, o autor enumerou vários imóveis, ao entendimento dessa Comissão como importante marcos para a memória local, a saber: Estação Ferroviária, Prédio da Maçonaria, Paço Municipal, Líder Hotel (Figura 32), Indústria Matarazzo e Mercado Municipal.

Podemos observar o caráter seletivo da memória, a partir da análise dessa notícia, sendo assim, os membros de um conselho municipal selecionam bens culturais, ao seu entendimento, representativos da memória local, e apenas um imóvel tombado pelo Estado, a Indústria Matarazzo.

Seguindo as lições de Michel Pollak, a memória social²⁸⁹, não deve ser entendida como natural, que faz parte desse mundo, mas, sim, como construção, através dos sujeitos históricos por interesses diversos, valores, disputas, concepções e visões de mundo, exemplo da seleção dos bens edificados presentes no espaço público de Marília, em matérias publicas na imprensa. Essas edificações são entendidas como de fundamental importância para a memória que esse grupo (ligado a Secretaria Municipal de Cultura) pretende construir.

A palestra na Câmara Municipal, intitulada “Tombamento é tema de palestra na Câmara”, proferida pela Secretária da Comissão de Registros Históricos, Rosalina Tanuri, chamou a atenção da imprensa. Essa palestra foi ministrada para alunos do ensino fundamental de uma escola privada, para esclarecimentos referentes ao tombamento de bens culturais e seus efeitos. Também foram comentadas sobre as quarenta e quatro árvores imunes ao corte, protegidas através de Decretos Municipais:

Entre as árvores tombadas figuram a seringueira da Praça Saturnino de Brito; o ipê em frente à Câmara Municipal; o jacarandá-mimoso na Rua Coronel José Braz, ao lado da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e outras. Apenas servidores da prefeitura podem aparar as árvores. O corte é proibido²⁹⁰.

²⁸⁸ Diário de Marília. **Comtur cria roteiros turísticos**, 09/03/2002.

²⁸⁹ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992.

²⁹⁰ Diário de Marília. **Tombamento é tema de palestra na Câmara**, 16/05/2004.

O poder municipal, através do Conselho Municipal de Cultura, decidiu criar uma comissão (não aparece o nome da comissão) para verificar a situação do patrimônio tombado em âmbito estadual em Marília, procurando, em primeiro lugar, identificar esses bens culturais, para depois empreenderem outras práticas, como visitá-los, registrando as condições de conservação dos mesmos e buscar soluções para cada caso²⁹¹.

Nessa matéria ressaltou-se que esse assunto é antigo, e nada de concreto foi feito em *prol* do patrimônio tombado. O autor destacou que alguns imóveis poderão vir a se perder, em virtude do descaso do poder público e pela ação do tempo.

Argumentou a conselheira Maria Cristina Luciano da Silva: *Depois que perdermos nossas raízes, não tem como recuperar*. Assim, discorreu-se que o maior problema nos casos de tombamento é o alto valor dos imóveis, sendo a especulação imobiliária, o maior entrave na preservação em áreas urbanas. O conselheiro Roberto Katsumoto cita outro ponto, o desconhecimento do que seria a proteção oficial:

(...) acredita que a partir do momento que o CMC conhecer um pouco do processo de tombamento, causas e efeitos deste procedimento e principalmente as vantagens dessa ação, será mais fácil transmitir para a comunidade mariliense a importância de haver políticas públicas para este fim. (...) ²⁹².

Uma das principais práticas do Conselho Municipal de Cultura em 2004 foi o abraço simbólico aos prédios tombados pelo CONDEPHAAT na cidade de Marília (Abraçando a História), um encontro nos remanescentes da fábrica Matarazzo. A principal intenção desse movimento, de acordo com Wânia Lombardi, é conscientizar pessoas de diversos lugares sociais para a importância da preservação dos registros materiais do passado da cidade, na qual foram convidados, também, entidades de classe e ONGs (não cita quais), vinculadas a preservação e ensino:

²⁹¹ Diário de Marília. **Conselho de Cultura agora vai analisar tombamentos**, 16/09/2004.

²⁹² Idem.

Com o movimento o grupo espera reunir o máximo de pessoas possíveis para simbolicamente abraçar os dois monumentos que estão se desgastando com o tempo por falta de manutenção. O ato servirá para que as pessoas questionem a importância de se ter a história da cidade resguardada com imóveis em áreas importantes (...) ²⁹³.

Em seguida, ao analisar o jornal Diário de Marília, não foi possível encontrar notícias sobre o movimento de preservação do patrimônio de Marília lançado pelo Conselho Municipal de Cultura (Abraçando a História). Mas, em novembro de 2004 uma notícia foi publicada sobre a continuação desse projeto que envolveu a exposição de fotografias dos prédios históricos, enfatizando novamente os bens tombados da antiga indústria Matarazzo.

Nesse texto, o jornalista enfatizou o conhecimento em torno do instrumento jurídico do tombamento, e, ressaltou os lugares nas quais a exposição passou (com textos informativos): *A exposição será levada aos locais de grande circulação de pessoas, como bibliotecas, shoppings, Santa Casa de Misericórdia, faculdades, clubes e empresas da cidade* ²⁹⁴.

A partir da análise da imprensa local, podemos observar o esforço dos membros do Conselho Municipal de Cultura para ampliar o debate sobre a preservação patrimonial em Marília, mas enfatizaram somente os remanescentes da fábrica Matarazzo, indo ao encontro da narrativa do progresso, a partir da valorização das elites industriais e de seus registros materiais e esquecendo, dos outros imóveis tombados, entendidos como de valor menor, a residência da Rua Dom Pedro, 87 e a Escola SENAC.

Ficou patente, a aceitação que essas edificações são legados do passado de Marília, por que, em nenhum momento, na notícia, apareceu menção a outros imóveis dessa cidade, tão importantes na construção da sua memória e identidade.

Em 2009 ocorreu um passeio de duas horas pelos pontos turísticos e históricos de Marília, pelos alunos da educação básica de escolas municipais, citando vários locais e imóveis da cidade, entre eles: Estádio Bento de Abreu,

²⁹³ Diário de Marília. **Conselho quer abraço a prédios tombados**, 20/10/2004.

²⁹⁴ Idem. **Exposição terá fotos de prédios históricos**, 24/11/2004.

Igreja São Bento (Figura 34), avenidas, shoppings, Aeroporto, Museu Histórico, Marilan e da Chaminé Matarazzo.

A ênfase, entre os edifícios e os lugares, deu-se somente a chaminé, único bem tombado pelo Estado, e, não os remanescentes do complexo industrial. Os outros bens culturais, de novo, sendo valorados pelos membros da Comissão Municipal de Cultura, apresentando uma concepção diversa do órgão paulista de preservação²⁹⁵.

É importante salientar o ano de 2004 foi singular em relação aos outros no que concerne à divulgação das práticas realizadas pelos membros do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Turismo, em relação aos patrimônios de Marília, publicadas na imprensa, no jornal Diário de Marília, mas sem continuidade, nos anos posteriores.

Esses trabalhos que viravam reportagens no jornal Diário de Marília mostram que os grupos sociais ligados a setores culturais de Marília possuíam, presumi-se, relações próximas com os responsáveis por esse periódico, porque nenhum outro jornal local publicou questões sobre essa temática, bem como indivíduos dentro da redação, interessados nesse campo e na divulgação das práticas descritas acima, realizadas através dos esforços desse grupo.

O patrimônio cultural no debate parlamentar.

Nesse último item temos por objetivo analisar a documentação produzida pela Câmara Municipal²⁹⁶ de Marília, ou seja, as proposições (documentos produzidos pelos vereadores ao chefe do executivo, solicitando diversas demandas, exemplo dos requerimentos e projetos de lei) e a legislação, podendo desvelar a disputa política em torno do patrimônio de Marília, tombado pelo Conselho, ou não, interessando verificar as propostas, principalmente, as não atendidas pelo Poder Executivo, revelando, com isso,

²⁹⁵ Diário de Marília. **City tour envolve social e história**, 02/07/2009.

²⁹⁶ Célia Camargo comentou da valorização do município no campo da preservação do patrimônio: *É inegável a necessidade de enfatizar o universo municipal para a consolidação das práticas democráticas. Isto depende, em grande parte, do esforço das instituições e entidades que atuam nos municípios (ligadas ao patrimônio cultural, à educação e à cultura)*. In: CAMARGO, C. R. A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local x global. **Patrimônio e Memória** (UNESP. Online), v. 02, 2006, p. 58.

os atores sociais e políticos, os conflitos de interesses, visões de mundo, presentes no debate patrimonial.

Em 2004, a presidente do Conselho Municipal de Cultura, Wânia Lombardi, solicitou apoio da Câmara Municipal no lançamento do movimento em defesa do patrimônio histórico protegido pelo Estado em Marília, realizado em 30 de outubro de 2004, no prédio da Indústria Matarazzo, através de requerimento do vereador Roberto Monteiro:

Considerando que, segundo a presidente do Conselho Municipal de Cultura, Wânia Lombardi, a intenção do movimento é mostrar que a ação de tombamento não é um mal, o problema é que há pouca informação sobre os processos de tombamento e sua importância para o patrimônio e a cultura da cidade²⁹⁷.

Segundo o texto, os objetivos desse movimento (descrito pela imprensa, no item anterior) era conscientizar a sociedade de Marília acerca da prática do tombamento e sua importância, descrevendo o péssimo estado de conservação das edificações, na época, e, abraçar, simbolicamente, os bens arquitetônicos, reunindo o máximo de pessoas para realizar tal ato.

Uma das maiores polêmicas acerca dos bens do setor privado tombados em cidades é a questão da conservação dos mesmos, de responsabilidade dos proprietários, que muitas vezes não têm condições de conservar ou restaurar determinada edificação protegida oficialmente.

Em razão disso, o vereador Geraldo César Lopes Martins, em requerimento²⁹⁸ enviado ao Prefeito Municipal, Mário Bulgarelli, solicitou a isenção do IPTU dos imóveis tombados na cidade de Marília (não lista quais), onde, ao coletar as fontes, não apresentou decisão final do poder municipal, sobre a aprovação ou continuidade do requerimento.

²⁹⁷ Requerimento n. 1890/2004, p. 01.

²⁹⁸ Requerimento n. 2423/2006.



Figura 34: Fotografia, sem data, da Igreja de São Bento. A intenção provável do autor era o de retratar o poder da Igreja Católica em uma nascente cidade no interior paulista. Considerado um imóvel de valor histórico pelos grupos ligados a setores culturais. É a Paróquia mais antiga de Marília, criada em 1929, ano de fundação do município. Essa imagem faz parte da coleção de fotografias da Comissão, possivelmente, com finalidade de registrar uma história vitoriosa, ligada ao poder religioso. Autor: Desconhecido. Fonte: Comissão dos Registros Históricos.

Carlos Bassan, vereador de Marília, justificou o projeto de lei²⁹⁹ que deu origem a lei que instituiu a Semana de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Marília, na questão do acesso gratuito a museus e sítios históricos, de atribuição do poder municipal. No parecer que aprovou a lei, o senhor Alex Sandro Gomes Altimari, Assistente Jurídico, comentou da importância do município em legislar sobre assuntos de interesse local e expos que o projeto de lei possui todos os requisitos legais para ser aprovado, e, não abordou o assunto da importância da preservação do patrimônio cultural.

Portanto, essa lei pode ser considerada uma ruptura em torno da proteção ao patrimônio local, que instituiu a Semana de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Marília, a ser comemorado, anualmente, na segunda semana de abril. É importante ressaltar que essa lei

²⁹⁹ Projeto de Lei n. 281, de 16/06/2003 e Lei n. 6.117, de 12/11/2004.

não teve nenhuma atividade prática em seis anos, revogada, em 2010, através da lei que regulamentou os eventos e datas comemorativas de Marília³⁰⁰.

O vereador Valter Luiz Cavina protocolou um projeto de lei³⁰¹ sobre a criação de um órgão municipal de preservação, intitulado Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de Marília (CMPPHAPCMM).

A finalidade desse órgão seria o de conservar (não preservar), somente, fatos históricos “memoráveis”, de acordo com o proponente, de valor documental, cultural, artístico ou folclórico, e as paisagens, sem definir os critérios, bem como elaboração de normas.

Cabe assinalar que no texto, o autor não indicou nenhum instrumento de proteção (tombamento, registro, inventário) e quanto aos membros que seriam indicados, o vereador propôs diversos representantes, do setor público, em sua maioria e entidades classistas.

Os representantes, de acordo com o vereador, a saber: da Comissão dos Registros Históricos, de cada Secretaria Municipal: Cultura e Turismo, Obras Públicas e Planejamento Urbano, Conselho Municipal de Turismo (Comtur), da Mitra Diocesana, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Marília, da Universidade de Marília (UNIMAR), do Centro Universitário “Eurípedes Soares da Rocha” (UNIVEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção Marília, do Escritório Regional de Planejamento do Estado de São Paulo (ERPLAN), do Conselho Municipal de Cultura (CMC), do Conselho Regional dos Corretores Imobiliários de Marília (CRECI), do Ministério Evangélico e para finalizar, um representante do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Edgard de Assis Carvalho comentou acerca da composição dos conselhos: *Enquanto a sociedade civil não tiver acento e voz em decisões que a afetam, o preservacionismo no Brasil soará como algo elitista, classista, (...),*

³⁰⁰ Lei n. 7.217, de 14/10/2010.

³⁰¹ Projeto de Lei n. 62, de 11/05/2006.

prejudicial aos interesses financeiros, como infelizmente ainda se constata (...)

302 .

O senhor Cavina, em seu projeto de lei, valorizou diversas entidades sociais da cidade de Marília, desde representantes de órgãos classistas, ligados à engenharia, arquitetura, advocacia, do poder municipal, das universidades locais, de órgãos públicos do Estado de São Paulo e da igreja católica e das evangélicas (lembrando-se da diversidade de denominações) e profissionais do setor imobiliário.

Com isso, possibilitaria debates, em sua maioria, divergentes do que ou não proteger como patrimônio, mas ao mesmo tempo, não indicou a participação de associações de bairros, nem das ONGs de Marília, como de profissionais da educação, e, especialmente, historiadores.

É relevante salientar que a presença de um representante do setor imobiliário de Marília causaria conflito de interesse, como sabemos, a especulação em torno dos imóveis é um dos maiores problemas enfrentados pela preservação do patrimônio cultural em cidades, especialmente, de edificações do setor privado.

Em vinte e seis de junho de 2006, o senhor Alex Sandro Gomes Altamari relatou que a proposição da criação de Conselhos Municipais, nesse caso, em específico é de competência do chefe do executivo, mas discorreu sobre a importância desse projeto de lei e que o vereador deveria enviar para análise do Poder Executivo.

Em novo projeto de lei para a criação de um conselho municipal de preservação³⁰³, de autoria do vereador Eduardo Nascimento, discorre-se sobre as funções do órgão proposto, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC): coordenar pesquisas e realizar levantamentos do patrimônio de Marília; organizar o arquivo; elaborar estudos; determinar execução de obras para a conservação de bens tombados e implantar um projeto de educação patrimonial.

³⁰² CARVALHO, E. de A. A cidade como bem cultural, texto de Ulpiano Toledo B. de Meneses (Comentário 2). In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília: IPHAN, 2006, p. 59.

³⁰³ Projeto de Lei n. 21, de 28/01/2009.

No entender do vereador, os membros do conselho deveriam ser: Secretário Municipal de Cultura e Turismo, chefe do conselho, e, representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Educação, representante indicado da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, representante do Instituto Ambiental e por indicação do Secretário de Municipal de Cultura e Turismo, uma pessoa de atuação reconhecida no campo do patrimônio cultural.

A inovação desse projeto de lei, em relação ao anterior e ao atual (aprovado), é a menção a normatização de um instrumento de proteção ao patrimônio, o tombamento, determinando desde quem pode solicitar a proteção oficial, das questões relativas ao entorno, dos estudos e pareceres e, a inclusão do bem no livro do tombo, da conservação de bens, e para finalizar, até as penalidades.

Um ponto fundamental desse projeto de lei é a constituição de um fundo para a proteção do patrimônio cultural de Marília, que seria orientado pelo COMPAC, que conseguiria fundos de dotações orçamentárias, doações e legados de terceiros, produto das multas aplicadas pela lei, que seriam destinados a obras de manutenção nos bens tombados:

Art. 33 - Fica instituído o Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Marília, gerido e representado ativa e passivamente pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, cujos recursos serão destinados à execução de serviços e obras e manutenção e reparos de bens tombados, assim como sua aquisição na forma a ser estipulada em regulamento³⁰⁴.

Sendo assim, qual a justificativa do vereador em propor um projeto de lei para a criação de um órgão de proteção municipal? O vereador enfatizou a necessidade de preservar bens edificados de Marília, ao seu entender, estariam descaracterizados e sem manutenção, como a chaminé Matarazzo, a residência da Rua Dom Pedro, e as edificações do contexto ferroviário, das fachadas dos prédios do centro comercial, casarões com arquitetura de época, segundo Eduardo Nascimento, na sua concepção devem ser valorados.

³⁰⁴ Projeto de Lei n. 21, de 28/01/2009, p. 07.

Esse projeto de lei, não aprovado, provavelmente pelo mesmo critério do anterior (quem deve propor a criação de conselhos municipais é o chefe do executivo, não membros do Poder Legislativo, como os vereadores), mas apresentou itens importantes que devem ser levados em questão na criação de conselhos municipais: a explicação dos trâmites do tombamento e a questão do fundo, importante para a conservação de bens protegidos oficialmente.

No ano de 2012, depois das duas tentativas frustradas em criar um órgão municipal de preservação, dos membros do Conselho Municipal de Cultura, da Comissão dos Registros Históricos, e demais interessados no campo cultural, favoráveis à implantação de um conselho municipal de patrimônio, ao longo dos anos, foi criado o Conselho Municipal de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Marília (CMCDPHAAM)³⁰⁵.

O órgão municipal possui a seguinte constituição, com mandato de dois anos, representantes da: Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Juventude, Oficina Cultural Tarsila do Amaral (Secretaria de Estado da Cultura), Diretoria de Ensino da Região de Marília e de segmentos artísticos e entidades da sociedade local.

Devemos destacar a valorização da arte nesse órgão (não especifica qual concepção de arte) como fundamental para a preservação do patrimônio cultural. É importante observar a ausência de historiadores e arquitetos, profissionais habilitados e ambientados no trato da preservação patrimonial, e, nessa legislação não apresentaram os critérios para a entrada dos membros e entidades, no Conselho.

Márcia D'Aléssio comentou sobre a ausência dos historiadores na formulação das políticas de preservação no Brasil, exemplo do conselho de Marília, bem como nos demais órgãos de proteção ao patrimônio, em todas as esferas do poder, sendo a história uma disciplina importante para esse debate, com contribuições fundamentais, mas mesmo assim, pouco valorizada pelos agentes sociais e políticos envolvidos nesse campo:

³⁰⁵ Lei n. 7.401, de 24/04/2012.

(...), gostaríamos de destacar a responsabilidade do historiador, por dever de ofício e compromisso ético, como observador das artimanhas dos poderes estabelecidos no que concerne ao uso do passado – e, portanto, da memória e da história – na classificação dos bens coletivos e consequentemente na concepção de patrimônio histórico ³⁰⁶.

No final de 2012 um decreto municipal³⁰⁷ apresentou o regimento interno do conselho de cultura e patrimônio. Nesse documento ressaltou o caráter consultivo, não deliberativo do órgão, e, também, não mencionou em suas nove páginas, considerações sobre a efetivação de uma política pública de proteção ao patrimônio local, através de elaboração de instrumentos de preservação como o tombamento, inventário ou o registro, com isso, o órgão municipal não possui poder para proteger o legado edificado do passado na cidade de Marília.

Observamos que, depois da análise das fontes históricas do Poder Legislativo de Marília, o debate patrimonial inscrito através das demandas realizadas por vereadores, conseguem poucos efeitos práticos em uma cidade que a narrativa do progresso se impõe de uma forma complexa e com força social, mesmo com as tentativas e os esforços de grupos sociais e políticos, de relativizar os efeitos do progresso nos registros materiais do seu passado recente.

Mesmo sem alcançar efeitos práticos ou resultando em aprovação de leis, os requerimentos dos vereadores de Marília, inseridos no debate sobre o patrimônio local com o Poder Executivo, mostrou-nos as demandas acerca desse tema, por que todos esses documentos foram produzidos pelas solicitações de indivíduos pertencentes à sociedade de Marília (não conseguimos visualizar quais grupos sociais, porque não há menção dos mesmos nas fontes) aos seus representantes do Poder Legislativo.

³⁰⁶D'ALESSIO, M. B. M. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012, p. 89.

³⁰⁷ Decreto n. 10.987, de 27/12/2012.

É urgente o aprimoramento da proteção ao patrimônio a partir do enfoque das políticas públicas. No interior do estado de São Paulo poucos são os conselhos (ou comissões) municipais voltados para a cultura. Mesmo quando existem, poucos explicitam sua ação sobre o campo específico dos bens culturais ou da chamada vertente patrimonial da política de cultura.

Importante salientar que mesmo em municípios que possuem instituições de preservação do patrimônio, depende-se, e muito, dos gestores locais e, uma vez que essa política cultural não possui continuidade. A maioria dos municípios do Oeste Paulista não valoriza o campo cultural (poucos conselhos de preservação e secretarias municipais de cultura e nenhuma prática social vinculada ao setor privado) ocasionando uma piora considerável no quadro da preservação no Estado de São Paulo.

A Comissão dos Registros Históricos de Marília representa uma ruptura no campo das políticas patrimoniais da região e, também, do restante do Estado, mesmo sem possuir uma regulamentação interna, está há trinta anos na cena da política cultural, ou seja, mesmo com as dificuldades dessa área, apresenta certa continuidade, desde 1983.

Depois da análise das fontes sobre essa entidade pública (atas e os relatórios de atividades), observamos a quantidade de pessoas e instituições, de Marília e até de outras regiões do Estado na busca de informações históricas do município, confirmando, assim, a Comissão dos Registros Históricos como lugar de pesquisa de fundamental importância para Marília.

Essa entidade, portanto, está voltada para a história local e na construção das memórias locais, através da produção de livros, entrevistas, ligados aos temas da industrialização, da história da urbanização, do colecionismo e aos *pioneiros*, entre outros assuntos.

A valorização e reconhecimento do patrimônio industrial não tombado pelos membros da Comissão dos Registros Históricos incidiram, também, sobre a memória do trabalho, e de alguns elementos museológicos, como o rolo compressor, mostra uma concepção de patrimônio local, mas, elitizada,

visto que, de novo, a memória dos trabalhadores foi esquecida pelos agentes políticos e sociais locais.

Relembrando que os membros dessa entidade pública local valorizam lugares e objetos que possuem relação com o passado industrial de Marília, corroborando com a ideia de um discurso do progresso por parte desses agentes sociais.

É relevante salientar que na formação histórica do município de Marília, temos de relativizar a relação existente entre o binômio da ferrovia - café, importante para a constituição da maioria dos municípios do Oeste Paulista, pois, como sabemos, Marília se desenvolveu através de atividades inicialmente ligadas a agricultura, e posteriormente, ao desenvolvimento dos setores de comércio, serviços e principalmente da atividade industrial, primeiramente no ramo de óleos vegetais, de fiação de seda, e posteriormente, do ramo alimentício e das metalúrgicas, das quais fazem parte da sua memória local.

A valorização da Comissão ficou em torno da figura dos chamados *pioneiros*, em consonância com o ideário do bandeirantismo, isto é, os primeiros indivíduos a chegarem a Marília, surgindo no espaço público nas comemorações em abril, mês de emancipação política desse município. Essas festividades são realizadas desde 1983, exatamente na época da criação da Comissão dos Registros Históricos.

Uma das discussões em torno dos *pioneiros* é relativa aos monumentos para personalidades políticas e sociais locais, importantes, na perspectiva dos membros da Comissão, na construção da sociedade do município de Marília, exemplos dos debates em torno de Bento de Abreu Sampaio Vidal e dos membros da família Pereira e seus respectivos monumentos, presentes no espaço público da urbe.

Como sabemos, o Oeste Paulista foi formado por vários grupos sociais, migrantes de Minas Gerais, paulistas das regiões mais antigas do Estado, ex-escravos e indígenas que sobreviveram ao processo de incorporação dessa região ao capitalismo, de imigrantes e seus descendentes: sírio-libaneses, italianos, espanhóis e japoneses.

Mas, de acordo com a leitura e análise das atas fica evidente o destaque dado aos imigrantes japoneses em detrimento dos demais descendentes de imigrantes, como os italianos e espanhóis, por exemplo, e, também, de migrantes, paulistas e mineiros, e nenhuma menção aos índios e negros.

Pela análise das atas da Comissão podemos observar uma concepção de história ligada aos itens constantes na letra do Decreto Lei n. 25/37, que instituiu o tombamento do patrimônio cultural no Brasil: a ênfase ao indivíduo como fio condutor da história e os grandes acontecimentos, considerados históricos, mesmo com avanços no campo historiográfico e na ampliação da noção de patrimônio cultural nos últimos anos, essa concepção, ainda possui grande força social na cidade de Marília, e provavelmente, em muitas outras localidades espalhadas pelo Brasil.

Entretanto, e os outros monumentos presentes no espaço urbano de Marília, qual motivo deles não aparecerem no discurso da Comissão dos Registros Históricos? Desta maneira, podemos entender, a partir do estudo sobre o patrimônio em cidades, o caráter dialético da memória social, representando o embate entre as forças sociais, o que deve ser lembrado, do que deve ser esquecido.

A configuração de uma memória dos *pioneiros* de Marília, desses “novos bandeirantes”, depois da análise das atas da Comissão dos Registros Históricos, da Revista Correio de Marília e das publicações da época, construídas através de comemorações anuais, da valorização dos indivíduos em monumentos, apresentou uma concepção linear e progressista da história, entre a chegada desses sujeitos históricos no final da década de 1920 até o tempo presente, não mostrando as rupturas do processo histórico, apenas continuidades, permanências, sem conflitos, nem contradições.

A partir da análise da imprensa local, podemos observar o esforço dos membros do Conselho Municipal de Cultura para ampliar o debate sobre a preservação patrimonial em Marília, mas enfatizou os remanescentes da fábrica Matarazzo, e esquecendo, dos outros imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, a residência da Rua Dom Pedro, 87 e a Escola SENAC, e, a

não indicação de seus patrimônios, isto é, bens valorados por esse conselho como referenciais da memória e identidade de Marília.

Os vereadores se inserem no debate através da elaboração de leis, requerimentos, projetos de lei, entre outros, mas essas ações conseguem poucos efeitos práticos, em uma cidade que a narrativa do progresso se impõe de uma forma complexa e com força social, mesmo com as tentativas de relativizar os efeitos nefastos do progresso.

A análise dos requerimentos membros do Legislativo de Marília mostrou-nos as demandas desse tema em Marília, por que todos esses documentos foram produzidos pelas solicitações de indivíduos pertencentes à sociedade local aos seus representantes do Poder Legislativo.

Os projetos de lei, enviados por vereadores na primeira década do século XXI, apresentaram suas concepções do que seria um órgão municipal de preservação do patrimônio, que por questões legais, foram arquivados e somente em 2012 concretizou-se essa demanda dos grupos ligados a setores culturais de Marília.

Depois da análise dos grupos sociais de Marília atuante no campo patrimonial, como os membros da Comissão dos Registros Históricos, a sua concepção de cultura está relacionada aos setores dominantes, na valorização da industrialização, dos *pioneiros*, de símbolos do poder, de uma história vitoriosa, como as igrejas, prédios de lojas maçônicas, entre outros, e nesse debate, observamos o esquecimento dos diversos grupos desfavorecidos locais (em geral, trabalhadores urbanos e rurais, do comércio, serviços, trabalhadores, e especialmente, os operários das indústrias, do passado e do presente), bem como suas práticas e experiências.

No entanto, devemos entender a criação desse município, em finais da década de 1920, atendeu as prerrogativas do capitalismo, na busca de trabalho e de riqueza, ascensão social e econômica rápida, de indivíduos e grupos sociais (migrantes de outras regiões do Estado, imigrantes japoneses, italianos, espanhóis, entre outros) que por lá se estabeleceram nessa época.

Não obstante, essa construção de identidade local através dos membros da Comissão dos Registros Históricos de Marília, discutiu o contexto de fundação do município, no final da década de 1920 e início da próxima década, valorizou a participação dos indivíduos na construção do processo histórico.

Para a maioria da elite econômica de Marília, a única forma de livrar-se do passado recente que incomoda as práticas capitalistas, é a destruição do patrimônio edificado da cidade, um ideário baseado na narrativa do progresso, e, também, do lucro, que carrega um discurso excludente, que diz ser coletivo.

CONCLUSÃO

De acordo com o estudo sobre as fontes históricas, analisamos as diferentes versões do passado, às vezes conflitantes, presentes no tecido social de Marília e materializada em bens edificados. O patrimônio cultural, especialmente, o arquitetônico, por conta de sua visibilidade e grandiosidade no cenário urbano, é um elemento capaz de marcar a posição dos diferentes grupos sociais e políticos, dentro do campo patrimonial, assim, entendemos os interesses, muitas vezes, divergentes, de preservar ou não determinada edificação, o porquê e para quem, a partir da concepção local.

Mas quem são os representantes da sociedade local que se posicionam no campo patrimonial? Em sua maioria, indivíduos vinculados a Comissão dos Registros Históricos, do Conselho Municipal de Cultura, e também, professores, jornalistas, bibliotecários, arquitetos, advogados, entre outros.

Lembrando que o objetivo dessa pesquisa é analisar as concepções locais sobre o patrimônio edificado, localizado no espaço urbano de Marília, focando nos bens tombados pelo órgão paulista de patrimônio e, nas práticas políticas e culturais do poder público municipal, no campo patrimonial, e, da imprensa. Entretanto, o objeto de pesquisa está circunscrito aos debates e conflitos em torno da preservação do patrimônio cultural na cidade de Marília.

É interessante notar que todos os pedidos de tombamento feitos ao CONDEPHAAT de bens culturais na cidade de Marília ocorreram somente em meados da década de 1980, a retomar: Casa da Rua Dom Pedro, 87 (1986), Indústria Matarazzo (1988) e Escola SENAC (1990).

Note-se que esse *boom* de solicitações de tombamento ao órgão paulista de patrimônio referem-se a atos isolados e desconectados entre si, diferentemente, de uma política municipal ou estadual com continuidade e programas sobre a valorização e divulgação desses bens.

Salientamos que somente o pedido de proteção oficial da residência partiu do poder municipal, os outros dois, de um cidadão, o senhor Aparecido Tenório da Silva e o último, de uma entidade classista, localizada em São Paulo, o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil).

Vale ressaltar que as ações em defesa do patrimônio são descontínuas nessa região do interior do Estado de São Paulo, porque se depende, ainda, dos agentes sociais ou políticos ligados ao campo da cultura, para que realmente possa-se pensar em realizar atos em prol da defesa do patrimônio.

Pelo que pudemos observar no discurso da imprensa na década de 1980 e início da de 1990, período de muitas transformações no espaço urbano, particularmente, através da verticalização dos edifícios, no centro da cidade de Marília, existem muitas menções a destruição de importantes bens culturais cedendo lugar a edificações como bancos, novas casas comerciais, entre outras, mostrando o crescimento acelerado das cidades médias paulistas nesse período, ao mesmo tempo, representando uma desvalorização do passado recente.

O patrimônio tombado pelo CONDEPHAAT e os monumentos construídos no espaço urbano de Marília, apresentam, por sua vez, o caráter seletivo da memória social, porque, depende-se de quem solicitou a proteção oficial, do contexto histórico, dos interesses por trás da construção de determinado monumento, do que se quer preservar, e, esquecer.

A preservação do patrimônio cultural, particularmente aqueles pertencentes ao setor privado, constituem grande desafio para todos os envolvidos nesse campo, na árdua tarefa de conciliar a conservação de determinadas edificações, que chegaram até nós, apesar das intempéries, das reformas, do abandono, da demolição pura e simples, por vários motivos e interesses diversos, sendo que ainda a maioria desses bens arquitetônicos corre sério risco da ação predatória do setor imobiliário.

De acordo com a análise das fontes históricas, observamos as mudanças e permanências na narrativa do progresso na cidade de Marília sobre o patrimônio edificado. O progresso, ligado desde o início da fundação do município, em 1929, deveu-se ao crescimento vertiginoso dessa localidade,

fato esse, verificado através da análise dos livros e das revistas das décadas de 1930 e 1950, fortaleceu-se com o incremento da atividade industrial, em especial, das fábricas de óleo de algodão chegando hoje, na consolidação dessa atividade econômica, com a expansão das fábricas metalúrgicas e, em particular, na produção de alimentos industrializados, na qual Marília tornou-se conhecida nacionalmente.

É importante questionar essa concepção de progresso, que até hoje possui grande força social na cidade de Marília, apresentada como um discurso otimista e linear da história: caminha-se para frente, na busca de um futuro melhor, predeterminado.

Entretanto, é inegável que as mudanças do último século, em vários campos da vida social, aceleradas e contínuas, em sua maioria, assentadas pelo grande avanço tecnológico trouxe consigo, benesses, ao homem, mas ao mesmo tempo, ampliou e atenuou os problemas sociais.

Nas cidades médias paulistas, entre 100 mil e 500 mil habitantes, que tiveram um rápido crescimento econômico na última década do século XXI, como Marília, resultou no aumento dos problemas urbanos, antes restritos aos grandes centros do Brasil, como o aumento das desigualdades sociais, a violência urbana, os congestionamentos de veículos, com as devidas proporções, já fazem parte do cotidiano de cidades médias do interior paulista.

O ano singular na preservação do patrimônio cultural de Marília, 2004, no qual apresentou um debate amplo e público, para os leitores da imprensa local e dentro dos órgãos municipais, como a Comissão dos Registros Históricos, o Conselho Municipal de Cultura e a Câmara Municipal, através de discussões sobre o patrimônio e na promulgação de leis em defesa do legado de Marília, mas, sem continuidade nos anos posteriores.

O maior debate pela imprensa, que se iniciou em 1985, sobre a indústria Matarazzo, mostrou-nos a oportunidade de entender, ao longo de vinte e sete anos, as mudanças e as permanências da narrativa do progresso em torno dessa edificação fabril e os diversos interesses, muitas vezes, antagônicos, que tiveram como objeto de discussão o patrimônio industrial de Marília.

Lembrando de que as outras fábricas dessa cidade, do setor alimentício e metalúrgico, atualmente, e as de fio de seda, no começo de sua história administrativa, não apareceram de forma contundente no discurso da imprensa, ou seja, esquecidas pelos agentes sociais e políticos envolvidos no campo cultural.

Sobre as práticas sociais locais de patrimonialização, podemos afirmar que quando se formula e se constrói determinada identidade e memória social, como o ideário sobre os *pioneiros*, em nosso estudo, essas concepções neutralizam os conflitos e as tensões, presentes no tecido social, tanto os políticos como os sociais.

Então, qual a importância de se preservar o patrimônio cultural? Seria, ao nosso entender, salvaguardar esses documentos materiais do passado para que as atuais e futuras gerações conhecessem a sua própria história, e, assim, aprendendo a história pelo respeito à diferença, pela alteridade, e observar que esse mesmo legado não representa a coletividade, e sim, determinado grupo social, político ou mesmo um indivíduo, no caso dos monumentos.

Sendo assim, aprender sobre os motivos de sua preservação e o porquê do esquecimento, de outras edificações, especialmente, relacionadas aos trabalhadores e suas experiências, tão importantes quanto aqueles protegidos oficialmente, ou valorados pelo poder público.

O Estado, na questão dos bens do setor privado, deveria oferecer uma contrapartida aos proprietários (isenção de impostos, como o IPTU, por exemplo), com isso, não resolveria o problema, mas, a proteção oficial, seria vista como um direito social, e, não como punição e motivo de destruição de imóveis tombados ou em estudo de tombamento, pelos seus proprietários.

Ao longo dos anos ocorreram debates acirrados na imprensa acerca dos usos do patrimônio industrial tombado pelo Estado no início da década de 1990, pelos agentes sociais e políticos ligados a setores culturais de Marília, os proprietários e de dirigentes de órgãos estatais e das fábricas locais. Como já dissemos, a proteção oficial recaiu sobre as instalações fabris, representando a valorização de uma família tradicional do campo industrial do Brasil, e, que

refutou em todo o período analisado, como em vários casos, o tombamento do seu espólio.

Portanto, quando se preserva uma fábrica, guarda-se a memória do progresso material da sociedade, do desenvolvimento econômico, através dos registros do passado das elites industriais no Brasil, em nosso caso, os herdeiros da família Matarazzo, durante o processo de expansão da industrialização paulista em direção ao interior do Estado, de finais da década de 1930.

A concepção de progresso em Marília, assim, serve de espelho para outras regiões do Estado ou do país, mas que se faz a partir da exploração do trabalho, em nosso caso, o fabril e que evocar uma memória do progresso é apresentar um discurso da não existência de conflitos, nem contradições.

Mesmo com as limitações impostas pela letra de lei, a instituição Conselho Municipal da Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Marília, em 2012, representou uma vitória dos grupos sociais e políticos, que ao longo de quase trinta anos, desde 1983, quando se iniciaram os debates sobre o patrimônio, em Marília, na imprensa local, nas entidades públicas e com as solicitações de proteção oficial ao órgão estadual, observaram a destruição e o abandono dos bens edificados, em nome do ideário do progresso, agora possuem mais um mecanismo na tentativa de proteger e valorizar o patrimônio cultural local.

É relevante frisar que os “novos bandeirantes” seriam, no entender dos grupos dominantes locais (em sua maioria, a elite industrial), os ascendentes dos atuais *pioneiros*, que marcam, no campo da memória, sua posição e status social através das comemorações anuais, monumentos, publicações, inseridas no discurso da narrativa do progresso, presente no tecido social de Marília.

Os monumentos presentes no espaço urbano possuem a finalidade apresentar o passado materializado em personagens relacionadas, geralmente, ao poder político da cidade. Assim, esse mesmo passado deve ser entendido como de todos, mas que, na realidade, representa somente uma parte dela, a elite econômica e política de Marília.

A narrativa do progresso vai se transformando através do tempo, atrelada aos interesses econômicos locais, e vinculada ao caráter seletivo da memória social, portanto, só assim é possível explicar como determinada edificação, exemplo do Hotel São Bento e da residência da Rua Dom Pedro, 87, representantes do início da história da cidade, vistos, durante muito tempo, como símbolos do poder e do progresso em Marília, atualmente, entendidos como entraves a essa narrativa, sendo que o primeiro não existe mais, destruído para dar lugar a uma agência bancária.

Com isso, podemos afirmar que o progresso está relacionado às demandas sociais e econômicas de setores ligados a elite industrial de Marília, desde a fundação do município, em 1929, até o tempo presente. Assim, entender o que deve ou não ser publicado na imprensa, mesmo que os fatos tenham certa dimensão pública, seguiu as orientações dos grupos, geralmente, do campo econômico e, também, político, que controlaram os jornais nos diferentes períodos de sua história.

Um dos principais meios de manter-se no poder, particularmente, de grupos políticos são a propriedade de veículos de comunicação, como rádios, TVs, jornais, e, atualmente, *sites* na *internet*, assim, esses grupos conseguem se perpetuar no poder, através da veiculação de propagandas e notícias, em geral, positivas sobre seus feitos.

Mas, também, além da propriedade, ressalta-se o controle dos meios de comunicação, por prefeitos, deputados, entre outros, através de acordos com os donos dos mesmos, como isenção de impostos ou prioridade na compra de espaços publicitários em troca de apoio político nas matérias do periódico.

A sociedade, em geral, é a última a internalizar o significado patrimonial, sendo assim, mesmo os grupos sociais ligados a setores culturais de Marília (membros da Comissão dos Registros Históricos, do Conselho Municipal de Cultura, professores, arquitetos, advogados, funcionários públicos, entre outros) não irão referir-se ao estilo artístico ou arquitetônico de determinada edificação, apresentados através dos argumentos e critérios expostos pelos especialistas do patrimônio, mas sim, enfatizará o valor afetivo.

Entretanto, o que significa cultura para os grupos sociais envolvidos no campo patrimonial de Marília? Em primeiro lugar, esses indivíduos, com concepções diversas entre si, que participam do debate nos órgãos públicos locais, como o Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Turismo e Comissão dos Registros Históricos, e na imprensa, sendo, em sua maioria, possuem uma concepção de cultura ligada ao cânone dominante, ou seja, a valorização dos monumentos e de edificações, vinculadas às figuras da elite política, de grupos imigrantes (japoneses), do trabalho, não do trabalhador, da elite religiosa, especialmente, da católica.

Pode-se observar que o campo patrimonial, desde a década de 1970, com os Compromissos de Salvador e Brasília, a atuação de Aloísio Magalhães frente à política federal, a Carta Magna de 1988, o Registro do Patrimônio Imaterial, em 2000, até hoje se avançou, mas não o suficiente. A nova noção de patrimônio, pautada na diversidade, no questionamento da valorização da “pedra e cal”, não se incorporou as práticas patrimoniais dos setores culturais de Marília.

Na análise das fontes históricas, a saber, jornais, revistas, fotografias, atas, em sua maioria, não localizamos menção específica aos grupos sociais menos favorecidos de Marília, os trabalhadores, tanto os rurais quanto os urbanos, desde os operários aos vinculados as diversas atividades urbanas, do comércio e do setor de serviços, mostrou-nos que o mundo dos trabalhadores está ausente do debate cultural.

O debate sobre a cultura, mesmo que signifique uma concepção relacionada aos grupos dominantes de Marília, no interior paulista, não contemplando os diversos sujeitos, representa uma ruptura em relação à maioria dos municípios que não instituíram órgãos públicos vinculados ao campo do patrimônio e a ausência de grupos interessados na proteção dos registros materiais do seu passado.

Cabe assinalar, então, que as políticas municipais, especificamente, de vertente patrimonial, são descontínuas, fragmentadas, e, na maioria das vezes, os administradores públicos não continuam os trabalhos já realizados pelo governo anterior, mesmo aqueles que possuem resultados positivos,

ocasionando interrupções, falta de recursos materiais e humanos, falta de apoio político ou até mesmo o encerramento de atividades de órgãos públicos de preservação.

No entanto, quando se analisa os conselhos e comissões municipais de proteção ao patrimônio cultural, devemos ressaltar algumas questões, a primeira refere-se ao preparo de quem faz parte desses órgãos públicos. Quanto à composição desses órgãos, a participação dos diferentes setores sociais é de suma importância, mas não adianta criar uma comissão ou um conselho sem recursos humanos habilitados no trato com o patrimônio, como historiadores, arquitetos e antropólogos.

A instituição de conselhos municipais de preservação, em segundo lugar, não representa, ainda, um avanço para o campo patrimonial, em curto prazo, uma vez que, além de não configurar-se como uma prioridade na gestão dos municípios, essa prática de trabalho está sendo construída, de forma incipiente, sendo necessário o esforço de indivíduos, de grupos sociais e políticos interessados na defesa e na valorização do patrimônio cultural, especialmente, no âmbito local.

FONTES

A) Fontes disponíveis em Marília e São Paulo:

- Arquivo da Comissão dos Registros Históricos da Câmara e da Cidade de Marília:

Coleção de fotografias digitais;

Comunicado do Conselho Municipal de Cultura, sem data;

Relatório das Atividades (2006 a 2010) - Arquivo Digital;

Atas (1993 a 2006);

Atas (2007 a 2011) - Arquivo Digital.

- Arquivo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT):

Processo n. 24.405/86 (Casa da Rua Dom Pedro, 87);

Processo n. 26.030/88 (Indústria Matarazzo);

Processo n. 27.945/90 (Escola SENAC).

- Arquivo da Câmara Municipal de Marília:

Legislação (leis e decretos);

Proposituras (requerimentos e projetos de lei).

- Biblioteca da Câmara Municipal de Marília:

a) Coleção de jornais:

Marília News (1985 a 1989);

Diário de Marília (1985 a 2000);

Jornal da Manhã (1985 a 2002);

Jornal da Manhã (2003 a 2011) - Arquivo Digital;

b) Coleção de revistas:

Revista da Associação Paulista dos Municípios (Edição Especial - Marília), 1957;

Revista Correio de Marília: 1938 e 1948.

- Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília:

Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

B) Fontes disponíveis em arquivos na *internet*:

- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT):

Informações sobre os bens tombados na cidade de Marília.

- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE):

Livros:

BARROS, Waldemar da Rocha. **Marília**. SP: Editora e Publicidade Roman Ltda, s. d.

MOREIRA, Balthazar de Godoy & MAGALHÃES, Alcides Lages de. **Marília: “Cidade Nova e Bonita”**. Marília: Edição dos Autores, 1936.

VALIM, Pedro. **Álbum dos municípios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Diretoria de Propaganda e Publicidade, 1940;

PÓVOAS, Glycério. **Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília**. Marília: Prefeitura Municipal, 1947.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Informações sobre Marília.

- Instituto do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Compromisso de Brasília (Abril de 1970).

- Jornais:

Bom Dia;

Correio Mariliense;

Diário de Marília.

SITES CONSULTADOS

Bom Dia: www.redebomdia.com.br

Câmara Municipal de Marília: www.camar.sp.gov.br

Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial:
www.patrimonioindustrial.org.br

Correio Mariliense: www.correiomariliense.com.br

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico: www.cultura.sp.gov.br

Diário de Marília: www.diariodemarilia.com.br

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados: www.seade.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: www.iphan.gov.br

Prefeitura Municipal de Araçatuba: www.aracatuba.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Assis: www.assis.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Bauru: www.bauru.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Marília: www.marilia.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Ourinhos: www.ourinhos.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente:

www.presidenteprudente.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto: www.riopreto.sp.gov.br

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: www.senac.br

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage:
www.mnactec.cat/ticcih/organisation.htm

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. & CHAGAS, M. Introdução. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. RJ: DP&A, 2003, p. 12-13.
- ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, C.; PROENÇA LEITE, R. (Org.). **Plural de cidade**: Novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009, p. 11-24.
- _____. Patrimônio imaterial e referências culturais. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n.147, p. 129-139, 2001.
- BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**. In: Obras Escolhidas. SP: Brasiliense, 1985.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. SP: Cia das Letras, 1981.
- BLOCH, M. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. RJ: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. RJ: Paz e Terra, 1987.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**. SP: Cia das Letras, 2005.
- BREFE, A. C. F. **O Museu Paulista**: Affonso Taunay e a Memória Nacional. SP: Ed. UNESP, 2005.
- BRITES, O. & PEREIRA, M. B. Oficina de história: ensino, memória e patrimônio histórico. In: **Projeto História** (PUCSP), v. 40, p. 333 - 356, 2010.
- _____. Memória, preservação e tradições populares. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.17-20.
- _____. Imagens da infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/ 1950. In: **Projeto História** (PUCSP), v. 19, p.251-264, 1999.
- BUSETTO, A. **Economia e poder local**: Marília de 1946 a 1964. Dissertação (Mestrado em História). Assis: UNESP, 1991.

CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um histórico. In: Lia Calabre. (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 09-20.

CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural**. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980). Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 1999.

_____.; MEHEDFF, C. G.; GARCIA, C. A preservação da memória institucional e o acesso ao saber técnico. Fundamentos para a qualificação de gestores da PPTR. In: Carmen Guimarães Mehedff; Cid Garcia. (Org.). **Metodologia para a formação de gestores de políticas públicas**. Brasília: FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, 2005, p. 116-128.

_____. A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local x global. **Patrimônio e Memória** (UNESP. Online), v. 02, p. 45-53, 2006.

CARVALHO, E. A cidade como bem cultural, texto de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Comentário 2). In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília: IPHAN, 2006, p. 59-61.

CAVALCANTI, L. A. P. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: Dulce Pandolfi. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. RJ: FGV, 1998, p. 179-190.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. RJ: Editora UFRJ, 2009.

_____. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. **Patrimônio: práticas e reflexões**. RJ: IPHAN, COPEDOC, 2008, v. 2, p. 27-45.

CORREA, A. F. **Patrimônios bioculturais: ensaios de antropologia do patrimônio cultural e das memórias sociais**. São Luís: Editora da UFMA, 2008.

CRISPIM, F. B. A paisagem cultural como novo instrumento de preservação, a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo.

CUNHA, M. C. P. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 9-13.

CRUZ; H. de F. & PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História** (PUCSP), v. 35, p. 22-38, 2007.

D'ALESSIO, M. B. M. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 79-89, 2012.

DOMBROWSKI, O. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Jun. 2008, vol.16, n. 30, p. 269-281.

DENZEN-KEMPTER, E. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2011.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. RJ: Editora UFRJ, 2009.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. RJ: DP&A, 2003, v. 1, p. 56-77.

GAETA, A. C. Abordagem do patrimônio histórico de bens culturais arquitetônicos nos Planos Diretores de pequenos municípios. **Histórica** (São Paulo. Online), v. 43, p. 01-17, 2010.

GOMIDE, C. H. **Antiga Vila Boa de Goiás**: experiências e memórias na/da cidade patrimônio. Tese (Doutorado em História). SP: PUC, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. RJ: Editora UFRJ, 1996.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: **Cidade**: história e desafios. Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. RJ: Ed. FGV, 2002, p. 108-123.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, vol.22, n.36, p.261-273, 2006.

HOBBSBAWM, E. **A era dos impérios**. (1875 – 1914). RJ: Paz e Terra, 1998.

_____. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914 – 1991). SP: Cia das Letras, 1995.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. SP, 2009, p. 09-27.

KUHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. SP: Ateliê Editorial, 1998.

_____. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Arq. Urb.** São Paulo, v. 3, p. 23-30, 1º. Sem. 2010.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LANGARO, J. F. **Quando o futuro é inscrito no passado**. “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo – PR. Tese (Doutorado em História). SP: PUC, 2012.

LARA, P. C. de. **Marília, marcos e monumentos**. Marília: Câmara Municipal, 1998.

LE GOFF, J. Documento - Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**, Volume Um. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

_____. Antigo - Moderno. In: **Enciclopédia Einaudi**, Volume Um. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

LEME, E. J. H. **O teatro da memória: o Museu Histórico de Londrina (1959 – 2000)**. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 2013.

LIMA, S. F. de.; CARVALHO, V. C. de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **O historiador e suas fontes**. SP: Editora Contexto, 2009, v. 01, p. 29-60.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado? **Projeto História** (PUCSP), v. 17, p. 63-203, 1998.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. SP: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MACIEL, L. A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: Déa Ribeiro Fenelon; Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida; Yara Aun Khoury. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho d'Água, 2004, p. 14-40.

_____. **A nação por um fio:** caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. SP: EDUC/FAPESP, 1998.

MAGALHÃES, C. M. De jardim em jardim: itinerário histórico pelas paisagens culturais brasileiras. **Cultura Histórica & Patrimônio** (UNIFAL), v. 1, p. 108-130, 2012.

MARINS, P. C. G. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). **Terra paulista:** trajetórias contemporâneas. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 237-267.

_____. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1999.

MARTINS, A. L. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: LUCA, T. R. de & PINSKY, C. B. **O historiador e suas fontes.** SP: Contexto, 2009, p. 281-309.

_____. Interior paulista: comércio, indústria e bancos. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra paulista:** trajetórias contemporâneas. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 49-77.

_____. **Revistas em revista:** imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). SP: EDUSP; FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.

MENEGUELLO, C.; RUBINO, S. Patrimônio industrial: perspectivas e abordagens. In: MENEGUELLO, Cristina; RUBINO, Silvana (Org.). **Coletânea de textos do I Encontro em Patrimônio Industrial.** Campinas: UNICAMP/ Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial, 2004, p. 1-5.

_____. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2011, Florianópolis.

_____. **Da ruína ao edifício:** neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. SP: Annablume, 2008.

MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p. 09 - 23, 1992.

_____. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental

urbano. In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília: IPHAN, 2006, p. 33-76.

_____. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: **II Seminário Internacional História e Energia**. SP: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000.

_____. Os paradoxos da memória. In: Danilo dos Santos Miranda. (Org.). **Memória e cultura**. A importância da memória na formação cultural humana. SP: SESC SP, 2007, p. 13-33.

_____. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, v. 1, p. 189-194.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. SP: Cia das Letras, 2001.

MOURÃO, P. F. C. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 1994.

NASCIMENTO, R. M. **A preservação do patrimônio cultural no Oeste Paulista**. Jundiaí: Paco, 2012.

_____. A preservação do patrimônio em Assis - SP: as disputas diversas em cena (1984-1989). **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 05, p. 204-221, 2009.

NATAL, C. M. **Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2013.

NOGUEIRA, A. G. R. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. SP: HUCITEC; FAPESP, 2005.

_____. MARTINS, A.; CAVALCANTI, J. M.; SILVA, F. E. M. Benfica em três tempos: Patrimônio, Inventário e Memória. In: Márcia Chuva, Antônio Gilberto Ramos Nogueira. (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. RJ: Mauad X / Faperj, 2012, v. 01, p. 225-243.

NUNES, J. W. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. SP: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, E. R. de. Patrimônio ferroviário do Estado de São Paulo: as condições de preservação e uso dos bens culturais. **Projeto História** (PUCSP), v. 40, p. 179-203, 2010.

OLIVEIRA, L. L. Cidadania e cultura: do povo à sociedade civil. In: Lia Calabre. (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, v. 11, p. 247-258.

OLENDER, M. Uma medicina doce do patrimônio: o inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural - limites e problematizações. **Arquitextos** (São Paulo), v. 124, p. 01-01, 2010.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 25-29.

PAULA, Z. C. de. **A cidade e os jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986)**. SP: Editora da UNESP, 2008.

PELEGRINI, S. C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História** (UNESP), v. 27, p. 145-173, 2008.

PEREIRA, T. A. C. **Imprensa do interior paulista: evolução e perspectivas para o século XXI: o caso dos jornais centenários 'A Tribuna' e 'A Tribuna do Norte'**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). SP: USP, 2000.

PEREIRA, V. A. **Terra e poder**. Formação histórica de Marília. Marília: Comissão Permanente de Publicação, 2005.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, p. 201-215, 1992.

POSSAS, L. M. V. As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar. In: Maria Alice Setubal. (Org.). **Terra Paulista: trajetórias contemporâneas**. SP: IMESP; CENPEC, 2008, p. 49-77.

RODRIGUES, M. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. **Arq. Urb.** São Paulo, v. 3, p. 31-40, 1º. Sem. 2010.

_____. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987). SP: Editora da UNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000.

_____. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 195-205, 1996.

ROLNIK, R.; SEGAWA, H.; DIÊGOLI, L. R. Preservação e modernidade. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à memória**. SP: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 197-211.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia SPHAN. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-97, 1996.

TANURI, R. **Marília, chão de nosso amor**. Marília: Câmara Municipal, 2003.

TAVEIRA, L. P. **A fábrica Codorna: conflitos, práticas e experiência na (re) construção de memórias (1997 – 2008)**. Dissertação (Mestrado em História). SP: PUC, 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. RJ: Zahar, 1981.

TODOROV, T. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995. (Tradução livre de Marly Rodrigues).

UHLE, A. R. **Monumentos celebrativos: aproximações entre história e arte (São Paulo, 1925-1960)**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2013.

_____. **Da casaca ao pé da estação: história do monumento a Campos Sales**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2006.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, p.237-248, 2006.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. RJ: Zahar, 1979.

ZANIRATO, S. H. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 25, p. 189-204, 2011.

ANEXO I - Lei que criou a Comissão dos Registros Históricos, 1983.



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo



668

ATO NÚMERO 24 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1983

Considerando que a Câmara Municipal é o legítimo poder que representa o Povo e, por essa principal razão, deve cuidar e preservar a história desse mesmo Povo;

Considerando que Marília já conta com mais de 50 anos e, pela falta de um registro histórico, muitos fatos importantes relacionados com o seu desenvolvimento já foram esquecidos, bem como pessoas ilustres, que participaram em sua formação e cooperaram na pujança de hoje, se encontram no anonimato;

Considerando, finalmente, que a Câmara Municipal deve legar à posteridade, com formação regulamentada, "REGISTROS HISTÓRICOS".

A Mesa da Câmara Municipal de Marília, usando de suas atribuições, baixa o seguinte Ato:

Art. 1º - Fica criado na Câmara Municipal de Marília "OS REGISTROS HISTÓRICOS DA CÂMARA MUNICIPAL E DA CIDADE DE MARÍLIA".

Parágrafo Único - Os registros de que trata este artigo constituir-se-ão de: fotografias, vídeo-cassetes, fitas magnéticas, livros, manuscritos, jornais e outros.

Art. 2º - Para organização dos "Registros Históricos" a presidência da Câmara, anualmente, no mês de janeiro, nomeará uma comissão composta de 7 (sete) membros representativos de entidades culturais e de classe, sendo um da Câmara que a presidirá.

Art. 3º - A Comissão Organizadora, obrigatoriamente, se reunirá, ordinariamente, uma vez no trimestre e extraordinariamente quando necessário, convocada pelo seu presidente.

Parágrafo Único - O membro da Comissão que faltar em 2 (duas) reuniões consecutivas, sem justificativa, perderá o mandato, devendo o Presidente da Câmara nomear o substituto.

Art. 4º - O exercício do mandato de membro da Comissão Organizadora será gracioso e considerado como serviços relevantes prestados à Câmara Municipal de Marília.

Art. 5º - As despesas com a execução deste Ato, correrão à conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA, em 09 de Dezembro de 1983.

Aldo Pedro Coneliani

Presidente

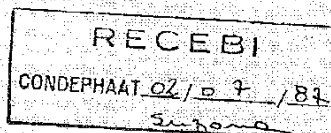
Armando Raineri
1º Secretário

Teruaki Kushikawa
2º Secretário

ANEXO II - Solicitação de tombamento da Indústria Matarazzo, 1987
(Processo n. 26.030/88, p. 04).

Marília, 02 de julho de 1987.

Senhor Presidente



Considerando que, sendo Marília a sede da 11ª Região Administrativa do Estado e o Segundo Polo Econômico do Brasil / por renda per capita, sem nenhum espaço Cultural ou Centro de Convivência que abrigue sua Cultura local e Regional;

Considerando que o imóvel sito à rua Castro Alves nº 276, representa um marco no avanço industrial de Marília;

Considerando que dentro do processo de expansão / industrial paulista, o mencionado imóvel possui um significado especial por suas características de agregação de funções industriais e de busca da auto-suficiência produtiva, além de sua natureza de empresa familiar;

Considerando o significado tecnológico, cultural / e social representado pela indústria, gerando um espaço urbano e arquitetônico expressivo do capital e do trabalho na história da cidade;

Considerando que se trata de um bem que pertenceu à Família Matarazzo, e o seu estudo nos coloca diante das questões centrais e norteadoras do desenvolvimento da história recente do Estado de São Paulo, é que venho solicitar a Vossa Senhoria e ao Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT, que se digne atender a solicitação de estudo visando o tombamento das antigas instalações do complexo Industrial Matarazzo situado à rua Castro Alves nº 276 no município de Marília. Se todavia, esse Colendo Conselho reconhecer o valor de tão importante bem, lutaremos para que o mesmo se transforme em Centro de Cultura e Lazer.

Sendo o que se apresenta para o momento, subcrevo-me apresentando meus protestos de alta estima e consideração.

AFARECIDO TEÓFILO DA SILVA

Ilmo Senhor

DR. PAULO DE MELLO BASTOS, PRESIDENTE DO CONDEPHAAT

